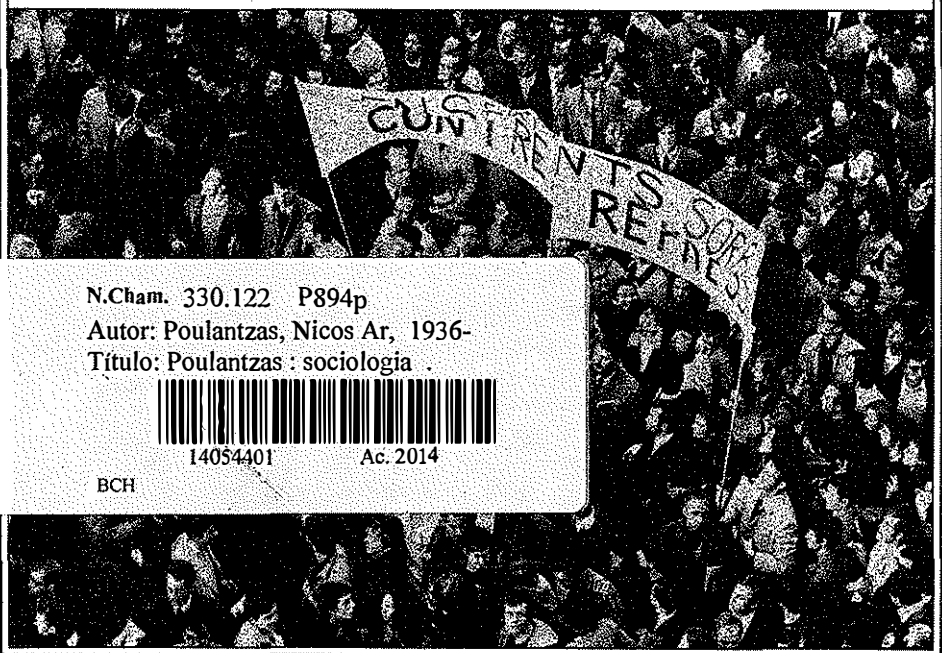
COLEÇÃO GRANDES CIENTISTAS SOCIAIS 47

Poulantzas

Organizador: Paulo Silveira
Coordenador: Florestan Fernandes

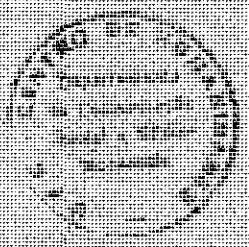
SOCIOLOGIA

editora ática



N.Cham. 330.122 P894p
Autor: Poulantzas, Nicos Ar, 1936-
Título: Poulantzas : sociologia .
14054401 Ac. 2014
BCH

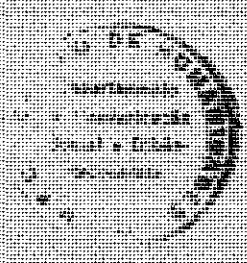
330.122
P891p



Poulantzas

Organizador: Paulo Silveira

SOCIOLOGIA



AE. 2014
B. 1405440-1
16/08/12

TEXTO

Consultoria geral
Florestan Fernandes

Coordenação editorial
Maria Carolina de A. Boschi

Tradução
Heloísa Rodrigues Fernandes

Redação
Ildete Oliveira Pinto e Sônia Scoss Nicolai

ARTE

Coordenação
Antônio do Amaral Rocha

Arte-final
René Etiene Ardanuy

Produção gráfica
Elaine Regina de Oliveira

Layout da capa: Elifas Andreato

Foto de capa: Camera Press

CIP-Brasil. Catalogação-na-Publicação
Câmara Brasileira do Livro, SP

Poulantzas, Nicos.
P894p Poulantzas : sociologia / organizador [da coletânea] Paulo Silveira ; [tradução Heloísa Rodrigues Fernandes]. — São Paulo : Ática, 1984.
(Grandes cientistas sociais ; 47)

Introdução: Poulantzas e o marxismo / Paulo Silveira.

1. Capitalismo 2. Classes sociais 3. O Estado 4. Poder (Ciências sociais) 5. Poulantzas, Nicos I. Silveira, Paulo. II. Título.

17. e 18. CDD—301.44
17. e 18. —320.1
17. —330.15
84-1478 18. —330.122

Índices para catálogo sistemático:

1. Capitalismo : Economia 330.15 (17.) 330.122 (18.)
2. Classes sociais : Sociologia 301.44 (17. e 18.)
3. Estado : Poder político 320.1 (17. e 18.)
4. Poder político do Estado 320.1 (17. e 18.)

1984

Todos os direitos reservados
Editora Ática S.A. — Rua Barão de Iguape, 110
Tel.: (PABX) 278-9322 — Caixa Postal 8656
End. Telegráfico "Bomlivro" — São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Poulantzas e o marxismo
(por Paulo Silveira) 7

I. O ESTADO CAPITALISTA

1. O problema 42
(*Pouvoir politique et classes sociales de l'État capitaliste*)

2. Problemas atuais da pesquisa marxista sobre o Estado 61
(Artigo de 1976 em *Dialectiques*)

3. Os aparelhos ideológicos: o Estado, repressão + + ideologia? 77
(*L'État, le pouvoir, le socialisme*)

4. O Estado, os poderes e as lutas 84
(*L'État...*)

II. CLASSES SOCIAIS E LUTA DE CLASSES

5. As classes sociais 95
(In: ZENTENO, R. B. *Las clases sociales en América Latina*)

6. Bloco no poder, hegemonia e periodização de uma formação: as análises políticas de Marx 123
(*Pouvoir politique...*)

7. O subconjunto ideológico pequeno-burguês e a posição política da pequena burguesia 134
(*Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*)

8. O Estado e as lutas populares 146
(*L'État...*)

9. As perspectivas políticas 151
(*Les classes sociales dans le capitalisme...*)

10. Rumo a um socialismo democrático 156
(*L'État...*)

ÍNDICE ANALÍTICO E ONOMÁSTICO 171

Textos para esta edição extraídos de:

POULANTZAS, N. *Pouvoir politique et classes sociales de l'État capitaliste.* Paris, Maspero, 1968. © Livr. Martins Fontes Ed. (*Poder político e classes sociais.* São Paulo, Livr. Martins Fontes Ed., 1977.)

— . *L'État, le pouvoir, le socialisme.* Paris, PUF, 1978, © PUF e Ed. Graal. (*O estado, o poder, o socialismo.* Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1980.)

— . *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui.* Paris, Seuil, 1974. © Éditions du Seuil.

ZENTENO, R. B., coord. *Las clases sociales en América Latina.* México, Siglo XXI, 1973. © Instituto de Investigaciones Sociales de Universidad Nacional Autónoma de México e Siglo XXI.

Dialectiques, n. 13. 1976. © Annie Leclerc e *Dialectiques.*

INTRODUÇÃO

Paulo Silveira

Professor-Assistente-Doutor do Departamento
de Ciências Sociais da FFLCH-USP

POULANTZAS E O MARXISMO

Após um período de três décadas de hibernação, o marxismo foi reavivado, na França, no início dos anos 60. O primeiro grande sopro lhe foi dado por Sartre na *Crítica da razão dialética*; em seguida, e soprando por um outro lado, foi a vez de Althusser que, entre 1960 e 1965, escreveu vários ensaios sobre o marxismo, depois reunidos em *Pour Marx*.

Estes dois filósofos, entretanto, só tinham em comum a insubmissão ao dogmatismo e aos *diktats* do marxismo oficial. Em Althusser o fôlego e a pretensão eram muito maiores que em Sartre. O fôlego: publica na segunda metade da década de 60 cerca de mais 10 outros ensaios sobre o marxismo. A pretensão: ser o filósofo de Marx (e do marxismo). Althusser considerava distintos os objetos da filosofia e os da ciência e remetia ao campo da ciência toda a importância de Marx (o fundador da ciência da história), pois os textos filosóficos de Marx foram escritos em seu período de juventude (para Althusser, ainda ligados a uma problemática hegeliana, feuerbachiana, etc., no limite: *pré-marxistas*). Restavam, então, os textos científicos da maturidade, especialmente *O capital*. A filosofia não poderia estar neles, pelo menos na letra, porquanto tenham a ciência como objeto; deveria estar, entretanto, em seu espírito, fundando o discurso científico. Assim, a tarefa que estava por fazer era rastrear a filosofia contida em "estado prático" n'*O capital* — daí o filósofo de Marx.

Nessa atmosfera de revivescência do marxismo, com gigantescos caminhos a percorrer — na teoria e na prática —, é que são produzidos os primeiros ensaios de Poulantzas. De Sartre e de Althusser, Poulantzas herda a insubmissão ao dogmatismo e ao marxismo oficial, mas é deste último que ele mais se aproxima: pelo fôlego, pela pretensão e, sobre-

tudo, *teoricamente*, aproveitando-se do espaço aberto pelos primeiros ensaios de Althusser (*Pour Marx* e *Lire Le capital*), que confinavam os textos de Marx (marxista) ao campo da ciência.

Ora, se Marx (maduro, marxista) nos legara apenas uma contribuição — mas fundamental, é claro! — no campo da ciência, do materialismo histórico, ainda assim — e seus textos (*A contribuição, Grundrisse...*, *O capital*, *A teoria da mais-valia*) o indicam! — ela se circunscreveu à teoria da *infra-estrutura* do modo de produção capitalista (MPC). Por este caminho Poulantzas se engaja num projeto cuja pretensão se equipara à de Althusser; se este almejava ser o filósofo do marxismo, aquele não deixa por menos: pretende ser o teórico da *supra-estrutura* ("ideológica" e "política") do capitalismo [1]. Afinal era uma dimensão do materialismo histórico que estava por se constituir, pois dela Marx não deixara senão meras indicações que deveriam ser desenvolvidas e aprofundadas. Assim, o primeiro livro importante de Poulantzas, *Poder político e classes sociais do Estado capitalista*, publicado em 1968, tem a pretensão de ser um verdadeiro tratado sobre o Estado capitalitsa.

*

Vamos nos aproximar agora dos textos de Poulantzas com uma rede um pouco mais fina. Dissemos que Poulantzas herdou de Sartre e Althusser a insubmissão ao dogmatismo e ao marxismo oficial. Tentemos avaliar esta herança em moeda corrente. Precisamente: do que se trata?

Deixemos de lado, por imprecisas, as referências à superação do chamado *stalinismo*. Todos os autores que, a partir da década de 60 (mais precisamente, após o XX Congresso do PC da URSS em 1956), se acercavam do marxismo, situavam-se a si próprios *além* do stalinismo — esse período negro na história da teoria marxista, do movimento operário, do PC da URSS, dos PCs ocidentais, etc., etc. E a tal ponto se fizeram referências genéricas e vagas ao stalinismo que num de seus significados a palavra se transformou em seu contrário. Se no período stalinista o marxismo se congelou, se seus conceitos se transformaram em dogmas e se sua superação significou exatamente a revivescência do marxismo, hoje se chama o adversário de stalinista, para que se possa com o uso deste invólucro prescindir do exame de suas posições, o que não é outra coisa senão o que se criticava no stalinismo, ou em outras palavras, criou-se (com o perdão da palavra) um *antistalinismo stalinista*!

Poulantzas também não se cansa de mencionar seu engajamento na superação do stalinismo. Mas se esta engloba, genericamente, um descongelamento da teoria marxista e a acusação dos erros da política stalinista, isto significa que se colocar *além* do stalinismo é assumir uma posição, ao mesmo tempo, *teórica* e *política*. Como não há posições teóricas e

[1] Ver especialmente a "Introdução" de *Pouvoir politique et classes sociales de l'État capitaliste*. Paris, Maspero, 1968.

políticas em geral, para situar-se além do stalinismo é necessário estabelecer com clareza quais os erros da política stalinista e o que estava entravado na teoria marxista, que é preciso reavivar. É necessário, portanto, colocar as cartas sobre a mesa. Em outras palavras, o antistalinismo é um baralho com muitas cartas que, mesmo exclusivamente sob a ótica da chamada esquerda, servem tanto para o esquerdismo infantil quanto para a socialdemocracia, passando pelos socialistas, pelos trotskistas e, por que não, pelos comunistas (dos PCs atuais). Vamos filar as cartas que Poulantzas escolheu e ver se valem uma aposta [2].

O primeiro passo na direção dessa escolha é um passo negativo, ou seja, é uma rejeição das teorias ou dos pontos de vista que são contrários à teoria que se quer formular. Não importa, portanto, que esta última não esteja acabada; ao contrário até, ela começa a exibir seus primeiros contornos traçando os limites daquilo que ela *não é*. Assim, os elementos teóricos que estão *fora* dos limites da teoria a ser constituída estão muito mais claramente definidos do que aqueles que estão *dentro* daqueles limites. Portanto, nada melhor que o exame dos primeiros textos do autor para a captação desses contornos que se definem ainda pela exclusão.

Poulantzas vai, num primeiro momento, recusar principalmente duas correntes: o *economicismo* e o *historicismo*. Examinemos de perto estas duas recusas.

A recusa do economicismo

Num nível mais abstrato, o economicismo vai ser entendido como um *reducionismo econômico*, com o conjunto da supra-estrutura (para Poulantzas: o nível político e o nível ideológico) não tendo determinações próprias, mas sendo pensado como mero reflexo das determinações da infra-estrutura econômica. A corrente economicista entenderia o conjunto dos fenômenos sociais (especialmente os políticos e os ideológicos) como resultado daquilo que se passa no nível das relações econômicas.

Neste nível abstrato, recusar o economicismo é assumir, por *oposição*, a tendência contrária. No limite desta tendência estaria um *reducionismo supra-estrutural*, que, como é óbvio, implicaria uma tomada de posição de cunho *idealista*.

Ora, Poulantzas propõe-se a construir a teoria marxista (portanto, *materialista*) do Estado capitalista, e, assim, fica-lhe interditado chegar até esse limite do reducionismo supra-estrutural. Permanece, então, aquém

[2] Nos termos colocados até aqui está suposto que teoria e política estão totalmente imbricadas. Espero que até o final esta *suposição* se transforme em *evidência*. No que concerne à continuidade do texto, isto significa que, sempre que me referir à teoria, aquela suposição estará presente.

desse limite, bastando conferir nos níveis supra-estruturais (jurídico-político e ideológico) determinações que lhes sejam próprias, específicas, autônomas. Para conservar o materialismo do marxismo (e se proteger daquele limite idealista), considera a supra-estrutura com uma autonomia *relativa* (acompanhando aí, fundamentalmente, o Althusser de *Pour Marx* e *Lire Le capital*), pois a infra-estrutura econômica é sempre determinante em última instância.

É claro que esta profissão de fé materialista revelada pela adjetivação da autonomia (*relativa*) da supra-estrutura e pela "determinação em última instância pelo econômico" não é suficiente para que alguém se mantenha afastado do idealismo, como se essas expressões fossem abençoadas para nos livrar das tentações, amém. Não, o problema não termina aí; ao contrário, ele começa aí, nas relações entre a infra e a supra-estrutura, na precisão da relatividade da "autonomia" da supra-estrutura e da "determinação em última instância pelo econômico".

Mas Poulantzas já se muniu até aqui das justificativas teóricas para seu empreendimento de construção da teoria marxista do Estado capitalista: se a supra-estrutura tem determinações próprias e, portanto, uma *especificidade* [3], ela pode perfeitamente constituir-se num *objeto autônomo* de investigação. Está aberto o espaço para a construção de uma "teoria regional do modo de produção capitalista" (a região do político) ou de uma ciência política "marxista". (As aspas no "marxista" da ciência política entram aí, por enquanto, apenas por uma desconfiança; afinal a "determinação em última instância pelo econômico" não deveria implicar uma certa *soldagem* entre o político e o econômico que uma ciência política visaria exatamente *dissolver*?)

*

Ninguém hoje defenderia com seriedade o economicismo, entendido como "reducionismo econômico", ainda que ele possa permanecer como um limite facilmente franqueável às análises marxistas; até aqui, portanto, estamos todos com Poulantzas. O busílis da questão não está aí, mas na maneira pela qual são decifradas as relações entre a infra-estrutura econômica e a supra-estrutura.

O estabelecimento destas relações — o que constitui o problema central — vai ser encaminhado inicialmente por Poulantzas através do desenvolvimento da idéia da separação entre sociedade civil e Estado. Vamos acompanhá-lo:

---

[3] Em *Poder político e classes sociais...*, que é seu primeiro trabalho de fôlego, onde Poulantzas tenta formular a teoria da "instância regional do político", essa idéia da *especificidade* está plenamente formulada, especialmente na "Introdução". Já em *Hegemonia e dominação no Estado moderno* (*Hegemonía y dominación en el Estado moderno*. Córdoba, Pasado y Presente, 1969), que reúne quatro ensaios escritos entre 1964 e 1967, a defesa dessa especificidade da supra-estrutura ocupa o centro mesmo da discussão.

> "A separação do Estado e da sociedade civil, ou seja, o caráter *verdadeiramente político* do Estado capitalista, se manifesta [...] no caráter de universalidade que reveste um conjunto particular de valores que constituem os fatores objetivos de estruturação, a mediação específica entre a base e a supra-estrutura política das instituições de um Estado engendrado por um 'tipo' particular de modo de produção que caracteriza a formação social capitalista-intercambista. Este conjunto de 'valores' desempenha não simplesmente um papel ideológico de justificação, mas a função de uma condição de possibilidade das estruturas objetivas do Estado representativo moderno" (*Hegemonia e dominação...*, p. 55).

Retenhamos o essencial: *1*) o Estado capitalista tem um caráter *verdadeiramente político* (o grifo é de Poulantzas), isto é, ele possui estruturas objetivas *específicas, autônomas* (em relação à estrutura econômica); *2*) essa especificidade da estrutura do Estado capitalista é *identificada* à separação entre o Estado e a sociedade civil; *3*) a autonomia da estrutura do Estado capitalista é *manifestada* e, também, ao mesmo tempo, *constituída* pelo caráter de universalidade assumido por um "conjunto particular de valores", e mais: essa universalidade constitui não só a estruturação autônoma do Estado, mas também a própria "mediação específica entre a base e a supra-estrutura"; *4*) a separação entre Estado e sociedade civil, a estruturação autônoma do Estado, a universalidade assumida por um conjunto particular de valores são *específicas* do modo de produção *capitalista.*

Quais são esses valores que têm tal papel constitutivo?

Poulantzas nos responde: "são os valores 'universais' de liberdade e igualdade formais e abstratos" (ibidem, p. 55).

Vamos segui-lo na determinação desses valores:

> "O processo de 'abstração' e de 'igualização' dentro do próprio processo de trabalho, esta autonomização e privatização dos indivíduos dentro do próprio processo de troca e as formas de propriedade privada e de concorrência que daí resultam correspondem, no nível político, aos valores de *liberdade e de igualdade formais e abstratos* e à 'separação' da sociedade civil e do Estado" (ibidem, p. 56).

Quero chamar a atenção para o texto, pois nele Poulantzas assume uma posição teórica (e insisto: ao mesmo tempo *política*) fundamental. Esta tomada de posição vai funcionar exatamente como uma válvula que controla dois circuitos, ela *abre* um caminho e, ao mesmo tempo, *fecha* outro.

Estão aí nesse texto os elementos de *fundação* da autonomia dita relativa do Estado capitalista (justificadora, portanto, de uma ciência *política*). Mas não é só isso: o mais importante é que Poulantzas pretende detectar essa *especificidade* do Estado *capitalista*, de um ponto de vista marxista, isto é, que ela esteja determinada por elementos da infra-estrutura econômica (a "determinação em última instância pelo econômico", etc., etc.).

Aparece claramente, no texto, o *núcleo fundante* das relações entre a infra-estrutura econômica e a "supra-estrutura jurídico-política", relações essas que devem ser compreendidas no *marco da superação do economicismo* e como seu momento *pontual* (o busílis da questão).

É preciso, então, examinar o texto cuidadosamente.

1) Quais os elementos da infra-estrutura econômica que fundam a especificidade do Estado capitalista? São os processos de "abstração" e de "igualização" que ocorrem no interior do próprio processo de *trabalho*, a autonomização e privatização dos indivíduos dentro do processo de *troca* e as formas de propriedade privada e de concorrência que daí resultam.

2) Como esses elementos da infra-estrutura econômica determinam a estruturação objetiva e específica da supra-estrutura? Por uma correspondência, no nível político, dos valores de *liberdade* e de *igualdade formais e abstratos*.

Que processos são esses de "abstração" e de "igualização" que ocorrem no interior do processo de trabalho?

Este processo de abstração diz respeito ao trabalho *abstrato*, fonte do valor (Marx): "a autonomização dos indivíduos corresponde a uma cisão entre o trabalho concreto e o trabalho 'abstrato', entre o valor de uso e valor de troca" (POULANTZAS, ibidem, p. 55-6).

O processo de "igualização" refere-se, por oposição, à "desigualdade natural" (das "sociedades escravistas e medievais", p. 57), significa, portanto, a liberação "dos indivíduos-pessoas das hierarquias naturais" (p. 59), ou em outras palavras: a constituição histórica do trabalhador *livre*.

Poulantzas certamente foi encontrar nos textos de Marx a fundamentação teórica desses processos de abstração e de igualização. Quanto ao "processo" de abstração, que para Poulantzas concerne ao trabalho abstrato, basta mencionar que, em Marx, é ele que torna possível sua teoria do valor e, portanto, toda a teoria do modo de produção capitalista. A discussão detalhada do processo de "igualização", visto sob o ângulo da constituição do trabalhador livre, é feita por Marx principalmente nas *Formas* (que antecedem o MPC) e n'*O capital* (especialmente no capítulo "A chamada acumulação primitiva"), mas os efeitos da igualização nos processos propriamente capitalistas são apanhados lapidarmente quando Marx discute "A compra e venda da força de trabalho".

> "[...] a *força de trabalho* só pode aparecer no mercado, como uma *mercadoria*, sempre e quando seja oferecida e vendida *como uma mercadoria por seu próprio possuidor*, isto é, pela pessoa a quem pertence. Para que este, seu possuidor, possa vendê-la como uma mercadoria é necessário que disponha dela, isto é, que seja *livre proprietário* de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. O possuidor da força de trabalho e o possuidor de dinheiro se enfrentam no mercado e contratam *de igual para igual* [eis aí a igualdade a que se refere Poulantzas (grifo nosso)]

como *possuidores de mercadorias*, sem outra distinção nem diferença que a de que um é comprador e o outro é vendedor: ambos são, portanto, *pessoas juridicamente iguais*." [4]

Agora que já está suficientemente esclarecido o que Poulantzas entende por "processo de abstração" e "processo de igualização", retomemos seu texto: "O processo de 'abstração' e de 'igualização' *dentro do próprio processo de trabalho* [grifo nosso]". O problema que levanto é se esses processos ocorrem efetivamente no interior do processo de trabalho; e não se trata aqui de uma questão meramente formal.

O processo de trabalho é analisado por Marx em suas duas dimensões. Na primeira, retendo "seus elementos simples e abstratos", ele se determina como trabalho *concreto*, produtor de *valores de uso*, como um intercâmbio entre o homem e a natureza que independe das *formas sociais* de que é revestido; na segunda, fazendo intervir estas formas sociais (históricas), especialmente a *capitalista*, Marx mostra que o mesmo processo de trabalho se determina como processo de *valorização*, e neste o que importa é o trabalho *abstrato*, produtor de *valor* — só podendo a unidade do processo de trabalho e do processo de valorização ser pensada através das *relações de produção capitalistas*, portanto, como *processo de produção* capitalista [5].

Como vimos, o "processo de abstração" (a abstração do caráter qualitativo do trabalho), que para Poulantzas é decisivo para a determinação da especificidade do Estado capitalista, não se localiza "dentro do próprio processo de trabalho", mas no interior do processo de *valorização*. É óbvio que se pode considerar o processo de trabalho em sua unidade com o processo de valorização (o processo de *produção capitalista*), mas sob a condição absoluta de fazer intervir as *relações de produção capitalistas* (e as conseqüências fundamentais aí implicadas).

Colocar o "processo de abstração" no interior do processo de trabalho não significaria exatamente uma recusa da inserção das *relações de produção* no centro mesmo da discussão sobre o Estado capitalista?

O outro elemento decisivo para a consideração da autonomia do Estado capitalista é o "processo de igualização", também incluído por

---

[4] MARX, K. *El capital*. México, Fondo de Cultura Económica, 1964. I, p. 121.

[5] "O *processo de trabalho* [...] é a atividade racional encaminhada à produção de valores de uso, [...] a condição geral do intercâmbio de matérias entre a natureza e o homem, a condição natural e eterna da vida humana, independente das formas e modalidades desta vida e comum a todas as formas sociais. [...] Se estabelecemos o paralelo entre o *processo de valorização* e o *processo de trabalho*, observaremos que este consiste no trabalho *útil* que *produz valores de uso*. Aqui se enfoca a dinâmica em seu aspecto *qualitativo* (trabalho concreto) [...] No processo de criação de valor, este *processo de trabalho, que é o mesmo*, só nos é revelado em seu aspecto *quantitativo* (trabalho abstrato) [...] *como unidade do processo de trabalho e do processo de valorização*, o processo de produção é um *processo de produção capitalista*, a forma capitalista da produção de mercadorias." (*O capital*, I, p. 136, 146 e 147.)

Poulantzas no interior do processo de trabalho. Aí o "engano" é muito mais grosseiro: a "igualização" entre "possuidores de mercadorias" — o possuidor da força de trabalho e o possuidor de dinheiro — ocorre na *órbita da circulação*; essa igualdade se transforma em seu contrário no interior do processo de produção capitalista (processo de trabalho/processo de valorização).

Mesmo admitindo-se que alguns textos de Marx podem propiciar interpretações controversas, há que se consentir no caráter inequívoco de algumas de suas teses fundamentais. Uma destas é sem dúvida a de que, entre os processos de produção, de distribuição, de troca e de consumo, o processo de produção é o processo *determinante.*

Considerando-se que o processo de trabalho, em sua unidade com o processo de valorização, faz parte do *processo de produção capitalista,* não caberia perguntar se Poulantzas, ao incluir os tais processos de "abstração" e de "igualização" no interior do processo de trabalho, não pretendia fazer com que elementos situados *fora* do *processo de produção capitalista* passassem por determinações deste processo?

Estes processos de "abstração" e de "igualização" que "correspondem, no nível político, aos valores de *liberdade e de igualdade formais e abstratos*" são analisados por Marx, que indica com precisão o estatuto destes processos.

> "[...] na medida em que a mercadoria ou o trabalho estejam determinados meramente como valor de troca e na medida em que a relação pela qual as diferentes mercadorias se vinculam entre si apresenta-se apenas como intercâmbio destes valores de troca, como sua equiparação, os indivíduos ou sujeitos entre os quais transcorre esse processo se determinam simplesmente como intercambiantes. Não existe absolutamente nenhuma diferença entre eles, no que se refere à determinação formal [...] Cada sujeito é um intercambiante, isto é, tem com o outro a mesma relação social que este tem com ele. Considerado como sujeito do intercâmbio, sua relação é, pois, a de *igualdade* [...] É a diversidade de suas necessidades e de sua produção o que dá margem a seu intercâmbio e a sua igualização social. Esta disparidade natural constitui, pois, o suposto de sua igualdade social no ato de intercâmbio [...] A relação que se estabelece entre eles não é só de igualdade, mas também social. Isto não é tudo [...] Na medida em que esta disparidade natural dos indivíduos e de suas mercadorias constitui o motivo da integração destes indivíduos, a causa de sua relação social como sujeitos que intercambiam, relação essa em que eles se pressupõem iguais e, como tais, se *confirmam,* à noção de igualdade se agrega a de *liberdade* [...] De modo que, assim como a forma econômica, o intercâmbio, põe em todos os sentidos a igualdade dos sujeitos, o conteúdo ou substância — tanto individual como coletivo — põe a *liberdade.*" [6]

[6] MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (borrador) 1857-1858 (Grundrisse).* Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 1971. I, p. 179, 181 e 183.

Atentem para a continuação do excerto de Marx, onde vai ser precisado o estatuto destas noções de "igualdade" e de "liberdade":

> "Não pôr em relevo nesta concepção as conotações históricas [...] é o mesmo que afirmar que não existe diferença alguma, e menos ainda contraposição e contradição, entre os corpos naturais, já que estes, no que se refere ao peso, por exemplo, são todos pesados e, portanto, iguais [...] Da mesma maneira se toma aqui o *valor de troca* em *seu caráter determinado simples*, e não em suas formas mais desenvolvidas, que *são contraditórias*. Na evolução da ciência essas determinações *abstratas* são *as mais pobres* [...] No conjunto da sociedade burguesa atual, esta redução a preços e a sua circulação aparecem como o processo *superficial* sob o qual, contudo, ocorrem na *profundidade* processos completamente diferentes, nos quais aquela igualdade e liberdade aparentes dos indivíduos se desvanecem" (p. 185 e 186).

Este longo excerto dos *Grundrisse* nos permite verificar com suficiente clareza onde Poulantzas foi encontrar este "conjunto particular de valores ["*a liberdade e a igualdade formais e abstratos*"] que constituem os fatores objetivos de estruturação do Estado capitalista, a mediação específica entre a base e a supra-estrutura". Não no processo de *trabalho*, muito menos no processo de *produção capitalista*, mas no processo de *troca*, mesmo assim visto *em suas determinações simples e abstratas* que, enquanto tais, abstraem exatamente seu caráter *concreto, histórico, contraditório.*

Esta nossa insistência em mostrar precisamente com quais elementos teóricos Poulantzas pretende superar o economicismo e, de outro lado, encontrar os elementos que justifiquem a fundação de uma autonomia do Estado capitalista (a ponto de dar lugar a uma ciência política "marxista"), e, insistência também, em demonstrar a relação entre esses elementos teóricos e o marxismo, se deve ao fato de que esta primeira formulação de Poulantzas a respeito das relações entre a base econômica e a supra-estrutura capitalista é a *matriz teórica fundamental* que permanece sempre em seus *textos posteriores.*

Gostaríamos de abrir um parêntese para esclarecer, preliminarmente, algumas objeções que nosso texto pode suscitar: *1*) o fato de Poulantzas ter *excluído* as *relações de produção capitalistas*, como elemento teórico essencial à fundação do Estado capitalista, não significa que ele não venha a tratar destas relações e mesmo que não as coloque como relações determinantes dentre aquelas que fazem parte da infra-estrutura econômica capitalista (o que faz principalmente em "As classes sociais" — cf. texto 5 desta coletânea — e na "Introdução" de *As classes sociais no capitalismo de hoje*); mas significa que estas relações de produção capitalistas vão permanecer sempre *secundárias* no que concerne não só à concepção de Poulantzas da autonomia do Estado capitalista e, portanto, de sua concepção do próprio Estado capitalista, mas também à sua *posição política*; *2*) o texto examinado faz parte de um primeiro trabalho, ainda mal elaborado, em que os conceitos ainda não estão

tratados com o necessário rigor com que Poulantzas os elabora nos textos posteriores; é verdade, nestes termos o texto analisado é de "segunda classe", mas, para além do rigor ou da falta de rigor, a nossa preocupação foi exatamente a de reter, como dissemos antes, a *matriz teórica fundamental* que vai presidir a elaboração de *todos os textos* de Poulantzas.

Esta matriz aparece ainda, com todas as letras, em *Poder político e classes sociais*...:

> "Realmente, o seu traço distintivo fundamental [do Estado capitalista] parece consistir na ausência da determinação dos sujeitos — fixados neste Estado como 'indivíduos', 'cidadãos', 'pessoas políticas' — enquanto *agentes da produção* [...] Simultaneamente, este Estado de classe apresenta, como específico, o fato de a dominação política de classe estar constantemente ausente das suas instituições. Este Estado apresenta-se como um Estado-popular-de-classe. *Suas instituições estão organizadas em torno dos princípios da liberdade e da igualdade dos 'indivíduos'* [grifo nosso] ou 'pessoas políticas'. A legitimidade deste Estado [... está fundada] no conjunto dos indivíduos-cidadãos *formalmente livres e iguais* [grifo nosso]. [...] O sistema jurídico moderno [...] reveste um caráter 'normativo', expresso num conjunto de leis sistematizadas *a partir dos princípios de liberdade e de igualdade* [grifo nosso]: é o reino da 'lei'. A igualdade e a liberdade dos indivíduos-cidadãos residem na sua relação com as leis abstratas e formais, consideradas enunciativas dessa vontade geral no interior de um 'Estado de direito' " (excertos do texto 1 desta coletânea).

Mas a inteligibilidade desta matriz teórica fundamental ainda é insuficiente para desvelarmos com toda a nitidez o centro nevrálgico mesmo das formulações teóricas de Poulantzas. Vamos nos aproximar deste centro através de uma segunda recusa feita por Poulantzas: a recusa ao historicismo.

A recusa ao historicismo

A crítica ao economicismo — o reducionismo econômico, a supra-estrutura como mero reflexo da infra-estrutura econômica, etc. — serviu para Poulantzas destacar as condições "objetivas" de fundação da *autonomia* (dita *relativa*) *do Estado capitalista*, autonomia essa que significa que este Estado deve ser concebido como tendo determinações próprias, específicas e, portanto, diferentes das determinações econômicas.

A crítica ao historicismo vai servir para Poulantzas tentar fixar esta mesma autonomia (relativa) do Estado, agora vista da perspectiva das classes sociais, de suas relações e das lutas de classe. O núcleo básico fundamental da corrente dita historicista consistiria na concepção de que a *história teria um sujeito* e de que este, pelo menos sob o capitalismo (sociedade de classes), seria consubstanciado pela classe social (ou classes sociais).

Admitir uma classe social como sujeito da história é considerá-la "*fator de engendramento das próprias estruturas sociais*" (as estruturas "econômica", "política" e "ideológica"). Visto deste prisma, o historicismo estaria perfeitamente conectado ao economicismo, pois, ao ser preservado o princípio do materialismo histórico da determinação da supra-estrutura pela base econômica, toda a supra-estrutura capitalista estaria imediatamente vinculada às determinações econômicas *de classe* (sujeito da história). Mais concretamente: a dominação política de classe seria considerada como resultado direto de uma dominação/exploração econômica dessa mesma classe (sujeito da história), e o Estado capitalista (melhor seria dizer, Estado *burguês*) se constituiria, fundamentalmente, para a defesa dos interesses da classe economicamente dominante, a burguesia.

A defesa mais acabada e também mais radical de Poulantzas de uma posição *anti-historicista* aparece em seu *Poder político e classes sociais*... Vamos acompanhá-lo em sua argumentação:

> "[...] a problemática historicista [...] concebe a classe como sujeito da história, como fator de engendramento genético das estruturas de uma formação social e como fator de suas transformações [...] Nesta perspectiva, o problema teórico das estruturas de uma formação social é reduzido à problemática de sua origem, ela mesma relacionada ao autodesenvolvimento da classe-sujeito da história" (p. 61).
>
> "Os agentes de produção são apreendidos como os atores-produtores, como os sujeitos criadores das estruturas; as classes sociais, como os sujeitos da história. A própria distribuição dos agentes em classes sociais está relacionada ao processo — de fatura historicista — de criação-transformação das estruturas sociais pelos 'homens'. Ora, esta concepção desconhece dois fatos essenciais. Em primeiro lugar, que os agentes da produção, por exemplo, o trabalhador assalariado e o capitalista, enquanto 'personificações' do Trabalho assalariado e do Capital, são considerados por Marx como os *suportes* ou os *portadores* de um conjunto de estruturas. Em segundo lugar, que as classes sociais jamais são *teoricamente* concebidas por Marx como a origem genética das estruturas..." (ibidem, p. 63.)
>
> "[...] *a classe social é um conceito que indica os efeitos do conjunto das estruturas (econômica, ideológica e política), da matriz de um modo de produção ou de uma formação social sobre os agentes que lhe constituem os suportes: o conceito indica portanto os efeitos da estrutura global no domínio das relações sociais.* [...] Uma classe social pode bem ser identificada seja no nível econômico, seja no nível político, seja no nível ideológico; ela pode, portanto, ser localizada por relação a uma instância particular. [...] O que quer dizer que a classe social não pode ser teoricamente apreendida como uma estrutura regional ou parcial da estrutura global, ao mesmo título, por exemplo, que as relações de produção, o Estado ou a ideologia constituem efetivamente estruturas regionais. [...] entre o conceito de classe, conotando relações sociais e os conceitos conotando estruturas *não há homogeneidade teórica.* [...] as classes conotam sempre *práticas* de classe *e estas práticas não*

são estruturas — a prática política não é a supra-estrutura do Estado, nem a prática econômica as relações de produção." (Ibidem, p. 64-5 e 69-70.)

"Rigorosamente falando, as relações de produção enquanto estrutura não são classes sociais. [...] o conceito de classe não pode recobrir a estrutura das relações de produção. Estas consistem em formas de combinação, a relação das categorias do Capital e do Trabalho assalariado expressa por um conceito particular, aquele da mais-valia. [...] a contradição das classes não está localizada no interior mesmo das estruturas. [...] ela [a contradição das classes] concerne às relações sociais: neste sentido, além disso, ela caracteriza *todos* os níveis das relações sociais, da luta das classes, e não simplesmente as relações sociais de produção." (Ibidem, p. 67-8.)

Nestes excertos Poulantzas destaca com clareza sua posição anti-historicista, excluindo, em definitivo, qualquer possibilidade de se tomar como ponto de partida, numa análise que se pretenda marxista (isto é, baseada nas contribuições de Marx, Engels, Lenin, Gramsci, etc., etc.), a idéia de uma classe social-sujeito da história. E mais: também nos deixa plenamente esclarecidos a respeito do *lugar* (ou do estatuto teórico) do conceito de classe social, das lutas de classe, das contradições das classes no interior do materialismo histórico.

Esquematizando as colocações de Poulantzas, teríamos: *1*) dois domínios teóricos distintos, o das *estruturas* (econômica, ideológica e política) e o das *práticas sociais* (ou *práticas de classe*); *2*) no domínio das estruturas é a estrutura econômica que é a determinante em última instância, mas a estrutura ideológica e a estrutura política mantêm uma autonomia relativa em relação àquela; *3*) o domínio das práticas sociais (de classe) é considerado como *efeito* do domínio das estruturas, efetivando-se, portanto, como práticas econômicas, práticas ideológicas e práticas políticas; *4*) uma classe social pode ser identificada em relação a um nível estrutural particular (econômico, ideológico ou político), mas constitui o efeito do conjunto dos níveis; *5*) entre o domínio das estruturas e o domínio das práticas sociais não há homogeneidade teórica, não se deve confundir conceitos que pertencem a domínios teóricos diferentes.

Esta posição radicalmente anti-historicista de Poulantzas, que vai até o limite da *exclusão* das classes sociais e das lutas de classe da estrutura social, não é recolhida aqui só para ser submetida à crítica, a partir de uma perspectiva marxista [7]. Essas colocações de Poulantzas

[7] A crítica a esse ponto específico — a separação entre o domínio das estruturas e o das práticas de classe — é encontrada, por exemplo, em CARDOSO, F. H. Althusserianismo o marxismo. In: ZENTENO, R. B., coord. *Las clases sociales en América Latina*. México, Siglo Veintiuno, 1973, esp. p. 150-2; CARDOSO, M. L. *Ideologia do desenvolvimento, Brasil: JK/JQ*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, esp. p. 41-5; FERNANDES, H. *Os militares como categoria social*. São Paulo, Global, 1979, esp. p. 54-9; SILVEIRA, P. *Do lado da história (uma leitura crítica da obra de Althusser)*. São Paulo, Polis, 1978, esp. p. 130-2.

devem ser retidas, principalmente, porque elas vão permanecer como o núcleo teórico de seus trabalhos posteriores, ainda que, explicitamente, tais como estão formuladas nos excertos apresentados, não apareçam mais em seus textos [8] (o que pode servir de indicação — nesse caso errônea — de uma retificação de posição ou de uma autocrítica).

Vamo-nos restringir aqui a fazer apenas algumas referências críticas muito rápidas a essas formulações de Poulantzas, reproduzindo as argumentações teóricas que se encontram nos comentários críticos mencionados.

Uma delas, a de F. H. Cardoso, refere-se ao caráter *concreto* da totalidade marxista como síntese de múltiplas determinações, e dentre estas, segundo Marx, estão as *classes sociais*, o capital, o trabalho assalariado, etc., não se justificando, portanto, a falta de homogeneidade teórica entre o conceito de classe e os conceitos referentes ao que Poulantzas considera o domínio das estruturas.

Noutra argumentação, a de M. L. Cardoso, é destacada a distinção feita por Poulantzas entre "relações de produção" — conceito pertencente à estrutura econômica — e "relações *sociais* de produção" — conceito pertencente ao domínio das práticas sociais. As relações de produção seriam constituídas, para Poulantzas, apenas por "relações técnicas", uma combinação específica entre os agentes da produção e as condições materiais e técnicas do trabalho. Ora, a descoberta do marxismo é exatamente que as relações *sociais* na produção é que remetem às relações econômicas, e que a relação dos homens com as coisas é mediada pela relação dos homens entre si.

Numa linha crítica que aponta mais para os aspectos *políticos* das posições de Poulantzas, H. Fernandes argumenta que uma das preocupações essenciais do marxismo está centrada justamente na elaboração de conceitos que dêem conta do movimento da sociedade, de suas transformações, de sua história. Daí questionar: a consideração das classes sociais e das lutas de classe como efeito de estruturas *já dadas* não significaria *congelar* aquela preocupação básica do marxismo? Ou, em outras palavras, não significaria o balizamento daquelas lutas no interior dos limites das estruturas existentes?

O Estado capitalista e as lutas de classe

No bojo, então, das recusas ao economicismo e ao historicismo emergem as formulações básicas de Poulantzas a respeito da autonomia

[8] Numa única exceção, esta posição de Poulantzas aparece ainda explicitamente em *As classes sociais no capitalismo de hoje*, escrito seis anos depois: "A classe social é [...] um *conceito* que designa o efeito de estrutura na divisão social do trabalho (as relações sociais e as práticas sociais)" (*Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Paris, Seuil, 1974. p. 16).

(relativa) do Estado capitalista — autonomia que tem seus fundamentos em princípios estruturais —, e as que se referem ao "lugar" das classes sociais e das lutas de classe no modo de produção capitalista, entendidas como *efeito* do conjunto dos níveis ou instâncias estruturais (econômica, política e ideológica).

Separados, assim, o domínio das estruturas, de um lado, e o domínio das práticas sociais (de classe), de outro, torna-se imprescindível estabelecer um lugar para o qual confluam as estruturas e as práticas sociais, um vaso comunicante entre esses domínios *distintos*, sob pena de se congelar a história. Este lugar estratégico para dar passagem à história é, sob o capitalismo, o *Estado*. E é *apenas aí*, no Estado, que as lutas de classe podem *transformar as estruturas*, mesmo sendo aquelas um efeito destas [9].

Contudo, para precisar as relações entre as lutas de classe e o Estado (neste caso, lutas políticas de classe), ou melhor ainda, para definir o Estado a partir das relações de classe, é fundamental manter afastadas as perspectivas "economicista" e "historicista"; ou seja, deve-se considerar a autonomia (relativa) do Estado em relação à infra-estrutura econômica, autonomia fundamentada nos princípios da "liberdade e da igualdade formais e abstratos", e as classes sociais e as lutas de classe como *efeito* do conjunto dos níveis estruturais.

> "Não se pode fazer 'abstração' de um conceito teórico de Marx, o de 'classe social', e assim isolado erigi-lo em sujeito histórico produzindo supra-estruturas-objetos [...] Será preciso abandonar definitivamente toda perspectiva que remeta a estruturação de uma formação social dada e a sucessão dessas formações a um sujeito qualquer [...] O Estado, domínio particular da supra-estrutura, não se apresenta como um simples fenômeno da sociedade civil — indivíduos concretos como uma 'alienação' ou um predicado de uma essência —, mas como uma *realidade objetiva, específica e de eficácia própria* gerada a partir da base [...] O Estado, possuindo uma realidade objetiva própria, está constituído a partir do mesmo campo no qual se situam a luta de classes e as relações de exploração e de dominação. O Estado cristaliza assim em sua unidade própria, e em razão de sua geração a partir da unidade de base, as *relações* de produção e as *relações* de classe. O Estado político moderno, no nível político, não traduz os 'interesses' das classes dominantes, *mas a relação desses interesses com os das classes dominadas* [...] Inútil insistir sobre o fato de que Marx, Engels e Lenin não reduziram a luta de classes a um conflito dualista, de caráter finalista, entre duas classes, dominante e dominada, mas a conceberam como lugar objetivo de uma

[9] Já se poderia, a esta altura, chegar, por dedução, à distinção que Poulantzas faz entre luta econômica, luta ideológica e luta política, cada uma dessas modalidades de luta de classe correspondendo a um dos níveis da estrutura, dos quais as lutas das classes constituem o efeito; e se o Estado é considerado como lugar estratégico da transformação das estruturas, isso implica necessariamente uma *superestimação* da chamada luta política de classe e uma subestimação da chamada luta econômica de classe (da "chamada" por Poulantzas, naturalmente).

> relação complexa entre várias classes e frações de classe [...] Na perspectiva marxista científica, a problemática subjetivista é abandonada em benefício de um sistema de relações objetivas entre estruturas e práticas objetivas. [...] em conseqüência, o problema da historicidade não está referido a um sujeito-agente-totalizador, mas à *sucessão* e à *transição* entre sistemas de relações que, enquanto tais, constituem sistemas de transformações regulamentados [sic!]." (*Hegemonia e dominação...*, p. 49-52 e 82.)

Estas mesmas idéias são desenvolvidas e aprofundadas em *Poder político e classes sociais...*, que é o segundo livro de Poulantzas.

Na medida em que o Estado traduz, no nível político, a relação entre os "interesses" das classes dominantes com os das classes dominadas (cf. *Hegemonia e dominação...*, trecho citado acima), ele é "o fator de coesão da unidade de uma formação, [e] é também a estrutura na qual se *condensam* as contradições dos diversos níveis de uma formação" (*Poder político e classes sociais...*, p. 44); e a "prática política é aquela que transforma a unidade, na medida em que seu objeto constitui o ponto nodal de condensação das contradições dos diversos níveis, com historicidades próprias e desenvolvimento desigual" (ibidem, p. 40).

Evidencia-se, assim, porque o Estado é o lugar estratégico da transformação da estrutura social. De um lado, ele é o fator de coesão da unidade do todo; e, de outro, ele condensa as contradições dos diversos níveis (econômico, ideológico e político), ou seja, o Estado se determina como um vaso comunicante para onde são repassadas as contradições que se dão nos outros níveis (econômico e ideológico). Como as práticas de classe (as lutas de classe) — econômicas, ideológicas e políticas — são um *efeito* dos níveis estruturais, o efeito *específico* do nível político — a especificidade do Estado — sobre as práticas *políticas* de classe é a determinação destas como as práticas que podem transformar a unidade do todo social. E, neste caso, este efeito específico do nível político sobre as práticas políticas de classe engendraria, ao mesmo tempo, um "efeito de retorno", desta vez, das práticas de classe transformando a estrutura política — o Estado — e, em conseqüência, a unidade do todo, já que o Estado é o fator de coesão desta unidade.

Parece, então, que, apesar de percorrer um caminho um pouco estranho ao marxismo — de definir a autonomia e a especificidade do Estado por determinações abstratas que se localizam apenas no nível do processo de circulação, de separar as classes e as lutas de classes das estruturas sociais —, Poulantzas chega ao final a uma tese marxista. Se abstrairmos esse palavreado de efeitos que vão e que voltam, podemos reter o caráter transformador das estruturas sociais e, portanto, *histórico* das lutas *políticas* de classe. O que nada mais é do que um retorno à tese de Marx (desde o *Manifesto*) segundo a qual a luta de classes é o motor da história.

Bem, mas para se chegar aí, talvez não fosse necessário esse percurso intrincado escolhido por Poulantzas: bastaria abrir o *Manifesto*. Contudo,

Poulantzas não é um intelectual ingênuo. Se ele quisesse efetivamente *abrir* o *Manifesto*, teria economizado esse percurso; e, se não o fez, é porque talvez queira *fechar* o *Manifesto*. E reencontramos aqui — no caminho teórico percorrido — o busílis da questão, mas só que desta vez nos apontando para sua outra face, para sua face *política*.

*

Comecemos pelo início do *Manifesto* — ou pelo seu fim —, pois entramos em cheio no terreno das opções políticas: "a história de todas as sociedades [. . .] tem sido a história das lutas de classes".

Esta tese de Marx é certamente abstrata, no sentido preciso de que não se refere a nenhum tipo de sociedade historicamente determinada. É por esta razão que ela *abre* o *Manifesto*, que vai tratar exatamente de torná-la concreta sob as condições historicamente determinadas do modo de produção capitalista. É óbvio que, enquanto formulação abstrata, ela pode ser passível das concretizações que se queira, das "leituras" que se preferir [10], mas com a condição absoluta de se escrever *outros* "manifestos". Mais claramente: com a condição de se assumir uma posição política que nada tem a ver com o marxismo.

Em seus primeiros textos, Poulantzas constrói uma armação teórica — naturalmente sempre em nome de Marx, Engels, Lenin, Gramsci, etc. — que lhe permitirá fazer sua própria leitura daquela tese de Marx, ou seja, enveredar-se para o terreno em que é necessário assumir posições políticas mais claras [11].

Para se estabelecer um significado político preciso da leitura da tese de que a luta de classes é o motor da história, é necessário trazer para o primeiro plano o problema das classes sociais, das lutas de classe e o da própria história, sob o capitalismo.

Como dissemos, Poulantzas se armara teoricamente em seus dois primeiros livros para enfrentar essas questões políticas.

As classes sociais, como vimos, constituem-se como um *efeito* das estruturas sociais (econômica, ideológica e política). Portanto, se pelo

---

[10] "No que me concerne, não me cabe o mérito de haver descoberto nem a existência das classes, nem a luta entre elas. Muito antes de mim, historiadores burgueses já haviam descrito o desenvolvimento histórico dessa luta entre as classes, e economistas burgueses haviam indicado sua anatomia econômica." (MARX, K. Carta a Weydemeyer, 5 mar. 1852. In: —. *Obras escolhidas, III*. Rio de Janeiro, Ed. Vitória, 1963. p. 253-4.)

[11] Depois do seu terceiro livro, *Fascismo e ditadura*, a Confedération Française Démocratique du Travail (CFDT) encomendou-lhe um texto sobre "As classes sociais" que tinha como um dos objetivos criticar as posições defendidas pelo PCF em seu *Tratado de economia marxista: O capitalismo monopolista de Estado*. A CFDT é a segunda maior central sindical operária francesa (depois apenas da CGT, ligada ao PCF), de tendência autogestionária, que congrega em seus quadros socialistas (do PSF), trotskistas e católicos. (Agradecemos ao Prof. Braz Araújo a gentileza de nos transmitir estas informações sobre a composição da CFDT.)

efeito das determinações do nível ou instância econômica pode-se identificar a classe operária e a burguesia, é necessário o recurso às determinações dos níveis ideológico e político para a identificação da pequena burguesia [12].

Isto não significa que a pequena burguesia tenha seu "lugar de classe" determinado *exclusivamente* pelos níveis estruturais ideológico e político, ao contrário da classe operária, por exemplo, cujo "lugar de classe" já estaria determinado pelo nível econômico (pelas relações de produção). É que a *participação diferencial* da pequena burguesia, especialmente de suas duas grandes frações de classe ("tradicional" e "nova"), na divisão social do trabalho, até mesmo no próprio processo de produção, é *insuficiente* para a identificação das frações pequeno-burguesas como uma *mesma* classe social. Identificação essa que se daria, então, pelos efeitos ideológicos e políticos que resultariam dessa participação diferencial na divisão social do trabalho [13].

Poulantzas *inclui* nestas três grandes classes sociais (o proletariado, a burguesia e a pequena burguesia) os "conjuntos sociais" que são constituídos a partir das formas diferenciais da divisão social do trabalho no campo. Deste modo, sua proposição não só é exaustiva no que diz respeito ao MPC, como também pode ser assimilada, enquanto *mera nomeação destas três grandes classes*, por uma perspectiva marxista (sob a condição de uma dissolução da especificidade do campesinato, o que absolutamente não é pacífico).

O problema consiste, então, na necessidade de se recorrer às determinações políticas e ideológicas para a definição da pequena burguesia. Não se trata aqui de abrir uma polêmica em torno de critérios para a identificação da pequena burguesia, mas de chegar *ao ponto a partir do qual podem ser desvendadas as posições políticas de Poulantzas.*

Antes de tudo, cabe lembrar que esse apelo a critérios político-ideológicos para a identificação da pequena burguesia já estava implicitamente suposto na concepção de Poulantzas sobre a relação entre as estruturas e as práticas sociais. Escrevia ele, em *Poder político e classes sociais...*, antes da análise das classes sociais, que "uma classe social

---

[12] "A necessidade de remeter aos critérios políticos e ideológicos na determinação de classe é particularmente definida no que se refere à *pequena burguesia*" ("As classes sociais", texto 5 desta coletânea).

[13] "Em geral, são considerados como parte da pequena burguesia dois grandes conjuntos de agentes, os quais, não obstante, ocupam lugares totalmente distintos na produção:

A pequena burguesia 'tradicional', que *tende* a ir diminuindo: a da pequena produção e do pequeno comércio (a pequena propriedade). [...] A 'nova' pequena burguesia, que *tende* a aumentar sob o capitalismo monopolista: *a dos trabalhadores assalariados não-produtivos*, [...] à qual convém acrescentar os funcionários do Estado e de seus diversos aparelhos. [...] Com efeito, pode-se considerar que esses lugares diferentes na produção e na esfera econômica têm, não obstante, *os mesmos efeitos* ao nível político e ideológico" (excertos do texto 5 desta coletânea).

pode bem ser identificada seja no nível econômico, seja no nível político, seja no nível ideológico; ela pode, portanto, ser localizada por relação a uma instância particular" (p. 64-5).

É óbvio que, de um ponto de vista marxista, seria até risível a necessidade de identificar a classe operária e a burguesia por determinações supra-estruturais. E, portanto, se uma classe social pode ser identificada seja no nível político, seja no nível ideológico, isto significa que este "lugar" de identificação supra-estrutural de classe já estava reservado à pequena burguesia.

Por outro lado, para Poulantzas, a pequena burguesia é formada por duas frações de classe distintas: a pequena burguesia "tradicional" — a da pequena produção e do pequeno comércio — e a "nova" pequena burguesia — os trabalhadores não-produtivos, incluindo os funcionários estatais.

Ora, no caso da pequena burguesia "tradicional", que se define pela pequena propriedade produtiva ou comercial, não há nenhuma necessidade de se recorrer a critérios políticos e ideológicos para sua identificação: *ela já está identificada por critérios econômicos.* Então é à *"nova" pequena burguesia* que se deve esta reserva de um "lugar" supra-estrutural de identificação de classe. A questão que se coloca é a de se saber por que esta fração pequeno-burguesa merece um lugar especial para sua identificação? Para responder a esta questão com clareza, é necessário primeiro tornar explícitas algumas proposições de Poulantzas sobre a *"nova" pequena burguesia.*

Desde logo, na própria definição que Poulantzas faz da "nova" pequena burguesia, ela já assume um destaque especial: ela "*tende* a aumentar sob o capitalismo monopolista". Esta tendência da "nova" pequena burguesia em crescer numericamente já a coloca numa posição privilegiada nos planos ideológico e político; basta mencionar, por exemplo, a importância desse crescimento para uma estratégia "operária" que considera o processo eleitoral como um de seus momentos essenciais.

Mas, além dessa tendência a aumentar sob o capitalismo monopolista, Poulantzas destaca também tendências no sentido de uma "*polarização objetiva proletária*" (cf. *As classes sociais no capitalismo...*, p. 344 a 358). Isto é, tendências que levam certas frações da "nova" pequena burguesia a polarizarem-se em torno das posições políticas da classe operária; por exemplo, a tendência daquelas frações a "sofrer uma exploração particularmente intensa" (ibidem, p. 346).

Contudo, Poulantzas recusa veementemente uma identificação desses assalariados não-produtivos à classe operária. Esta identificação, que corresponde à posição do PCF no *Tratado* mencionado (classe operária = classe assalariada), segundo Poulantzas, remonta "a uma antiga tradição socialdemocrata" (ibidem, p. 211). Porém, "o reconhecimento de seu pertencimento de classe, que os distingue da classe operária, é essencial para a instituição de uma base justa da aliança popular, sob a direção e hegemonia da classe operária" (ibidem, p. 221).

Começa a se destacar agora a *face política* da teoria. De um lado, por permitir uma identificação rigorosa das classes sociais segundo os critérios das determinações estruturais (econômicas, ideológicas e políticas). De outro, por constatar que certas tendências históricas do desenvolvimento do capitalismo monopolista levam algumas frações da "nova" pequena burguesia a uma "polarização objetiva proletária". Daí se deduz a possibilidade e a necessidade política objetiva do estabelecimento de uma *aliança popular* entre a "nova" pequena burguesia e a classe operária, sob a direção e a hegemonia desta última: "[...] a relação das forças entre a burguesia e a classe operária *só pode ser radicalmente modificada na medida* do estabelecimento das alianças da classe operária com as outras classes e frações de classe populares" (ibidem, p. 366, grifo nosso).

A contribuição da teoria à prática, à política, permaneceria incompleta, apenas a meio caminho, se não nos fossem fornecidos os elementos teóricos necessários para uma inteligibilidade muito precisa dos *objetivos políticos* dessa aliança popular de classe e também do *significado preciso* da direção e da hegemonia da classe operária no interior da aliança. Retornemos às formulações de Poulantzas e vejamos quais os elementos teóricos disponíveis para fornecer uma resposta a estas questões políticas.

Vamos inicialmente recolocar uma questão que ficara suspensa: a de se saber qual a necessidade da utilização de critérios políticos e ideológicos para a identificação da "nova" pequena burguesia. Para respondê-la é preciso abandonar esse nível mais formal da mera *identificação* das classes sociais — a classe operária e a burguesia, identificadas pelo seu lugar no processo de produção; e a pequena burguesia, que só pode ser identificada pelos efeitos das estruturas ideológica e política — e compreendê-las em suas práticas, as lutas de classe.

Vimos que não só as classes sociais, mas também as práticas de classe (as lutas de classe), são determinadas pelos efeitos das estruturas sociais. Assim, se a classe operária e a burguesia são constituídas pelos efeitos da estrutura *econômica* capitalista (as relações de produção), as lutas de classe, nas quais a burguesia e o proletariado se defrontam diretamente, são as lutas econômicas de classe.

Mas as lutas econômicas de classe, que poderiam, então, determinar-se na forma dessa confrontação direta entre a classe operária e a burguesia, são também determinadas pelos *efeitos* das estruturas *jurídico-política* e *ideológica* ("o conceito de classe social indica [...] os efeitos da estrutura global no domínio das relações sociais" — *Poder político e classes sociais*..., p. 69).

Este efeito das estruturas jurídico-política e ideológica sobre as "relações sociais econômicas" é definido por Poulantzas como um "efeito de isolamento". Este "efeito de isolamento" consiste em que "os agentes da produção distribuídos em classes são instaurados em 'sujeitos' jurídicos e ideológicos, ocultando-lhes, em sua luta econômica, suas *relações de classe* [grifo nosso]. As relações sociais são efetivamente *vividas* pelos

suportes através de um fracionamento e uma atomização específicos [...] A luta econômica não é vivida como *luta de classe* [grifo nosso]" (ibidem, p. 139-40).

Ao "domínio das práticas sociais" — que é determinado pelos efeitos dos níveis estruturais (econômico, ideológico e político) — deveriam corresponder as lutas econômicas, ideológicas e políticas *de classe*. Entretanto, efetivamente, isso não ocorre, pois as lutas econômicas, na medida em que são compreendidas como resultado daquele "efeito de isolamento" determinado pelos níveis jurídico e ideológico, perdem o caráter de lutas *de classe*. Esse caráter de *lutas de classe* fica restrito, portanto, às lutas *ideológicas* e *políticas*.

Ora, identificar a pequena burguesia (especialmente a sua fração "nova") e suas "práticas sociais" como resultado dos efeitos dos níveis *ideológico* e *político* é situá-la estruturalmente no coração mesmo das lutas *de classe*: as lutas *ideológicas* e *políticas*. Desse modo, o confronto entre as classes fundamentais do MPC é atravessado pela intermediação da pequena burguesia, que se localiza exatamente nesse espaço — ideológico e político — das lutas de classe.

Por outro lado, "a pequena burguesia não tem posição política de classe própria e autônoma a longo prazo" (*As classes sociais no capitalismo...*, p. 324). Isto significa, de uma perspectiva *estrutural*, que a pequena burguesia não só participa necessariamente das lutas de classe — ideológicas e políticas — entre a classe operária e a burguesia, como também deve necessariamente polarizar-se em torno de posições políticas de classe da burguesia ou do proletariado.

Portanto, o que é determinado *historicamente* — as condições específicas do desenvolvimento do capitalismo monopolista — não é a participação/polarização da pequena burguesia nas lutas de classe, mas a sua "polarização objetiva *proletária*" [14].

Temos, assim, de um lado, um desenvolvimento histórico crescente da nova pequena burguesia e, de outro, um deslocamento histórico da polarização pequeno-burguesa, isto é, o surgimento de possibilidades objetivas para a quebra da "aliança clássica" entre a burguesia e a pequena burguesia e para o estabelecimento de uma aliança popular entre esta última e a classe operária [15].

---

[14] "Assiste-se à *recolocação em causa da aliança clássica*, nos países europeus, *entre a burguesia e a pequena burguesia, tradicional e nova: o campo objetivo das alianças populares se estende consideravelmente*. A isso se acrescentam conflitos ligados mais particularmente à crise ideológica, ao mesmo tempo, origem e efeito de novas tomadas de consciência das massas populares sobre uma série de questões que, desde logo, não são mais frentes *ditas secundárias*: movimento estudantil, movimento de liberação das mulheres, movimento ecológico" (*L'État, le pouvoir, le socialisme*. Paris, PUF, 1978. p. 235).

[15] As novas formas de intervenção do Estado capitalista resultam também numa politização das lutas de massas, ampliando as condições objetivas à aludida aliança popular: "A 'intervenção' orgânica do Estado numa série de domínios [...] (urbanismo, transportes, saúde, 'meio ambiente', equipamentos coletivos, etc.) tem por

Poulantzas vai, então, vincular inextricavelmente a possibilidade de uma revolução socialista a estas atuais determinações do capitalismo monopolista, e *de forma decisiva às referentes à pequena burguesia*: "o desenvolvimento maciço do salariato nas cidades e da nova pequena burguesia, articulado à polarização objetiva proletária de suas frações, que englobam a grande maioria desses assalariados, constitui a nova possibilidade histórica da revolução socialista na França" (*As classes sociais no capitalismo*..., p. 365).

A "nova" pequena burguesia, mesmo não tendo "posição política de classe própria e autônoma a longo prazo", é alçada, assim, a *fiel da balança da história*, ficando as possibilidades históricas da manutenção do capitalismo ou "revolução" socialista na estreita dependência da polarização pequeno-burguesa, seja em torno das posições políticas da burguesia (a "aliança clássica"), seja em torno das posições políticas da classe operária (a "aliança popular").

Muitos analistas têm destacado, tal como Poulantzas, a importância crescente da "nova" pequena burguesia, especialmente nos países ditos desenvolvidos, não só no plano político, mas também no nível da própria dinâmica econômica do capitalismo monopolista [16]. Contudo, essas análises, em geral, estão fundadas em pressupostos nitidamente antimarxistas, apontando, no limite, para transformações no interior do capitalismo, que teriam modificado radicalmente as determinações mais profundas deste modo de produção, a ponto de justificar a expulsão do horizonte político de qualquer estratégia socialista, pois o socialismo não teria mais nenhuma objetividade histórica. É compreensível a defesa desta posição, mas não em nome do marxismo e da revolução socialista.

Por outro lado, os movimentos políticos (estudantil, pela libertação das mulheres, ecológico ou os referentes aos problemas colocados pela urbanização, pelos transportes, pela saúde, etc.), que Poulantzas coloca no primeiro plano da luta política de massas, têm, em alguns casos, contado com a participação de setores da classe operária. Mas em nenhum desses movimentos a classe operária tem a iniciativa, a direção e a hegemonia em relação às demais classes ou setores de classe envolvidos. Não parece ainda que os objetivos desses movimentos possam transcender os limites de uma política reformista, que é afinal o horizonte, estruturalmente determinado, da perspectiva pequeno-burguesa.

*

efeito uma *politização* [grifo de Poulantzas] considerável das lutas das massas populares nesses domínios [...] *A nova pequena burguesia* ou *camadas médias assalariadas, por sua natureza* [grifos nossos], são particularmente sensíveis aos objetivos de luta que dizem respeito a esses domínios, estendendo-se consideravelmente as bases objetivas de sua aliança com a classe operária" ("Problemas atuais da pesquisa marxista sobre o Estado", texto 2 desta coletânea; cf. também seu artigo "Elementos de análise sobre a crise do Estado", em *La crise de l'État*).

[16] Cf., por ex., NICOLAUS, Martin. *Proletariado y clase media en Marx: coreografia hegeliana y la dialéctica capitalista.* Barcelona, Anagrama, 1972.

Finalmente, para desvelar com toda clareza a relação entre as proposições teóricas de Poulantzas e sua posição política, é preciso voltar ainda uma vez à sua concepção do Estado capitalista. Esta concepção é o traço mais permanente na obra de Poulantzas e, ao mesmo tempo, o mais revelador:

> "O Estado político moderno, no nível político, não traduz os 'interesses' das classes dominantes, *mas a relação desses interesses com os das classes dominadas*" (*Hegemonia e dominação*..., que é o primeiro livro de Poulantzas, p. 50; grifos do Autor).
>
> "[...] o Estado capitalista [...] não deve ser considerado uma entidade intrínseca mas, como é aliás o caso para o 'capital', *uma relação, mais exatamente uma condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe* [...] O Estado concentra não somente a relação de forças entre frações do bloco no poder, *mas igualmente a relação de forças entre este e as classes dominadas*." (*O Estado, o poder, o socialismo*, o último livro de Poulantzas, p. 141 e 154; grifos do Autor.)

Esta idéia de se conceber o Estado capitalista como uma "relação" — tal como o fizera Marx com o "capital" — em que se expressam quer a relação de interesses, quer a relação de forças entre as classes "dominantes" e "dominadas", deixa escapar certas determinações fundamentais do capitalismo.

O "capital", por certo, é concebido por Marx como uma "relação", e como uma *relação entre classes sociais*, na qual são claramente determinadas não só estas classes sociais como a natureza mesma desta relação. Relação essa que se determina pela criação da mais-valia, de um valor criado pela força de trabalho que não é pago; trata-se, portanto, de uma relação de *exploração*, fundamentalmente, da classe operária pela burguesia.

Ora, se de uma perspectiva marxista há que se considerar o Estado *capitalista* como sendo determinado pela estrutura econômica, mesmo que aquele não seja considerado como mero reflexo desta (o economicismo), a autonomia *relativa* do Estado capitalista em relação às determinações econômicas *deve permanecer circunscrita aos limites da extração/exploração da mais-valia*, que constitui exatamente a espinha dorsal do capitalismo. Em outras palavras, se faz sentido a idéia da determinação do Estado capitalista pela estrutura econômica, esta determinação não pode deixar de estar absolutamente prenhe da relação "do capital", da relação de exploração constituída pela extração da mais-valia.

Concebendo o Estado capitalista como uma condensação da "relação" de forças ou de interesses entre as classes "dominantes" e as classes "dominadas", Poulantzas rompe precisamente com aqueles limites da determinação econômica. De um lado, por não circunscrever os limites suportáveis pelo Estado *capitalista* da alteração daquela relação de forças

ou de interesse. De outro, por jogar com a ambigüidade das expressões "classes dominantes" e "classes dominadas". Através dessa ambigüidade, são eliminadas as determinações do Estado *capitalista* pelas relações econômicas mais fundas, que não advêm de qualquer relação entre classes "dominantes" e classes "dominadas", mas da relação de *exploração* da classe operária pela burguesia.

Como vimos anteriormente, para Poulantzas, os elementos que constituem a condição da autonomia dita relativa do Estado capitalista são os valores da *liberdade* e da *igualdade formais e abstratos*, que correspondem, no nível político, a determinações que ocorrem no nível do processo de "trabalho" e no processo de troca: "abstração", "igualização", "privatização" e "autonomização" dos indivíduos. [17]

Poulantzas tem razão. Esses "valores" da liberdade e da igualdade, a determinação dos sujeitos não como agentes da produção, mas como indivíduos-cidadãos formalmente livres e iguais, etc., etc., constituem-se em determinações do Estado capitalista, mas determinações *ideológicas* que visam exatamente encobrir suas determinações mais fundas, mais concretas, seu caráter de Estado de *classe*, de Estado *burguês*.

Teórica e politicamente é necessário levar em conta aquelas determinações *ideológicas* do Estado capitalista, mas na precisa medida em que funcionam como uma barreira, quer bloqueando o avanço da teoria em direção ao desvelamento das determinações concretas, quer desviando a luta da classe operária para objetivos que visam fixar mais ainda o poder burguês pela cooptação/legitimação de, pelo menos, setores importantes da classe operária.

Fazendo aquelas determinações *ideológicas* do Estado capitalista passarem por determinações *concretas*, Poulantzas acaba caindo no mito da liberdade, da igualdade e da democracia sob o capitalismo [18], que,

---

[17] "O processo de 'abstração' e de 'igualização' dentro do próprio processo de trabalho, esta autonomização e privatização dos indivíduos dentro do próprio processo de troca e as formas de propriedade privada e de concorrência que daí resultam correspondem, no nível político, aos valores de *liberdade e de igualdade formais e abstratos* e à 'separação' da sociedade civil e do Estado. [...] Este conjunto de 'valores' desempenha não simplesmente um papel ideológico de justificação, mas a função de uma condição de possibilidade das estruturas objetivas do Estado representativo moderno." (*Hegemonia e dominação...*, p. 56 e 55, respectivamente.) "Realmente, o seu traço distintivo fundamental [do Estado capitalista] parece consistir na ausência da determinação dos sujeitos [...] enquanto *agentes da produção* [...]. Este Estado apresenta-se como um Estado-popular-de-classe. Suas instituições estão organizadas em torno dos princípios da liberdade e da igualdade dos 'indivíduos' ou 'pessoas políticas'. A legitimidade deste Estado [... está fundada] no conjunto dos indivíduos-cidadãos formalmente livres e iguais." (Excertos do texto 1 desta coletânea.)

[18] "*Fica em evidência igualmente a idiotice [tontería] daqueles socialistas (em particular os franceses, os quais procuram demonstrar que o socialismo é a realização das idéias da sociedade burguesa proclamadas pela Revolução Francesa) segundo os quais o intercâmbio, o valor de troca, etc.* [...] *constituem um sistema de liber-*

desenvolvido e aprofundado, levaria ao socialismo democrático, o qual seria atingido muito antes da transformação das relações de produção.

> "*Como entender uma transformação radical do Estado que articule a ampliação e o aprofundamento das instituições da democracia representativa e das liberdades* (que foram também uma conquista das massas populares) *com o desdobramento das formas de democracia direta na base e com a proliferação* [essaimage] *dos núcleos de autogestão, eis o problema essencial de uma via democrática ao socialismo e de um socialismo democrático.* [...] provavelmente pela primeira vez na história mundial, [... há possibilidades] de sucesso da experiência de um socialismo democrático, de uma articulação bem-sucedida entre uma democracia representativa transformada e a democracia direta na base. O que implica uma nova estratégia, seja quanto à tomada do poder de Estado pelas massas populares e suas organizações, seja, ao mesmo tempo, quanto às transformações do Estado [...] A via democrática ao socialismo designa um *processo longo*, cuja primeira fase implica colocar em causa a hegemonia do capital monopolista, mas não a subversão brutal do núcleo das relações de produção. [...] Além das rupturas que acarretará a fase antimonopolista, o Estado deverá sempre garantir a marcha da economia; economia essa que permanecerá ainda muito tempo, em certa medida, capitalista." (*O Estado, o poder, o socialismo*, p. 283, 284 e 221; grifos de Poulantzas. Os dois primeiros excertos encontram-se também no texto 10 desta coletânea.)

Incrível tensão em que se colocou Poulantzas: entre a impossibilidade de realização da liberdade e da igualdade sob o capitalismo e o medo da revolução socialista na qual algum "Ditador do Proletariado" pudesse impedir a concretização desses mesmos ideais. E toda uma construção teórica que era feita em nome de Marx, Engels, Lenin, Gramsci e da revolução socialista termina melancolicamente: para não se correr o risco de uma fascistização do Estado capitalista ou de se cair nas mãos de algum "Ditador do Proletariado", é preciso "*manter-se tranqüilo e andar na linha sob os auspícios e a palmatória da democracia liberal avançada*" (ibidem, p. 295, e no texto 10 desta coletânea; grifo nosso).

Novembro de 1979.

• • •

dade e de igualdade para todos. [...] *O que distingue estes senhores dos apologistas burgueses é* [...] *o utopismo, o não compreender a diferença necessária entre a conformação real e a conformação ideal da sociedade burguesa e, daí, o querer lançar-se na vã empresa de realizar a expressão ideal dessa sociedade, expressão que é somente a imagem refletida de tal realidade.*" (MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economia política...* [*Grundrisse*], cit., p. 187; grifos nossos.)

Nota complementar

Alguns poucos dias antes de terminarmos a "Introdução" precedente, tivemos notícia do falecimento de Poulantzas. No dia 3 de outubro de 1979, aos 43 anos, Poulantzas suicidava-se.

Nicos Poulantzas nasceu na Grécia em 1936. Aí permaneceu até a segunda metade dos anos 60, quando se transferiu para a França. Ainda na Grécia, formou-se em Direito e pertenceu à EDA (Esquerda Unida Democrática), "que era um tipo de organização de frente popular, mas completamente dominada pelo PC" [1].

Na França, começou a trabalhar com Louis Althusser, de quem recebeu uma forte influência, ainda que com ele tivesse tido pontos de desacordo. Sem se afastar da política grega, filiou-se ao PC do interior, de tendência eurocomunista [2]. Lecionou na Escola Prática de Altos Estudos e em Vincennes. A audiência a seus cursos sempre foi numerosa, constituída principalmente de estudantes provenientes do chamado Terceiro Mundo, onde seus textos indiscutivelmente exerceram forte influência, sobretudo na América Latina.

Em 1972, foi convidado pela Universidade Nacional Autônoma do México para participar de um seminário sobre "As classes sociais na América Latina". Seu texto e os textos apresentados por Alain Touraine e por Florestan Fernandes serviram de base à discussão dos demais participantes do seminário.

Seu prestígio, entretanto, mesmo na França, onde se radicara, parecia não ser equivalente ao que possuía na América Latina. Além de estrangeiro, os franceses consideravam-no um mau escritor. Seu domínio da língua francesa, diziam, não passava de um grego traduzido. Seu último livro, *O Estado, o poder, o socialismo*, era encontrado pouco depois de sua publicação em bancas de saldos [3].

O que não se lhe pode recusar, porém, é a enorme capacidade de trabalho, despendida em torno de uma pertinaz reflexão sobre temas tão candentes como, por exemplo, o da "luta de classes" e o da natureza do "Estado capitalista".

*

Em vista de Nicos Poulantzas não ter podido escrever uma obra tão vasta, não foi difícil selecionar para esta coletânea os textos que a nosso ver constituem o cerne mesmo do seu pensamento. Tanto mais que a

---

[1] Entrevista de Poulantzas à revista inglesa *Marxism Today*, em julho de 1979. Publicada em *Nicos Poulantzas — Repères, hier et aujourd'hui*. Paris, Maspero, 1980. p. 12.

[2] O PC do exterior mantinha uma dependência absoluta em relação à URSS (ibidem, p. 13).

[3] Agradecemos ao Prof. Décio Saes as informações prestadas a nós sobre Poulantzas.

"Introdução", escrita numa conjuntura teórico-política diferente da atual, pretendia estabelecer um confronto entre as posições de Poulantzas e as nossas. E é óbvio que este confronto só poderia realizar-se levando-se em conta o que de mais específico nos foi legado pelo pensamento de Nicos Poulantzas.

*

A "Introdução" foi escrita no segundo semestre de 1979. Naquela conjuntura teórico-política, ainda estava aberto um amplo espaço à discussão de importantes questões no campo do marxismo. Tinha sentido, pois, participar desse debate, mesmo de forma acadêmica, isto é, enveredando pelo caminho que impropriamente se poderia designar como tentativa de "demonstração" das proposições feitas. Aliás, é preciso que se diga, que esse debate, em grande medida, foi suscitado pelos textos de Louis Althusser e de Nicos Poulantzas, dentre outros.

Contudo, nesses últimos cinco anos, esse campo foi paulatinamente se estreitando. De um lado, pelos efeitos da tendência dita eurocomunista assumida por vários PCs, não só dos primeiros partidos da Europa do Ocidente (o francês, o italiano e o espanhol), mas também dos de outras partes, mesmo o brasileiro. Se positivamente essa tendência implicou um afastamento da antiga *subserviência* desses partidos ao da URSS, negativamente tem significado, na prática, a colocação de importantes questões do marxismo e do socialismo num plano totalmente secundário. De outro lado, pela defecção, quase maciça, de intelectuais pequeno-burgueses, de todas as partes, que por qualquer razão, confessável ou não, coqueteavam com o marxismo. Muitos desses intelectuais, que se fundamentavam não apenas no fracasso relativo do chamado "socialismo real" em campos importantes, mas também em condições objetivas inerentes às contradições muito concretas que atravessam amplos setores da pequena burguesia, têm inspirado uma forte tendência antimarxista de vários matizes.

Poulantzas esteve longe de uma posição antimarxista. Ao contrário, era no campo do marxismo que pretendia situar seus textos. Entretanto, seus últimos escritos revelavam uma ambigüidade crescente em relação ao marxismo e ao socialismo. As últimas palavras de seu último livro são reveladoras: "[é preciso] manter-se tranqüilo e andar na linha sob os auspícios e a palmatória da democracia liberal avançada".

Algumas de suas posições foram incorporadas e desdobradas por certas tendências que atualmente combatem o marxismo.

Cabe, pois, posicionar-se também frente a essas tendências, examinando, pelo menos, alguns de seus aspectos comuns.

*

Essas tendências, tal como Poulantzas fizera, *nivelam* as manifestações das lutas de classe que resultam diretamente da exploração burguesa sobre a classe operária com todo e qualquer dos movimentos ditos populares (da mulher, ecológico, da moradia, etc., etc.). Essa magnífica soldagem, que visa, por suposto, seduzir setores da classe operária, é feita pelo concurso da categoria geral e abstrata da "dominação". O eixo político central passa a ser a luta pela libertação dessa dominação, seja no nível individual seja no nível coletivo. A exploração econômica é acoplada secundariamente, como uma das dimensões da dita dominação. Ao marxismo fica reservada a irrisória acusação de "doutrinarismo".

Por "doutrinarismo", no contexto desta acusação, pretende-se dar conta da *prévia* e, portanto, *pressuposta* consideração de que, sob o capitalismo, a contradição fundamental é a que resulta das relações entre a burguesia e o proletariado. Em outras palavras, os mecanismos de funcionamento e de transformação das sociedades burguesas são determinados, em suas linhas medulares, pela relação do capital, que é uma relação de exploração.

É essa mesma acusação de "doutrinarismo" que, numa perspectiva mais teórica, também é denominada "reducionismo" [4] ou, mais elegantemente, "coreografia hegeliana" [5]. Essa crítica, remetida de várias direções, é formulada a partir de duas fundamentações distintas.

1) A mais ingênua é a de que os pressupostos do marxismo são, enquanto tais, *arbitrários* como quaisquer outros. Isto significa que esses pressupostos não têm fundamentação empírica e que, portanto, se situam no terreno da pura ideologia. É óbvio que o marxismo não é considerado a *única* ideologia. É, entretanto, a mais perigosa — daí o antimarxismo —, pois não só veicula uma concepção *hierarquizada* e, por isso, *autoritária* das sociedades burguesas, como é assumida como um *dogma* pelos marxistas. Além do mais, o marxismo tem uma "forte penetração" nos meios intelectuais e políticos que bloqueia o avanço em direção a um novo conhecimento e a uma nova política que sejam libertos da hierarquização e do autoritarismo e que se originem do cerne dos movimentos sociais, estes sim, profundamente libertários.

Esta argumentação é armada em dois equívocos quanto à natureza dos pressupostos em jogo — os seus próprios e os do marxismo. Ela própria se considera *sem pressupostos*, pois é da natureza destes, quaisquer que eles sejam, não apenas prescindirem de comprovação empírica, como viesarem o conhecimento produzido.

---

[4] As expressões *doutrinarismo* e *reducionismo* aparecem em artigos publicados pela revista *Desvios*, n. 2, ago. 1983.

[5] Esta expressão aparece em NICOLAUS, Martin. *Proletariado y clase media en Marx: coreografia hegeliana y la dialéctica capitalista*. Barcelona, Anagrama, 1972.

1405401

Ingenuamente, julga-se poder formular uma estratégia política de transformação social que possa prescindir de uma concepção prévia e articulada — por menor que seja essa articulação — dos mecanismos de funcionamento e de transformação da sociedade. Subjacente a esta pretensa pureza aparece uma concepção da sociedade "burguesa", como um espaço *plano* e *homogêneo*, mas completamente impregnado pelas múltiplas formas de *dominação*. E o próprio Estado "burguês" manifesta-se aí como um dos pontos deste espaço, de onde se exercem o poder e a dominação. A transformação social resultaria dos movimentos que surgiriam (espontânea ou organizadamente) em qualquer dos pontos desse homogêneo espaço social, pois eles são igualmente perpassados pelo fenômeno da dominação.

Essa concepção é, pois, essencialista da sociedade e empirista da transformação social, e é pura apenas na sua ingenuidade.

O outro equívoco dessa posição aparece mais claramente quando considera *arbitrários* os pressupostos do marxismo, colocando-os no mesmo saco onde estão os das concepções burguesas. Isto revela uma incompreensão básica da natureza mesma do marxismo. Os pressupostos do marxismo têm um estatuto completamente distinto dos daquelas concepções burguesas.

Vários autores têm dado conta desta diferença de natureza, referindo-se ao caráter *ontológico* do marxismo.

É este, sem dúvida, o marco da diferença do marxismo com toda filosofia anterior, o seu ponto de ruptura. Ele indica que seus pressupostos abandonam o terreno da metafísica para nutrir-se no terreno da história. É nestes termos que se diz que esses pressupostos são permanentemente repostos pela *história*.

Nunca é demais insistir um pouco neste ponto fundamental.

Voltemos um instante a Marx e Engels d'*A ideologia alemã*:

> "Os pressupostos de que partimos não são arbitrários, nem dogmas. São pressupostos reais de que não se pode fazer abstração a não ser na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação. Estes pressupostos são, pois, verificáveis por via puramente empírica".

Parece que Althusser tinha razão ao afirmar que, n'*A ideologia alemã*, Marx e Engels anunciavam uma extraordinária novidade "teórica", mas, de certo modo, ainda estavam presos, pelo menos na linguagem, à filosofia anterior.

Quando Marx e Engels afirmam que "são pressupostos reais de que não se pode fazer abstração a não ser na imaginação", é preciso perguntar pelo *sujeito* que aí aparece *indeterminado*. *Quem* não pode fazer abstração a não ser na imaginação?

Nos períodos precedentes do texto, os sujeitos-interlocutores de Marx e Engels são os "jovens hegelianos", os "ideólogos", os "filósofos". Será que são estes que não podem fazer abstração dos tais pressupostos senão na imaginação? Seguramente *não*. Se fosse assim, a novidade do texto estaria restrita, quando muito, a uma nova filosofia, a uma nova teoria, no limite, a uma nova ideologia, simplesmente com pressupostos diferentes dos anteriores.

Se eliminarmos a obstaculização da compreensão do texto, interposta pela *indeterminação do sujeito*, a novidade anunciada vai surgir com muito mais força.

Quem, então, não pode fazer abstração desses pressupostos a não ser na imaginação? *Ninguém* (os "homens" ou os "indivíduos"). Este indefinido "ninguém" dá uma outra precisão ao texto.

A impossibilidade — por parte de *qualquer pessoa* — de fazer abstração desses pressupostos, a não ser na imaginação, constitui uma novidade de conseqüências absolutamente radicais.

Em primeiro lugar, é eliminada qualquer relação desses pressupostos com a metafísica. E, em segundo lugar, esses pressupostos são arrancados do terreno da filosofia, da teoria e da ideologia e colocados num outro terreno: o terreno da *prática*. É uma questão da *prática* o não poder abstrair-se desses pressupostos, a não ser na imaginação, pois eles são um momento fundamental da *prática, antes* de serem pressupostos. Teórica e filosoficamente pode-se ou não abstrair-se desses pressupostos, mas *praticamente* não se pode.

A "teoria" e a "filosofia" marxistas, dada essa novidade, são expressões rigorosamente imprecisas. Com o marxismo, a "teoria" perde seu lugar privilegiado de "prática teórica" e *funde-se* inextricavelmente com a *prática* que lhe serve de fundamento e da qual se torna um *momento*, nessa origem mesma, e da qual não pode mais se separar, sob pena de regredir — aí sim — a uma teoria *pré*-marxista.

É óbvio que se tratou apenas do momento de constituição da "teoria", na qual esta aparece como que "refletindo" o que se passa fora dela, na prática. Essa relação, para além desse momento de fundação, é uma relação histórica em que se instaura uma dialeticidade entre esses momentos iniciais da práxis humana. Dialética, em geral, malcompreendida, pois, mesmo entre marxistas, se tem retornado à questão do papel da teoria, do intelectual, do partido, etc. Esta questão reabre uma dicotomia que foi precisamente a que o marxismo superou, ao fundar-se como um momento da *prática* e sob o *primado* desta. O que absolutamente não quer dizer que os intelectuais, as teorias, os partidos ditos marxistas não se desviem... da prática, etc., etc.

Ainda ao final do mesmo texto que vínhamos examinando, Marx e Engels obstaculizam novamente sua compreensão ao afirmarem que "estes pressupostos são, pois, verificáveis por via puramente empírica".

É certo que esses pressupostos podem ser verificados pela via empírica. Mas esta "verificação" é apenas um momento da novidade que anunciam. O mais importante é que, antes de serem verificadas por qualquer via teórica, as ações dos indivíduos reais e suas condições materiais são por eles *vividas*, prescindindo, pois, do conhecimento teórico como momento necessário a sua existência.

A possibilidade histórica, que sempre esteve aberta, de que indivíduos reais vivam em *distintas* condições materiais, é que funda um conhecimento que faz justamente abstração dessas mesmas condições materiais de vida.

2) Uma forma de crítica menos ingênua, mas também equivocada, é aquela que procura invalidar os pressupostos do marxismo, imputando-lhes uma falsa compreensão dos mecanismos de funcionamento e de transformação do capitalismo. Essa crítica, em geral, está fundamentada nas formas atualmente assumidas pelas lutas de classe nas sociedades — ditas por eles próprios — "avançadas".

É inegável que o desenvolvimento desigual e contraditório da acumulação do capital em escala mundial tem tido efeitos importantes no comportamento político e ideológico das classes sociais, mesmo da classe operária, nos EUA e, mais recentemente, nos países da Europa e no Japão.

Dentre as mudanças nas condições materiais de vida, nesses países, convém sublinhar a eliminação da miséria absoluta e uma certa homogeneização dos padrões de consumo, principalmente entre a classe operária e a pequena burguesia, que são as classes que mais têm mudado seu comportamento político e ideológico.

Entretanto, a acumulação do capital em escala mundial, regional ou mesmo local, não pode prescindir da relação do *capital*, que é uma relação de *exploração de uma classe sobre outra*. E é nesta relação que se extrai a *mais-valia*, que é a base de toda a acumulação do capital, a despeito das formas mais abstratas que a mais-valia possa assumir.

Mas, o mais importante — e que é deixado de lado por este tipo de crítica — é o desenvolvimento desigual e contraditório da acumulação do capital em escala mundial. Isto quer dizer que esta acumulação não se realiza num espaço plano que tenda à homogeneidade, como pensa a crítica ao referir-se às tais "sociedades avançadas" em contraposição às "sociedades atrasadas"?

Ao contrário, este "avanço" foi sempre suportado por uma *superexploração* dos pólos mais débeis em que se realiza a acumulação do capital em escala mundial, ou seja, foi realizado às custas das "sociedades atrasadas".

Este fenômeno tem proporcionado, cada vez mais, notáveis evidências empíricas. Todavia, a ira da crítica, no campo das ciências sociais,

esteve sempre assestada contra aqueles que, com maior ou menor vigor analítico, tentaram investigar os mecanismos mais profundos da exploração dos países capitalistas periféricos.

Isto não invalida a necessidade teórica e política de análises aprofundadas, mesmo de uma perspectiva unilateral, dos processos políticos e ideológicos *particulares* que resultam da participação privilegiada de alguns países na acumulação do capital em escala mundial, sob a condição de não se perder de vista a particularidade dos processos periféricos que não são um reflexo especular dos que ocorrem no centro.

O marxismo e as lutas da pequena burguesia

No interior de círculos marxistas, e mesmo fora deles, sempre constituiu uma formidável depreciação atribuir-se — com justeza ou não — um caráter *pequeno-burguês* a tais ou quais posições teóricas, ideológicas ou políticas.

É certo que, em grande medida, Marx e seus seguidores contribuíram para que a designação "pequeno-burguesa", conferida a determinadas posições adversárias, fosse impregnada de uma conotação pejorativa. Mais do que isso, é preciso reconhecer também que, depois de Marx, esta designação foi, muitas vezes, utilizada de forma dogmática, como se sua mera evocação fosse o bastante para prescindir-se da necessidade de examinar as posições contrárias.

A repercussão ideológica desta impregnação depreciativa foi tão grande que, no nível empírico, a pequena burguesia parece não existir como categoria. No nível da consciência empírica, *ninguém* é membro da pequena burguesia, ainda que *todos* sejam da "classe média". É como se essa categoria fosse uma ficção, talvez inventada pelo marxismo para combater dogmaticamente seus adversários. Daí talvez o forte antimarxismo destilado por certas tendências atuais pequeno-burguesas, o que não é senão uma forma velada de assunção de sua própria identidade de classe.

Entretanto, em 1846, quando Marx ainda estava às voltas com a crítica a Proudhon, ele já reconhecia que "a pequena burguesia seria parte integrante de todas as revoluções sociais que se preparavam" [6].

A pequena burguesia como classe social não é uma abstração. Ao contrário, tem uma existência muito concreta, determinada mesmo pelas formas em que ela vive suas condições materiais. E estas condições materiais, por não resultarem da inserção nos pólos da relação do capital,

[6] Carta a Annenkov, 28 dez. 1846. In: — *Miséria da filosofia.* São Paulo, Livr. Ed. Ciências Humanas, 1982. p. 215.

imprimem na classe social que as vive um conjunto particularmente complexo de contradições.

Poulantzas tem razão quando considera que a pequena burguesia não tem um projeto político autônomo a longo prazo, o que a leva a polarizar-se em torno dos projetos políticos das classes fundamentais, a burguesia e o proletariado.

Isto não significa, entretanto, que, em certas conjunturas políticas, não possam emergir, até mesmo na periferia do capitalismo, projetos autônomos de curto prazo da pequena burguesia ou de alguns de seus setores. Projetos esses, em geral, relacionados ao aprofundamento e à radicalização da democracia e das liberdades burguesas.

A dificuldade maior é a de se precisar com certa justeza o significado político dos projetos e das lutas pequeno-burguesas.

A esse propósito, os partidos ditos revolucionários têm assumido posições equívocas. Há os que apressadamente incorporam esses projetos pequeno-burgueses como se fossem projetos proletários de longo prazo. E o que poderia ser uma aliança tática é convertido numa estratégia "revolucionária". É o caso da tendência eurocomunista de diversos PCs, que, em seus limites, não vai além de uma socialdemocratização.

Outros, ao contrário, recusam de saída o exame dos projetos e das lutas pequeno-burguesas, pois, no limite, são projetos reformistas. E, enquanto tais, obliteram, confundem e retardam os movimentos operários baseados num projeto revolucionário. Aqui, assumindo-se um purismo utópico, descarta-se a possibilidade de alianças táticas, como se estas pudessem, por princípio, comprometer uma estratégia revolucionária.

Mais do que nunca, os projetos e as lutas pequeno-burguesas, a despeito dos enormes obstáculos ideológicos enfrentados, têm-se aproximado de uma identidade de classe, isto é, de uma identidade pequeno-burguesa (os tantos adeuses à classe operária). E, nessa identificação, são perpassados pelas contradições e divisões da própria pequena burguesia.

Contudo, muitos desses projetos e lutas, especialmente aqueles ligados ao aprofundamento e à radicalização da democracia e das liberdades burguesas, são taticamente compatíveis com uma estratégia revolucionária. Na prática, os movimentos operários, espontâneos ou não, têm-se formado ao lado das lutas e projetos mais conseqüentes da pequena burguesia.

É urgentemente necessário reconhecer que o socialismo e a ditadura do proletariado têm sido tão mal compreendidos quanto praticados, o que tem gerado curtos-circuitos de todos os lados.

Poulantzas, que nos legou análises importantes sobre a pequena burguesia, foi também vítima desses curtos-circuitos, de que resultaram equívocos fundamentais: a sobrestimação do papel das lutas pelo apro-

fundamento das liberdades burguesas da qual decorreu a sobrestimação do próprio papel histórico da pequena burguesia, que foi colocada como o fiel da balança dos movimentos revolucionários. Essas sobrestimações não levam ao socialismo, nem mesmo ao socialismo dito democrático como propõe Poulantzas.

Isto significa simplesmente, e com clareza, que os projetos e as lutas pelo socialismo têm como *objetivo fundamental* a *igualização das condições materiais de vida.* Este objetivo não pode ser alcançado sem uma *revolução* que atinja as bases *materiais* mesmas da sociedade burguesa (produção, distribuição, troca e consumo comandados pela relação do capital). É, portanto, um objetivo inatingível historicamente como resultado de seu acoplamento subordinado às lutas pelas liberdades burguesas (aliança da pequena burguesia com a classe operária sob a hegemonia da pequena burguesia). O que não quer dizer que essas lutas pelo aprofundamento da democracia e das liberdades burguesas não possam constituir um momento necessário dos projetos revolucionários (aliança da classe operária com a pequena burguesia sob a hegemonia da classe operária).

Essas lutas pela democracia e pelas liberdades, ainda que possam esgotar-se dentro dos limites da sociedade burguesa, são sempre uma luta *contra* a burguesia ou *contra* algumas de suas frações. Esses limites são demarcados pela ausência de propostas de revolução das condições materiais.

Entretanto é possível que, especialmente do campo das lutas pelas liberdades individuais, possam ser tirados ensinamentos importantes para a revolução socialista, nos planos jurídico, ético, moral, educacional, familiar, etc., enfim, cultural. Contudo, isso só será possível sob a condição de que a *livre individualidade, fundada no desenvolvimento universal dos indivíduos*, faça parte, como considerava Marx, do mesmo processo da *produção coletiva*, como *patrimônio social* [7].

Depois dessas considerações, é possível concluir, ainda uma vez contrariando Poulantzas, que "manter-se tranqüilo e andar na linha sob os auspícios e a palmatória da democracia liberal avançada" *não é o caminho* para a conquista do socialismo democrático.

Março de 1984.

[7] MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (borrador) 1857-1858 (Grundrisse).* Buenos Aires, Siglo Veintiuno Argentina Editores, 1971. v. 1, p. 85.

Bibliografia de Poulantzas

1964 — *Nature de choses et droit. Essai sur la dialectique du fait et de la valeur.* Paris, L.J.D.J.

1968 — *Pouvoir politique et classes sociales de l'État capitaliste.* Paris, Maspero.

1969 — *Hegemonía y dominación en el Estado moderno.* Córdoba, Ediciones Pasado y Presente. Publicado originalmente em castelhano, este livro incorpora artigos escritos entre 1964 e 1967.

1970 — *Fascisme et dictature.* Paris, Maspero.

1974 — *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui.* Paris, Seuil, 1974.

1975 — *La crise des dictatures — Portugal, Grèce, Espagne.* Paris, Maspero.

1976 (organização) — *La crise de l'État.* Paris, PUF.

1978 — *L'État, le pouvoir, le socialisme.* Paris, PUF.

1980 — *Nicos Poulantzas — Repères — Hier et aujourd'hui.* Paris, Maspero. Edição póstuma que recolhe entrevistas e textos de Poulantzas publicados entre 1966 e 1979.

TEXTOS DE POULANTZAS

Organização e revisão técnica da tradução:
Paulo Silveira

I. O ESTADO CAPITALISTA

1. O PROBLEMA *

Já possuímos elementos suficientes para empreender o exame do Estado capitalista. Realmente, o seu traço distintivo fundamental parece consistir na ausência da determinação dos sujeitos — fixados neste Estado como "indivíduos", "cidadãos", "pessoas políticas" — enquanto *agentes da produção*, o que não ocorria com os outros tipos de Estado. Simultaneamente, este Estado de classe apresenta, como específico, o fato de a dominação política de classe estar constantemente ausente das suas instituições. Este Estado apresenta-se como um Estado-popular-de-classe. Suas instituições estão organizadas em torno dos princípios da liberdade e da igualdade dos "indivíduos" ou "pessoas políticas". A legitimidade deste Estado não se funda mais na vontade divina, envolvida no princípio monárquico, mas no conjunto dos indivíduos-cidadãos formalmente livres e iguais, na soberania popular e na responsabilidade laica do Estado para com o povo. O próprio "povo" é erigido em princípio de determinação do Estado, não enquanto composto de agentes da produção distribuídos em classes sociais, mas enquanto massa de indivíduos-cidadãos, cujo modo de participação numa comunidade política nacional se manifesta no sufrágio universal, expressão da "vontade geral". O sistema jurídico moderno, distinto da regulação feudal, fundada nos *privilégios*, reveste um caráter "normativo", expresso num conjunto de leis sistematizadas a partir dos princípios de liberdade e de igualdade: é o reino da "lei". A igualdade e a liberdade dos indivíduos-cidadãos residem na sua relação

* Reproduzido de POULANTZAS, N. Le problème. In: —. *Pouvoir politique et classes sociales de l'État capitaliste*. Paris, Maspero, 1968. p. 131-51. Trad. por Heloísa R. Fernandes.

com as leis abstratas e formais, consideradas enunciativas dessa vontade geral no interior de um "Estado de direito". O Estado capitalista moderno apresenta-se, assim, como encarnando o interesse geral de toda a sociedade, como substancializando a vontade desse "corpo político" que seria a "nação".

Essas características fundamentais do Estado capitalista não podem ser reduzidas ao *ideológico*: elas se referem a este nível regional do MPC [modo de produção capitalista], que é a instância jurídico-política do Estado, constituída por instituições como a representatividade parlamentar, as liberdades políticas, o sufrágio universal, a soberania popular, etc. Não que o ideológico não desempenhe aí um papel capital; trata-se, porém, de um papel bem mais complexo que não se pode, sob nenhuma circunstância, identificar com o funcionamento das estruturas do Estado capitalista.

*

A questão dos princípios de explicação do Estado capitalista colocou numerosos problemas à ciência marxista do Estado. Esses problemas estão centrados em torno do tema: que características reais do econômico envolvem este Estado capitalista? Na maioria das vezes, em toda a série das respostas dadas, pode-se descobrir, por entre as variantes, uma invariante: *a referência ao conceito de "sociedade civil" e à sua separação do Estado.* E isto, seja quando não se admite ruptura entre as obras de juventude e as de maturidade de Marx: é o caso, por exemplo, de Lefebvre, de Rubel, de Marcuse, enfim, da tendência historicista típica; seja quando se situa a ruptura no nível da *Crítica da filosofia do Estado de Hegel*, e é o caso da corrente marxista italiana de Galvano Della Volpe, de Umberto Cerroni, de Mario Rossi.

A invariante nessas respostas consiste nisso: a emergência no econômico do MPC — isto é, nas relações capitalistas de produção — dos agentes da produção enquanto *indivíduos*. Com efeito, não insistira Marx nos *Grundrisse*... sobre o aparecimento dos indivíduos-agentes da produção — *indivíduos nus* — como característica real tanto do produtor direto — "trabalhador livre" — quanto do proprietário não-produtor? Enfim, como forma particular dos dois elementos que, com os meios de produção, entram em combinação nessas relações que são as relações de produção? Essa individualização dos agentes da produção, *apreendida precisamente como característica real das relações capitalistas de produção*, constituiria o substrato das estruturas estatais modernas: o conjunto desses indivíduos-agentes constituiria a sociedade civil, isto é, de certo modo, o econômico nas relações sociais. Portanto, a separação entre a sociedade civil e o Estado indicaria o papel de uma superestrutura pro-

priamente política com relação a esses indivíduos econômicos, sujeitos da sociedade de troca e de concorrência.

Ora, este conceito de sociedade civil, emprestado de Hegel e da teoria política do século XVIII, remete, muito exatamente, ao "mundo das necessidades" e implica este correlativo da problemática historicista que é a perspectiva antropológica do "indivíduo concreto" e do "homem genérico", concebidos como sujeitos da economia. Fomentado pelo problema de uma separação da sociedade civil e do Estado, o exame do Estado moderno que daí deriva assenta-se no esquema da *alienação*, isto é, no esquema de uma relação do sujeito (indivíduos concretos) com sua essência objetivada (o Estado).

Sem nos alongarmos na crítica desta concepção, contentamo-nos em salientar que ela leva a conseqüências muito graves, que resultam na impossibilidade de um exame científico do Estado capitalista.

a) Ela impede a compreensão da relação do Estado com a luta de classes. Com efeito, de uma parte, ao serem os agentes da produção concebidos, em sua origem, como indivíduos-sujeitos, e não como suportes de estruturas, torna-se impossível constituir, a partir deles, as classes sociais; de outra parte, ao ser o Estado posto, originariamente, em relação com esses indivíduos-agentes econômicos, torna-se impossível colocá-lo em relação com as classes e a luta de classes.

b) Ela leva a encobrir *toda uma série de problemas reais* colocados pelo Estado capitalista, ocultando-os sob a problemática ideológica da separação entre a sociedade civil e o Estado: em especial, torna-se impossível pensar a autonomia específica, no MPC, do econômico e do político; os efeitos do ideológico sobre essas instâncias; a incidência dessa relação entre estruturas sobre o campo da luta de classes, etc.

Procuremos estabelecer a originalidade das relações do Estado capitalista com as estruturas das relações de produção, de um lado, e com o campo da luta de classes, de outro.

I. O Estado capitalista e as relações de produção

No primeiro caso, examinemos o que Marx entende nos *Grundrisse*... — mais particularmente no capítulo "Formas que precedem a produção capitalista" [1] — por "indivíduo nu", como *pressuposto teórico* (*Voraussetzung*), e como *condição histórica* (*historische Bedingung*), do MPC.

[1] A este respeito, ver MARX, K. *Grundrisse zur Kritik der politischen Ökonomie*. Rowohlt, 1966. p. 40 et seqs., 47 et seqs., 65 et seqs., 127 et seqs., mais particularmente p. 132, 138, 150, 154, 157 e 167.

De início, não é inútil assinalar que, contrariamente a uma concepção historicista, esse "indivíduo nu", compreendido como condição histórica do MPC, não indica, para Marx, a *história da gênese* desse modo de produção, mas a *genealogia de alguns dos seus elementos*. Com efeito, é necessário distinguir entre pré-história e estrutura de um modo de produção, pois existem diferentes processos efetivos de constituição dos elementos, mas, uma vez constituídos, de sua combinação sempre resulta a mesma estrutura.

A) Que significa, segundo Marx, o aparecimento do "indivíduo nu" (*nacktes Individuum*) como *condição histórica* do MPC, expressão que, no texto dos *Grundrisse*..., a propósito do produtor direto, é igualada a "trabalhador livre" (*freie Arbeiter*)?

É evidente que, de modo algum, esta expressão significa o aparecimento efetivo, na realidade histórica, dos agentes de produção enquanto indivíduos, no sentido literal do termo. Ela é empregada de forma *descritiva*, para indicar a *dissolução* de uma certa relação de *estruturas*, aquela do modo de produção feudal. Nestas ocasiões, este é abusivamente apreendido por Marx, até mesmo n'*O capital*, e em *oposição* ao MPC, como caracterizado por uma *mistura* de suas instâncias, mistura essa amparada por uma concepção propriamente mítica da sua relação "orgânica". Sabe-se o que se deve pensar dessa representação que Marx tinha do modo de produção feudal [2]. O que nos importa é que o "indivíduo nu" e o "trabalhador livre" não são aqui senão meras palavras que descrevem, muito exatamente, a *liberação* dos agentes da produção dos "laços de dependência pessoal" (*persönliche Herrschafts-und Knechtschaftsverhältnisse*) — e até "naturais" (*Naturwüchsige Gesellschaft*) — feudais, concebidos como entraves econômico-políticos "mistos" do processo de produção. A dissolução das estruturas feudais é apreendida, descritivamente, como *desnudamento* dos agentes da produção, o que não passa de um modo de marcar uma transformação estrutural, tomando-a, de forma totalmente descritiva, pelos seus *efeitos*. A expressão "indivíduo nu" como condição histórica não indica, pois, de modo algum, que os agentes anteriormente integrados "organicamente" em unidades surjam *na realidade* como indivíduos atomizados — que, *em seguida*, se teriam inserido nas combinações das relações de produção capitalistas, ou que, logo depois, e progressivamente, teriam constituído classes sociais [3]. Ela indica que certas relações se desintegram (*sich auflösen*), o que aparece nos

[2] Ver a este respeito, assim como para o tema que se segue, a Introdução [de *Poder político e classes sociais*...].

[3] Contudo é isto, efetivamente, que Marx *diz* nos *Grundrisse*, a propósito da "massa" de "trabalhadores livres" que se constituem progressivamente em classe: vimos no capítulo sobre as classes sociais ["Política e classes sociais"] o que isto significa.

seus efeitos como uma "nudez" e uma "liberação", e até uma "individualização" (*Vereinzelung*) dos agentes.

B) Entretanto, a expressão "indivíduo nu" também é empregada no sentido de *pressuposto teórico* do MPC. Aqui, de modo igualmente descritivo, ela recobre uma realidade muito diferente e, portanto, muito precisa. Ela é conotativa — tanto nas "Formas que precedem..." como n'*O capital* — da *relação de apropriação real*, característica teórica do MPC: ela é especificada pela *separação entre o produtor direto e suas condições "naturais" de trabalho.* É precisamente esta separação entre o produtor direto e os meios de produção que medeia o estádio histórico da grande indústria e que marca o início da reprodução ampliada do MPC, que é aqui descritivamente apreendida como "nudez" dos agentes da produção.

Não tenho o propósito de entrar nas razões destas oscilações da terminologia de Marx. O que importa ver claramente, aqui, é que a expressão "indivíduo nu", no segundo sentido, que retém os pressupostos teóricos do MPC, não indica, de modo algum, a *emergência real* de agentes da produção como "indivíduos". Com efeito, sabe-se, pertinentemente, que o que é realmente expresso por esta expressão — a separação entre o produtor direto e os seus meios de produção — tem efeitos inteiramente diferentes. Ela conduz precisamente à coletivização do processo de trabalho, isto é, ao trabalhador enquanto órgão de um mecanismo coletivo de produção, o que Marx define como *socialização* das forças produtivas, enquanto, do lado dos proprietários dos meios de produção, ela conduz ao processo de *concentração* do capital.

*

Portanto não se pode admitir, de modo algum, na problemática científica marxista, essa famosa existência real de "indivíduos"-sujeitos, que, no final, constitui o fundamento da problemática da "sociedade civil" e da sua separação frente ao Estado. Ao contrário, considerando o Estado capitalista como instância do MPC, por conseguinte, nas suas relações complexas com as relações de produção, pode-se estabelecer sua *autonomia específica* frente ao econômico. Não há dúvida, aliás, de que, para a escola marxista italiana, este esquema ideológico da *separação* entre a sociedade civil e o Estado tem encoberto exageradamente o problema real da *autonomia respectiva*, no MPC, das estruturas política e econômica. Esta autonomia específica do político e do econômico do MPC — descritivamente oposta por Marx a uma pretensa "mistura" das instâncias do modo de produção feudal — corresponde finalmente à separação entre o produtor direto e seus meios de produção; ela corresponde à combinação própria da relação de apropriação real e da relação de propriedade,

onde reside, segundo Marx, o "segredo" da constituição das superestruturas. Esta separação do produtor direto e dos meios de produção na combinação que regula e distribui os lugares específicos do econômico e do político, e que impõe os limites à intervenção de uma das estruturas regionais na outra, não tem estritamente nenhuma relação com o aparecimento real — nas relações de produção — dos agentes enquanto "indivíduos". Muito ao contrário, ela revela estes agentes como suportes das estruturas e, assim, abre a via para um exame científico da relação entre o Estado e o campo da luta de classes.

Logo, ao se considerar a função conferida pela teoria marxista do Estado ao conceito de sociedade civil, vê-se claramente que, no melhor dos casos, ela foi *negativa* ou *diacrítica*. A sociedade civil tem constituído uma noção que indica, negativamente, a autonomia específica do político, mas não um conceito que possa reter a estrutura do econômico, as relações de produção.

Além disso, a superestrutura jurídico-política do Estado capitalista está relacionada com esta estrutura das relações de produção: isto se torna claro quando nos reportamos ao direito capitalista. A separação entre o produtor direto e os meios de produção aí se reflete pela fixação institucionalizada dos agentes da produção enquanto sujeitos jurídicos, isto é, indivíduos-pessoas políticos. Isto é tão verdadeiro para esta transação particular que constitui o contrato de trabalho, a compra e a venda da força de trabalho, quanto para a relação de propriedade jurídica formal dos meios de produção ou para as relações institucionalizadas público-políticas. Isto quer dizer que os agentes da produção não aparecem efetivamente enquanto "indivíduos" senão nestas relações superestruturais, que são as relações jurídicas. É destas relações jurídicas, e não das relações de produção em sentido estrito, que derivam o contrato de trabalho e a propriedade formal dos meios de produção. Este aparecimento do "indivíduo" ao nível da realidade jurídica ainda que se deva à separação entre o produtor direto e seus meios de produção, não significa, contudo, que esta separação engendre "indivíduos-agentes de produção" nas próprias relações de produção. *Muito pelo contrário, o que se tratará de explicar é como esta separação*, que, no econômico, engendra a concentração do capital e a socialização do trabalho, simultaneamente instaura, no nível jurídico-político, os agentes da produção como "indivíduos-sujeitos", políticos e jurídicos, despojados da sua determinação econômica e, portanto, do seu pertencimento de classe.

É suficiente insistir aqui no fato de que a este estatuto particular da instância jurídico-política corresponde uma *ideologia jurídica e política*, que dimana da instância ideológica. Esta ideologia jurídico-política detém um lugar dominante na ideologia dominante deste modo de produção, ocupando lugar análogo ao que a ideologia religiosa detinha na ideologia dominante do modo de produção feudal. Aqui, na instauração

dos agentes em "sujeitos", a separação entre o produtor direto e seus meios de produção expressa-se, no discurso ideológico, sob formas extraordinariamente complexas de personalismo individualista.

*

Ora, se a separação entre o produtor direto e os meios de produção na relação de apropriação real — processo de trabalho —, separação essa que produz a autonomia específica do político e do econômico, determina a instauração dos agentes em "sujeitos" jurídico-políticos, *é porque ela imprime ao processo de trabalho uma estrutura determinada.* É o que Marx mostra em suas análises sobre a mercadoria e sobre a lei do valor:

> "... objetos úteis só se tornam mercadorias porque são o produto de trabalhos privados executados independentemente uns dos outros" [4].

Trata-se aqui, propriamente falando, de um modo de articulação objetiva dos processos de trabalho, modo esse em que a dependência real dos produtores, introduzida pela socialização do trabalho — trabalho social —, é dissimulada: sob certos limites objetivos, estes trabalhos são executados independentemente uns dos outros — trabalhos privados —, *isto é, sem que os produtores tenham que organizar previamente sua cooperação.* É então que domina a lei do valor. Na relação de apropriação real, esta parelha "dependência/independência" dos produtores — e não dos "proprietários privados" —, que recobre a separação entre "produtores" e meios de produção, indica, portanto, que a dependência dos produtores impõe limites necessários à independência relativa dos processos de trabalho. Não posso continuar a insistir aqui nesta questão essencial. Contudo, é necessário sublinhar que:

a) Trata-se de uma estrutura objetiva do *processo de trabalho.* Ela determina, de um lado, *a relação de propriedade da combinação econômica* e, por isto mesmo, a contradição específica do econômico do MPC entre socialização das forças produtivas e propriedade privada dos meios de produção; *por conseguinte*, ela determina, de outro lado, a instauração dos agentes — trabalhos independentes — em sujeitos na superestrutura jurídico-política.

b) Os agentes aparecem aqui não como "sujeitos-indivíduos", mas como suportes de uma estrutura do processo de trabalho, isto é, enquanto agentes-produtores, que mantêm relações determinadas com os meios de trabalho.

---

[4] *Le capital*, Paris, Éd. Sociales. t. I, p. 85. A este respeito, ver Ch. Bettelheim, *Le contenu du calcul économique social*, curso inédito que o autor teve a gentileza de me comunicar.

Esta estrutura do processo de trabalho é sobredeterminada pelo jurídico-político. Por seu reflexo no jurídico-político e pela intervenção do político no econômico, ela conduz a toda uma série de *efeitos sobredeterminados* nas relações sociais, no campo da luta de classes.

II. O Estado capitalista e a luta de classes

A elucidação dos princípios de explicação do Estado capitalista está longe de ter sido esgotada. Com efeito, a relação das estruturas políticas com as relações de produção inaugura o problema da relação *entre o Estado e o campo da luta de classes*.

Esta autonomia específica das estruturas políticas e econômicas do MPC reflete-se — no que se refere ao campo da luta de classes, isto é, ao domínio das relações sociais — numa autonomização das relações sociais econômicas e das relações sociais políticas, ou seja, numa autonomização — sublinhada por Marx, Engels, Lenin e Gramsci — da luta econômica e da luta propriamente política de classe. Abstraindo provisoriamente o ideológico, a relação entre o Estado e o campo da luta de classes pode, portanto, ser dividida em relação do Estado com a luta econômica de classe, de um lado, e com a luta política de classe, de outro.

Ora, quando se examina, para começar, a luta econômica de classe — *as relações sociais econômicas* do MPC —, constata-se uma característica *fundamental e original* que definirei, daqui por diante, como "*efeito de isolamento*". Essa característica consiste em que as *estruturas jurídicas e ideológicas*, determinadas, em última instância, pela estrutura do processo de trabalho, instauram, em seu nível, os agentes da produção distribuídos em classes sociais, como "sujeitos" jurídicos e ideológicos, o que tem como *efeito*, sobre a luta econômica de classe, ocultar aos agentes, de modo particular, as suas relações como relações de classe. As relações sociais econômicas são efetivamente *vividas* pelos suportes ao modo de um fracionamento e de uma atomização específicos. Os clássicos do marxismo muitas vezes apontaram esse isolamento ao opor a luta econômica "individual", "local", "parcial", "isolada", etc., à luta política, que tende a apresentar um caráter de unidade, ou seja, de unidade de classe. Este isolamento é, assim, o efeito (*1*) do jurídico, (*2*) da ideologia jurídico-política, (*3*) do ideológico em geral sobre as relações sociais econômicas. Este efeito de isolamento *é terrivelmente real* e tem um nome: a *concorrência* entre os operários assalariados e entre os capitalistas proprietários privados. De fato, trata-se de uma concepção ideológica das relações capitalistas de produção, que as concebe como se fossem relações de troca, no mercado, entre indivíduos-agentes da produção. Mas a

concorrência, longe de designar a *estrutura das relações capitalistas de produção*, consiste precisamente no efeito do jurídico e do ideológico sobre as *relações sociais econômicas*.

Não resta dúvida de que este efeito de isolamento é de uma importância essencial, sobretudo porque ele oculta aos agentes da produção, na sua luta econômica, as suas relações de classe. Aliás, também não há dúvida de que esta é uma das razões por que constantemente Marx localiza a constituição das classes — do MPC —, *enquanto tais*, no nível da luta política de classe: não porque os "indivíduos-agentes da produção" se constituam em classes apenas na luta política. Sabe-se, sobretudo pelo livro 3 de *O capital*, que os agentes da produção, já na transação do contrato de trabalho, do livro 1, estão distribuídos em classes sociais. É em razão dos efeitos do jurídico e do ideológico sobre as relações sociais econômicas, sobre a luta econômica, que esta última não é vivida como luta de classes.

Ademais, este "efeito de isolamento" sobre as relações sociais econômicas não se manifesta simplesmente no nível de cada agente da produção, ou seja, como efeito de "individualização" destes agentes. Ele se manifesta em toda uma série de relações que se estendem, por exemplo, das relações entre operário assalariado e capitalista proprietário privado, entre operário assalariado e operário assalariado e entre capitalista privado e capitalista privado, até às relações entre operários de uma fábrica, de um ramo industrial, de uma localidade e outros, entre capitalistas de um ramo industrial e de uma fração do capital e outros. Este efeito de isolamento que se designa sob o termo concorrência recobre todo o conjunto das relações sociais econômicas.

De outro lado, no interior das relações sociais econômicas, pode-se assinalar um isolamento de certas classes de uma formação capitalista, que dimanam de outros modos de produção coexistentes nesta formação: é o caso dos camponeses parcelares. Contudo é necessário observar que, quanto aos camponeses parcelares, este isolamento se deve às suas condições de vida econômica, ou seja, precisamente à sua *não-separação* dos meios de produção, enquanto, no caso dos proprietários capitalistas e dos operários assalariados, ele é um efeito do jurídico e do ideológico. Não obstante, este "efeito de isolamento" específico do MPC impregna também, de modo *sobredeterminante*, as classes dos modos de produção não-dominantes de uma formação capitalista, estendendo-se a sua relação com o Estado capitalista, o isolamento que é próprio às suas condições de vida econômica.

Talvez nada indique melhor que essas características da luta econômica do MPC sejam os efeitos do jurídico e do ideológico do que o seguinte fato: quando Marx designa este isolamento da luta econômica, opondo-o à luta propriamente política, ele freqüentemente emprega a palavra *privado*, opondo-a à palavra *público*, termo este que recobre o campo da luta política. Esta distinção entre o privado e o público dimana

do jurídico-político, à medida que opõem os agentes — instaurados em indivíduos-sujeitos jurídicos e políticos (privado) — às instituições políticas "representativas" da unidade destes sujeitos (público). O fato de Marx aplicar a categoria privado para designar o isolamento da luta econômica não significa, portanto, de modo algum, uma distinção entre os indivíduos-sujeitos econômicos (privado) e o político, mas indica o isolamento de toda a série das relações sociais econômicas como efeito do jurídico e do ideológico. É neste sentido que se deve entender suas observações:

> "Seja como for, não se poderia atingir este objetivo (a limitação da jornada de trabalho) por um acordo *privado* entre operários e capitalistas. A própria necessidade de uma ação política geral prova bem que, em sua ação puramente econômica, o capital é o mais forte" [5];
>
> "Esta derrota lançou o proletariado ao último plano da cena revolucionária [...] Ele se lança [...] num movimento em que renuncia a transformar o velho mundo com o auxílio dos grandes meios que lhe são próprios; muito pelo contrário, procura realizar sua liberação [...] *de maneira privada,* nos limites restritos das suas condições de existência e, por conseguinte, necessariamente, fracassa" [6].

A propósito da classe burguesa:

> "... a luta pela defesa de seus interesses *públicos*, de seus próprios *interesses de classe*, de seu poder *político*, não fazia senão indispô-la e importuná-la como estorvo aos seus negócios *privados* [...] Esta burguesia que, a cada instante, sacrificava seu próprio interesse geral de classe, seu interesse político, aos seus interesses *particulares* e privados mais acanhados, mais sórdidos..." [7]

*

Estas observações são importantes para situar exatamente a relação do Estado capitalista com a luta econômica de classe. Repetimos que esta relação não recorta a relação entre as estruturas do Estado capitalista e as relações de produção, posto que é esta última que fixa os limites da relação entre o Estado e o campo da luta de classes. *O Estado capitalista está, de fato, em relação com as relações sociais econômicas, tal como elas se apresentam em seu isolamento, efeito do ideológico e do jurídico.* E isto à medida que as relações sociais econômicas consistem em práticas de classe, ou seja, em ação efetiva, desde logo sobredeterminada, dos

---

[5] *Estatutos da I Internacional.* Ver também as *Resoluções do I Congresso da I Internacional,* § 5, que concernem aos sindicatos e, ademais, ao conjunto dos textos de Marx relativos à luta sindical.

[6] *Le 18 Brumaire.* Paris, Éd. Sociales. p. 20-1.

[7] Ibidem, p. 88 et seqs.

agentes distribuídos em classes sociais no econômico: esta prática não é, ela própria, de nenhum modo, "pura", mas, em sua realidade concreta, é sempre sobredeterminada. Portanto, o Estado capitalista é determinado por sua função relativamente à luta econômica de classe, tal como esta se apresenta em razão do efeito do isolamento indicado anteriormente.

Assim, este Estado se apresenta constantemente como a *unidade* propriamente política de uma luta econômica que manifesta, em sua natureza, este isolamento. Ele aparece como representativo do "interesse geral" de interesses econômicos concorrenciais e divergentes que ocultam aos agentes, tal como estes vivem, seu caráter de classe. Por via de conseqüência direta e através de todo um funcionamento complexo do ideológico, o Estado capitalista oculta, sistematicamente, no nível de suas instituições políticas, seu caráter político de classe: trata-se, no sentido mais autêntico, de um Estado popular-nacional-de-classe. Este Estado se apresenta como a encarnação da vontade popular do povo-nação. O povo-nação é institucionalmente fixado como conjunto de "cidadãos", "indivíduos" cuja unidade o Estado representa, e tem, precisamente, como *substrato real* este efeito de isolamento que as relações sociais econômicas do MPC manifestam.

Ora, é certo que, nesta função do Estado com relação à luta econômica de classe, intervém toda uma série de operações propriamente ideológicas; contudo, em nenhum caso, dada a sua função frente às relações sociais econômicas, as estruturas deste Estado poderiam ser reduzidas ao ideológico. Elas dão lugar a instituições reais, que fazem parte da *instância regional* do Estado. O ideológico intervém aqui, *simultaneamente*, por seu próprio efeito de isolamento sobre as relações sociais econômicas, *e* no funcionamento concreto do Estado com relação a este efeito. Esta intervenção não pode, de modo algum, reduzir instituições tão reais quanto a representatividade parlamentar, a soberania popular, o sufrágio universal, etc. Portanto, a superestrutura jurídico-política do Estado tem aqui *uma dupla função*, que se pode elucidar, precisamente, a partir destas observações:

1) Mais particularmente sob seu aspecto de sistema jurídico normativo, de realidade jurídica, ao instaurar os agentes da produção, distribuídos em classes, como sujeitos jurídico-políticos, ela tem como efeito o isolamento nas relações sociais econômicas.

2) Em sua relação com as relações sociais econômicas, que manifestam esse efeito de isolamento, ela tem por função *representar a unidade* de relações isoladas instituídas neste corpo político que é o povo-nação. O que, em outros termos, significa que o Estado *representa a unidade de um isolamento, que é em grande parte — pois o ideológico aí representa um papel — seu próprio efeito.* Dupla função — isolar e representar a unidade — que se reflete nas contradições internas das estruturas do

Estado. Estas revestem a forma de existência de contradições entre o privado e o público, entre os indivíduos-pessoas políticos e as instituições representativas da unidade do povo-nação, e até entre o direito privado e o direito público, entre as liberdades políticas e o interesse geral, etc.

Contudo, meu principal propósito não será analisar a organização dessas estruturas estatais a partir das relações de produção, nem elucidar suas contradições internas, o que dependeria, sobretudo, de um aprofundamento da relação assinalada entre o sistema jurídico e a estrutura do processo de trabalho: será, especialmente, o de compreendê-las em sua função diante do campo da luta de classes. Isto, de certo modo, obriga a considerar como *dado*, aqui, seu efeito de isolamento sobre as relações sociais econômicas, para elucidar o papel propriamente político do Estado diante delas e, portanto, diante da luta política de classes.

A relação do Estado capitalista com as relações sociais econômicas, isto é, com a luta econômica de classe, apresenta tal importância que Marx foi obrigado a sublinhá-la. Ele, contudo, freqüentemente emprega termos que são descritivos — tais como o termo sociedade — ou que derivam da sua problemática de juventude — como sociedade civil —, o que induziu às referidas interpretações errôneas. Com efeito, em suas obras políticas, e já no *18 Brumário*, Marx emprega o termo "sociedade" (que, aliás, indica globalmente as relações sociais, o campo das relações de classe) para designar as relações sociais econômicas, a luta econômica de classe, manifestação de efeito de isolamento. Algumas vezes, chega mesmo a retomar o termo sociedade civil, reatando, aparentemente, com a problemática de uma separação entre a sociedade civil e o Estado:

> "Em lugar de a própria sociedade se dar um novo conteúdo, é o Estado que simplesmente parece ter voltado à sua forma primitiva..." [8];
>
> "... o bigode e o uniforme, periodicamente celebrados como a sabedoria suprema da sociedade, não deveriam acabar vendo que seria melhor [...] liberar completamente a sociedade civil da preocupação de se governar a si mesma?" [9];
>
> "Percebe-se imediatamente que, num país como a França, [...] onde o Estado encerra, controla, regulamenta, vigia e mantém sob tutela a sociedade civil [...], a Assembléia Nacional, ao perder o direito de dispor dos postos ministeriais, perderia igualmente qualquer influência real se [...], enfim, não permitisse à sociedade civil e à opinião pública criar seus próprios órgãos..." [10];
>
> "... cada interesse comum foi imediatamente destacado da sociedade, oposto a ela a título de interesse superior, geral, arrancado à iniciativa

[8] Ibidem, p. 16.
[9] Ibidem, p. 27.
[10] Ibidem, p. 52.

> dos membros da sociedade, transformado em objeto da atividade governamental [...] É somente sob o segundo Bonaparte que o Estado parece ter-se tornado completamente independente..." [11];
>
> "Mas a paródia do imperialismo era necessária para liberar a massa da nação francesa do peso da tradição e destacar em toda sua pureza e antagonismo existente entre o Estado e a sociedade".

Limitamo-nos a estas citações, embora pudéssemos citar várias outras extraídas de *Lutas das classes na França*, de *Guerra civil na França*, de *Crítica do programa de Gotha*, etc.

No que se refere às observações precedentes, é fácil ver, de um lado, que estas análises de Marx não são simples ecos, reminiscências vazias, de uma antiga problemática; de outro lado, que elas já não mais correspondem ao esquema da separação entre a sociedade civil e o Estado. De fato, elas recobrem um problema *novo*, mas sob termos emprestados de uma antiga problemática, sob cujo marco recobriam um problema diferente. Aqui, o "antagonismo", a "separação" ou a "independência" do Estado e da sociedade civil — ou sociedade — muito exatamente designam que a autonomia específica do Estado capitalista e das relações de produção no MPC se reflete — no campo da luta de classes — numa autonomia da luta econômica e da luta política de classe; isto se expressa pelo efeito de isolamento sobre as relações sociais econômicas, com o Estado assumindo, diante destas, uma autonomia específica na qual aparece como representando a unidade do povo-nação, corpo político fundado sobre o isolamento das relações sociais econômicas. Só negligenciando a mudança da problemática na obra de Marx, e através de um *jogo de palavras*, esta autonomia das estruturas e das práticas, no Marx da maturidade, pode ser interpretada como uma separação entre a sociedade civil e o Estado [12].

É o caso, sobretudo, da escola marxista italiana, cujos méritos deveriam ser abertamente reconhecidos: realizando, após Galvano Della Volpe, um esforço de elucidação do pensamento de Marx, em obras importantes que tratam principalmente dos problemas da ciência política marxista, ela teve uma função *crítica* importante. Contestou, de forma radical, a concepção vulgarizada do Estado como simples ferramenta ou instrumento da classe sujeito-dominante. Sem dúvida, esta escola também colocou problemas originais que se referem, de fato, à questão da autonomia específica das estruturas e das práticas de classe no MPC. Contudo, ela situa a novidade de Marx, relativamente a Hegel, na crítica (nas obras que concernem à teoria hegeliana do Estado) da invariável especulação-em-

---

[11] Ibidem, p. 102-3.

[12] Na França, foi o caso, por exemplo, de H. Lefebvre, *La sociologie de Marx*, Paris, 1966, capítulo "La théorie de l'État"; de M. Rubel, *Marx devant le bonapartisme*, Paris, La Haye, 1960; e outros.

pirismo que caracteriza a problemática de Hegel [13]. Ora, essa crítica não é, efetivamente, senão a mera retomada por Marx da crítica de Hegel feita por Feuerbach. Ademais, esta escola oculta os problemas sob o tema da separação entre a sociedade civil e o Estado, o que leva a toda uma série de resultados errôneos, aos quais será necessário voltar a propósito de problemas concretos [14].

Aliás, a importância dessas observações concerne igualmente à relação do Estado capitalista com a *luta política de classe*. Esse efeito de isolamento na luta econômica tem incidências no funcionamento específico da luta política de classe numa formação capitalista. Uma das características dessa luta, relativamente autonomizada da luta econômica, consiste com efeito no fato, ressaltado com freqüência pelos clássicos do marxismo, de que ela tende a constituir a *unidade de classe* a partir do isolamento da luta econômica. Isso tem particular importância *na relação entre a prática-luta-política das classes dominantes e o Estado capitalista*, à medida que essa prática é especificada pelo fato de ter como objetivo a conservação desse Estado e de visar, através dele, à manutenção das relações sociais existentes. Além disso, essa prática política das classes dominantes deverá constituir não apenas a unidade da classe, ou das classes dominantes, a partir do isolamento de sua luta econômica, mas também os seus interesses propriamente políticos como representativos do interesse geral do povo-nação, através de todo um funcionamento político-ideológico particular. Isso se tornou necessário em razão das estruturas particulares do Estado capitalista, em sua relação com a luta econô-

[13] Sobretudo Galvano Della Volpe, *Rousseau e Marx*, 1964. p. 22 et seq., p. 46 et seq., *Umanesimo positivo e emancipazione marxista*, 1964, p. 27 et seq., p. 57 et seq.; Umberto Cerroni, *Marx e il diritto moderno*, 1963, passim; Mario Rossi, *Marx e la dialettica hegeliana*, 1961. t. II, passim.

[14] Por exemplo, para Galvano Della Volpe (*Rousseau e Marx*, p. 27 et seqs., etc.) o problema da autonomia do econômico e do político, e de sua relação, será referido à crítica do "empirismo-especulação" de Hegel pelo jovem Marx. Marx reprovava a Hegel de chegar a uma confusão, que se pretendia uma síntese, do econômico e do político, à medida que sua concepção "especulativa" — sobretudo sua concepção do Estado — corresponde à irrupção do empirismo imediato, "tal qual", no conceito: o econômico era apreendido em Marx como a "empiria vulgar", de que seria necessário descobrir as "mediações" que, na sociedade burguesa, o constituem em propriamente político. Já Hegel, segundo Marx, chega, em sua concepção do Estado, a uma coexistência paralela do econômico e do político nos *estados* que compõem seu Estado-modelo; tratar-se-ia de descobrir sua separação moderna no caráter "universal" abstrato da classe burguesa — mediação — e, depois, o ultrapassamento dessa separação — a abolição do político — no caráter "universal concreto" do proletariado — estando este conceito de "universalidade" calcado, aqui, no modelo antropológico do "homem genérico". Contudo, calcada, de um lado, na empiria-concreta e, de outro, na abstração-especulação, a concepção da relação entre o econômico e o político, no modelo antropológico essência-objetivação-alienação, continua a ser a da crítica de Hegel pelo jovem Marx: o político é, para o jovem Marx, o econômico "mediatizado" numa superação "antropológica" do "empirismo-especulação" de Hegel.

mica de classes, é possível em razão precisamente do isolamento da luta econômica das classes dominadas. É pela análise de todo esse funcionamento complexo que se pode estabelecer a relação entre esse Estado nacional-popular-de-classe e as classes politicamente dominantes numa formação capitalista.

III. Sobre o conceito de hegemonia

É neste contexto preciso que empregarei o conceito de *hegemonia*: este conceito tem por campo a luta política das classes numa formação capitalista, recobrindo, mais particularmente, as práticas políticas das classes dominantes nessas formações. *Assim, poder-se-á dizer, localizando a relação entre o Estado capitalista e as classes politicamente dominantes, que esse Estado é um Estado com direção hegemônica de classe.*

Este conceito foi produzido por Gramsci. É verdade que em Gramsci, de um lado, permanece em estado prático e, de outro, por apresentar um campo de aplicação muito amplo, continua muito vago. Logo, é necessário introduzir aqui, previamente, toda uma série de esclarecimentos e de restrições. Dada a relação particular de Gramsci com a problemática leninista, ele sempre acreditou ter encontrado este conceito em Lenin, mais especificamente em seus textos relativos à organização ideológica da classe operária e ao papel de direção na luta política das classes dominadas. De fato, trata-se de um conceito novo que pode dar conta *das práticas políticas das classes dominantes nas formações capitalistas desenvolvidas.* Também é neste caso que Gramsci o emprega, ampliando-o abusivamente de tal modo que recobre as estruturas do Estado capitalista. Contudo, desde que se limite com rigor o campo de aplicação e de constituição do conceito de hegemonia, as suas análises a este respeito são muito interessantes: elas têm por objeto a situação concreta dessas formações, às quais se aplicam os princípios concebidos por Lenin no momento da análise de um objeto concreto diferente — a situação na Rússia.

Estas análises de Gramsci colocam, contudo, um problema essencial, à medida que seu pensamento é fortemente influenciado pelo historicismo de Croce e de Labriola[15]. O problema é muito amplo para que se possa penetrar no âmago do debate. Contento-me em indicar que se pode localizar em Gramsci uma ruptura nítida entre suas obras de juventude — entre outras, seus artigos do *Ordine Nuovo*, até inclusive *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce* —, de fatura tipicamente historicista, e suas obras de maturidade, de teoria política, os *Quaderni di Carcere — portanto, Maquiavel*, etc. — nos quais, precisamente, se ela-

[15] Sobre o "historicismo" de Gramsci, ver: ALTHUSSER, L. *Lire Le capital.* Paris, Maspero, 1967. t. II.

bora o conceito de hegemonia [16]. Aliás, esta ruptura, que se torna nítida através de uma leitura sintomática dos textos onde se vê aparecer a problemática leninista de Gramsci, foi ocultada pelas leituras que tentaram descobrir as relações teóricas entre Gramsci e Lenin: mais freqüentemente, constituíram leituras historicistas [17]. Entretanto, mesmo nas obras de maturidade de Gramsci, as seqüelas do historicismo continuam numerosas. Assim, numa primeira leitura de suas obras, o conceito de hegemonia parece indicar uma situação histórica na qual a dominação de classe não se reduz à simples dominação pela força e pela violência, mas comporta uma função de *direção* e uma função *ideológica particular*, por meio das quais a relação dominantes-dominados se funda num "consentimento ativo" das classes dominadas [18]. Concepção essa que é muito vaga e que, à primeira vista, aparenta-se àquela da consciência de classe-concepção do mundo de Lukács, ela própria situada na problemática hegeliana do sujeito. Transplantada ao marxismo, esta problemática leva a uma concepção da classe-sujeito da história, princípio genético totalizador — por intermédio dessa consciência de classe que reveste aqui o papel do conceito hegeliano — das instâncias de uma formação social. Neste contexto, é a "ideologia-consciência-concepção do mundo" da classe-sujeito da história, da classe hegemônica, que funda a unidade de uma formação, à medida que determina a adesão das classes dominadas num sistema de dominação determinado [19].

Assim, é interessante notar que neste emprego do conceito de hegemonia Gramsci oculta, precisamente, os problemas reais que analisa sob o tema da separação entre a sociedade civil e o Estado. Estes problemas — que, de fato, implicam a autonomia específica das instâncias do MPC e o efeito de isolamento no econômico — são dissimulados. Em Gramsci, esta "separação" está *apoiada*, como aliás esteve para o jovem Marx, na concepção de relações feudais caracterizadas por uma "mistura" das instâncias, e isto ocorre por meio do tema gramsciano do "econômico-corporativo". Assim, o conceito de hegemonia é empregado por Gramsci com a finalidade de distinguir a formação social capitalista da formação

---

[16] Neste sentido, ver PAGGI, L. Studi ed interpretazioni recenti di Gramsci. *Critica Marxista*, maio/jun. 1966. p. 151 et seqs.

[17] Entre outros: Togliatti, "Il leninismo nel pensiero e nell'azione di A. Gramsci" e "Gramsci e il leninismo" in *Studi Gramsciani*, Roma, 1958, ou ainda, M. Spinella e sua introdução em A. Gramsci: *Elementi di politica*, Roma, Editori Reuniti, 1964, para não mencionar a interpretação historicista típica de Gramsci por J. Texier, *A. Gramsci*, Paris, Seghers, 1967.

[18] *Note sul Machiavelli, sulla politica e lo Stato moderno*. Torino, Einaudi, 1966. p. 87 et seqs., p. 125 et seqs.

[19] Por outro lado, este conceito de hegemonia foi igualmente utilizado por Gramsci no domínio da prática política das classes dominadas, mais particularmente da classe operária: voltaremos a este ponto.

feudal "econômico-corporativa" [20]. O econômico-corporativo designa, sobretudo, as relações sociais feudais caracterizadas por uma estreita imbricação do político e do econômico, "política *enxertada* na economia" — nos diz Gramsci. É no quadro da transição do feudalismo ao capitalismo, nos diversos Estados do Renascimento italiano, que se situam as análises de Gramsci relativas ao Estado "nacional-popular" moderno. É este quadro que lhe permite analisar a função hegemônica de unidade do Estado moderno, função referida à "atomização" da sociedade civil, substrato do povo-nação. O que impressiona Gramsci em Maquiavel não é simplesmente o fato de este ter sido um dos primeiros teóricos da prática política, mas sobretudo o de ter entrevisto esta função de unidade que o Estado moderno reveste diante das "massas populares", consideradas aqui como produtos da dissolução das relações feudais. Isto é particularmente claro quando Gramsci analisa o fracasso inicial das tentativas de formação deste Estado na Itália:

> "A razão pela qual fracassaram, sucessivamente, as tentativas para a criação de uma vontade coletiva nacional-popular deve ser buscada na existência de grupos determinados (caracteres e funções de comunas da Idade Média) [...] A posição que daí deriva determina uma situação interior que se pode chamar de 'econômico-corporativa', isto é, politicamente, a pior das formas de sociedade feudal..." [21]

Não obstante, o termo econômico-corporativo tem um segundo sentido em Gramsci. Não indica apenas as relações "mistas", econômicas e políticas, da formação feudal, mas também o "econômico" — distinto do político — das formações capitalistas. Flutuação significativa de terminologia que, precisamente, pode ser compreendida a partir das influências historicistas que, freqüentemente, contaminam as análises de Gramsci. O caráter comum que Gramsci encontra nas relações econômico-corporativas "mistas" das formações feudais e nas relações "econômicas" — distintas das relações políticas — das formações capitalistas é que ambas se distinguem das relações "propriamente políticas" das formações capitalistas.

*

Por conseguinte, são bem visíveis as seqüelas do historicismo nessas análises de Gramsci. Contudo, pode-se tentar depurá-las. Poder-se-á ver que os problemas reais que elas colocam não se referem, de modo algum, a qualquer separação entre o Estado capitalista e a sociedade civil, que se decreta atomizada por ser considerada como resultado da dissolução

---

[20] Entre outros: *Lettres de prison.* Paris. Éd. Sociales. 1953. p. 212 et seqs.; *Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura.* Torino, Einaudi, 1966. p. 8 et seqs.

[21] *Il Risorgimento.* Torino, Einaudi, 1966. p. 35 et seqs., e passim.

de relações sociais mistas ou orgânicas. Esses problemas reais se referem à autonomia específica das instâncias do MPC, ao efeito de isolamento nas relações sociais econômicas desse modo de produção e à relação do Estado e das práticas políticas das classes dominantes com esse isolamento.

Ora, o conceito de hegemonia, *que será aplicado apenas às práticas políticas das classes dominantes* — e não ao Estado — de uma formação capitalista, reveste *dois sentidos.*

1) Ele indica a constituição dos interesses políticos dessas classes, na sua relação com o Estado capitalista, como representativos do "interesse geral" desse corpo político que é o "povo-nação" e que tem como substrato o efeito de isolamento no econômico. Este primeiro sentido está implicado, por exemplo, na seguinte citação de Gramsci, que deve ser considerada, agora, de acordo com as observações anteriores:

> "Um terceiro momento é aquele em que se atinge a consciência de que seus próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, ultrapassam os limites da corporação, de um grupo puramente econômico, e podem, e devem, tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase em que as ideologias que germinaram anteriormente se tornam 'partidos', medem-se e entram em luta até o momento em que apenas uma delas, ou uma sua combinação, tende a prevalecer, a se impor, a se propagar por toda a atmosfera social, determinando [...] também a unidade intelectual e moral, colocando todos os problemas em torno dos quais se intensifica a luta, não no plano corporativo, mas num plano 'universal', e criando, assim, a hegemonia de um grupo social fundamental sobre os grupos subordinados. Certamente, o Estado é concebido como o organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à mais ampla expansão do próprio grupo; mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos, e apresentados, como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias 'nacionais', isto é, o grupo dominante está concretamente coordenado com os interesses gerais dos grupos subordinados, e a vida do Estado é concebida como uma formação contínua e uma contínua superação de equilíbrios instáveis (nos limites da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os dos grupos subordinados, equilíbrios esses em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas apenas até um certo ponto, isto é, não até o mesquinho interesse econômico-corporativo" [22].

2) O conceito de hegemonia reveste igualmente um outro sentido, que não é, de fato, indicado por Gramsci. Com efeito, ver-se-á que o Estado capitalista e as características específicas da luta de classes numa formação capitalista *tornam possível* o funcionamento de um "bloco no

[22] *Note Sul Machiavelli...*, cit., p. 40 et seqs.

poder", composto de várias classes ou frações *politicamente dominantes*. Entre estas classes e frações *dominantes*, uma delas detém um *papel dominante* particular, que pode ser caracterizado como *papel hegemônico*. Neste segundo sentido, o conceito de hegemonia recobre a dominação particular de uma das classes ou frações dominantes diante das outras classes ou frações dominantes de uma formação social capitalista.

O conceito de hegemonia permite, precisamente, decifrar a relação entre estas duas características do tipo de dominação política de classe que as formações capitalistas apresentam. A classe hegemônica é aquela que concentra em si, no nível político, a *dupla função* de representar o interesse geral do povo-nação e de deter uma dominância específica entre as classes e frações dominantes — e isto, em sua relação particular com o Estado capitalista.

2. PROBLEMAS ATUAIS DA PESQUISA MARXISTA SOBRE O ESTADO *

— Constata-se atualmente uma renovação e um aprofundamento das pesquisas marxistas concernentes ao Estado capitalista. Essas pesquisas, que freqüentemente divergem entre si, não deixam de estar centradas em torno de certos problemas comuns, que nos pareceu importante deslindar. Assim, escolhemos uma série de temas gerais: o primeiro concerne às relações atuais entre o Estado e a economia, o que se designa comumente como papel econômico atual do Estado.

Antes de entrar no cerne da discussão, gostaria de ressaltar a importância, para a esquerda marxista, de um diálogo construtivo em torno dos problemas que a análise do Estado atual coloca. Com efeito, o que caracterizou até aqui a conjuntura teórica das pesquisas que vários de nós conduzimos sobre a questão — decisiva atualmente — do Estado capitalista foi o relativo enclausuramento dessas pesquisas, marcado por um dogmatismo pontilhado de anátemas recíprocos. Além dos efeitos negativos sobre nossas próprias pesquisas, essa situação teve um resultado certo: deixar o terreno livre à nova ofensiva antimarxista, que já se faz evidenciar no domínio de que nos ocupamos e que, dados os progressos atuais da social-democracia, só tende a se acentuar. Parece-me urgente, portanto, transpor esse enclausuramento; de um lado, porque se trata de uma exigência da conjuntura política e, de outro, para que as bases

* Reproduzido de POULANTZAS, N. Problèmes actuels de la recherche marxiste sur l'État. *Dialectiques*. (13):30-43, primavera 1976. Entrevista. Trad. por Heloísa R. Fernandes.

teóricas desse avanço se desenvolvam. Quero dizer com isto que, não obstante as divergências, constata-se estarem nossas pesquisas centradas precisamente numa série de questões comuns, das quais alguns aspectos continuam a *suscitar problemas* para todos nós. É nesse sentido que vou responder às suas questões, deixando claro que, nesta entrevista, não poderei senão aflorar precocemente alguns dos problemas de nossas pesquisas.

Quanto ao primeiro tema, é claro que, quando se fala das relações entre o Estado e a economia, a distinção que se faz desse aspecto do papel do Estado é apenas pedagógica, da ordem da apresentação e da discussão; não se trata de distinguir, de um lado, as intervenções econômicas do Estado nas "leis" de reprodução e de acumulação do capital e, de outro, o papel político-ideológico do Estado na luta de classes. A luta de classes aloja-se no coração mesmo do espaço econômico, isto é, nas *relações de produção*, de exploração e de extração da mais-valia. Observação desnecessária, mas que, segundo a fórmula consagrada, é mais prudente colocar, uma vez que as pesquisas marxistas sobre o Estado mal acabaram de se livrar da canga "economicista" que as marcou durante muito tempo. Dito isso, as relações atuais entre o Estado e a "economia" suscitam uma série de problemas, que, falando em meu próprio nome, tentei colocar em meu livro recente, *As classes sociais no capitalismo de hoje* [1]:

1) O espaço das relações de produção, de exploração e de extração do sobretrabalho (espaço de reprodução e de acumulação do capital e de extração da mais-valia no modo de produção capitalista) jamais constituiu — nem nos outros modos de produção, pré-capitalistas, nem no MPC — um nível hermético e isolado, auto-reprodutível e com leis próprias, intrínsecas de funcionamento. O político (o Estado) sempre esteve, *embora sob formas diferentes*, constitutivamente "presente" nas relações de produção e sua reprodução — aí compreendido, aliás, o estádio pré-monopolista do capitalismo —, o que se contrapõe a uma série de ilusões sobre o "Estado liberal", que se considera não ter intervindo na economia. Isso já permite circunscrever um problema: o espaço, o objeto e, portanto, os conceitos respectivos do político (Estado) e da economia não têm e não podem ter, nem o mesmo campo, nem a mesma extensão, nem o mesmo sentido nos diversos modos de produção, e isto em contraposição a uma concepção economicista-formalista que considera a "economia" composta de elementos invariantes e, de per si, reprodutíveis por uma espécie de autocombinatória.

Ainda desse ponto de vista, o MPC apresenta uma especificidade característica em relação aos modos de produção pré-capitalistas, especi-

[1] *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui.* Paris, Seuil, 1974. (N. da T.)

ficidade essa que tentei colocar mais claramente em meu primeiro livro, *Poder político e classes sociais*. . .[2]: trata-se de uma "*separação*" relativa (Marx) entre a economia e o Estado, no sentido capitalista dos dois termos, ligada, afinal, à especificidade das relações de produção capitalistas, ou seja, ao *desapossamento* (à separação na relação de posse) dos trabalhadores diretos de seu objeto e meios de trabalho, e, por conseguinte, à especificidade da constituição das classes, e da luta de classes, no capitalismo; separação, portanto, entre o Estado e o espaço de reprodução do capital (a economia), específica ao capitalismo, que não deve ser apreendida como um efeito particular, no capitalismo, de "instâncias", por natureza ou por essência, "autônomas" nos diversos modos de produção, e que de nenhum modo impede, já no estádio pré-monopolista do capitalismo, o papel constitutivo do Estado nas relações de produção capitalistas.

Isso coloca um primeiro problema: como compreender exatamente, em toda a *história* do capitalismo no interior das formações sociais capitalistas, essa separação relativa entre o Estado e a economia como forma de uma "presença" específica do Estado "nas" relações de produção e de exploração capitalistas e, *por conseqüência*, em sua reprodução? O que já leva a questionar o próprio termo "intervenção", pelo qual freqüentemente é compreendido o papel do Estado na economia, pois esse termo tem o risco de transmitir uma concepção topológica dessa separação capitalista entre o Estado e a economia como níveis constitutivamente "exteriores" um ao outro, em que o Estado só intervém *post factum* (a famosa "ação em retorno", em última instância, o reflexo) em um nível econômico auto-reprodutível.

Mas isso também coloca um segundo problema: como situar exatamente as modificações, a esse respeito, do papel do Estado naquilo que designarei, de modo voluntariamente neutro, como fase atual do capitalismo monopolista? Como é possível compreender o papel, decisivo atualmente, do Estado no ciclo *mesmo* de reprodução e de acumulação do capital como "forma transformada" exatamente dessa separação entre o político e a economia na fase atual? Com efeito, se não se situa com exatidão esse problema capital, corre-se o risco de conceber a fase atual como a superação dessa separação, conceito linear e economicista da referência de Lenin ao capitalismo monopolista como antecâmara do socialismo. Um dos efeitos, mas certamente não o único, desse recorte seria o de não dar conta de um dos problemas decisivos a esse respeito: *a demarcação dos limites estruturais* da "intervenção" do Estado na economia sob o capitalismo, *inclusive em sua fase atual*, limites marcados aqui pela forma atual que reveste a referida separação, ela própria produto do núcleo invariante das relações de produção capitalistas. De fato,

---

[2] *Pouvoir politique et classes sociales de l'État capitaliste.* Paris, Maspero, 1968. (N. da T.)

são precisamente esses limites que tornam caduca a tese — cara à social-democracia — da possibilidade de um capitalismo atual "organizado-planificado" por intermédio do Estado, da qual a concepção de uma possibilidade eventual de gestão da crise atual constitui apenas um dos aspectos.

Assim, da minha parte, em *As classes sociais*... eu propus duas direções:

a) Para situar exatamente a forma atual da separação entre o político (Estado) e a economia, seria necessário acompanhar o seguinte fio condutor: o espaço, o objeto e o conteúdo dos conceitos respectivos do político e da economia modificam-se não só em função dos diversos modos de produção, mas também em função dos diversos estádios e fases do *próprio capitalismo*, precisamente porque ele constitui um modo de produção que apresenta uma *reprodução ampliada.* É nesta modificação atual (sobretudo do próprio espaço de reprodução do capital) que se inscreve a forma transformada da separação em causa. Inclusive, isso permite situar, de modo rigoroso, não só o sentido das intervenções atuais do Estado na economia, e seus limites (*quem* intervém, *onde* e *como* intervém), mas também a mudança qualitativa desse papel do Estado em relação ao seu papel econômico no passado.

b) Esses deslocamentos só podem ser compreendidos em função das modificações, segundo os estádios e fases do capitalismo, das *relações de produção* capitalistas, em toda sua complexidade. Assim, fui levado a propor uma periodização do capitalismo, aí incluído o estádio capitalista monopolista-imperialista, de acordo com essas modificações das relações de produção, tanto no plano mundial, quanto no nacional. Essas modificações, de fato, subentendem processos, como o da concentração do capital, etc. Aqui, o problema importante consiste, bem entendido, em compreender essas modificações levando em conta o núcleo duro e invariante dessas relações, precisamente com relações capitalistas.

2) Passa-se assim à segunda série de problemas:

a) Essa focalização da pesquisa nas relações de produção capitalistas e suas transformações, como todos sabemos, leva a romper com a concepção economicista dessas relações que nos foi legada pela III Internacional, digamos "pós-leninista", particularmente na medida em que devemos compreender o primado das relações de produção sobre as "forças produtivas" — situando exatamente o conteúdo desses dois termos —, primado do qual o *processo* de produção é o efeito. Sobretudo no que concerne às relações de produção, somos levados a considerá-las como a forma mesma de existência da *divisão social do trabalho*, e não como a simples cristalização de um processo das "forças produtivas" como tais, o que permite compreender precisamente a separação capitalista entre o Estado e a economia como uma presença específica do político

(e da ideologia) nas relações de produção e na divisão social do trabalho capitalistas. Isso também implica dizer que, por meio das modificações das relações de produção, as transformações do atual papel do Estado na economia recobrem alterações substanciais da divisão do trabalho, tanto no plano mundial como no plano nacional. Aliás, é evidente que, por sua vez, essas questões suscitam problemas consideráveis, e todos os que nos preocupamos com elas temos forte tendência a julgar que esses problemas se resolverão por si mesmos.

b) Acessoriamente, assinalo que essa focalização da problemática nas relações de produção e na divisão social do trabalho sob todas as suas formas (incluídas as do trabalho manual e do trabalho intelectual) deveria ter efeitos mais amplos no estudo do Estado capitalista e de sua história, pois permite avançar na elucidação das relações entre o *espaço de produção* e o *espaço de circulação* do capital, velho problema marxista no qual constantemente tropeçamos. Com efeito, é mesmo surpreendente constatar que vários pesquisadores marxistas que tentaram estabelecer as relações entre as instituições — e a ideologia — próprias ao Estado capitalista (igualdade e liberdade formais, distinção entre o privado e o público, emergência das noções de indivíduos e pessoas políticas, sistema jurídico capitalista), de um lado, e a "economia", de outro, referem-se principalmente ao espaço de circulação (relações capitalistas mercantis, compra e venda da força de trabalho, relações de troca entre proprietários privados, etc.). Quanto às relações da economia com o Estado, penso que, no ciclo total de reprodução do capital, a negligência do primado marxista da produção sobre a circulação constituiu, às vezes, um tipo de escapatória, ou melhor, de retrocesso, uma vez que (e na medida em que) as relações de produção eram consideradas como mera cristalização-reflexo (de um processo das "forças produtivas" como tais); enfim, constituiu uma reação diante do empobrecimento economicista do conceito das relações de produção. Ora, penso já ser possível deslocar o centro das pesquisas marxistas para o Estado: pode-se dar conta de modo diversamente mais rigoroso e exaustivo do conjunto das instituições específicas do Estado capitalista conectando-as, em primeiro lugar, com as relações de produção e a divisão social do trabalho capitalista e, então, com sua reprodução.

c) A elucidação das transformações atuais das relações de produção e da separação capitalista entre o Estado e o espaço de reprodução do capital deveria permitir apreender as funções e "intervenções" econômicas do Estado atual *em sua articulação orgânica*, embora, freqüentemente, elas ainda sejam apresentadas na pesquisa marxista sob a forma de uma acumulação-adição descritiva. E é aqui que surge uma série de problemas novos, que assinalo da forma mais simples e breve possível:

Essa pesquisa (em grande maioria, estamos de acordo neste ponto) deveria tomar como *fio condutor* a *queda tendencial da taxa de lucro* e

entender, no essencial, o sentido das intervenções do Estado, *acionando* as *contratendências* a essa queda tendencial em relação às novas coordenadas, na fase atual, de estabelecimento da taxa média de lucro: o conjunto das intervenções econômicas do Estado articula-se, afinal, em torno desse papel fundamental. Surge aí um primeiro problema: com efeito, pode-se tomar a queda tendencial como fio condutor, na condição de ficar claro que, como não designa *diretamente* a extração da mais-valia, isto é, a exploração, mas a repartição da mais-valia (o lucro), ela de fato só vale como indício e sintoma das transformações profundas das relações de produção e da divisão do trabalho; em suma, da luta das classes em torno da exploração. Sob essa condição, tomar como ponto de partida central esta queda tendencial é não apenas legítimo, mas absolutamente indispensável.

Ora, dito isso, os problemas apenas começam, pois, de fato, existem várias contratendências a essa queda, duas das quais são essenciais: a *desvalorização* de parte do capital constante e a *elevação da taxa de exploração e de mais-valia* (mais-valia relativa). Daí dois problemas: *a*) É legítimo referir-se a essas *duas* contratendências, e sobretudo à primeira, na medida em que esta última concerne a simples transferências e redistribuição de mais-valia? *b*) Se se deve referir às duas, pode-se tratá-las em pé de igualdade, e, se não, qual das duas desempenha o *papel principal*?

Acredito, como havia exposto em *As classes sociais...*, que o segundo problema é o mais importante. Para chegar ao cerne da questão: sabe-se que o papel do Estado na desvalorização de certas frações do capital constante foi destacado por certos pesquisadores da revista *Economia e Política*, entre os quais P. Boccara. O essencial das intervenções atuais do Estado (capital de Estado, capítulo público e nacionalizado) tenderia a fazer funcionar uma parte do capital a taxas inferiores ao lucro médio para fazer frente à queda tendencial. A respeito disso — e estou muito à vontade para dizê-lo, já que estive entre os primeiros a formular publicamente minhas ressalvas — penso que, sob certos aspectos, freqüentemente se faz uma *injusta crítica* a essas análises, argumentando-se que, mesmo na hipótese de o funcionamento do capital público ser tal como elas o descrevem (o que, para mim, está fora de dúvida), isso só se referiria à repartição e às transferências de mais-valia. Certamente; o que não impede, porém, que se trate de uma contratendência bem real, e essencial (remetendo sobretudo às lutas intensas no interior da classe capitalista e às fissuras decisivas do bloco no poder) à queda tendencial. *Os verdadeiros problemas estão em outro lugar*: *a*) circunscrever o lugar exato dessa contratendência, evitando cair na ilusão que consiste em considerar que esse capital "público" seria, de algum modo, "neutralizado-curto-circuitado" na reprodução de conjunto do *capital social* (que, de algum modo, ele não faria, ou não faria mais, parte do

capital): de fato, esse capital de Estado continua a explorar — logo, a produzir mais-valia — e, embora "público", continua, não obstante, a depender da *propriedade econômica* da *classe capitalista*; *b*) ter claro que, precisamente na medida em que essa publicização-desvalorização do capital diz respeito, no essencial, à redistribuição da mais-valia total, a *contratendência principal e dominante* à queda reside no papel do Estado, que consiste em elevar a taxa da mais-valia e da exploração, o que remete ao cerne da luta das classes, e, assim, recobre diretamente o papel do Estado relativo às transformações das relações de produção e da divisão social do trabalho (deslocamento da dominante para a exploração intensiva do trabalho e da mais-valia relativa, inovações tecnológicas e reestruturações industriais, processo de qualificação-desqualificação da força de trabalho, extensão do espaço mesmo de reprodução da força de trabalho, etc.). É neste último desdobramento da questão que se situam os verdadeiros problemas das análises de Boccara.

3) Enfim, uma série de problemas, que apenas me limito a mencionar, emana das transformações do papel do Estado em relação à *internacionalização atual do capital e da força de trabalho*, internacionalização que deve ser apreendida com precisão. Em grande maioria, estamos de acordo em recusar a concepção segundo a qual essa internacionalização esvaziaria de sua substância e de seu papel o "Estado nacional" em favor do capital inter, ou melhor, transnacionalizado, e de organismos super, ou transestatais. Dito isso, seria necessário analisar bem as transformações estruturais profundas que o próprio Estado nacional sofre em razão de seu lugar nas demarcações atuais da cadeia imperialista, enfim a *articulação* das diversas funções do Estado em relação a essa internacionalização e às que lhe tocam em razão das modificações próprias à sua formação social nacional. Com efeito, está claro que essa internacionalização não impõe ao Estado funções, ou transformações, que simplesmente se adicionam, ou se "sobreacrescentam", às que pertencem à sua própria formação social; o que remete a uma série de questões relativas à fase atual do imperialismo, sobretudo às novas formas de divisão internacional do trabalho e às transformações das relações de produção mundiais que, por sua reprodução induzida no interior de cada formação social nacional, determinam, de fato, as transformações próprias a esta última. Acrescenta-se aqui um segundo problema: dados os novos aprofundamentos da linha de clivagem, na cadeia imperialista, entre países dominantes e países dominados-dependentes, duvido muito da eficácia de uma *teorização geral* do Estado capitalista atual que possa dar conta, mesmo em nível "abstrato", das transformações do aparelho de Estado no conjunto desses países; estou cada vez mais convencido da necessidade da teorização simultânea do Estado atual dos países dominantes, de um lado, e do Estado atual dos países dominados-dependentes, do outro.

— O segundo tema refere-se à relação do Estado capitalista com a classe dominante, e especialmente com o capital monopolista, e, assim, envolve o que você designou, em seus livros, "autonomia relativa" do Estado capitalista frente ao "bloco no poder".

Novamente responderei seguindo a linha que fixei no início de nossa entrevista. Com efeito, sem subestimar as diferenças há muito tempo reveladas nos debates públicos entre minha posição e a da "reunião" do Estado e dos monopólios na fase do MCE [3], penso, todavia, que, sob essas diferenças, surge também uma série de problemas comuns.

Para começar, creio que todos podemos eventualmente estar de acordo quanto a uma série de pontos, sobretudo, aliás, a partir do momento em que os textos do PCF já não falam de "fusão" do Estado e dos monopólios, mas da sua "reunião". Quais podem ser esses pontos? O Estado capitalista, hoje, como no passado, deve *representar o interesse político* a longo prazo do conjunto da burguesia (o capitalista coletivo em idéia) *sob* a hegemonia de uma de suas frações, atualmente o capital monopolista. Isso implica que: *a*) a burguesia atualmente sempre se apresenta como constitutivamente dividida em *frações* de classe: capital monopolista e capital não-monopolista, frações do capital monopolista (pois o capital monopolista não é uma entidade integrada, mas designa um *processo* contraditório e desigual de "fusão" entre diversas frações do capital), fracionamentos redobrados se se levam em conta as coordenadas atuais de internacionalização do capital; *b*) essas frações burguesas situam-se, em seu conjunto, *embora certamente em graus crescentemente desiguais*, no terreno da dominação política; logo, sempre fazem parte do bloco no poder; *c*) o Estado capitalista sempre deve deter uma autonomia relativa frente a tal ou qual fração do bloco no poder (inclusive frente a tal ou qual fração do próprio capital monopolista), a fim de assumir seu papel de *organizador* político do interesse geral da burguesia (do "equilíbrio instável dos compromissos" entre suas frações, dizia Gramsci), sob a hegemonia de uma dessas frações; *d*) as formas atuais do processo de monopolização e a hegemonia particular do capital monopolista sobre o conjunto da burguesia impõem hoje uma *restrição considerável aos limites* da autonomia relativa do Estado frente ao capital monopolista e ao campo dos compromissos deste último com as outras frações da burguesia.

Creio que aí se trata de uma série de pontos sobre os quais, desprezando-se as querelas terminológicas, a grande maioria de nós pode, sem dúvida, estar de acordo. Mas diria que, uma vez constatado este acordo, os problemas, comuns a nós todos, apenas começam. Com efeito, estabelecida essa teorização, o que certamente não é de menor monta, mal se

[3] Mercado Comum Europeu (MCE). (N. da T.)

atingiram as preliminares, e não se avançou muito na direção de uma análise mais concreta. Os problemas concernem agora à seguinte questão: como exatamente se realiza, na política estatal concreta, o interesse geral da burguesia sob a hegemonia maciça dos monopólios, e como esta hegemonia se instaura?

É assim que fui levado, em *As classes sociais*... e depois, a sustentar certas proposições teóricas básicas relativas ao Estado. O Estado, capitalista no caso, não deve ser considerado como uma *entidade intrínseca* mas, como é aliás o caso para o "capital", como uma *relação*, mais exatamente uma condensação de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como elas se expressam, sempre de modo *específico* (separação relativa do Estado e da economia dando lugar às instituições próprias do Estado capitalista), *no interior mesmo* do Estado. Entender o Estado como uma *relação* é evitar os impasses de um pseudodilema na discussão atual sobre o Estado, entre o Estado concebido como coisa-instrumento e o Estado concebido como sujeito. O Estado como Coisa: a velha concepção instrumentalista do Estado, instrumento passivo, senão neutro, totalmente manipulado por uma única fração, em que nenhuma autonomia é reconhecida ao Estado. O Estado como Sujeito: a autonomia do Estado, considerada aqui como absoluta, é reportada à sua vontade própria como instância racionalizante da sociedade civil. Concepção que remonta a Hegel, retomada por Max Weber e pela corrente dominante da sociologia política burguesa (a corrente "institucionalista-funcionalista") e que reporta esta autonomia ao *poder próprio* que se julga que o Estado detém e aos portadores deste poder e da racionalidade estatais: a burocracia ou, principalmente, as elites políticas. Com efeito, é um traço próprio desta tendência dotar as instituições-aparelhos de poder próprio, enquanto, de fato, o *aparelho de Estado* não possui poder, pois não se pode entender por *poder de Estado* senão o poder de certas classes ou frações a cujos interesses corresponde o Estado.

O que mais nos importa agora é perceber bem que, nesses dois casos (o Estado concebido como Coisa ou como Sujeito), a relação Estado-classes sociais e, em particular, Estado-classes e frações dominantes, é apreendida como relação de *exterioridade*: ou as classes dominantes submetem o Estado (Coisa) por um jogo de "influências" e de "grupos de pressão", ou o Estado (Sujeito) submete as classes dominantes. Nesta relação de exterioridade, o Estado e as classes dominantes são considerados como *duas entidades intrínsecas "confrontadas" uma à outra*, uma "face" à outra, e das quais uma possuiria o tanto de "poder" que a outra não teria, segundo uma concepção tradicional do poder como quantidade dada numa sociedade: a concepção do "poder-soma-zero". Ou a classe dominante "absorve" o Estado, esvaziando-o de seu poder próprio (o Estado-Coisa), ou o Estado "resiste" à classe dominante e lhe retira seu poder em seu próprio proveito (o Estado-Sujeito e árbitro entre as classes sociais, concepção cara à socialdemocracia).

Ora, o Estado é uma relação: isso significa, para voltar ao nosso problema inicial, que sua autonomia relativa e seu papel no estabelecimento do interesse geral da burguesia, sob a hegemonia de uma fração (o capital monopolista atualmente), enfim, a *política* do Estado, não podem ser reportados ao seu poder próprio ou à sua vontade racionalizante. O estabelecimento desta política deve ser considerado de fato como a *resultante das contradições de classe inscritas na estrutura mesma do Estado* (o Estado é uma relação). Com efeito, entender o Estado como a condensação de uma relação de força entre classes e frações de classe, tal como elas se expressam, de modo específico, no interior do Estado, significa que o Estado é *constituído-transpassado* de todos os lados pelas contradições de classe. Isso significa que uma instituição, o Estado, destinada a reproduzir as divisões de classe não é, e jamais pode ser, como o consideram as concepções do Estado-Coisa e do Estado-Sujeito, um bloco monolítico sem fissuras, mas é ele mesmo, por sua própria estrutura, dividido. Ora, que forma específica revestem essas contradições de classe, e muito particularmente aquelas entre frações do bloco no poder, constitutivas do Estado? Revestem precisamente a forma de contradições internas entre os diversos ramos e aparelhos do Estado, e no interior de cada um deles, *na medida em que* cada um deles (ou cada segmento de cada um), freqüentemente, constitui a sede e o representante privilegiado de tal ou qual fração do bloco no poder, em suma, a cristalização-concentração de tal ou qual interesse particular: executivo e parlamento, forças armadas, magistratura, diversos ministérios, aparelhos regionais-municipais e aparelho central, diversos aparelhos ideológicos, etc.

Neste quadro, o estabelecimento pelo Estado do interesse político geral e, a *longo prazo*, do bloco no poder (o equilíbrio instável dos compromissos) sob a hegemonia de tal ou qual fração do capital monopolista, o funcionamento concreto de sua autonomia relativa e, também, os limites desta face ao capital monopolista, enfim, a política atual do Estado aparece como um *processo* da *resultante* dessas contradições interestatais, processo que, num primeiro nível e a *curto prazo*, aparece como prodigiosamente incoerente e caótico. Trata-se exatamente de um processo de *seletividade estrutural* por parte de um aparelho da informação dada, e das medidas tomadas por outros; de um processo contraditório de *decisões*, mas também de "*não-decisões*" da parte dos ramos e aparelhos de Estado; de uma determinação, inscrita na estrutura organizacional mesma do Estado, de *prioridades* mas também de *contraprioridades*, cada ramo e aparelho freqüentemente entrando em curto-circuito com os outros; de um conjunto de medidas pontuais, conflituais e compensatórias face ao problema do momento; de um processo de *filtragem escalonada* por cada ramo e aparelho das medidas tomadas pelos outros. A política do Estado estabelece-se, assim, por este processo de contradições interestatais,

na medida em que elas constituem contradições de classe e, especialmente, das frações do bloco no poder.

O que coloca, neste contexto, o problema da *unidade* — através de suas fissuras — do poder de Estado, isto é, o problema de sua política global e maciça em favor do capital monopolista. Essa unidade não se estabelece por uma simples apropriação física do Estado pelos portadores do capital monopolista, e por sua vontade coerente, mas precisamente por esse processo contraditório que implica *tais transformações institucionais* do Estado, que certos centros de decisões e núcleos dominantes não possam ser, por sua natureza, permeáveis senão aos interesses monopolistas, instaurando-se como agulha-padrão da política monopolista do Estado e como funil de estrangulamento das medidas tomadas "em outro lugar" (mas no Estado) em favor de outras frações do capital. Isso pode adquirir várias formas: a da *dominação complexa* de um aparelho ou ramo do Estado (um ministério, por exemplo), que cristaliza por excelência os interesses monopolistas sobre os outros ramos e aparelhos de Estado, centros de resistência de outras frações do bloco no poder; a de uma *rede transestatal* que cobre, e curto-circuita, em todos os níveis, os diversos aparelhos e ramos do Estado (é o caso da DATAR atualmente) [4], rede que, por sua própria natureza, cristaliza os interesses monopolistas; enfim, a forma de circuitos de formação e de funcionamento de corpos — destacamentos especiais de altos funcionários de Estado, dotados de um alto grau de mobilidade não só interestatal, mas também entre o Estado e os negócios monopolistas (X, ENA, etc.) [5] e que, sempre por intermédio de transformações institucionais importantes (papel atual dos famosos gabinetes ministeriais, do comissariado ao Plano, etc.), são encarregados de (e induzidos a) colocar em ação a política em favor do capital monopolista.

Essas direções teóricas que, a meu ver, precisam ser aprofundadas, sem dúvida colocam uma série de problemas novos sobre os quais não posso me estender aqui.

— *O tema que gostaríamos de abordar agora concerne ao Estado no contexto atual da crise do capitalismo.*

1) O primeiro problema — que concerne, simultaneamente, à crise econômica, à crise política e crise do Estado, mas, também, às relações

---

[4] Delegação para o Aproveitamento do Território e para a Ação Regional (DATAR), instituição estatal encarregada de elaborar projetos de aproveitamento do território francês. Sobre a DATAR, veja-se SALLOIS, J. e CRETIN, M. O papel social dos altos funcionários e a crise do Estado e DULONG, R. A crise da relação Estado/ /sociedade local vista através da política regional. In: Poulantzas, N. (dir.) *O Estado em crise*. Rio de Janeiro, Graal, 1977. (N. da T.)

[5] Escola Nacional de Administração (ENA). Sobre a ENA, veja-se SALLOIS, J. e CRETIN, M. O papel social dos altos funcionários e a crise do Estado, cit. (N. da T.)

entre as duas — é o do *conceito mesmo de crise*. Penso ser necessário evitar um duplo perigo: *a*) a concepção que a economia e a sociologia burguesas fazem da crise, com tão ampla circulação atualmente — a saber, a crise como *instante* ou *momento* "disfuncional" que rompe, de modo súbito, senão por um golpe do destino, o funcionamento, fora isso, harmonioso do "sistema". Sabe-se, com efeito, que as crises, principalmente as econômicas, cumprem um papel orgânico na reprodução do capital — estão inscritas no próprio cerne da contradição capital/trabalho — ao funcionar *também* como o deslanchar concentrado de contratendências à queda tendencial da taxa de lucro. De um lado, isso significa que as crises econômicas são, de certa forma, e sob certo ângulo, necessárias à própria sobrevivência do capitalismo (não é uma crise econômica qualquer que poderá, automaticamente, abater o capitalismo), contanto que não se traduzam em *crises políticas* cujo resultado *poderia ser* o derribamento do capitalismo; de outro lado, isso quer dizer que os *elementos de crise* estão constantemente presentes na reprodução das relações capitalistas; *b*) a concepção mecanicista, evolucionista e economicista da crise que foi a da III Internacional após certo tempo, e que, partindo do fato de as relações capitalistas — em particular no estádio imperialista — incluírem os elementos de crise, conclui pela atualidade sempre presente da crise: é a concepção do capitalismo monopolista como crise sempre atual do capitalismo que dissolve a especificidade mesma do conceito de crise (pois, nesse sentido, o capitalismo sempre esteve em crise).

Daí o problema: como apreender a crise como consistindo em elementos permanentemente presentes na reprodução das relações capitalistas, mais particularmente na sua fase atual, mas reservando a este conceito o campo *de uma conjuntura particular de condensação de contradições*. Esta última observação, apresso-me a precisar, não impede distinguir entre diversas espécies de crise, e, especialmente, não impede situar o caráter "estrutural" da crise atual, sob a condição de se desembaraçar da aceitação descritiva tradicional das noções de "estrutura" e de "conjuntura".

O que acaba de ser dito vale, *mutatis mutandis*, muito exatamente para a *crise política*, da qual a crise do Estado não é senão um dos aspectos: tentei resolver este problema mais geral em meu livro *Fascismo e ditadura* e no mais recente *A crise das ditaduras* [6], colocando um problema suplementar: o das relações entre a crise política e a crise econômica. Pois, ao contrário de uma concepção economicista, é evidente que a crise econômica não se traduz, nem forçosa, nem simultânea, nem univocamente, em crise política e crise do Estado.

2) Passemos à crise atual do capitalismo: todos concordamos que se trata de uma verdadeira crise estrutural, distinta, como tal, e já no

[6] Respectivamente, *Fascisme et dictature*. Paris, Maspero, 1970; e *La crise des dictatures — Portugal, Grèce, Espagne*. Paris, Maspero, 1975. (N. da T.)

plano econômico, das simples crises cíclicas do capitalismo. Isso implica uma primeira série de problemas que concernem aos aspectos propriamente econômicos da crise e sobre os quais não me deterei. Mas isso coloca uma série de problemas que concernem à crise político-ideológica e à *crise do Estado* a que se assiste atualmente; que, em suma, sob certos aspectos, concernem ao caráter "estrutural" mesmo da crise atual: esse caráter estrutural da crise reside, igualmente, na repercussão da crise econômica na crise político-ideológica, ou crise de hegemonia, isto é, nas *relações atuais* entre a crise econômica e a do Estado.

Com efeito, um dos problemas mais importantes a esse respeito consiste no fato de que, em razão do novo papel econômico do Estado, e das transformações dos espaços do político e da economia, uma série dessas funções do Estado, que consistem na colocação em funcionamento das contratendências à queda tendencial da taxa de lucro (logo, de certo modo, para evitar as crises), *tornam-se elas próprias* — no contexto atual, e além de certo ponto que o Estado não pode evitar transgredir — *fatores produtores de uma crise que, por este fato mesmo, ultrapassa a mera crise econômica.* Pode-se assinalar, de modo indicativo, certos aspectos novos desse problema:

a) A acentuação considerável, no contexto atual, das contradições internas do bloco no poder, elemento já importante da crise estrutural: ora, as funções "econômicas" do Estado (desvalorização de certas partes do capital para elevar a taxa da mais-valia relativa, aumento do papel em favor da concentração do capital, ajudas seletivas a certos capitais, etc.) — funções acentuadas precisamente no contexto de crise econômica — jogam maciçamente em favor dos "interesses econômico-corporativos" de certas frações do capital, a expensas de outras. Esta imbricação direta, com efeitos de bola de neve, do Estado nas contradições econômicas não faz senão avivar e aprofundar as fissuras políticas do bloco no poder.

b) A "intervenção" orgânica do Estado numa série de domínios que, anteriormente marginais, estão a ponto de se integrar, ampliando-o, ao espaço mesmo de reprodução e de acumulação do capital (urbanismo, transportes, saúde, "meio ambiente", infra-estrutura coletiva, etc.) tem por efeito uma *politização* considerável das lutas das massas populares nesses domínios, na medida em que, daqui por diante, essas massas aí se confrontam diretamente com o Estado. Elemento já importante de crise política, mas que se acentua pelo próprio fato de essas intervenções do Estado — visando, entre outras coisas, à elevação da taxa de mais-valia (relativa) pela reprodução-qualificação capitalista da força de trabalho — aumentarem consideravelmente em período de crise mas se despojando de sua feição-chamariz de "política social". Assim, essas intervenções desaceleram os elementos de crise (caso patente atualmente do auxílio ao desemprego ou da formação permanente) tanto mais, aliás, que a nova pequena burguesia ou camadas médias assalariadas, por sua natureza, são particularmente sensíveis aos objetivos de luta que dizem

respeito a esses domínios, estendendo-se consideravelmente as bases objetivas de sua aliança com a classe operária. Em suma, assiste-se atualmente ao desmoronamento de todo um mito do Estado-previdência ou Estado do bem-estar.

c) O papel do Estado em favor do capital estrangeiro ou transnacional, papel acentuado precisamente num contexto de crise (veja-se a atual debandada das burguesias européias sob o guarda-chuva econômico-político americano), acentua o desenvolvimento desigual do capitalismo *no interior mesmo* de cada formação social nacional onde se reproduz o capital estrangeiro, especialmente ao criar novos "pólos de desenvolvimento" de certas regiões a expensas de outras. Daí as rupturas da "unidade nacional", da *nação* subtendendo o Estado burguês, pelo desenvolvimento maciço de movimentos regionalistas com caráter diretamente político, e que, por mais freqüentemente ambíguos que sejam, não constituem elementos menos importantes da crise política atual.

Ao que se acrescenta, bem entendido, o papel atual do Estado face à crise econômica no sentido mais estrito do termo. Parece-me que o problema novo a esse respeito é o seguinte: à medida que o Estado intervém maciçamente na reprodução mesma do capital, à medida também que as crises econômicas, sob certo ângulo, são fatores orgânicos e necessários dessa reprodução, o Estado atual provavelmente tem conseguido, por suas intervenções, limitar o aspecto "selvagem" das crises econômicas (como a de 1930, por exemplo), mas na estrita medida em que, daqui por diante, ele próprio se encarrega diretamente das funções preenchidas anteriormente, num período concentrado, pelas crises "selvagens". Sem cultivar exageradamente o paradoxo, pode-se dizer que *tudo se passa como se, daqui por diante, o próprio Estado se encarregasse de promover crises econômicas "rasteiras"* (exemplo patente do desemprego e da inflação atuais diretamente orquestrados pelo Estado), enquanto, no passado, o Estado parecia contentar-se em limitar os estragos sociais das crises econômicas selvagens. O que, também aqui, tem como efeito uma politização considerável (contra a política do Estado) da luta das massas populares no contexto da crise econômica.

3) A crise atual — acoplada aliás à crise ideológica, da qual não falarei — traduz-se, assim, nos países capitalistas dominantes, em *crise do Estado.* Com efeito, atualmente o que fica obstruído é a tentativa do Estado de se instalar suavemente numa gestão de sua própria crise, e assiste-se a um rompimento que os ingleses chamam de "*crisis of the crisis-management*", ou "crise da gestão da crise". Isso coloca uma série de problemas novos à pesquisa concreta: após minhas observações precedentes sobre o Estado, direi apenas que essa crise deve ser apreendida nas contradições internas consideravelmente acirradas no próprio cerne do Estado: entre os diversos ramos e aparelhos do Estado, no cerne mesmo de cada ramo e de cada aparelho, no pessoal dos aparelhos de Estado. Basta mencionar o que se passa atualmente na França (exército,

polícia, justiça, administração, etc.). O problema decisivo, bem entendido, consiste em localizar, sob as aparências da cena política, os lugares nodais dessas contradições no interior do Estado, e em estabelecer sua verdadeira significação de classe, o que não se pode fazer senão por meio de uma série de mediações, pois as contradições de classe se expressam no cerne do Estado de modo sempre *específico*, isto é, assumindo sua estrutura institucional própria.

— O último tema que desejaríamos abordar concerne às transformações institucionais atuais dos aparelhos de Estado nos países dominantes.

Efetivamente, assiste-se a transformações institucionais consideráveis desses aparelhos de Estado. Transformações que devem ser apreendidas como respostas do Estado face, entre outras, à crise política, incluindo a sua própria crise (entre outras, porque algumas dessas transformações se referem, mais geralmente, à fase atual do capitalismo monopolista), isto é, como tentativas, da parte do Estado, simultaneamente, de autodefesa e de adaptação (ou, como se diz elegantemente, tal como o faz Giscard, de *modernização*) face às novas realidades da luta de classe. Transformações que, dado o caráter estrutural da crise, mas também as modificações mais gerais das relações capitalistas, conduzem não simplesmente a um desvio autoritário ocasional do Estado burguês, mas estão em vias de constituição de uma *nova forma de Estado capitalista*, com características próprias de "Estado autoritário" ou de "Estado forte".

Esse processo consiste, simultaneamente, na acentuação de elementos já presentes no Estado do capitalismo monopolista, e numa série de elementos relativamente novos. Processo que se encontra desenvolvido, por certo desigualmente, em todos os Estados atuais dos países capitalistas dominantes, para mencionar apenas estes. Assinalo, de modo indicativo: *1*) a concentração prodigiosa do poder no executivo, a expensas da representação "popular" parlamentar; *2*) a confusão orgânica dos três poderes (executivo, legislativo, judiciário), cuja separação, aliás cada vez sempre mais fantasmática, constituía a base ideológica do Estado burguês; *3*) o ritmo acelerado de restrição das liberdades políticas tradicionais do cidadão face ao arbítrio estatal; *4*) o declínio precipitado do papel dos partidos políticos burgueses e o deslocamento de suas funções político-organizacionais para a administração-burocracia de Estado, processo que implica a politização direta do aparelho de Estado, o tecnocratismo, forma privilegiada de legitimação do Estado através do aparelho administrativo; *5*) a acentuação do exercício da violência de Estado, o que acompanha a acentuação do papel ideológico direto do Estado (intervenções na imprensa, no aparelho cultural, nos meios de comunicação de massa, etc.) e o deslocamento deste papel dos aparelhos ideológicos (ensino, família, etc.) para os próprios aparelhos repressivos (o exército, por exemplo): o que não pode ser apreendido senão considerando a crise

ideológica atual e a ruptura dos laços entre a burguesia e seus "intelectuais orgânicos" em sentido amplo; 6) a *escotomização* e deslocamento de cada ramo e aparelho de Estado (exército, polícia, administração, justiça, aparelhos ideológicos) em *redes formais e aparentes*, de um lado, em *núcleos estanques*, estreitamente controlados pelo ápice do executivo, do outro, e o deslocamento constante dos centros de poder real dos primeiros para os segundos; o que tem lugar por uma efetiva transmutação do princípio de publicidade em princípio do segredo; 7) o desenvolvimento maciço e o papel organizacional de *redes estatais paralelas*, de fatura pública, semipública ou parapública, que têm como funções simultâneas unificar e dirigir os núcleos estanques do aparelho de Estado, redes que, como se deve, permanecem como reserva da "República" no caso de as coisas avinagrarem para a classe dominante.

As urgências teóricas decisivas com as quais todos nos confrontamos aqui são: *a*) estabelecer a relação exata entre essas transformações do Estado e as transformações atuais do capitalismo — em suma, entre as transformações do Estado e as novas relações de força entre as classes em luta; *b*) distinguir essas modificações estruturais de um "processo de fascistização" em sentido estrito, que, sem dúvida, ainda não se implantou, mas que pode sê-lo, no contexto atual da crise, de modo original e particularmente sub-reptício, posto que articulado às transformações estruturais do Estado; *c*) contribuir para o estudo das soluções em favor das massas populares, soluções que, dado o caráter estrutural dessas transformações, não podem consistir em paliativos secundários: o que, afinal, abre a discussão sobre o *Estado de transição para o socialismo*, mas que, dada a amplitude do problema, também deve encerrar esta entrevista.

3. OS APARELHOS IDEOLÓGICOS: O ESTADO, REPRESSÃO + IDEOLOGIA? *

Se o Estado tem um papel constitutivo nas relações de produção e na delimitação-reprodução das classes sociais, é porque não se limita ao exercício da repressão física organizada. O Estado detém, igualmente, um papel próprio na organização das relações ideológicas e da ideologia dominante. É sobre isto que me deterei no momento: o papel eminentemente positivo do Estado não se limita, tampouco, ao binômio repressão + ideologia.

A ideologia não consiste apenas, ou simplesmente, em um sistema de idéias ou de representações: ela concerne também a uma série de *práticas materiais*, estendendo-se aos hábitos, aos costumes, ao modo de vida dos agentes e, assim, molda-se como cimento ao conjunto das práticas sociais, práticas políticas e econômicas inclusive. As próprias relações ideológicas são essenciais na constituição das relações de propriedade econômica e de posse, na divisão social do trabalho no próprio seio das relações de produção. O Estado não pode consagrar e reproduzir a dominação política por meio exclusivo da mera repressão, da força ou da violência "nua", mas apela diretamente à ideologia que legitima a violência e contribui para organizar um *consenso* de certas classes e frações dominadas com relação ao poder político. A ideologia não é algo neutro na sociedade: só existe ideologia de classe. Em especial, a ideologia dominante consiste num poder essencial da classe dominante.

---

* Reproduzido de POULANTZAS, N. Les appareils idéologiques: l'État, répresion + idéologie? In: —. *L'État, le pouvoir, le socialisme*. Paris, PUF, 1978. p. 31-8. Trad. por Heloísa R. Fernandes.

Assim, a ideologia dominante encarna-se nos aparelhos de Estado, que também têm por papel elaborar, inculcar e reproduzir esta ideologia, o que é importante na constituição e na reprodução da divisão social do trabalho, das classes sociais e da dominação de classe. Este é o papel por excelência de certos aparelhos que derivam da esfera do Estado e que têm sido designados como *aparelhos ideológicos de Estado*, quer eles pertençam formalmente ao Estado, quer conservem um caráter jurídico "privado": a Igreja (o aparelho religioso), o aparelho escolar, o aparelho oficial de informação (rádio, televisão), o aparelho cultural, etc. Ficando claro que a ideologia dominante intervém na organização dos aparelhos (exército, polícia, justiça-prisões, administração) encarregados, principalmente, do exercício da violência.

Distinção entre aparelhos repressivos e aparelhos ideológicos que, contudo, têm limites muito claros: antes de chegar a eles, mencionarei o papel repressivo do Estado que, às vezes, parece tão evidente que quase não se fala dele. Insistir no papel do Estado nas relações ideológicas não deveria levar, como freqüentemente se faz [1], a subestimar seu papel repressivo.

Por repressão é necessário entender, primeiramente, a violência física organizada, no sentido mais material do termo, de *violência aos corpos.* Um dos aspectos essenciais do poder, a condição de sua instauração e de sua manutenção, é sempre a coerção dos corpos, mas também a ameaça aos corpos, a ameaça de morte. Certamente, o corpo não é mera naturalidade biológica, mas uma instituição política: as relações do Estado-poder com o corpo são diversamente mais complicadas e extensas que as da repressão. O que não impede que o Estado sempre permaneça ancorado também no seu registro constrangedor sobre os corpos através dos meios físicos, da manipulação e da devoração dos corpos. Isso, aliás, duplamente: pelas instituições que atualizam o constrangimento corporal e a permanente ameaça de mutilação (prisão, exército, polícia, etc.); pela instauração, por parte de todo o Estado, de uma *ordem corporal* que, ao mesmo tempo, institui e gera os corpos, vergando-os, moldando-os e encerrando-os nas instituições e nos aparelhos. O Estado é co-extensível, em sua materialidade, a um desbastamento, a uma conformação e a um consumo dos corpos dos sujeitos — em suma, à sua encarnação na própria corporeidade dos sujeitos-objetos da violência de Estado. Se não se pode falar de uma mortificação corporal da parte do Estado que remeteria à imagem de um primeiro corpo, naturalmente livre e, depois, politicamente desviado, porquanto só existe corpo político, persiste, entretanto,

[1] O que Perry Anderson remarca muito bem em The Antinomies of Antonio Gramsci. *New Left Review*, nov. 1976-jan. 1977.

o fato de que se trata sempre, nessa ordem corporal, de adestramento e arregimentação efetivos dos corpos que operam por dispositivos físicos apropriados. Quando do exame do papel da lei, onde tratarei a questão da repressão mais a fundo, ver-se-á que o Estado capitalista apresenta aqui particularidades incontestáveis.

Mas a concepção que defende a distinção entre aparelhos repressivos e aparelhos ideológicos de Estado suscita profundas reservas: essa distinção só pode ser retida a título puramente descritivo e indicativo. Se essa concepção, fundada nas análises de Gramsci, tem o mérito simultâneo de ampliar o espaço do Estado às instituições ideológicas e de valorizar, graças ao seu papel nas relações ideológicas, a presença do Estado no seio das relações de produção, isso não impede que ela funcione, de fato, de modo restritivo. Essa concepção, tal como foi sistematizada por L. Althusser [2] (como, então, eu lhe fizera notar), repousa no pressuposto de um Estado que *só* agiria, *só* funcionaria, pela repressão *e* pela inculcação ideológica. De qualquer modo, ela supõe que a eficácia do Estado reside naquilo que ele proíbe, exclui, impede, impõe que não se faça; ou, então, naquilo que ele engana, mente, oculta, esconde ou faz crer: que esse funcionamento ideológico resida em práticas materiais não muda nada a análise restritiva do papel do Estado segundo essa concepção. Ela considera o econômico como instância auto-reprodutível e auto-reguladora em que o Estado serve apenas para colocar as *regras negativas* do "jogo" econômico. O poder político não está presente na economia, ele só poderia enquadrá-la; ele não poderia engajar-se nela por uma positividade própria, pois ele só existe para impedir (pela repressão e pela ideologia) intervenções perturbadoras. Trata-se de uma velha imagem juridicista do Estado, a da filosofia jurídico-política dos primórdios do Estado burguês e que jamais correspondeu à sua realidade.

É evidente que com semelhante concepção do Estado é impossível compreender sua ação própria na constituição das relações de produção. Já é o caso quanto à transição do feudalismo para o capitalismo e para o estádio concorrencial, dito liberal, do capitalismo. Mas isso vale ainda mais, e muito particularmente, para o Estado atual que se engaja no próprio cerne da reprodução do capital. Em suma, o Estado age também de modo positivo, ele *cria, ele transforma,* ele *faz o real.* Salvo como jogo de palavras, pouco se pode apreender das ações econômicas do Estado sob a modalidade exaustiva da repressão ou da inculcação ideológica, não obstante entender-se que estão plenamente presentes na materialidade das funções atuais do Estado.

---

[2] ALTHUSSER, L. Idéologie et appareils idéologiques d'État. *La Pensée.* jun. 1970.

Há mais: através desse binômio repressão-ideologia, é impossível delimitar as próprias investidas do poder sobre as massas dominadas e oprimidas sem desembocar numa concepção simultaneamente policial e idealista do poder. O Estado dominaria as massas seja pelo terror policial ou pela repressão interiorizada — pouco importa aqui —, seja pela impostura e pelo imaginário! Ele defende/interdiz e/ou engana, pois, abstendo-se de identificar ideologia com "falsa consciência", o termo ideologia só tem sentido sob a condição de admitir que os procedimentos ideológicos comportam uma estrutura de ocultação-inversão. Acreditar que o Estado só age dessa maneira é completamente falso: a relação das massas com o poder e com o Estado, no que se designa principalmente como *consenso, sempre possui um substrato material.* Entre outros porque o Estado, trabalhando pela hegemonia de classe, age no campo de um equilíbrio instável de compromisso entre as classes dominantes e as classes dominadas. Assim, o Estado assume permanentemente uma série de medidas materiais positivas relacionadas às massas populares, ainda que essas medidas constituam igualmente concessões impostas pela luta das classes dominadas. Eis aí um fato essencial, e não se poderia dar conta da materialidade da relação entre o Estado e as massas populares reduzindo-o ao binômio repressão-ideologia. Diga-se de passagem, esse também é o fundamento — destacando-se o aspecto consentimento — de toda uma série de concepções atuais do poder, especialmente como elas se expressam na discussão em torno do fenômeno fascista [3]. É pela imagem do Estado-poder segundo o binômio repressão-ideologia que se tenta explicar a base de massa do fascismo: as massas teriam "desejado" a repressão, ou teriam sido enganadas pela ideologia fascista. Apreender o Estado somente sob as categorias da repressão-interdito e da ideologia-ocultação leva forçosamente a *subjetivizar* as razões do consentimento (porque se diz sim ao interdito) e a situá-las, seja na ideologia (com o sentido apenas de engano: o fascismo enganou as massas), seja no desejo da repressão ou do amor do Senhor. Mesmo o fascismo foi obrigado a tomar uma série de medidas positivas em relação às massas (reabsorção do desemprego; manutenção e, às vezes, melhoria do poder real de compra de certas categorias populares; legislação dita social), o que não excluiu, muito pelo contrário, o aumento da sua exploração (por intermédio da mais-valia relativa). Embora aqui o aspecto ideológico-chamariz sempre esteja presente, não modifica o fato de que o Estado também aja pela produção do substrato material do *consenso* das massas em relação ao poder. Substrato que, se difere da apresentação ideológica no discurso do Estado, não é redutível à mera propaganda.

[3] Essas concepções são encontradas em certos artigos da obra coletiva *Eléments pour une analyse du fascisme*, sob a direção de M.-A. Macciocli, 1976.

Certamente, esses não são os únicos casos de eficácia positiva do Estado. Mas, no momento, esses exemplos são suficientes para mostrar que sua ação ultrapassa de longe a repressão ou a ideologia.

Aliás, um mal-entendido persistente vem ligado à representação do Estado limitado ao binômio repressão-ideologia: a reprodução da ideologia dominante é confundida com a mera ocultação ou dissimulação dos propósitos e objetivos do Estado, que apenas produziria um discurso unificador que mistifica permanentemente e, assim, só avançaria envolto em segredo e sempre dissimulado.

Isso é falso por várias razões: uma das funções do Estado, que ultrapassa o mecanismo de inversão-ocultação próprio à ideologia, concerne desta vez a seu papel *organizacional* específico com relação às próprias classes dominantes e consiste também *em dizer, formular e declarar abertamente as táticas de reprodução de seu poder.* O Estado não produz um discurso unificado: ele produz vários, encarnados diferencialmente em seus diversos aparelhos segundo sua destinação de classe, discursos endereçados às diversas classes. Ou ainda, ele produz um discurso segmentário e fragmentado segundo as diretrizes que recortam a estratégia do poder. O discurso, ou os segmentos de discurso, endereçados à classe dominante e às suas frações, às vezes também às classes-apoio, são efetivamente discursos declarados de organização. O Estado e as táticas que ele encarna jamais se escondem inteiramente, não porque se trata de conciliábulos de corredor que acabam sendo conhecidos, sem que o Estado tenha ciência, mas porque, num certo nível, o dizer da tática faz parte integrante das disposições do Estado tendo em vista organizar as classes dominantes: ele faz parte do espaço cênico do Estado em seu papel de *representação* dessas classes (caso patente do famoso discurso de De Gaulle de maio de 1968, que não foi "ideológico" à toa...). Fato aparentemente paradoxal: tudo, ou quase tudo, do que realmente fazem a burguesia e seu poder sempre foi (antes e durante) dito, declarado, catalogado publicamente em algum lugar, por um dos discursos do Estado, mesmo que isso nem sempre tenha sido entendido. Hitler jamais escondeu seu propósito de exterminar os judeus. O Estado, em certo nível, não só fala a verdade, declama a verdade do seu poder, como também assume os meios de elaboração e de formulação das táticas políticas. Ele produz saber e técnicas de saber que, certamente imbricadas na ideologia, ultrapassam-na de muito. As estatísticas "burguesas" e o INSEE [4], por exemplo, elementos do saber do Estado para fins de estratégia política, não são mera mistificação.

[4] Institut National de Statistique et des Études Économiques (INSEE), Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos. (N. da T.)

É claro, a palavra do Estado não é a palavra de qualquer um, nem vem de qualquer lugar; há aí um segredo do poder e um segredo burocrático. Contudo, segredo que não equivale a um papel unívoco de silêncio, mas àquele de instauração precisamente, no seio do Estado, de circuitos tais que favorecem a enunciação a partir de alguns lugares. Freqüentemente, com relação à classe dominante, o silêncio burocrático é organizador da palavra. Se, em seu discurso à classe dominante, o Estado não diz sempre sua estratégia, na maioria das vezes não é porque ele tenha medo de revelar seus propósitos às classes dominadas. É porque, embora as táticas se afirmem no interior do Estado, a estratégia não é senão a resultante de uma *démarche* contraditória de entrechoques dessas diversas táticas com os circuitos, redes e aparelhos que as encarnam e, portanto, com freqüência, ela não é sabida, nem conhecida, previamente no (e pelo) próprio Estado; logo, nem sempre ela é discursivamente formulável.

Portanto, o *índice ideológico* do discurso, mas também das práticas materiais do Estado, é flutuante, variável e diversificado segundo as classes ou frações de classe às quais o Estado se dirige e sobre as quais ele age. Se a verdade do poder freqüentemente escapa às massas populares, não é porque o Estado a esconda de todos, disfarçando-a explicitamente, mas porque, por razões infinitamente mais complexas, elas não chegam a entender o discurso do Estado às classes dominantes.

Enfim, quando a ação do Estado é apreendida apenas através do binômio ideologia-repressão, no que concerne aos aparelhos de Estado, isso leva principalmente:

a) a cindir o exercício do poder em dois grupos de aparelhos: os repressivos e os ideológicos. O que tem como principais inconvenientes: reduzir a especificidade do *aparelho econômico de Estado*, dissolvendo-a nos diversos aparelhos repressivos e ideológicos; tornar impossível a localização dessa rede de Estado onde se concentra por excelência o poder da fração hegemônica da burguesia; ocultar, enfim, as modalidades necessárias à transformação desse aparelho econômico no caso da transição ao socialismo, em relação àquelas requeridas para a transformação dos aparelhos repressivos e ideológicos;

b) a distinguir de modo quase nominalista e essencialista certos aparelhos como repressivos (agindo principalmente pela repressão) e como ideológicos (agindo principalmente pela ideologia), o que é discutível. Segundo as formas de Estado e de regime, e segundo as fases de reprodução do capitalismo, certos aparelhos podem deslizar de uma esfera para outra, acumular ou permutar funções; exemplo característico do exército que, em certas formas de ditadura militar, se torna diretamente um aparelho ideológico-organizacional, funcionando, principalmente,

como partido político da burguesia. Desnecessário assinalar, aliás, o papel ideológico constante de toda uma série de aparelhos ideológicos (a justiça, a prisão, a polícia), de tal modo que essa classificação terminológica, derivada do critério muito vago de "principalmente" (principalmente repressivos ou principalmente ideológicos), parece esvanecer-se.

Assim, a formulação do espaço estatal em termos de aparelhos repressivos e de aparelhos ideológicos só pode ser retida a título puramente descritivo e considerando as reservas feitas. Ela tem o mérito de ampliar a esfera estatal por incluir nela uma série de aparelhos, freqüentemente "privados", de hegemonia, e de insistir na ação ideológica do Estado, mas não deixa de implicar uma concepção do Estado e de sua ação que ainda permanece restritiva.

4. O ESTADO, OS PODERES E AS LUTAS *

O Estado detém, portanto, um papel decisivo nas relações de produção e na luta das classes, já estando presente em sua constituição e, assim, em sua reprodução.

Mas, embora uma das características da história teórica do marxismo, principalmente no interior da III Internacional, foi a de ter negligenciado a especificidade do espaço político próprio ao Estado e do seu papel essencial (a superestrutura como mero apêndice da base), as críticas feitas atualmente ao marxismo concernem a seu pretenso "estadismo". Enquanto o marxismo negligenciava o Estado, tratava-se de economicismo; quando ele fala do Estado, não poderia deixar de ser senão estadismo. Críticas que não se referem simplesmente à prática política stalinista e à realidade sociopolítica dos regimes dos países do Leste, mas à própria teoria marxista. Ora, se o Estado desempenha o papel que acabo de traçar é porque, para o marxismo, ao contrário do que atualmente se lê em quase toda parte, o poder não se identifica e não se reduz ao Estado.

No processo de produção, quando se leva em conta o primado das relações de produção sobre as forças produtivas, é-se obrigado a considerar que as relações de produção e as relações que as compõem (propriedade econômica/posse) se traduzem em poderes que emanam dos lugares traçados por essas relações. No caso, poderes de classe, que remetem à relação de exploração fundamental: a propriedade econômica

* Reproduzido de POULANTZAS, N. L'État, les pouvoirs et les luttes. In: —. *L'État, le pouvoir, le socialisme*. Paris, PUF, 1978. p. 39-51. Trad. por Heloísa R. Fernandes.

designa principalmente a capacidade (o poder) de destinar os meios de produção para utilizações dadas e, assim, de dispor dos produtos obtidos; a posse designa a capacidade (o poder) de empregar os meios de produção e de dirigir o processo de trabalho. Esses próprios poderes situam-se numa rede de relações entre exploradores e explorados, nas oposições entre diferentes práticas de classe, em suma numa luta de classe: esses poderes estão inscritos num sistema de *relações* entre classes. É precisamente ao se considerar o processo econômico e as relações de produção como rede de poderes que se pode compreender o fato de que essas relações de produção, como poderes, estão constitutivamente ligadas às relações políticas e ideológicas que as consagram e legitimam, e que estão presentes nessas relações econômicas.

Vê-se, portanto, que:

1) Para o marxismo, as relações de poder não estão, como sustentam por exemplo Foucault ou Deleuze, "em posição de exterioridade face aos outros tipos de relações: processos econômicos... [1]. O processo econômico é luta de classe, logo também relações de poder (e não apenas de poder econômico): entendido que esses poderes são específicos porque estão ligados à exploração (os quais, diga-se de passagem, só raramente são tratados por Foucault ou Deleuze). No caso das classes, o poder que remete aos lugares objetivos ancorados na divisão do trabalho, e que designa a capacidade de cada uma realizar seus interesses específicos em relação oposta à capacidade de outras classes realizarem os seus, não poderia escapar às relações econômicas. Aliás, essas relações de poder, ancoradas na produção da mais-valia e em sua relação com os poderes político-ideológicos, estão materializadas em instituições-aparelhos específicas: as empresas-fábricas-unidades de produção, lugares de extração da mais-valia e de exercício desses poderes.

2) O poder não se identifica nem se reduz, de modo algum, ao Estado, embora Deleuze e Foucault assim o digam do marxismo: "o poder seria poder de Estado, ele próprio estaria localizado num aparelho de Estado..." e "...seria identificado ao Estado" [2]. As relações de poder, como é o caso para a divisão social do trabalho e para a luta das classes, *ultrapassam de longe o Estado.*

Ultrapassam o Estado, mesmo quando se abandona uma definição jurídica e estreita do Estado que permanece tão surpreendentemente presente em Foucault, ou em Deleuze. O conjunto dos aparelhos de hegemonia, mesmo juridicamente privados, faz parte do Estado (aparelhos ideológicos, culturais, igreja, etc.), enquanto, para Foucault e Deleuze, o Estado sempre permanece limitado apenas ao seu núcleo público

[1] G. Deleuze, em seu artigo sobre Foucault: Ecrivain non: un nouveau cartografe. *Critique.* dez. 1975, e FOUCAULT, M. *La volonté de savoir.* Paris, Gallimard, 1977.
[2] FOUCAULT, M. *La volonté de savoir,* cit., p. 123.

(exército, polícia, prisão, tribunais, etc.). O que lhes permite dizer que o poder também existe fora do Estado, tal como o concebem: uma série de lugares considerados como estando fora do Estado (aparelho saúde-asilos, hospitais, aparelho esportivo, etc.), mas constituindo, não obstante, lugares de poder, são tanto mais lugares de poder por estarem incluídos no campo estratégico do Estado.

Digo *tanto mais* e não *enquanto* (incluídos no Estado): o poder ultrapassa de longe o Estado, mesmo concebido de modo amplo, e em vários sentidos.

Primeiramente, os poderes referidos às classes sociais e à luta das classes não estão reduzidos ao Estado. É principalmente o caso dos poderes nas relações de produção, a despeito de suas intersecções com o poder político, e do fato de sua relação com o Estado não ser uma relação de exterioridade. Mas há mais: é verdade, o Estado capitalista, mais particularmente sob sua forma atual — e além do fato de este Estado dever ser, de qualquer forma, concebido de modo amplo —, crescentemente concentra em si as diversas formas de poder. Intervindo crescentemente em todas as esferas da realidade social, dissolvendo o tecido social tradicionalmente "privado", ele se difunde nas redes mais capilares e, tendencialmente, investe os setores do poder de todo poder de classe (é o que importa no momento). Desde a estreita relação — que deriva da atual forma de separação entre trabalho intelectual e trabalho manual — entre o Estado e um saber diretamente instaurado em discurso do Estado e, portanto, instituído em técnica política, até o investimento do Estado em domínios ditos de consumo coletivos (transportes, habitação, saúde, assistência social, lazer) — onde os poderes ideológico-simbólicos materializados nas produções (habitações, centros culturais, etc.) prolongam diretamente as relações estatais —, as relações entre os poderes de classe e o Estado se tornam cada vez mais estreitas. Dito isso, não é menos verdadeiro que os poderes de classe, e não apenas econômicos, sempre ultrapassam o Estado. O discurso de Estado, mesmo estendido aos seus aparelhos ideológicos, não esgota, por exemplo, todo discurso político; discurso que, não obstante, inclui, em sua estrutura, um poder de classe. Do mesmo modo, o poder ideológico jamais se esgota no Estado e em seus aparelhos ideológicos: estes não só não criam a ideologia dominante, como não são os fatores primordiais exaustivos de reprodução das relações de dominação/subordinação ideológica. Os aparelhos ideológicos apenas elaboram e inculcam a ideologia dominante: não é a Igreja, como já dizia Max Weber, que cria e perpetua a religião, mas é a religião que cria e perpetua a Igreja. Em suma, as relações ideológicas apresentam sempre um ancoradouro que ultrapassa os aparelhos e que já consiste em relações de poder.

O que leva a evocar uma proposição suplementar: se os poderes de classe não se reduzem ao Estado e sempre ultrapassam seus aparelhos,

é porque esses poderes, ancorados na divisão social do trabalho e na exploração, sempre detêm o primado sobre os aparelhos que os encarnam, principalmente o Estado. O que significa expressar sob forma diferente a proposição segundo a qual, na relação complexa luta de classes/aparelhos, *são as lutas que detêm o papel primordial e fundamental*, lutas (econômicas, políticas, ideológicas) cujo campo, já ao nível da exploração e das relações de produção, não é outro senão o das relações de poder.

Isso significa dizer que o Estado não tem senão um papel secundário e negligenciável na existência material do poder? Abandonar a imagem de um Estado totalizante torna necessário recair na ilusão de um Estado como mero apêndice do social? Não torna de modo algum. O Estado tem um papel constitutivo na existência e na reprodução dos poderes de classe, isto é, em termos mais gerais, na luta das classes, o que remete à sua presença nas relações de produção. Ele possui um papel constitutivo, e é necessário entender esta proposição em sentido pleno. O que também implica traçar uma linha de separação com toda uma corrente atual que, insistindo no primado do "social", no sentido mais vago do termo (a "sociedade" como princípio "instituinte" do Estado), chega precisamente a essa imagem do Estado como apêndice do social. Corrente que, sob sua forma atual, é conhecida, sobretudo na França, pelas análises, e sua evolução, dos autores da revista dos anos 50, *Socialisme et Barbarie* (Lefort, Castoriadis, etc.). Através das críticas de estadismo que endereçam ao marxismo, corroboram os mesmos erros do marxismo instrumentalista [3]: o Estado como mero apêndice das lutas e do poder. Corrente que adquire importância não tanto por suas próprias análises, mas pela forma como essas análises estão arraigadas na tradição libertária do movimento operário francês, principalmente em certos setores da CFDT [4] e da tendência "*Assises du socialisme*" do Partido Socialista [5]. Arraigadas na corrente autogestionária que, em grande parte, é o resultado de um qüiproquó: trata-se de fundar, sobre uma teoria que negligencia o papel real do Estado, uma política de autogestão que, em grande medida, é justificada pela importância atribuída à necessidade de formas de democracia direta na base. Na melhor das hipóteses, trata-se aqui de transformar seus desejos em realidade: deduzir uma política antiestatal a partir de uma visão segundo a qual o Estado, em seu papel próprio, quase desaparece. Embora seja precisamente o papel terrivelmente real do Estado que torne necessária uma transição ao socialismo amplamente

[3] LEFORT, C. Maintenant. *Libre*. n. 1, 1977; CASTORIADIS, C. *L'institution imaginaire de la societé*. 1975. Corrente que, aliás, reata com a de G. Lapassade e de R. Loureau, dita "antiinstitucional".

[4] Confédération Française Démocratique du Travail (CFDT), Confederação Francesa Democrática do Trabalho. (N. da T.)

[5] Refiro-me particularmente à revista *Faire*.

apoiada na democracia direta, e isto implica o conhecimento exato do Estado e de seu papel atual. Tanto é verdade que uma certa tradição do socialismo estadista-jacobino procede, também ela, da concepção instrumental de um Estado como mero apêndice do social e das classes. Estado cujo fortalecimento ilimitado não poderia ter conseqüências nefastas porque se trataria de um Estado operário, mero apêndice da classe operária.

Mas, circunscrever exatamente o papel constitutivo do Estado nas relações de produção e na luta das classes — logo, nas relações de poder — torna necessário distinguir, de uma vez por todas, em seu contexto teórico, esta questão da origem cronológica e da gênese (quem veio primeiro, o ovo ou a galinha, o Estado ou a luta das classes/relações de produção): é necessário romper radicalmente com a corrente positivista-empirista, isto é, historicista, inclusive a do interior do marxismo. Falar, na *ordem de explicação teórica*, de um campo social de divisão do trabalho em classes e de poder de classe *antes* da existência do Estado, de uma base originariamente primeira (no sentido cronológico e genealógico) que engendra *em seguida* o Estado que, certamente, interviria nele, mas depois, não tem estritamente qualquer sentido. Onde exista divisão em classes e, portanto, luta e poder de classe, o Estado, o Poder político institucionalizado, já lá está. Não existe, nesta ordem, luta e poder de classe antes do Estado ou sem o Estado, não há "estado de natureza" ou "estado social" que preexista ou preceda o Estado, como desejaria toda uma tradição que carrega traços evidentes da filosofia política do Iluminismo (a do contrato social anterior ao Estado). O Estado, no quadro referencial de uma sociedade dividida em classes, já abaliza o campo das lutas (inclusive aquelas das relações de produção), organiza o mercado e as relações de propriedade, institui a dominação política e instaura a classe politicamente dominante, marca e codifica todas as formas da divisão social do trabalho, todo real social.

É nesse preciso sentido que, uma vez colocado o Estado, não se pode pensar qualquer real social (um saber, um poder, uma língua, uma escrita) que represente uma primeira situação frente ao Estado, mas um real social sempre relacionado ao Estado e à divisão em classes. Isso não quer dizer que jamais tenha existido real social e poder sem Estado ou, cronologicamente, antes do Estado; sem divisão em classes ou, cronologicamente, antes dessa divisão; mas que, no quadro referencial de uma sociedade dividida em classes e com Estado, esse real não é pensável colocando o Estado entre parênteses. Mesmo que se admita o fato histórico de um real social antes do Estado, uma vez colocada a emergência do Estado, todo real social deve ser considerado como mantendo relações constitutivas com ele.

Assim, se (uma) história é (a) história da luta das classes, se as sociedades "primitivas" sem Estado são sociedades sem (essa) história, é também porque essa história não existe sem Estado. Não há uma his-

tória das lutas da qual o Estado seria, num momento dado, o resultado e o fruto; essa história não é pensável sem Estado. Não porque, a partir do momento do aparecimento do Estado, tenha-se entrado num tempo irremediável (a História) em que, daqui por diante, enquanto existirem Homens, existirá o Estado, mas, como dizia Marx, fim da divisão em classes significa fim do Estado e, por isso mesmo, fim de um certo tempo, que não é fim dos tempos, mas fim de uma certa história, que ele chamava, também, de pré-história da humanidade.

A divisão em classes e a luta das classes não podem, portanto, ser pensadas como *origem* do Estado, no sentido de um princípio de gênese do Estado. É necessário concluir que isso contesta a proposição essencial do *fundamento* do Estado nas lutas sociais, isto é, o papel determinante das relações de produção e, mais geralmente, o primado das lutas e das relações de poder frente ao Estado? Em suma, colocar assim a questão do Estado é fazer estadismo?

Coloco a questão por este preciso meio para poder desenrolar uma meada embaraçada nas diversas tendências atuais que, embora tenham como ponto em comum contestar este fundamento do Estado e do poder nas lutas das classes, distinguem-se em outros pontos. Também vou deixar para mais tarde o tratamento, a este respeito, da problemática de Foucault que consiste, essencialmente, em referir o relacionamento do Estado com as relações de produção, dos poderes econômicos com os poderes políticos, a um terceiro princípio, a um "diagrama" de Poder comum aos diversos poderes em um momento dado. Concepção que, pelo menos, não se aventura numa teoria geral do poder desde a origem dos tempos, e não vê no Estado o fundamento de todo real social.

Mas é o que faz toda a corrente atual da dita "nova filosofia" que, numa tão pretensiosa quão vã metafísica do Poder e do Estado, de Bernard-Henri Lévy a André Glucksmann, reata com uma velha tradição institucionalista: o Estado como princípio fundador e instituinte de toda relação social, forma apriorística de todo real social possível, arqui-Estado originário do qual as lutas sociais seriam mero espelho e que só sobreviriam à existência através dele. Não é o marxismo mas essa concepção que reduz todo poder ao Estado e que vê em todo poder a conseqüência desta realidade primeira que seria o Poder-Estado. Tudo sempre é a réplica do Senhor, do Estado e da Lei (a teoria psicanalítica, versão lacaniana, assim obriga), pois não haveria, não mais que lutas, qualquer real social, poder, língua, saber, discurso, escrita ou desejo, senão *por* ele. Mal *radical* e, nesse sentido, incontornável por qualquer luta que seja, toda luta não sendo senão o substrato e a imagem do Príncipe, constituída nas redes originárias de um Poder-Estado eterno cuja perenidade deriva de uma universalidade e necessidade de caráter metafísico. Ele é, então, o fundamento-origem de tudo, fundamento porque origem, e *vice-versa*. O totalitarismo estatal é simultaneamente originário e eterno,

pois o sujeito de toda História possível é o Estado: em matéria de Kant, encontra-se Hegel.

Logo, o Estado é tudo: a isso a outra corrente mencionada — participante, portanto, da mesma problemática — responde, de modo simetricamente inverso, que é o social que é tudo e o Estado é apenas o apêndice instituído. O peso dos termos respectivos — Estado e sociedade — mudou, a problemática permanece a mesma: a de uma causalidade mecânica e linear, fundada em um princípio monista simples e calcada em uma metafísica das origens.

Portanto, é necessário evocar certas análises que vários de nós fazemos há muito tempo: o papel determinante das relações de produção, o primado das lutas de classe sobre o Estado e seus aparelhos não podem ser apreendidos segundo uma causalidade mecânica e, mais ainda, transposta em causalidade cronológica linear; o que havíamos designado pelo termo *historicismo*. Essa determinação e esse primado não significam, igual e forçosamente, uma existência histórica anterior ao Estado: que este seja o caso, ou não, ouso dizer, é outro assunto. Isso vale, acima de tudo, para o relacionamento do Estado com as relações de produção de tal ou qual modo de produção, e para a transição de um modo de produção a um outro. O que Marx estabelecia de modo cabal quando diferenciava o fato de essas ou aquelas relações de produção serem "pressuposto" ou *prius logique* desse ou daquele Estado do fato de uma precedência histórico-cronológica das primeiras sobre o último. A determinação do Estado pelas relações de produção, o primado das lutas sobre o Estado, inscrevem-se em temporalidades diferenciais a cada um, em historicidades próprias com desenvolvimento desigual: na ordem da gênese histórica, uma forma de Estado pode preceder as relações de produção às quais corresponde. Há muitos exemplos na obra de Marx e eu próprio mostrei que esse foi o caso do Estado absolutista na Europa, Estado com dominante capitalista enquanto as relações de produção ainda apresentam uma dominante feudal.

Exemplos indicativos concernentes às relações dessa ou daquela forma de Estado e dessas ou daquelas relações de produção e lutas das classes, mas que têm um alcance mais geral, pois remetem, também, à origem do Estado. Vê-se que a questão da origem histórica do Estado — a questão da ordem de sucessão, na historiografia da gênese, entre, de um lado, o Estado e, do outro, as relações de produção e os poderes de classe — não é teoricamente homogênea àquela do fundamento do Estado nas relações de produção, nas lutas das classes e nas relações de poder.

Isso não impede que uma série de mal-entendidos se deva aqui ao próprio Engels. Esquematicamente, direi que Engels, tributário nesse caso da problemática historicista de uma causalidade linear, tentou fundar o primado da divisão em classes e de suas lutas sobre o Estado, decal-

cando essa questão precisamente naquela da gênese do Estado, cedendo assim ao mito das origens. Um dos objetivos da *Origem da família, da propriedade privada e do Estado* é demonstrar o aparecimento histórico primeiro, nas sociedades ditas primitivas, da divisão em classes nas relações de produção: divisão que, em seguida, daria nascimento ao Estado. O que é considerado como uma "prova" da determinação do Estado pelas relações de produção e de seu fundamento nelas. Mesmo supondo que a investigação histórica de Engels seja exata, é evidente que esta não é uma prova: ou melhor, só seria uma prova se o marxismo fosse um historicismo integral.

Mas é igualmente evidente que uma ordem inversa de emergência histórica na série das origens não poderia fornecer a prova contrária: a menos que se compartilhe pessoalmente dessa problemática historicista. Refiro-me aqui principalmente aos trabalhos de Pierre Clastres, o qual, argumentando que a passagem das sociedades sem Estado às sociedades com Estado realizar-se-ia por uma primeira emergência do poder político — emergência que precederia a divisão em classes nas relações de produção — extrai, entre outros, o argumento de um papel fundamental e determinante do Estado em relação àquela divisão. Argumento supostamente arrasador como crítica ao marxismo:

> "Logo, o decisivo é exatamente a ruptura política, e não a mudança econômica [...] E, querendo-se conservar os conceitos marxistas de infra-estrutura e de superestrutura, então talvez seja necessário aceitar reconhecer que a infra-estrutura é o político e que a superestrutura é o econômico..."

E ainda:

> "A relação política do poder precede e funda a relação econômica de exploração. Antes de ser econômica, a alienação é política, o poder antecede o trabalho, o econômico é que deriva do político, a emergência do Estado determina o aparecimento das classes" [6].

Magnífico exemplo de raciocínio historicista de causalidade linear, participante exatamente da mesma problemática, neste caso, de Engels. Supondo que as análises de Clastres sejam historicamente pertinentes — sobre o que me abstenho de tomar partido —, não estão em contradição com o marxismo, já que "fundamento" do Estado nas relação de produção-divisão das classes não significa, necessariamente, "origem" prévia destas com relação àquele. Essas análises não contestam o papel determinante das relações de produção e o primado das lutas sobre o Estado: só constituem uma prova nessa direção para uma problemática positivista-empirista, ou seja, historicista, que confunde *origem* com *fundamento*.

---

[6] CLASTRES, P. *La societé contre l'État*. Paris, Minuit, 1974. p. 169-72.

É o caso, entre outros, de B. H. Lévy[7] quando evoca as análises de Clastres em apoio da tese de uma eternidade do Estado, fundamento, porquanto origem, de tudo.

Não só as lutas das classes detêm o primado sobre o Estado e o ultrapassam de longe, como as relações de poder vão além do Estado também em um outro sentido: *as relações de poder não recobrem exaustivamente as relações de classe* e podem extravasar as próprias relações de classe. Certamente, isso não quer dizer que, neste caso, elas não tenham pertinência de classe, que não se situem também no terreno da dominação política, ou que não sejam um seu resultado, mas sim que não derivam do mesmo fundamento da divisão social do trabalho em classes, portanto não são sua mera conseqüência e não lhe são nem homólogas, nem isomorfas: é o caso, principalmente, das relações homens-mulheres. Sabe-se agora: a divisão em classes não é o terreno exaustivo de constituição de todo poder, mesmo que, nas sociedades de classe, todo poder revista uma significação de classe. Conseqüência conhecida: transformar radicalmente os aparelhos de Estado numa transição ao socialismo não seria suficiente para abolir ou transformar o conjunto das relações de poder.

Ora, mesmo que essas relações de poder ultrapassem as relações de classe, como elas não podem dispensar aparelhos e instituições específicos que as materializem e as reproduzam (o casal, a família), os aparelhos de Estado não se mantêm apartados delas. O Estado intervém por sua ação e por seus efeitos em *todas* as relações de poder, a fim de lhes consignar uma pertinência de classe e de investi-las na trama dos poderes de classe. Assim, o Estado encarrega-se dos poderes heterogêneos que se tornam relés e complementos do poder (econômico, político, ideológico) da classe dominante. O poder nas relações sexuais homens-mulheres, sem dúvida heterogêneo às relações de classe, não deixa de ser investido, desviado e reproduzido, entre outros pelo Estado (mas também pela empresa-fábrica), como relação de classe: o poder de classe o atravessa, utiliza, multiplica; em suma, consigna-lhe sua significação política. O Estado não é um Estado de classe apenas no sentido de concentrar o poder fundado nas relações de classe, mas também no sentido de difundir-se *tendencialmente* em todo o poder, apropriando seus dispositivos; poder que, contudo, constantemente o ultrapassa.

Feitos esses esclarecimentos, resta que o marxismo também coloca certas proposições:

a) O poder de classe é a base fundamental do poder em uma formação social dividida em classes, cujo motor é a luta das classes.

---

[7] Lévy, B. H. *La barbarie à visage humain.* Paris, PUF, 1977. p. 74 et seqs.

b) O poder político, embora fundado no poder econômico e nas relações de exploração, é primordial no sentido de sua transformação condicionar toda modificação essencial dos outros campos do poder, estando entendido que não basta apenas aquela transformação.

c) O poder político, no modo de produção capitalista, ocupa um campo e um lugar específicos com relação aos outros campos de poder, a despeito das intersecções.

d) Este poder está concentrado e materializado por excelência no Estado, lugar central de exercício do poder político.

Conjunto de proposições refutadas principalmente por Foucault e por Deleuze em nome de uma visão que dilui e dispersa o poder em inumeráveis microssituações; que subestima consideravelmente a importância das classes e da luta das classes, e que ignora o papel central do Estado. No momento, não tenciono ir além; mas, nesses pontos, eles reatam com uma velha tradição da sociologia e da ciência política anglo-saxônica: a do deslocamento do centro da análise do Estado para o "pluralismo dos micropoderes", do funcionalismo ao institucionalismo, de Parsons a Merton, Dahl, Lasswell e Etzioni, os quais desenvolveram explicitamente todos esses pontos. Tradição relativamente desconhecida na França onde, ao contrário, o pensamento político sempre esteve concentrado no Estado (jurídico). Só este desconhecimento, ligado ao reconhecido provincianismo do campo intelectual francês, permite apresentar como novidades estas análises, quando constituem velharias das mais tradicionais. Os méritos incontestáveis de Foucault situam-se em outros pontos. O mais notável é que este discurso, que tende a tornar o poder invisível, pulverizando-o na capilaridade de microrredes moleculares, obtém o sucesso que se sabe no presente momento, quando a expansão e o peso do Estado atingem níveis sem precedentes.

Em resumo: qualquer poder (e não apenas um poder de classe) só existe materializado em aparelhos (e não apenas nos aparelhos de Estado). Esses aparelhos não são meros apêndices do poder, mas detêm um papel na sua constituição: o próprio Estado está organicamente presente no engendramento dos poderes de classe. Mas na relação poder/aparelhos, mais particularmente luta das classes/aparelhos, é a luta (das classes) que detém o papel fundamental, luta cujo campo não é outro senão o das relações de poder, de exploração econômica e de dominação/subordinação político-ideológica. As lutas sempre detêm o primado sobre os aparelhos-instituições e, constantemente, os ultrapassam.

Assim, contra toda concepção que se nutre de ilusões, seja de aparência libertária ou não, o Estado tem um papel constitutivo, não só nas relações de produção e nos poderes que elas realizam, mas no conjunto

das relações de poder, em todos os níveis. Em compensação, contra toda concepção estadista — desde Max Weber, que já via nos aparelhos/instituições o lugar original e o campo primordial de constituição das relações de poder, até a ardente atualidade —, são as lutas, campo primordial das relações de poder, que sempre detêm o primado sobre o Estado. Este não concerne apenas às lutas econômicas, mas ao conjunto das lutas, inclusive as lutas políticas e ideológicas. Certamente, nessas lutas, são as relações de produção que detêm o papel determinante. Mas o primado das lutas sobre o Estado ultrapassa as relações de produção porque não se trata, neste caso, de uma estrutura econômica que, por sua vez, fundaria as lutas, pois essas relações de produção já são relações de luta e de poder. Em seguida, porque é esse papel determinante que, no essencial, e mais geralmente, faz *que haja lutas* e que o conjunto das lutas detenha o primado sobre o Estado. Ao rejeitar esse fundamento das lutas, não se rejeita apenas o papel determinante do econômico, mas o próprio primado das lutas, quaisquer que sejam, sobre o Estado. Quando se pensa rejeitar a tirania do econômico, cai-se forçosamente na onipotência devoradora do Estado-poder.

Observa-se, portanto, que entre as críticas impertinentes (pois há pertinentes) que se faz ao pensamento de Marx, sem dúvida não há uma mais cega e ignorante que a do estadismo, mesmo que ela derive de intenções políticas perfeitamente legítimas (política antiestadista) e que, certamente, fundamente-se nos aspectos totalitários do Estado nos países ditos do socialismo real. Em parte alguma esta crítica a Marx apresentou-se com tanta má-fé como nos nossos "novos filósofos", principalmente A. Glucksmann. Não me ocuparei dele; passo a palavra a J. Rancière que, aliás, não tem branduras (longe disso) para com o pensamento de Marx:

> "Glucksmann é mais radical quando precisa demonstrar, contra toda evidência, que Marx valoriza o Estado como o oposto da sociedade privada. É a impossibilidade de fornecer a menor prova que lhe dá sua prova suprema: *O capítulo sobre o Estado*, escreve Glucksmann, *embora previsto, como por casualidade, falta n'O capital*. Lógica stalinista bem conhecida: a melhor prova de que as pessoas são culpadas é a inexistência de provas. Pois, se não há provas, é porque foram ocultadas; e, se as ocultaram, é porque são culpadas" [8].

[8] Artigo de J. Rancière em *Le Nouvel Observateur*. 25-31 jul. 1977.

II. CLASSES SOCIAIS E LUTA DE CLASSES

5. AS CLASSES SOCIAIS *

O que são classes sociais na teoria marxista?

As classes sociais são grupos de agentes sociais, homens, definidos *principalmente*, embora não exclusivamente, por seu lugar no *processo de produção*, isto é, na esfera econômica.

Dois pontos principais precisam ser ressaltados, já que deles derivam numerosas conseqüências políticas.

1) O lugar econômico dos agentes sociais desempenha um *papel principal* na determinação das classes sociais. Mas isso não implica que este lugar baste para a determinação das classes sociais. De fato, para o marxismo, o econômico desempenha efetivamente o papel determinante numa sociedade dividida em classes; mas o político e o ideológico — em suma, a superestrutura — desempenham igualmente um papel importante. Com efeito, sempre que Marx, Engels e Lenin realizam uma análise concreta das classes numa formação social, não se limitam apenas ao critério econômico. Referem-se explicitamente *à posição de classe*, isto é, a critérios políticos e ideológicos. Assim, pode-se dizer que uma classe

---

* Reproduzido de POULANTZAS, N. Las clases sociales. In: ZENTENO, R. B., coord. *Las clases sociales en América Latina*. México, Siglo Veintiuno, 1973. p. 96-126. Trad. por Heloísa R. Fernandes.

Este texto foi originalmente encomendado a Poulantzas pela CFDT (Confédération Française Démocratique du Travail). Com ligeiras modificações, é o mesmo texto apresentado neste Seminário de Mérida. Mais tarde, uma versão revista foi publicada em *L'Homme et la Société*. (24-25):22-55, abr.-set., 1972. Nessa publicação, Poulantzas também acrescentou uma última parte relativa à reprodução ampliada das classes sociais (p. 49-55), que não consta desta tradução em português.

A presente tradução obedece à publicação em espanhol mas também foi confrontada com a versão francesa do *L'Homme et la Société*. (N. da T.)

social se define por seu lugar no conjunto das práticas sociais, ou seja, por seu lugar no conjunto da *divisão social do trabalho.*

2) O critério econômico, não obstante, continua sendo determinante. Mas o que se entende, na concepção marxista, por critério econômico? O que e o econômico que define a situação de classe?

1. Classes sociais e relações de produção

Começa-se por este último ponto.

1.1. A esfera "econômica" está determinada pelo *processo de produção*; o lugar dos agentes, sua distribuição em classes sociais, pelas *relações de produção.*

Em suma, na unidade produção-consumo-distribuição do produto social, é a produção que desempenha o papel determinante. A distinção das classes sociais, neste nível, não é, por exemplo, uma distinção fundada na quantia dos rendimentos, uma distinção entre "ricos" e "pobres", como acreditava toda uma tradição pré-marxista, ou toda uma série de sociólogos ainda hoje. A distinção, real, na quantia dos rendimentos não é senão uma conseqüência das relações de produção.

Pois bem, o que é esse processo de produção e as relações de produção que o constituem?

O processo de produção é constituído por uma *dupla relação* que engloba as relações dos homens com a natureza na produção material: são relações dos *agentes da produção*, os homens, com o *objeto* e com os *meios* do trabalho, as forças produtivas, e, dessa forma, são relações dos homens entre si, relações de classe.

Quais são essas relações numa sociedade dividida em classes?

a) A relação de *propriedade econômica* dos não-trabalhadores (proprietários) com os meios de produção. Esses têm o *controle real* dos meios de produção e, assim, exploram os produtores diretos — os trabalhadores — arrancando-lhes, de diversas formas, o sobretrabalho.

b) A relação de *apropriação real*, isto é, a relação dos produtores diretos — os trabalhadores — com o objeto e com os meios de trabalho.

1.2. Quanto à primeira relação, deve-se notar que ela designa a propriedade econômica real, o controle real dos meios de produção, e distingue-se da *propriedade jurídica* (tal como está consagrada pelo direito), que é uma superestrutura. Naturalmente, o direito, em geral, confirma a propriedade econômica; mas as formas de propriedade jurídica podem não coincidir com a propriedade econômica real. Nesse caso, é esta última que continua sendo determinante para a definição das classes sociais.

Alguns exemplos:

a) Na divisão das classes sociais no campo, consideremos o caso dos *grandes arrendatários*. Estes, segundo Lenin, pertencem ao campesinato rico, não tendo a propriedade jurídica formal da terra, que pertence ao capitalista rentista. Embora esses grandes arrendatários pertençam ao campesinato rico, isso não quer dizer que tenham altos rendimentos, mas que têm o controle real da terra e dos meios de trabalho, isto é, que são seus proprietários econômicos efetivos.

Este é apenas um exemplo: nos limites deste texto não questionaremos a divisão do "campesinato" — que não é uma classe única — em classes. Ressaltemos, não obstante, que a divisão do campo em grandes proprietários de terra (agraristas), camponeses ricos, camponeses médios e camponeses pobres, englobando, em cada classe, grupos procedentes de distintas formas de propriedade e de exploração, *não pode ser feita* a não ser distinguindo rigorosamente a propriedade jurídica formal e a propriedade econômica real.

b) O segundo exemplo, muito discutido, mas sobre o qual é impossível calar, concerne à URSS e aos países "socialistas". A propriedade jurídica formal dos meios de produção pertence ao Estado, considerado como o Estado do "povo". Mas — dado o debilitamento dos sovietes e dos conselhos operários — o controle real, a propriedade econômica, certamente não pertence aos próprios trabalhadores, mas aos "diretores de empresa" e aos membros do aparelho estatal. Assim, é legítimo perguntar se, sob a forma de propriedade jurídica coletiva, não se oculta uma nova forma de propriedade econômica privada e, desse modo, se não se deveria falar de uma nova burguesia na URSS. De fato, abolição da "propriedade privada" como base de classe não quer dizer mera abolição da "propriedade jurídica privada", mas abolição da propriedade econômica real: isto é, controle dos meios de produção pelos próprios trabalhadores.

Ademais, essas considerações têm importância no que se refere à questão da passagem ao socialismo. Quando se considera a distinção fundamental, teórica e real, entre propriedade econômica e propriedade jurídica formal, vê-se que a mera "*nacionalização*" das empresas não é uma panacéia como se acreditou durante muito tempo; e isso não só porque as "nacionalizações" remetem ao poder do Estado — com o que, sendo este burguês, as "nacionalizações" estão sujeitas aos interesses da burguesia —, mas porque, inclusive no caso de uma mudança de poder de Estado, as nacionalizações, ou a socialização da economia, modificam apenas a *forma de propriedade jurídica*: só a "autogestão" operária pode modificar fundamentalmente a propriedade econômica e, assim, levar a uma abolição das classes.

1.3. Voltemos à segunda relação: a dos produtores diretos — trabalhadores — com os meios e com o objeto do trabalho, relação que define *a classe explorada.*

Esta relação pode assumir formas diferentes, segundo os diversos modos de produção.

Nos modos de produção "pré-capitalistas", os produtores diretos — os trabalhadores — não estavam inteiramente "separados" do objeto e dos meios de trabalho. Consideremos o caso do modo de produção feudal: embora o senhor detivesse tanto a propriedade jurídica como a propriedade econômica da terra, o servo detinha a *posse* de seu pedaço de terra, protegido pelos costumes, e da qual o senhor não podia pura e simplesmente despossuí-lo. Neste caso, a exploração se fazia pela *extração direta do sobretrabalho* (trabalho excedente), sob forma de corvéia ou de tributo em espécie.

Ao contrário, no modo de produção capitalista, os produtores diretos — a classe operária — encontram-se totalmente despossuídos de seus meios de trabalho. É o aparecimento do que Marx designa como "trabalhador nu". O operário não possui senão sua força de trabalho, a qual vende. O próprio trabalho converte-se numa *mercadoria*, o que determina a generalização da forma mercantil. A extração do sobretrabalho, portanto, não é feita diretamente, mas por meio do trabalho incorporado na mercadoria, isto é, pela apropriação da *mais-valia*.

Daí derivam conseqüências importantes:

1.3.1. Vemos que o *processo de produção* não é definido pelos dados "tecnológicos", mas por relações dos homens com os meios de trabalho; portanto, pela *unidade* do processo de trabalho e das relações de produção. Nas sociedades divididas em classes, não se pode falar de trabalho "produtivo" neutro em si. Em cada modo de produção dividido em classes, é "trabalho produtivo" o que corresponde às relações de produção desse modo, isto é, aquele que dá lugar a uma forma específica de *exploração*. Nessas sociedades, produção significa, ao mesmo tempo, e num mesmo movimento, divisão em classes, exploração e luta de classes.

Assim, no modo de produção capitalista, "*trabalho produtivo*" é o que produz *mercadorias*, portanto *mais-valia*. "Economicamente" é precisamente o que define, neste modo de produção, *a classe operária*: o trabalho produtivo remete diretamente à divisão de classes nas relações de produção.

Isso permite resolver certos problemas, mas coloca outros:

1.3.2. Não é o *salário* que define a classe operária, porque o salário é uma forma jurídica de distribuição do produto pelo "contrato" de compra e venda da força de trabalho. Embora todo operário seja um assalariado, nem todo assalariado é um operário; porque nem todo assalariado é forçosamente trabalhador produtivo, isto é, o que produz a mais-valia/ mercadoria.

Aqui, Marx nos dá algumas análises explícitas: por exemplo, os trabalhadores dos transportes são considerados como trabalhadores pro-

dutivos, pertencentes à classe operária, porque uma "mercadoria" só existe a partir do momento em que está presente no mercado, e o que conta para a definição do trabalho produtivo é a mercadoria/mais-valia.

Ao contrário, Marx exclui dos trabalhadores produtivos os assalariados do comércio, dos bancos, das agências de publicidade, dos diversos serviços, etc. Isto porque: *a*) alguns deles pertencem à esfera da circulação; *b*) outros não produzem mais-valia, mas simplesmente contribuem para a realização da mais-valia.

1.4. Mas o problema é bem mais complicado no que concerne aos "técnicos" e aos engenheiros, no interior ou em torno da produção material das empresas: entre outros, aqueles que se designam freqüentemente, de modo equivocado, como "portadores da ciência".

Para esses casos, é inútil buscar uma resposta coerente em Marx. Com efeito, limitando-se aqui ao plano econômico, Marx fornece duas respostas *relativamente contraditórias*:

1.4.1. Nos *Fundamentos da crítica da economia política*, refere-se à noção de *trabalhador coletivo*. Dada, de um lado, a socialização progressiva das forças produtivas e do processo de trabalho, e, de outro, a interpenetração crescente dos trabalhos que concorrem para a produção das mercadorias, a ciência tenderia, segundo Marx, a fazer parte das forças produtivas e os "técnicos" deveriam ser considerados, por intermédio do trabalhador coletivo, como parte da classe operária; eventualmente, sob a reserva de os considerar como uma "aristocracia operária", a qual, segundo Lenin, é uma camada da própria classe operária.

1.4.2. Em *O capital*, Marx claramente considera que esta categoria de agentes não faz parte da classe operária. A ciência, nos diz ele, não é uma força produtiva direta: somente suas aplicações entram no processo de produção. Ademais, essas aplicações apenas contribuem para o aumento e para a realização da mais-valia, e não para a sua produção direta. Os agentes técnicos não fazem parte da classe operária.

O que quer dizer isto? Deve-se começar descartando certos critérios "econômico"-"técnicos" que, de todo modo, nada solucionam:

1.4.2.1. Descartando a pretensa distinção entre "trabalho manual" e "trabalho intelectual". Com efeito, essa distinção, e Gramsci colocou bem, nada vale aqui. A menos que nos entreguemos a argúcias fisiológico-biológicas duvidosas, é claro que todo trabalho manual comporta componentes "intelectuais" e vice-versa. De modo algum se pode definir, de maneira rigorosa, um "trabalho manual" que seja o único trabalho produtor de mais-valia. Ao contrário, a distinção "trabalho manual" e "trabalho intelectual" é uma categoria surgida da vivência operária, que remete a distinções reais, mas que não são distinções físico-biológicas: remete a distinções políticas e ideológicas no interior das empresas.

1.4.2.2. Descartando uma pretensa distinção, que volta a ser encontrada no recente *Tratado de economia marxista: o capitalismo monopolista de estado* do PC [1], entre *trabalhador coletivo* e *trabalhador produtivo*. Com efeito, este tratado funda-se, a este respeito, em critérios quase exclusivamente técnico-econômicos.

A questão é importante e merece que nos detenhamos nela.

O tratado tenta definir uma *noção econômica* do "trabalhador coletivo" = aos que contribuem "tecnicamente" para a produção da mais-valia, distinguindo-a da noção mais restrita de "trabalhador produtivo" = aos que produzem diretamente a mais-valia, a classe operária [2]. Descobre-se assim toda uma série de categorias bastardas que, não sendo consideradas operárias, são retidas como parte do "trabalhador coletivo", em suma, *quase-operárias*.

Trata-se de uma *deformação economicista* que está unida a um objetivo político preciso:

Deformação economicista: com efeito, sempre que Marx emprega a noção de "*trabalhador coletivo*" é para identificá-lo como uma extensão da própria *classe operária*, do trabalhador produtivo. Marx de modo algum distingue trabalhador coletivo de trabalhador produtivo: para ele, o termo *trabalhador coletivo* serve para designar as transformações da própria *classe operária*. Em compensação, é certo que em *O capital* Marx define o trabalhador coletivo segundo critérios unicamente econômicos. Por isso esse termo é sempre impreciso e ambíguo em Marx.

De fato, deve-se adiantar a seguinte proposição: o trabalhador coletivo não é senão a classe operária, com a diferença precisamente de que este termo introduz critérios ideológicos e políticos na delimitação daquela, e este é seu significado fundamental. Logo voltaremos a tratar disto. Em compensação, distinguir entre trabalhador coletivo e classe operária, fazendo surgir camadas de agentes "quase-operários", é aproximar-se, ao ponto de se confundir com ele, do mito da "classe assalariada", isto é, da concepção que identifica *salariado* e *classe operária*.

Portanto, é possível indagar se a política da hierarquia dos salários e a política da CGT [3] com relação ao pessoal de direção não alimentam estas análises relativas ao trabalhador coletivo.

1.5. Ademais, esta questão permite expor um problema importante. Dissemos que o processo de produção é composto pela *unidade* do processo de trabalho e das relações de produção. Agora podemos avançar uma proposição suplementar: no interior dessa unidade, não é o processo

---

[1] *Le capitalisme monopoliste d'État. Traité marxiste d'économie politique*, obra coletiva sob direção do Partido Comunista Francês. Paris, Éd. Sociales, 1971. 2 t. (N. da T.)

[2] Idem, ibidem, t. 1, p. 211 et seqs.

[3] Confédération Générale des Travailleurs (CGT), central sindical ligada ao Partido Comunista Francês. (N. da T.)

de trabalho, incluindo a "tecnologia" e o "processo técnico", que desempenha o papel dominante, mas são as relações de produção que detêm a primazia sobre o processo de trabalho e sobre as "forças produtivas".

Isso é importante na questão das classes sociais. Sua determinação depende das relações de produção, que remetem diretamente à divisão social do trabalho e à superestrutura político-ideológica, e não às coordenadas de algum "processo técnico" em si: a divisão técnica do trabalho é dominada pela divisão social. Assim, no caso do trabalho produtivo — que não é delimitado pelos que participam numa "produção", entendida em sentido técnico, mas pelos que produzem a mais-valia — são *explorados* de maneira determinada, enquanto classe, aqueles que ocupam um lugar determinado na divisão social do trabalho.

O caso é análogo no que se refere aos "técnicos", para quem o critério de sua participação no "processo técnico" do trabalho não é determinante. Ademais, este caso também se apresenta para o grupo dos "vigilantes" do processo de trabalho: está claro, por exemplo, que a questão do pertencimento ou não de agentes como os "contramestres", etc., à classe operária, não pode ser resolvida remetendo ao seu "papel técnico" ou à divisão técnica do trabalho, mas a critérios político-ideológicos.

2. Modo de produção e formação social

Antes de passar aos critérios políticos e ideológicos necessários à delimitação das classes sociais, convém considerar as classes de um modo de produção e de uma formação social — de uma "sociedade" — concreta.

2.1. Com efeito, ao falar de *um modo de produção*, ou, também, de uma forma de produção, situamo-nos em um nível geral e abstrato: por exemplo, os modos de produção escravista, feudal, capitalista, etc. De certo modo, "isolamos", na realidade social, estes modos e formas de produção para examiná-los teoricamente. Mas, como Lenin mostrou em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, uma sociedade concreta em um momento dado — uma formação social — é composta de vários modos e formas de produção, que nela coexistem de maneira combinada. Por exemplo, as sociedades capitalistas dos primórdios do século XX eram compostas por elementos do modo de produção feudal, pela forma de produção mercantil simples e pela manufatura — forma de transição do feudalismo ao capitalismo —, pelo modo de produção capitalista sob suas duas formas, concorrencial e monopolista. Mas essas sociedades eram, sem dúvida, sociedades capitalistas: isto é, o modo de produção capitalista *dominava* os outros modos e formas de produção que coexistiam nessas sociedades. Ademais, em toda formação social é *dominante* um modo de produção, o qual atribui a essas sociedades seu caráter (capitalista, feudal, etc.), com a única exceção das "sociedades em transição",

caracterizadas precisamente por um *equilíbrio* dos diversos modos de produção.

Voltemos às classes sociais. Se nos atemos unicamente aos modos de produção, examinados de maneira "pura" e abstrata, cada modo de produção comporta duas classes: a classe exploradora, política e ideologicamente dominante, e a classe explorada, política e ideologicamente dominada: amos e escravos (modo de produção escravista), senhores e servos (modo de produção feudal), burgueses e operários (modo de produção capitalista).

Mas uma sociedade concreta, uma formação social, sendo composta de vários modos e formas de produção, *comporta mais de duas classes.* Com efeito, não existe formação social que comporte apenas duas classes; o que é exato é que as duas classes *fundamentais* de toda formação social são as do modo de produção dominante nessa formação.

Assim, por exemplo, na França atual, as duas classes fundamentais são a burguesia e o proletariado. Mas também se encontram a pequena burguesia tradicional — artesãos, pequenos comerciantes —, que depende da forma de produção mercantil simples; a "nova" pequena burguesia dos assalariados não-produtivos, que depende da forma monopolista do capitalismo, e várias classes sociais no campo, no qual ainda se encontram "vestígios" transformados do feudalismo como, por exemplo, as formas de parceria.

2.2. Essas considerações são muito importantes para a questão *das alianças* da classe operária com as outras classes populares. Com efeito, a pequena burguesia, as classes populares no campo — operários agrícolas, camponeses pobres, camponeses médios — são *classes* que diferem da classe operária. Pois bem, sendo a burguesia e a classe operária as duas classes fundamentais, as outras classes populares *tenderão a polarizar-se* em torno da classe operária. Mas esta tendência à polarização não significa sua dissolução enquanto classes numa massa indiferenciada: trata-se sempre de *classes* com interesses específicos.

Nisso consiste o problema das alianças. De um lado, a classe operária deve assumir, em suas alianças, os *interesses específicos das classes* que constituem, com ela, o "povo" ou as "massas populares": pensamos precisamente na aliança operários-camponeses preconizada por Lenin. De outro, não se deve esquecer que, como em toda aliança, existem contradições entre os interesses específicos da classe operária enquanto classe e os das outras classes populares. Reconhecer estes fatos é, também, buscar os meios para uma justa solução das contradições "no seio do povo".

De fato, existem duas outras interpretações, igualmente errôneas, do fenômeno.

2.2.1. Conforme a primeira, preconizada por numerosos sociólogos, as atuais transformações das sociedades capitalistas teriam dado lugar ao

nascimento de *uma* vasta "classe intermediária", que engloba todos os grupos sociais que não são nem a burguesia, nem o proletariado. Esta "classe-terceira força", por sua importância numérica, seria o verdadeiro pilar das sociedades modernas. Pois bem, comprovou-se que se trata de *várias classes*; nada nos autoriza, neste caso, a falar de uma *fusão* dessas diferentes classes intermediárias numa classe única.

2.2.2. A segunda interpretação errônea encontra-se exposta atualmente no já mencionado *Tratado de economia marxista*, do PC [4]. Segundo ele, estaríamos assistindo atualmente, sob o "capitalismo monopolista de Estado", a um fenômeno de polarização que daria lugar a uma dissolução das outras classes da sociedade, distintas da burguesia e do proletariado: as outras classes sociais, as do campesinato, as diferentes frações da pequena burguesia, etc., já não existiriam enquanto classes, mas simplesmente enquanto "*camadas intermediárias*". O fato merece ser ressaltado, pois, até agora, jamais fora formulado explicitamente, de maneira autorizada, tamanha enormidade. Ademais, esta interpretação deve relacionar-se àquela atribuída ao "trabalhador coletivo": existe, de um lado, a classe operária (trabalhador produtivo) e, de outro, "quase-operários" (trabalhador coletivo), com interesses quase idênticos aos da classe operária; além das "*camadas intermediárias*" que não teriam interesses de classe próprios, mas que se reagrupariam automaticamente em torno da classe operária.

É evidente que esta interpretação abre o caminho *para uma aliança sem princípios*, que pode levar a conseqüências perigosas. Negar as diferenças entre os membros da aliança popular permitirá — quando as contradições que não se procurou resolver se tornarem evidentes (proletariado-campesinato na URSS sob Stalin) — reprimir essas contradições de forma policial, proclamando pura e simplesmente que o verdadeiro interesse dos outros membros da aliança se identifica automaticamente, a todo momento, com o da classe operária.

3. Os critérios políticos e ideológicos. Classes, frações e camadas

A segunda parte da questão consiste em desenvolver o ponto assinalado anteriormente: os critérios puramente econômicos não bastam para determinar e localizar as classes sociais em uma formação social concreta. A referência aos critérios políticos e ideológicos é absolutamente indispensável.

3.1. Comecemos com os problemas relativos à determinação da classe operária:

---

[4] *Le capitalisme monopoliste d'État*..., cit., t. 1, p. 204 et seqs.

3.1.1. Neste caminho deve ser procurada a solução do problema antes ressaltado: o dos "técnicos" e engenheiros organicamente vinculados à empresa. De fato, embora os critérios econômicos sejam suficientes para excluir da classe operária os assalariados do comércio, dos bancos, etc., não oferecem uma resposta no que se refere ao grupo social em questão. Para este grupo social (técnicos e engenheiros organicamente vinculados à empresa), cujo desenvolvimento no interior das empresas está vinculado à produção moderna, pertencer ou não à classe operária depende dos critérios políticos e ideológicos, especialmente: qual é sua consciência de classe e qual é sua posição política concreta no interior da empresa? Com efeito, do ponto de vista da divisão social do trabalho, esse grupo, em geral, tem uma posição ambígua, dúplice, contribuindo cada vez mais para a produção da mais-valia; ao mesmo tempo, este grupo está investido de uma "autoridade" especial na vigilância do processo de trabalho. Assim, quanto à sua adscrição de classe, a questão decisiva é saber se o que tem primazia na prática política efetiva é essa "autoridade" na organização capitalista "despótica" do trabalho, ou se é sua solidariedade com a classe operária.

3.1.2. Esta referência aos critérios políticos e ideológicos é igualmente indispensável no que se refere à diferenciação da própria classe operária *em camadas* diversas.

3.1.2.1. Muitas vezes procurou-se reduzir as diferenças no interior da classe operária a diferenças "técnico-econômicas" na organização do trabalho ou, inclusive, à quantia dos salários, reduzindo a este fator as diferenças ideológico-políticas no interior da classe operária; trata-se de diferenças diretamente redutíveis à classificação: peões, operários qualificados, etc. (especialmente Alain Touraine)[5]. E isto para desembocar em generalizações que, com grande freqüência, vão num sentido inverso: seja para manter, sem mais, que os simples peões, etc., têm uma consciência de classe e um potencial revolucionário mais elevados que o resto da classe operária; seja para manter, sem mais, a mesma coisa quanto aos operários qualificados.

Pois bem, pesquisas recentes, a experiência histórica e as análises sociológicas mostram que essas generalizações, fundadas em critérios puramente "técnico-econômicos", são arbitrárias. As diferenciações na classe operária *não são recobertas*, pura e simplesmente, pelo lugar na organização do trabalho. Elas dependem de critérios políticos e ideológicos, das formas de luta, das formas de organização de combate, da tradição: critérios que possuem uma *autonomia própria*. Considerando apenas o exemplo do *anarcossindicalismo* na França: como explicar, por

[5] Em *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui* (Paris, Seuil, 1974. p. 258, nota 1), Poulantzas indica sobre esta mesma questão as análises de Alain Touraine e Georges Friedmann publicadas em FRIEDMANN, G. e NAVILLE, P., org. *Traité de sociologie du travail*. Paris, Armand Colin, 1967. (N. da T.)

simples critérios "técnico-econômicos", uma forma ideológica que se implantou por excelência tanto entre os peões das grandes empresas, como também entre os operários qualificados das pequenas manufaturas?

3.1.2.2. O segundo exemplo é o da famosa "*aristocracia operária*". Trata-se aqui, segundo Lenin, *de uma camada da classe operária*, base da *socialdemocracia.* Pois bem, existe uma versão "economicista" da concepção da aristocracia operária: a preconizada especialmente pela III internacional. Segundo ela, trata-se da camada de operários *mais qualificados e mais bem remunerados* nos países imperialistas com as migalhas dos sobrelucros, obtidos das colônias, que as burguesias imperialistas lhes distribuem. Esses operários constituiriam a base do reformismo e da socialdemocracia.

A primeira dificuldade está, naturalmente, no fato de que, graças à interpenetração e à fusão dos capitais no estádio imperialista, não é possível distinguir rigorosamente as partes da classe operária que seriam pagas com os sobrelucros imperialistas e as que seriam pagas pelo capital autóctone. Mas, de todo modo, estudos históricos e sociológicos rigorosos relativos à base de classe dos filiados e eleitores dos partidos comunistas e socialistas (especialmente entre as duas guerras), em diversos países capitalistas, parecem invalidar a versão economicista da aristocracia operária. Especialmente os operários mais qualificados e mais bem remunerados, de um lado, e os peões e os "operários pobres", de outro, parecem distribuir-se, entre as duas guerras, *em partes sensivelmente* iguais entre o partido e os sindicatos comunistas e o partido e os sindicatos socialistas. Se existem variações nacionais, estão longe de ser decisivas.

Isso não quer dizer que a noção de "aristocracia operária" seja falsa, sob a condição de que sua definição esteja referida a critérios políticos e ideológicos, a diferenças de "estatuto", de práticas efetivas, etc. Por exemplo, um operário altamente qualificado e relativamente bem remunerado, com consciência e prática de classe, não pode ser considerado como fazendo parte da aristocracia operária. Ao contrário, um político ou sindicalista "permanente", com remuneração menos elevada, mas com "estatuto" e "autoridade" mais ambígua, pode eventualmente fazer parte daquela.

Em suma, a noção de aristocracia operária, que, de fato, recobre a camada operária que é o "agente da burguesia" no seio da classe operária, atravessa verticalmente os estratos sócio-profissionais da classe operária. Tomando os termos ao pé da letra: do mesmo modo que, há tempos, havia "aristocratas" sem um tostão, pode-se considerar que um simples peão, fura-greves, influído pela ideologia burguesa e apresentando um mimetismo burguês, pode fazer parte da aristocracia operária.

3.1.2.3. Finalmente, pode-se mencionar aqui o problema relativo à questão *das diferenciações de salário* no interior da classe operária. Com efeito, mesmo sendo certo que o interesse e a solidariedade efetivos de classe

dominam no seio da classe operária, sobretudo agrupada em torno de organizações de classe, nem por isso essas diferenciações deixam de colocar um problema real.

Não correspondem, de fato, a meros dados "econômicos". *O salário*, segundo Marx, é uma forma jurídica de distribuição do produto social; portanto, uma forma em cuja composição intervêm diretamente elementos políticos. Os "salários" *correspondem*, em seu conjunto numa sociedade, e do ponto de vista de uma análise "abstrata", aos custos de reprodução da força de trabalho; mas a "força de trabalho" é aqui considerada de modo "geral" e "abstrato". Disto não se segue, em absoluto, que toda diferenciação *concreta* do nível dos salários no seio da classe operária deva corresponder a necessidades "técnicas", ou seja, ao fato de que a reprodução da força de trabalho de um grupo de operários relativamente mais bem remunerados deva forçosamente custar mais — na proporção da diferença dos salários — que a de um grupo de operários de salário menor. De fato, todas as análises históricas e econômicas tendem a mostrar que, em considerável medida, essas diferenciações salariais recobrem coordenadas políticas: especialmente *uma política da burguesia com o objetivo de dividir a classe operária.*

Naturalmente, isso de modo algum significa que essa política burguesa *consiga* efetivamente criar diferenciações políticas no seio da classe operária, nem que se deva considerar os operários "mais bem remunerados" como suspeitos. Mas, por outro lado, isso demonstra a variedade de certa política sindical de defesa a qualquer custo da "hierarquia de salários", política defendida sob o pretexto de que as diferenciações de salários seriam meras "necessidades econômicas" devidas, exclusivamente, às diferenças reais nos custos de reprodução da força de trabalho. Significaria considerar o salário, forma jurídica, como um dado exclusivamente econômico, isto é, "técnico", e, mais ainda, ser-lhe-ia atribuído um papel "quase" análogo às relações de produção. Da política de defesa a qualquer custo da hierarquia dos salários ao mito da "classe assalariada" basta um passo.

3.2. A necessidade de remeter aos critérios políticos e ideológicos na determinação de classe é particularmente definida no que se refere à *pequena burguesia.*

Existe, de fato, uma *classe* pequeno-burguesa? Que conjuntos fazem parte dela?

Em geral, são considerados como parte da pequena burguesia dois grandes conjuntos de agentes, os quais, não obstante, ocupam lugares totalmente distintos na produção:

3.2.1. A pequena burguesia "tradicional", que *tende* a ir diminuindo: a da pequena produção e do pequeno comércio (a pequena propriedade). Trata-se das formas de artesanato e de pequenas empresas familiares,

nas quais o próprio agente é proprietário dos meios de produção e de trabalho e, ao mesmo tempo, trabalhador direto. Aqui não há exploração econômica propriamente dita, já que essas formas de produção não empregam — ou só o fazem muito ocasionalmente — operários assalariados. O trabalho é realizado principalmente pelo proprietário real ou por membros de sua família, que não são retribuídos sob forma de salário. Esses pequenos produtores obtêm lucros com a venda de suas mercadorias, e com a participação na redistribuição total da mais-valia, mas não extraem diretamente sobretrabalho.

3.2.2. A "nova" pequena burguesia, que *tende* a aumentar sob o capitalismo monopolista: *a dos trabalhadores assalariados não-produtivos*, já mencionada, e à qual convém acrescentar os funcionários do Estado e de seus diversos aparelhos. Esses trabalhadores não produzem mais-valia. Vendem, também eles, sua força de trabalho; seu salário também é determinado pelo preço de reprodução da sua força de trabalho, mas sua exploração é feita pela extorsão direta do sobretrabalho e não pela produção da mais-valia.

Pois bem, estes dois grandes conjuntos ocupam lugares diferentes na produção, que não têm nada em comum. Podem ser considerados como constituindo *uma classe*, a "pequena burguesia"?

Duas respostas podem ser dadas aqui:

3.2.3. A primeira faz intervir, precisamente, critérios políticos e ideológicos. Com efeito, pode-se considerar que esses lugares diferentes na produção e na esfera econômica têm, não obstante, *os mesmos efeitos* ao nível político e ideológico. A "pequena propriedade", de um lado, e, de outro, assalariados que vivem sua exploração sob a forma do "salário" e da "concorrência", afastados da produção, apresentariam, por razões econômicas distintas, as mesmas características políticas e ideológicas: "individualismo" pequeno-burguês; inclinação pelo *status quo* e temor à revolução, mito da "promoção social" e aspiração ao estatuto burguês, crença no "Estado neutro" acima das classes, instabilidade política e tendência para apoiar "estados fortes" e bonapartismos, formas de revolta do tipo "*jacquerie pequeno-burguesa*" [6].

Estas características ideológico-políticas *comuns* bastariam, se este fosse o caso, para considerar esses dois conjuntos, que ocupam lugares diferentes na economia, como uma classe relativamente unificada: a pequena burguesia.

---

[6] *Jacquerie*: denominação atribuída à revolta camponesa — *Jacques* da Île-de-France — contra a nobreza, em maio de 1358, e que foi reprimida com extrema violência. "A palavra *jacquerie*, um pouco deturpada do seu verdadeiro sentido histórico, serve para caracterizar qualquer revolta em que as execuções arbitrárias desempenham o papel principal" (*Nouveau Petit Larousse Illustré*. Paris, Larousse, 1951. p. 1 459). (N. da T.)

Ademais, ainda neste caso, nada impediria distinguir entre "*frações*" *de uma mesma classe.* Com efeito, como veremos a propósito da burguesia, o marxismo também estabelece distinções *entre frações* de uma classe. Estas distinguem-se das simples camadas porque recobrem diferenciações econômicas de peso e, inclusive, podem assumir, enquanto frações, um papel de *forças sociais*, importante e relativamente distinto do das outras frações da classe à qual pertencem. Assim, eventualmente, seria possível estabelecer que a fração pequeno-burguesa dos assalariados não-produtivos está mais próxima da classe operária do que da pequena burguesia tradicional. Na medida em que se trata de frações, também seria possível fazer intervir o elemento da *conjuntura*: uma ou outra fração estaria mais ou menos próxima da classe operária segundo a conjuntura (é aqui que interviria especialmente o fator atual da "proletarização" do artesanato, etc.). Ademais, apesar da posição ideológico-política fundamentalmente comum ao conjunto da pequena burguesia, nada impediria que também aqui interviessem diferenciações entre camadas pequeno-burguesas, referidas mais particularmente às divergências ideológico-políticas.

Mas, nesta solução, não se poderia esquecer que se trata sempre, apesar de tudo, de uma mesma classe — a pequena burguesia — e que, em conseqüência, na questão das alianças ou da previsão de seu comportamento político (especialmente sua instabilidade), essas frações e camadas deveriam ser levadas em consideração: é a solução que parece mais correta.

3.2.4. Segunda resposta, sob duas formas:

1) Reservar o termo pequena burguesia para a pequena burguesia tradicional e considerar os assalariados não-produtivos como uma nova classe social. Não obstante, isso coloca problemas teóricos e reais difíceis: a menos que se considere que o modo de produção capitalista está superado e que nos encontramos numa "sociedade pós-industrial" ou "tecnocrática" qualquer, que produziria essa nova classe, como sustentar que o próprio capitalismo, em seu desenvolvimento, produz *uma nova classe*? O que é possível para os ideólogos da "classe gerencial" ou da "tecnoestrutura" é *inconcebível* para a teoria marxista.

2) A exemplo do PC, classificar esses assalariados não-produtivos, não na pequena burguesia, mas nas "camadas intermediárias". Isso é igualmente falso, como se viu, e por uma razão adicional: embora o marxismo fale *de camadas, de frações e de categorias*, para designar conjuntos particulares, nem por isso essas camadas, frações e categorias deixam de *continuar possuindo uma adscrição de classe.* Com efeito, a aristocracia operária é uma camada específica, mas é uma camada *da* classe operária. A burguesia comercial é uma *fração*, mas uma fração da classe burguesa. Os "intelectuais" ou a "burocracia" são, de fato, e voltaremos a isto, *categorias sociais* particulares, mas *têm uma adscrição de classe* burguesa ou pequeno-burguesa.

É isto, entre outras coisas, que distingue o marxismo das diversas concepções norte-americanas da "estratificação" social. Enquanto estas últimas definem diversos grupos sociais de modo fantasioso, diluindo e fazendo desaparecer as classes sociais, o marxismo introduz de modo rigoroso as diferenciações *no seio da divisão em classes.* As frações, as camadas e as categorias não estão "fora" ou "à margem" das classes sociais; elas fazem parte das classes.

3.3. A referência aos critérios políticos e ideológicos é igualmente importante para a determinação das frações da *burguesia.*

De fato, a burguesia apresenta-se constitutivamente dividida em frações de classe. Pois bem, algumas dessas frações já são localizáveis ao nível econômico da constituição e da reprodução do capital: burguesia industrial, comercial e financeira, grande capital e médio capital, no estádio do capitalismo monopolista (imperialismo).

Mas, precisamente no estádio imperialista, surge uma distinção que não é perceptível apenas no nível econômico: a que existe entre "burguesia compradora" [7] e "*burguesia nacional*".

Por "burguesia compradora" entende-se a fração da burguesia cujos interesses estão constitutivamente ligados ao capital imperialista estrangeiro, o da principal potência imperialista estrangeira, e que, assim, encontra-se inteiramente enfeudada, do ponto de vista político-ideológico, ao capital estrangeiro. Por burguesia nacional entende-se a fração da burguesia cujos interesses estão vinculados ao desenvolvimento econômico nacional e que entram em contradição relativa com os interesses do grande capital estrangeiro. Sabe-se que essa distinção é importante, embora já não seja válida senão em alguns países colonizados. Com efeito, segundo as etapas, existe a possibilidade de formas de aliança entre a classe operária e a burguesia nacional contra o imperialismo estrangeiro e a favor da independência nacional (este foi o caso especialmente da China sob Mao).

Pois bem, essa distinção entre "burguesia compradora" e "burguesia nacional" não recobre inteiramente posições econômicas; graças à interpenetração pronunciada dos capitais sob o imperialismo, a distinção entre capitais vinculados ao imperialismo estrangeiro e capitais nacionais torna-se muito imprecisa e discutível. Por outro lado, esta distinção não coincide com a que existe entre grande capital e médio capital: podem existir grandes monopólios nacionais de interesses relativamente contraditórios com os dos monopólios estrangeiros, assim como podem existir médias empresas enfeudadas, por múltiplos subconvênios, ao capital estrangeiro.

[7] A expressão "burguesia compradora" é insuficiente para dar conta das complexas ligações atuais da fração da burguesia associada ao capital internacional. Entretanto, Poulantzas escolheu essa expressão de origem portuguesa de larga utilização na França e na China. Uma crítica a ela é feita por Caio Prado Jr. em *A revolução brasileira* — São Paulo, Brasiliense, 1966. p. 105-6. (N. da T.)

De fato, por burguesia nacional entende-se a fração da burguesia que, além da questão de seus interesses "nacionais", está disposta na prática — do ponto de vista ideológico e político — a se opor, e efetivamente se opõe, à submissão de um país ao imperialismo estrangeiro.

Mas é evidente que, tratando-se dos países capitalistas desenvolvidos, não se pode falar atualmente de uma "burguesia nacional", isto é, oposta na prática ao imperialismo norte-americano, por causa da interpenetração internacional crescente dos capitais, do predomínio do capital norte-americano e da decadência política e ideológica da classe burguesa. Parece bastante duvidoso que a política gaullista de "independência nacional", muito mais fictícia, haja correspondido a qualquer "burguesia nacional" francesa. Tratou-se mais de uma divergência exclusivamente conjuntural entre capitais norte-americanos e franceses, de problemas internos de descolonização e neocolonialismo, e de uma política plebiscitária em busca de apoio entre as massas populares.

4. As categorias sociais

4.1. Mas, além das frações e camadas de classe, o marxismo também distingue *categorias sociais*. Em comparação com as frações e com as camadas, o traço distintivo das categorias é o seguinte: enquanto na determinação das frações e camadas os critérios políticos e ideológicos intervêm de modo mais ou menos importante, na determinação das categorias sociais esses critérios sempre desempenham o *papel dominante*. Com efeito, categorias sociais são os conjuntos de agentes cujo papel principal consiste no funcionamento *dos aparelhos de Estado e da ideologia*.

É o caso, por exemplo, da "burocracia" administrativa, da qual fazem parte grupos de funcionários do Estado. Também é o caso do grupo geralmente designado com o termo "intelectuais", cujo papel social principal é o funcionamento da ideologia.

Mas é necessário repetir aqui a observação precedente. As *categorias sociais* têm elas próprias uma *adscrição de classe*: estas categorias não são grupos "à margem" ou "fora" das classes, como tampouco são, como tais, classes sociais.

De fato, as categorias sociais não têm uma adscrição de classe única, mas, em geral, seus membros pertencem a diversas classes sociais. Assim, geralmente, o "ápice", o "alto" pessoal da burocracia administrativa pertence, por seu modo de vida, por seu papel político, etc., à burguesia; os membros intermediários e a base da burocracia pertencem ou à burguesia, ou à pequena burguesia. O caso dos "intelectuais", cujos membros também podem pertencer à burguesia ou à pequena burguesia, é igual.

Portanto, essas categorias sociais têm uma adscrição de classe e, em si mesmas, não constituem classes; não desempenham um papel próprio e específico na produção. Isso precisava ser assinalado, já que nume-

rosos sociólogos e politicólogos têm considerado essas categorias sociais como classes efetivas; é o caso da "burocracia" que, freqüentemente, foi considerada como uma classe. A este respeito, observemos que o próprio Trotsky, que atribui à "burocracia" soviética um papel importante na explicação da evolução da URSS, jamais considerou, não obstante, que a burocracia poderia constituir uma classe. Ademais, numerosos sociólogos atuais, entre eles Marcuse e Touraine [8], consideram que os "intelectuais" constituem uma *classe* distinta, e afirmam isto baseando-se, em geral, em considerações fantasiosas sobre o papel da "ciência como força produtiva" e dos intelectuais como "portadores da ciência".

A função ideológica dessas concepções é clara: inevitavelmente são acompanhadas seja da negação do papel da luta das classes (burguesia, proletariado) como motor principal do processo histórico (concepção da burocracia como classe), seja da negação do papel fundamental da vanguarda da classe operária. Trata-se da concepção dos intelectuais como classe, aos quais — neste caso — corresponderia o papel de vanguarda.

Mas, se as categorias sociais não são classes, e se têm uma adscrição de classe, por que distingui-las? Porque as categorias sociais, devido à sua relação com os aparelhos de Estado e com a ideologia, freqüentemente podem apresentar *uma unidade própria*, apesar de seu pertencimento a diversas classes. E, mais ainda, em seu funcionamento político, podem apresentar *uma autonomia relativa* com relação às classes às quais seus membros pertencem.

Assim, no que se refere à burocracia administrativa, devido à hierarquia interna por delegação de autoridade que caracteriza os aparelhos de Estado, ao "estatuto" particular atribuído aos "funcionários", à ideologia interna própria que circula no seio mesmo dos aparelhos de Estado (o "Estado neutro" e "árbitro" acima das classes, a "serviço da nação" e do "interesse geral", etc.), a burocracia pode, em conjunturas determinadas, apresentar uma unidade própria que, de certo modo, solda todos os seus membros, burgueses e pequeno-burgueses. Assim, a burocracia, em seu conjunto, pode servir a interesses diferentes dos das classes às quais seus membros pertencem, segundo as relações de poder do Estado. Na Inglaterra, por exemplo — como Marx ressaltara —, os "ápices" da burocracia pertenciam à *aristocracia*, enquanto o conjunto da burocracia servia aos interesses da burguesia. Ademais, esses ápices podem pertencer à média burguesia, enquanto o conjunto da burocracia está colocado a serviço dos grandes monopólios. Enfim, os membros pequeno-burgueses da burocracia freqüentemente servem a interesses do "Estado" que, não obstante, se opõem aos interesses da pequena burguesia.

---

[8] Em *Pouvoir politique et classes sociales* (Paris, Maspero, 1968) e em *As classes sociais no capitalismo de hoje*, cit., Poulantzas faz várias referências a *One-dimensional man* de Herbert Marcuse (Boston, Beacon Press, 1964). Quanto a Alain Touraine, esta tese é mais desenvolvida em seu *La société post-industrielle* (Paris, Denöel, 1969). (N. da T.)

De tudo isso resulta — como é reconhecido por Lenin — que essas categorias sociais podem funcionar às vezes como *forças sociais* efetivas; isto é, desempenhar um papel político *próprio e importante* numa dada *conjuntura*; portanto, este papel não se reduz simplesmente a seguir "as pegadas" das classes sociais às quais seus membros pertencem, nem, inclusive, as das duas forças sociais fundamentais, a burguesia e o proletariado. Pensemos, por exemplo, no comportamento político do "conjunto" da burocracia nos casos do bonapartismo e dos fascismos.

4.2. Essas observações são importantes pois resultam em duas conseqüências relativas à questão das alianças da classe operária:

4.2.1. Na aliança, indispensável à classe operária, com os "intelectuais" e com as camadas intermediárias e subalternas dos "funcionários", os "intelectuais" devem ser considerados *de maneira específica.* Amiúde apresentam interesses particulares que não se reduzem, por exemplo, aos interesses gerais da "pequena burguesia" à qual pertencem. Limitemo-nos a citar como exemplo a importância que reveste para os "intelectuais" a garantia do fator da liberdade da produção intelectual, científica e artística, da liberdade de expressão e de circulação da informação, etc.

4.2.2. Mas, a relação das categorias sociais com as classes sociais nunca deve ser perdida de vista, devido, de um lado à adscrição de classe dos membros das categorias sociais. Com efeito, está claro que, apesar de sua unidade interna, manifestam-se *rupturas* e *contradições* no seio das categorias sociais que, freqüentemente, recobrem diferentes adscrições de classe entre seus membros; no aparelho administrativo, essas rupturas assumem a forma de contradições entre "escalões superiores" (burgueses) e "escalões subalternos" (pequeno-burgueses). Às vezes — especialmente no caso dos "intelectuais" — essas rupturas se devem, também, às diferentes ideologias que eles elaboram e transmitem. Recordemos simplesmente as contradições que se têm manifestado de modo agudo, na França, no seio do "corpo docente".

Por outro lado, não se deve esquecer, em razão dessas alianças, que os membros do aparelho de Estado ou os intelectuais que "pendem" para o lado da classe operária continuam sendo, não obstante, *em termos massivos*, e do ponto de vista de sua adscrição de classe, pequeno-burgueses. Indubitavelmente, isso não deve levar ao sectarismo: não são raros os casos de "intelectuais" que, política e ideologicamente, tomam o partido da classe operária, que militam ativamente em suas organizações de classe e para os quais o critério da adscrição de classe se desvanece e até chega a desaparecer. Há casos conhecidos: Marx, Engels e Lenin eram filhos de burgueses. Mas este problema é distinto; depende da organização da classe operária. Resta o fato de que, na aliança com os "intelectuais", estes continuam sendo, massivamente, pequeno-burgueses e sua transformação coloca o problema, nada mais nada menos, da "revolução cultural". Pois bem, enquanto pequeno-burgueses, apresentam amiúde as

características fundamentais da pequena burguesia: instabilidade política e extremismo de esquerda, junto a um oportunismo de direita, etc.

Portanto, seria conveniente evitar aqui dois extremos, igualmente falsos e perigosos:

a) *Superestimar*, a propósito das categorias sociais, a questão da sua adscrição de classe; o que leva a relegar "às trevas", de uma vez para sempre, um "intelectual filho de burguês" ou "pequeno-burguês", sem atentar para a importância que possam revestir sua conduta prática e suas opiniões políticas e ideológicas.

b) *Subestimar* a questão da adscrição de classe, tratando as categorias sociais como unidades indiferenciadas, "à margem" e "fora" das classes.

Ademais, pode-se ser lançado, *ao mesmo tempo*, em duas direções falsas. O que se pode constatar nas atuais posições do PC e da CGT, e até na direção atual do SNE-SUP [9].

a) Quanto à questão da superestimação da adscrição de classe dos "intelectuais", basta lembrar as posições "estudantes/filhos de burgueses/ esquerdistas-Marcellin" [10].

b) Mas a questão da subestimação da adscrição de classe é mais interessante:

1) As categorias sociais são tratadas (apesar das precauções verbais) como entidades unificadas, à margem e fora das classes, negligenciando os enclaves de classe que nelas se manifestam. Assim ocorre com o corpo administrativo do Estado, ao qual são feitos "chamamentos" que vão dos "cumes" tecnocráticos aos escalões subalternos. Com a exceção dos representantes diretos do grande capital (Pompidou = banqueiro), parece que esta categoria estaria unificada, sob a reserva de simplesmente mencionar "a ideologia tecnocrática" do alto pessoal e silenciando sua adscrição à classe burguesa. Esta posição é ainda mais definida no que concerne ao "*corpo docente*", que se supõe apresentar, dos professores titulares aos auxiliares por contrato, uma unidade irredutível e que, sob a denominação geral de "intelectuais", são tidos como constituindo, por isso mesmo, um possível aliado da classe operária.

---

[9] Partido Comunista (PC); *CGT*, ver nota 3, e Syndicat National de l'Enseignement Supérieur (SNE-SUP), afiliado à CGT. (N. da T.)

[10] Em 1972, o Ministro do Interior do governo francês, Marcellin, foi o principal responsável pelo veto do Ministério da Educação à contratação da professora e militante, na época, do Partido Comunista Italiano, Maria-Antonietta Macciochi para ministrar um curso sobre Gramsci na Universidade de Vincennes. O veto gerou um forte movimento de contestação em especial, senão exclusivamente, dos estudantes universitários. O movimento atinge os jornais franceses e italianos e, finalmente, o Ministério da Educação recua e aprova a nomeação da professora, mas para o ano letivo de 72/73, já terminado. Sobre esta questão, veja-se o depoimento de MACCIOCHI, Maria-Antonietta. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p. 274-84. (N. da T.)

2) As categorias sociais também estão incluídas entre as famosas "*camadas intermediárias*", com o que tornam a aplicar-se as observações feitas anteriormente. Assim, os "intelectuais", enquanto categoria incluída nas "camadas intermediárias", estariam, como estas últimas, à margem ou fora das classes. É escamoteado o problema colocado por sua adscrição de classe, em termos massivos, à pequena burguesia. O que remete a um chamamento, totalmente demagógico, a uma ampla aliança entre classe operária e intelectual, sem discriminação. Mas à menor divergência entre a direção do PC e os intelectuais, que tomam o partido da classe operária, o termo "pequeno-burgueses" lhes será automaticamente aplicado, como prova irrefutável da raiz dessas divergências.

4.3. Dito isso, a questão da aliança classe operária-intelectuais está colocada, atualmente, de maneira particularmente aguda nas sociedades capitalistas avançadas. O que se deve à extensão considerável desta categoria entendida em sentido amplo, mas, sobretudo, à *crise ideológica* que precede ou acompanha a crise política das burguesias imperialistas: são cada vez mais numerosos os "intelectuais" que se desprendem da dominação da ideologia burguesa e, desse modo, propendem a ser ganhos à causa da classe operária. Ademais, parece provável que a forma de aliança tradicional "classe operária-intelectuais" — fundada exclusivamente na adscrição de classe dos "intelectuais" e reduzida à aliança "classe operária-pequena burguesia", e que, portanto, não considerava a questão dos intelectuais como categoria social — já não basta para resolver o problema.

Diferentes soluções têm sido propostas, e vão desde a concepção do "bloco histórico" de Garaudy [11], utilizando a análise de Gramsci, até as "teses" recentes publicadas pelo grupo italiano do *Manifesto* [12].

---

[11] Em *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*, cit., p. 246, Poulantzas refere-se à tese do "novo bloco histórico" de Garaudy e, novamente, não fornece qualquer indicação bibliográfica. O problema é que este filósofo francês, ex-membro do Partido Comunista Francês e diretor do Centre d'Études et Recherches Marxistes (CERM) do mesmo partido, tem uma vasta obra publicada. É provável que Poulantzas esteja se referindo às colocações desenvolvidas por Garaudy em *Le grand tournant du socialisme* (Paris, Gallimard, 1969), onde defende a tese do novo bloco histórico que reuniria operários e "trabalhadores intelectuais" numa fusão progressiva e no qual caberia aos operários altamente qualificados a função de coesão do próprio bloco. Teses que Garaudy retoma em seu artigo Révolution et bloc historique. *L'Homme et la Société*. n. 21, jul.-ago.-set. 1971, p. 169-77. Neste artigo, o bloco histórico seria "constituído pela classe operária e por seus aliados privilegiados, uma parte dos engenheiros, dos técnicos, quadros, pesquisadores, professores e várias outras camadas de intelectuais assalariados, funcionários, empregados, todos os que, diferentemente das classes médias tradicionais (pequenos proprietários, camponeses, comerciantes, artesãos), são engendrados pelo progresso técnico..." (op. cit., p. 175). (N. da T.)

[12] Grupo italiano pertencente, inicialmente, à esquerda do Partido Comunista Italiano, estudioso e divulgador do processo da revolução cultural chinesa. Em março de 1969 funda a publicação mensal *Il Manifesto* e, em novembro do mesmo ano, é expulso do PCI. Em sua introdução francesa ao *Thèses du Manifeste* (Éditions

Essas soluções apresentam pontos convergentes e também colocam uma série de problemas comuns:

4.3.1. Em geral (e este é o caso atualmente do PC), essas soluções consideram que a aliança classe operária-intelectuais, em sentido amplo, é *prioritária* em relação à aliança tradicional classe operária-campesinato pobre e médio. É indubitável que os dois objetivos não são exclusivos; contudo, de certo modo, parece tratar-se de uma readaptação do antigo esquema da III Internacional: em primeiro lugar, frente única operária (no seio da classe operária) e, sobre esta base, frente popular (aliança da classe operária com as outras classes). Apenas, aqui, a aliança básica de "bloco" é a de operários-intelectuais, a partir da qual se edifica a aliança deste bloco com o campesinato. É uma posição discutível a existência desta última, sobretudo quando se considera o "êxodo rural" e a diminuição numérica do campesinato; ademais, difunde uma série de ideologias dos "intelectuais" como "quase-operários" (ciência = força produtiva). Ressaltemos, ainda, que Gramsci via no "bloco histórico" a relação fundamental operários-camponeses.

4.3.2. O "bloco histórico" operários-intelectuais — e aqui reside a importância do termo bloco histórico — distinguir-se-ia de uma simples aliança. Enquanto a "aliança" implica uma distinção e uma autonomia particular de membros com interesses específicos e organizações próprias, o bloco histórico significa *uma vinculação e uma soldadura orgânica* de membros com interesses a longo prazo idênticos.

Mas, de um lado, nada demonstra que atualmente a pequena burguesia intelectual veja seus interesses próprios dissolverem-se nos da classe operária, não obstante o fato de estar crescentemente propensa a se colocar ao lado da classe operária.

Por outro lado, embora seja certo que esta solução tenda a superar a distinção operários-intelectuais reproduzida no seio de organizações de tipo leninista, não é menos certo que não deixa de ser puramente verbal. O debate, que não é outro senão o das formas de organização da classe operária, permanece aberto.

5. As classes dominantes

Finalmente, é necessário fazer algumas advertências sobre as classes dominantes, especialmente a burguesia. Também neste campo, o marxismo estabelece certas distinções que evitam as análises esquemáticas.

---

du Seuil), Rossana Rossanda, membro deste grupo, explicita uma das questões que o grupo se propunha debater: "Era necessário não apenas acertar contas com Kruschev e Stalin mas também com os modelos de construção socialista dos anos vinte, [...] considerávamos o fracasso ou o adiamento permanente das revoluções na Europa, [...] como os sinais das limitações profundas da III Internacional face aos problemas da revolução européia", citado por MACCIOCHI, Maria-Antonietta. *A favor de Gramsci...* op. cit., p. 42. (N. da T.)

5.1. O problema importante aqui diz respeito à divisão da burguesia em frações de classe: em burguesia industrial, comercial e financeira, à qual ainda se acrescenta, sem anulá-la completamente, a divisão entre grande e médio capital, sob o capitalismo monopolista.

Pois bem, quando se fala de burguesia como classe dominante, não se deve esquecer que se trata, de fato, de uma aliança entre várias frações burguesas dominantes, que participam na dominação política. Além disso, nos primórdios do capitalismo, esta aliança no poder, que pode ser designada com o termo "bloco no poder", freqüentemente incluía outras classes, além da burguesia: especialmente a aristocracia fundiária.

Mas a questão importante é que esta aliança de várias classes e frações, *todas dominantes*, só pode funcionar regularmente *sob a direção* de uma dessas classes ou frações. É a *fração hegemônica* que unifica, sob sua direção, a aliança no poder, garantindo o interesse geral da aliança e, particularmente, é aquela cujos interesses específicos o Estado garante, por excelência.

É indubitável que as contradições internas das frações dominantes, e sua luta interna para ocupar o lugar hegemônico, desempenham um papel secundário com relação à contradição principal (burguesia-proletariado); mas este papel permanece importante. Com efeito, as diversas formas de Estado e formas de regime — Marx já observara em *O 18 Brumário de Luís Bonapatre* — estão marcadas por mudanças da hegemonia entre as diversas frações burguesas. Ainda mais que, de outro lado, *dominação econômica e hegemonia política* não se identificam necessariamente, nem de modo mecânico. Uma fração da burguesia pode desempenhar o papel dominante na economia sem ter, por isto, a hegemonia política. Este foi especialmente, e por muito tempo, o caso do grande capital monopolista que dominava na economia, embora a hegemonia política pertencesse a uma ou outra fração do médio capital. A importância dessas observações revelam-se no exame do gaullismo, por exemplo.

O que mais conviria ressaltar é que a aliança no poder entre classes e frações dominantes, sob a direção de uma fração hegemônica, a cujos interesses mais particularmente corresponde o aparelho de Estado, *é uma coordenada permanente da forma de dominação burguesa.* Falar, especialmente, da fração hegemônica não deve nos levar a esquecer que ela não é a única força dominante, mas apenas a forca hegemônica de um conjunto de frações, todas igualmente dominantes. Quando Marx, por exemplo, designava a burguesia industrial, sob Luís Bonaparte, como fração hegemônica, ressaltava contudo que a dominação política também compreendia as outras frações da burguesia.

Nas sociedades capitalistas atuais, esse é o caso especialmente também da relação entre *grande e médio capital*. Nestas sociedades, o grande

capital é a fração hegemônica; mas isso não quer dizer que o médio capital esteja excluído do poder político. Participa dele, a título de fração dominante, sob a hegemonia do grande capital. As contradições entre grande e médio capital não são senão a forma atual das contradições entre frações burguesas dominantes.

Era necessário ressaltar esse elemento por causa de certas análises referentes ao "capitalismo monopolista de Estado" e à "aliança antimonopolista". Com efeito, essas análises, que falam apenas da fração hegemônica, do grande capital, nada dizem sobre as outras frações burguesas dominantes. Assim, não distinguindo entre fração hegemônica e frações dominantes, chega-se a isto: considera-se, de certo modo, que o lugar de dominação política está ocupado apenas pelo grande capital e que, a partir daí, as outras frações se encontram excluídas.

A questão é importante e revela bem as conseqüências políticas resultantes: a preconização de uma ampla "aliança antimonopolista", que se estende ao médio capital e aos seus representantes políticos, batizados para tal fim como "burguesia liberal", "democratas sinceros", etc., para desapossar do poder as "duzentas famílias", consideradas como a fração dominante única. Dessa forma, as alianças estratégicas — questão distinta da dos compromissos táticos — da classe operária seriam estendidas até as frações burguesas dominantes, o médio capital. Sabe-se que, em linhas gerais, essa é a via propugnada pelos PCs ocidentais para a "democracia avançada".

É claro que as coisas não podem ser apresentadas de uma maneira tão brutal, embora nem por isso deixem de aparecer menos claramente, como se pode constatar no *Tratado de economia marxista*, ao qual se fez referência. Com efeito, sempre que se trata da dominação política, só são mencionados os grandes monopólios. Em troca, sempre que se trata do outro "capital", distinto do "grande capital", não se pensa senão no "*pequeno capital*", cuja aliança se procura. Pois bem, é necessário colocar-se de acordo quanto aos termos. Se por "pequeno capital" entende-se a *pequena burguesia* artesanal, manufatureira e comercial, a busca dessa aliança é pertinente porque, efetivamente, esse "pequeno capital", a pequena burguesia, não pertence sem mais nem menos ao capital, isto é, às frações da burguesia. Mas ali o emprego do termo "pequeno capital" adquire uma função completamente distinta: não falando senão de "grandes monopólios" e de "pequeno capital", isto é, escamoteando o "médio capital", sugere-se que tudo que não pertença aos "grandes monopólios", única fração dominante, automaticamente faria parte do "pequeno capital" suscetível de aliança com a classe operária, incluindo, assim, neste "pequeno capital", o médio capital. Ademais, nas raras vezes em que o *Tratado* fala de médio capital [13] é para situá-lo expressamente do *mesmo lado* do pequeno, em sua suposta contradição comum com o "grande capital".

[13] *Le capitalisme monopoliste d'État...*, cit., t. 1, p. 223.

5.2. Pois bem, a localização precisa da fração hegemônica do bloco no poder suscita problemas difíceis; tanto mais que a classe ou fração hegemônica pode distinguir-se da classe ou fração *reinante.*

Com efeito, por classe ou fração reinante entende-se aquela na qual é recrutado o "alto" pessoal dos aparelhos de Estado, o "pessoal político" em sentido amplo. Assim, esta classe ou fração pode distinguir-se da classe ou fração hegemônica. Marx nos fornece um primeiro exemplo no caso da Grã-Bretanha do final do século passado: embora a burguesia financeira — os bancos — constitua a fração hegemônica de classe, o "alto" pessoal da administração, do exército, da diplomacia, etc. é recrutado na aristocracia, que ocupa, assim, o lugar de classe reinante.

O mesmo caso pode ocorrer com a hegemonia do grande capital monopolista: freqüentemente, o alto pessoal do Estado continua sendo recrutado, neste caso, no interior do médio capital, da média burguesia. Em casos excepcionais, inclusive, esse pessoal político pode ser recrutado em uma classe que nem sequer faz parte do bloco no poder; este foi o caso especialmente do fascismo onde, sob a hegemonia do grande capital, foi a pequena burguesia, classe reinante, que forneceu, através do partido fascista, os quadros superiores dos aparelhos de Estado.

Finalmente, essa distinção entre classe ou fração hegemônica, de um lado, e classe ou fração reinante, de outro, é importante por causa da estratégia de alianças e de compromissos necessários ao estabelecimento da hegemonia. Se ela é negligenciada, isto conduz a dois resultados:

5.2.1. Leva a não poder descobrir, sob as aparências da cena política, a verdadeira hegemonia, concluindo-se, sem mais nem menos, que a classe que ocupa os "cumes" do pessoal de Estado é a classe ou fração hegemônica. Assim, por exemplo, no mencionado caso do fascismo, vários autores e políticos socialdemocratas foram levados a considerá-lo como a "ditadura da pequena burguesia". Ofuscados pelo lugar de classe reinante ocupado pela pequena burguesia, identificaram este lugar com o da hegemonia real detida pelo grande capital. Mas, também nas outras formas de Estado, o lugar da fração reinante ocupado pela média burguesia freqüentemente mascarou o fato de que esse reinado encobria a hegemonia política do grande capital (caso patente do *New Deal* sob Roosevelt nos Estados Unidos).

5.2.2. Leva a querer descobrir, a qualquer custo, a hegemonia política no fato de que a própria fração hegemônica deveria fornecer automaticamente, de seu interior, os "cumes" dos aparelhos de Estado. Atualmente, volta-se a encontrar esta tendência em formulações a propósito do "capitalismo monopolista de Estado" que se supõe representar "a fusão do Estado e dos monopólios num único mecanismo". As provas científicas alegadas são as relações de parentesco, as relações entre primos, o passado, etc., entre os grandes monopólios e os "cumes" do aparelho de

Estado e do pessoal político. O argumento típico deste silogismo é: "Pompidou = banqueiro de Rothschild".

Pois bem, não há dúvida de que se tem firmado atualmente certa tendência à ocupação dos "cumes" do aparelho de Estado pelos próprios membros dos grandes monopólios. Mas esta tendência está longe de ser geral ou, inclusive, predominante: basta mencionar, atualmente, a hegemonia política dos grandes monopólios que, com freqüência, se realiza sob governos socialdemocratas (Áustria, Alemanha, Suécia, Grã-Bretanha sob Wilson), isto é, com um pessoal político que se origina amplamente da média e, inclusive, da pequena burguesia, para não mencionar a aristocracia operária. Ademais, sabe-se que, inclusive na França, devido à constituição particular da burocracia e dos "corpos" de Estado, assim como aos compromissos do tipo "jacobino" entre a burguesia e a pequena burguesia, os cumes do aparelho de Estado ainda são amplamente ocupados por membros que procedem da média e, até, da pequena burguesia.

Mas o importante é que este fato, inútil negar, não impede o estabelecimento da hegemonia política do grande capital. Com efeito, negá-lo, considerando que a hegemonia política só pode se identificar com o lugar da classe ou fração reinante, significaria expor-se a críticas tão justificadas quanto inúteis. De fato, a correspondência entre os interesses da fração hegemônica — neste caso, dos grandes monopólios — e a política do Estado não se assenta numa questão de vínculos pessoais: depende, fundamentalmente, de uma série de *coordenadas objetivas* que concernem ao conjunto da organização da economia e da sociedade sob a sujeição dos grandes monopólios, e ao papel objetivo do Estado a este respeito. O Estado não constitui um mero "instrumento" que a fração hegemônica só poderia adaptar aos seus interesses tendo-o, em sentido físico, "pessoalmente" nas mãos. É por suas funções objetivas com relação ao sistema social em seu conjunto que o Estado, numa sociedade organizada sob o domínio dos monopólios, não pode servir, enfim, senão aos seus interesses. O problema da diferenciação eventual entre classe ou fração reinante e a hegemonia confunde-se, a este respeito, com a já mencionada questão a propósito das categorias sociais, como a burocracia administrativa: sua autonomia relativa com relação às classes e frações às quais seus membros pertencem. Devido ao papel objetivo do Estado, estas categorias também servem aos interesses hegemônicos, em freqüente contradição com os de sua classe ou fração.

Naturalmente, isso não significa que a adscrição de classe ou de fração do alto pessoal do Estado seja indiferente. É claro, por exemplo, que a atual interpenetração crescente entre os membros e agentes diretos dos monopólios e o pessoal do Estado tem suas razões: facilita a apropriação do Estado pelos monopólios. Mas, deve-se considerar que esta não é a questão mais importante. Assim, por exemplo, um "governo popular" não poderia se limitar a simples modificações no alto pessoal

estatal, acreditando com isso que as meras boas intenções políticas bastam para modificar as coisas: trata-se de transformar as próprias estruturas do Estado e da sociedade. De outro lado, é claro, também, que essas transformações não podem ser levadas a bom termo deixando-se intatos o aparelho e o pessoal estatal: sabe-se que transformações estruturais que esbarram com a reação do pessoal do Estado podem permanecer absolutamente inoperantes. É possível perceber a importância da questão relendo os textos de Lenin referentes ao emprego dos "especialistas burgueses" no aparelho de Estado operário.

5.3. Enfim, anotamos algumas observações relativas à forma de expressão das contradições entre classes e frações dominantes, hegemônicas e reinantes no interior do *aparelho de Estado.* Trata-se de simples observações indicativas, pois não seria procedente aqui, neste texto sobre as classes sociais, aprofundar um exame do problema do Estado.

Com efeito, seria necessário considerar que o Estado é composto de *vários aparelhos*: em linhas gerais, *o aparelho repressivo* — tendo como papel principal a repressão — e *os aparelhos ideológicos* — cujo papel principal é a elaboração e a inculcação ideológica.

Citemos, entre os aparelhos ideológicos, as igrejas, o sistema escolar, os partidos burgueses e pequeno-burgueses, a imprensa, o rádio, a televisão, as editoras, etc. Esses aparelhos pertencem ao sistema estatal por causa de sua função objetiva de elaboração e de inculcação ideológica, independentemente de serem, do ponto de vista *jurídico-formal*, estatais — públicos — ou de manterem um caráter privado.

O aparelho repressivo, por sua vez, compreende vários *ramos especializados*: o exército, a polícia, a administração, a magistratura, etc.

Pois bem, havíamos constatado que o terreno da dominação política não é ocupado unicamente pela classe ou fração hegemônica, mas por um conjunto de classes ou frações dominantes. Por isso, as relações contraditórias entre essas classes e frações expressam-se como *relações de poder* no interior dos aparelhos e de seus ramos. Ou seja, esses aparelhos e ramos não cristalizam, todos, o poder da classe ou fração hegemônica, mas podem expressar o poder e os interesses de outras classes ou frações dominantes. É neste sentido que se pode falar de uma *autonomia relativa* dos diversos aparelhos e ramos entre si, no interior do sistema estatal, e de uma autonomia relativa do conjunto do Estado com relação à classe ou fração hegemônica.

Consideremos alguns exemplos. No caso de uma aliança entre a burguesia e a aristocracia fundiária nos primórdios do capitalismo, a administração burocrática central constituiu a sede do poder da burguesia, enquanto a Igreja — em particular a Igreja católica — continuou sendo a sede do poder da aristocracia fundiária. Ademais, deslocamentos semelhantes podem aparecer entre os próprios ramos do aparelho repressivo: na Alemanha, por exemplo, entre as duas guerras e antes do advento do

nazismo, o exército era a sede do poder dos grandes proprietários de terra e a magistratura era a sede do poder do grande capital, enquanto a administração estava dividida entre o grande e o médio capital. Nos casos da transição para a hegemonia do grande capital, a administração e o exército formam os que constituíram sua sede de poder (o "complexo militar-industrial"), enquanto o parlamento continuava sendo a sede do poder do médio capital, o que, ademais, constitui uma das causas do declínio do parlamento sob o capitalismo monopolista.

Mais ainda, no que concerne particularmente aos aparelhos ideológicos — que, por sua função, possuem uma autonomia relativa mais ampla do que a do aparelho repressivo — verifica-se que, às vezes, podem constituir sedes de poder de classes que nem sequer fazem parte das classes dominantes. É o que ocorre, algumas vezes, com a *pequena burguesia*, em razão das alianças e dos compromissos firmados entre ela e o bloco dominante: principalmente na França, onde, por razões históricas, esses compromissos adquiriram grande importância, o *sistema escolar* tem constituído há muito tempo um aparelho de Estado de certo modo "cedido" à pequena burguesia. Pequena burguesia que, assim, há muito tempo tem-se erigido *em classe-apoio* do sistema.

Mas isso não quer dizer que o Estado capitalista constitua um conjunto de peças soltas, expressando uma "*partilha*" do poder político entre as diversas classes e frações. Muito pelo contrário, o Estado capitalista expressa sempre, acima das contradições no seio de seus aparelhos, *uma unidade interna própria que é uma unidade de poder de classe: o da classe ou fração hegemônica.* Mas isso se realiza de maneira complexa. Com efeito, o funcionamento do sistema estatal é assegurado pela dominância de certos aparelhos ou ramos sobre outros, e o ramo ou aparelho dominante é, em regra, o que constitui a sede do poder da classe ou fração hegemônica. No caso de uma modificação de hegemonia, isso ocasiona modificações e deslocamentos de dominância de certos aparelhos e ramos para outros. Ademais, esses deslocamentos determinam as mudanças das formas de Estado e das formas de regime.

Vê-se, pois, que toda análise concreta de uma situação concreta deve considerar tanto as relações de luta de classes quanto as reais relações de poder no seio dos aparelhos de Estado, as quais, em geral, ocultam-se sob as aparências institucionais formais. A análise exata das relações de poder no interior dos aparelhos pode ajudar a localizar com exatidão a fração hegemônica: constatando, por exemplo, a dominância de um aparelho ou de um ramo sobre outros, como, também, os interesses específicos aos quais servem de modo predominante, é possível extrair conclusões sobre a fração hegemônica. Mas, aqui, trata-se sempre de um método *dialético*: com efeito, ao localizar, no conjunto das relações de uma sociedade, a fração hegemônica e suas relações privilegiadas com um aparelho ou ramo, é possível saber quai é o aparelho dominante no

Estado, isto é, o aparelho através do qual a fração hegemônica detém *as reais alavancas de comando do Estado.*

Mas também está claro que, na complexa relação luta de classes/ /aparelhos, é a luta de classes que desempenha o papel principal. Não são as modificações "institucionais" que têm como conseqüência os "movimentos sociais", como acredita toda uma série de sociólogos "institucionalistas"; é a luta de classes que determina as modificações dos aparelhos.

Concluamos, enfim, estas breves anotações com uma observação conhecida, mas que jamais é suficientemente repetida: o que distingue o marxismo como ciência das demais ideologias da sociedade não é o simples fato de o marxismo falar de classes sociais; quase todo mundo faz o mesmo, e Marx já advertia que se falara de classes sociais antes dele. O que distingue o marxismo é a importância que ele atribui à *luta de classes* como motor da história. Assim, as classes não existem senão numa luta de classes. Mas a luta de classes é um elemento histórico e *dinâmico.* A constituição e, portanto, a definição mesma das classes, das frações, das camadas e das categorias não podem ser feitas senão considerando o fator dinâmico da luta de classes, isto é, levando em conta suas eventuais conseqüências sobre a extensão, a restrição, a polarização, a reconstituição, de uma nova forma das divisões sociais. Assim, a delimitação das classes não se reduz jamais a um mero estudo "estático" das estatísticas: ela depende do processo histórico.

6. BLOCO NO PODER, HEGEMONIA E PERIODIZAÇÃO DE UMA FORMAÇÃO: AS ANÁLISES POLÍTICAS DE MARX *

Este conceito de bloco no poder, que não é expressamente utilizado por Marx ou por Engels, *indica a unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, em sua relação com uma forma particular do Estado capitalista.* O bloco no poder refere-se à periodização da formação capitalista em estádios típicos [1]. Recobre a configuração concreta da unidade dessas classes ou frações nos estádios, caracterizados por um modo específico de articulação, e por um ritmo próprio de escansão, do conjunto das instâncias. Nesse sentido, o conceito de bloco no poder refere-se ao nível político, recobre o campo das *práticas políticas*, na medida em que este campo concentra e reflete nele a articulação do conjunto das instâncias e dos níveis de luta de classe de um estádio determinado. O conceito de bloco no poder tem aqui uma função análoga àquela do conceito de forma de Estado no que se refere à superestrutura jurídico-política.

Contudo, essa periodização é distinta da que concerne ao ritmo específico de escansão do nível político, porque esta última se refere, mais particularmente, às coordenadas da *representação* das classes pelos *partidos políticos*. Esta representação reflete, através de toda uma série de decalagens, os deslocamentos das contradições de classes — principal e secundária, aspectos das contradições, etc. —, deslocamentos situados, entretanto, nos limites do bloco no poder característico de um estádio.

---

* Reproduzido de POULANTZAS, N. Bloc au pouvoir, hégémonie et périodisation d'une formation: les analyses politiques de Marx. In: —. *Pouvoir politique et classes sociales de l'État capitaliste*. Paris, Maspero, 1968. p. 254-66. Trad. por Heloísa R. Fernandes.

[1] Ver acima [*Pouvoir politique*...], p. 158 e 164.

Esta segunda periodização é recoberta, no que concerne ao Estado, pelo conceito de forma de regime; no que concerne à luta política das classes, é recoberta por uma série de conceitos que indicam as relações partidárias de classe, situadas no espaço particular que Marx, em regra, designa como *cena política*, ou ação direta das classes. Esse espaço permite precisamente circunscrever a decalagem entre, de um lado, o campo das práticas políticas de classe — bloco no poder — numa forma de Estado e, de outro, a representação pelos partidos numa forma de regime.

Esses problemas foram estudados por Marx e por Engels em suas obras políticas, mais particularmente por Marx em *Lutas de classes na França* e em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. É verdade que, dado o período limitado que constitui o objeto destas obras, os problemas de periodização, e as distinções dos conceitos que eles envolvem, nem sempre são claros. Mas, não se poderia esquecer igualmente o caráter particular, que Lenin assinala, do período estudado por Marx: ele apresenta de modo concentrado os estádios de transformação da formação capitalista:

> "Não há dúvida de que estejam ali os traços comuns de toda evolução moderna dos Estados capitalistas em geral. Em três anos, de 1848 a 1851, a França mostrou, de forma nítida e concentrada, em sua rápida sucessão, estes mesmos processos de desenvolvimento próprios ao conjunto do mundo capitalista" [2].

Precisamente nesse sentido podemos extrair dessas obras indicações gerais e certos conceitos científicos que, embora refratados pelo objeto limitado de suas análises, são preciosos ao estudo desses problemas.

Com efeito, as análises de Marx que concernem *à primeira* das duas periodizações — a periodização em estádios — denotam a seguinte constante: a unidade contraditória particular de várias classes ou frações de classes dominantes, unidade que corresponde a uma forma particular de Estado. Entretanto, para poder apreender teoricamente esta unidade, em Marx falta precisamente o conceito de bloco no poder e o de hegemonia aplicado a este bloco. Por isso ele freqüentemente é levado a falar de uma "dominação exclusiva" ou de um "monopólio do poder" de uma classe ou fração, embora suas análises constantemente demonstrem a dominação política de várias classes e frações.

Consideremos os casos da Restauração dos Bourbon, da monarquia constitucional de Luís Filipe e da República parlamentar — da queda de Luís Filipe ao golpe de Estado bonapartista — que representam para Marx — feitas todas as reservas — formas particulares do Estado capitalista. A Restauração é apreendida como a "dominação exclusiva" ou

---

[2] *L'État et la révolution*, Ed. Moscou, 3 v., v. 2, p. 358.

o "monopólio de poder" dos grandes proprietários fundiários [3]; a monarquia constitucional o é como do monopólio da aristocracia financeira [4]. Entretanto, a propósito desta monarquia, Marx nos diz noutro lugar que ela constitui a "dominação exclusiva" ou o "monopólio de poder" de *duas frações*, ao mesmo tempo da burguesia financeira e da burguesia industrial [5]: de fato, é sua unidade política particular que corresponde à monarquia constitucional, apreendida aqui como forma de Estado. Passemos agora à República parlamentar: esta corresponde, como forma de Estado, à unidade política particular das frações dos grandes proprietários de terras — legitimistas —, da burguesia financeira e da burguesia industrial:

> "Tinham encontrado na república burguesa [...] a forma de Estado na qual podiam reinar em comum..." [6].
>
> "A República parlamentar era mais que o terreno neutro onde as duas frações da burguesia francesa, legitimista e orleanista, grande propriedade fundiária e indústria (frações industrial e financeira) podiam coexistir uma ao lado da outra, com iguais direitos. Ela era a condição indispensável da sua dominação comum, a única forma de Estado na qual seu interesse geral de classe podia subordinar simultaneamente as pretensões dessas diferentes frações e as de todas as outras classes da sociedade." [7]

É aqui que surgem os problemas. De fato, Marx constata a relação entre uma forma de Estado e a configuração concreta da unidade de várias frações dominantes. Embora não disponha do conceito de bloco no poder, para pensar teoricamente esta unidade, reserva-lhe, entretanto, um lugar particular: *em vez da expressão aliança, emprega as expressões "coalizão" e "união" mas, sobretudo, "fusão"*. Com efeito, de um lado, a ausência desse conceito às vezes impede que se revele esta coexistência de várias frações na dominação política, fazendo aparecer uma delas como a fração "exclusivamente dominante", quando, na verdade, se trata de uma unidade de várias frações dominantes. E, de outro lado, quando esta unidade é localizada e recebe um nome, ela é pensada sob o termo "fusão", totalmente inadequado. Este termo, empréstimo explícito — e aliás freqüente em Marx e em Engels — da ciência físico-química, pode indicar, quando não se toma precaução, uma totalidade expressiva, composta de elementos "equivalentes". Assim, fusão pode implicar, ao mesmo tempo, a concepção de uma *partilha* do poder de Estado entre esses elementos — ou seja, uma negação da unidade do poder do Estado

---

[3] *Lt.*, p. 131. Refiro-me aqui à edição Pauvert que apresenta os textos *Luttes des classes en France* e *18 Brumaire* reunidos. Daqui por diante, citarei *Lt.* para o primeiro texto e *Br.*, para o segundo.

[4] *Lt.*, p. 56.

[5] *Br.*, p. 244.

[6] *Br.*, p. 244.

[7] *Br.*, p. 315.

capitalista — e a concepção de uma unidade circular, sem dominante, desses elementos, no interior da qual eles perdem sua autonomia específica:

> "... o reino anônimo da República era o único sob o qual as duas frações podiam manter *com igual poder* seu interesse de classe comum, sem renunciar à sua rivalidade recíproca. Se a República burguesa não podia ser senão a dominação consumada, claramente manifesta, de toda a classe burguesa, podia ela ser outra coisa senão a dominação dos legitimistas *completados* pelos orleanistas, a *síntese* da Restauração e da monarquia de julho? [...] Não compreendiam que, se cada uma de suas frações, considerada à parte, era realista, *o produto de sua combinação química* necessariamente deveria ser republicano..." [8].

Convém notar aqui os termos complementaridade e síntese, típicos da problemática de uma totalidade expressiva [9].

Ora, a noção de fusão não pode permitir pensar o fenômeno do bloco no poder. De fato, este constitui não uma totalidade expressiva com elementos equivalentes, mas uma unidade contraditória complexa, com dominante. É aqui que o *conceito de hegemonia* pode ser aplicado a *uma* classe ou fração no interior do bloco no poder. Com efeito, essa classe ou fração hegemônica constitui o elemento *dominante* da unidade contraditória das classes ou frações politicamente "*dominantes*", que fazem parte do bloco no poder. Quando Marx nos fala da fração "exclusivamente dominante", admitindo a dominação política de várias frações, tenta localizar, precisamente, no interior do bloco no poder, a fração hegemônica. Assim, quando nos diz, a propósito da Restauração e da monarquia de Luís Filipe, que cada uma atribuía o "monopólio do poder" a uma das frações, acrescenta logo depois:

> "Bourbon era o nome real que encobria a *influência preponderante* dos interesses de uma das frações. Orléans, aquele que encobria a *influência preponderante* dos interesses da *outra* fração; o reino anônimo da República era o único sob o qual estas duas frações julgavam manter com *igual poder* seu interesse de classe comum..." [10].

De fato, tanto a Restauração quanto a monarquia de Luís Filipe correspondiam a um bloco no poder das *três* frações em questão — grandes proprietários de terras, burguesia financeira, burguesia industrial — o

---

[8] *Lt.*, p. 131-2.

[9] Uma observação a este respeito: no capítulo sobre as classes sociais, a propósito da subdeterminação das classes dos modos de produção não-dominantes, falei da sua dissolução e fusão nas classes do modo de produção dominante. Entretanto, este termo fusão indicava ali, precisamente, o fato de que certas classes ou frações não funcionam, numa formação, como "classes distintas" ou "frações autônomas", com efeitos pertinentes no nível do político; em suma, como "forças sociais". Aqui, ao contrário, trata-se de apreender um tipo de unidade entre forças sociais.

[10] *Lt.*, p. 131.

bloco no poder da Restauração estando constituído sob a égide da fração hegemônica da burguesia financeira.

O bloco no poder da República Parlamentar é, a este respeito, característico. Será que Marx, em suas análises, nos diz que este bloco constituiria uma dominação com igualdade de poder — uma "fusão" — dessas frações? De forma alguma:

> "Toda a nossa exposição mostrou que a República, desde o primeiro dia de sua existência, não derrubou mas, ao contrário, constituiu a *aristocracia financeira* [...] Perguntar-se-á como a burguesia coligada podia apoiar e tolerar a dominação [ou seja, a hegemonia] das finanças que, sob Luís Filipe, repousava sobre a exclusão ou a subordinação [ou seja, o bloco no poder] das outras frações burguesas. A resposta é simples. Primeiramente, a própria aristocracia financeira constitui *uma parte de importância preponderante* da coalizão realista cujo poder governamental comum se denomina República..." [11].

Vemos claramente aqui que o bloco no poder da República, longe de representar *uma partilha em pedaços iguais* do poder entre as frações que o constituem, assenta-se na hegemonia da fração financeira. Esta hegemonia reveste, em relação à forma republicana de Estado, uma forma diferente da hegemonia da mesma fração no bloco no poder da monarquia constitucional [12].

Tiremos as conclusões: o bloco no poder constitui uma unidade contraditória de classes e frações *politicamente dominantes sob a égide da fração hegemônica.* A luta de classe, a rivalidade dos interesses entre essas forças sociais, *está aí constantemente presente*, conservando esses interesses sua especificidade antagônica: duas razões pelas quais a noção de "fusão" é inadequada para explicar essa unidade. No interior deste bloco, a própria hegemonia de uma classe ou fração não é casual: ela se

---

[11] *Lt.*, p. 160.

[12] Aliás, as implicações e as conseqüências do emprego da noção de fusão encontram-se em várias obras atuais da ciência política marxista: fiz a crítica desse conceito, empregado por autores como P. Anderson e T. Nairn, nas suas análises relativas à evolução do capitalismo na Grã-Bretanha (La théorie politique marxiste en Grande-Bretagne. *Les Temps Modernes*, março 1966; também no *New Left Review*, maio 1967). No mesmo artigo, indico as análises concretas de Marx e Engels relativas ao "bloco no poder" na Grã-Bretanha e que seguem as mesmas linhas *teóricas* destas análises de Marx sobre o caso francês. Contudo, é necessário notar, de passagem, que a particularidade *histórica* da França consiste, a este respeito, na hegemonia quase constante, a partir de Luís Filipe, do *capital financeiro*: pelo contrário, na Grã-Bretanha e na Alemanha, esse lugar, com muita freqüência, cabe ao capital comercial e industrial. Sobre as razões desta situação na França, ver DUPEUX, G. *La societé française, 1789-1960*. 1964, p. 39 et seqs., 132 et seqs. (Obs. da tradutora: o artigo de Poulantzas, acima citado, foi publicado em *Hegemonía y dominación en el Estado moderno*. Córdoba, Ed. Pasado y Presente, 1969. p. 107-61.)

torna possível, como veremos, pela unidade própria do poder institucionalizado do Estado capitalista. Esta, correspondendo à unidade particular das classes ou frações dominantes, isto é, estando em relação com o fenômeno do bloco no poder, precisamente faz com que as relações entre estas classes ou frações dominantes não possam consistir, como era o caso para outros tipos de Estado, numa "*partilha*" do poder de Estado — "igualdade de poder" destas. A relação entre o Estado capitalista e as classes ou frações dominantes funciona *no sentido da sua unidade política sob a égide de uma classe ou fração hegemônica.* A classe ou fração hegemônica *polariza* os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações do bloco no poder, constituindo seus interesses econômicos em interesses políticos, representando o interesse geral comum das classes ou frações do bloco no poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política. Marx, em uma passagem lapidar relativa à hegemonia da fração financeira na República parlamentar, nos expõe a constituição desta hegemonia da seguinte forma:

> "Num país como a França [...] é necessário que uma massa inumerável de pessoas de todas as classes burguesas [...] participem na dívida pública, no jogo da Bolsa, nas finanças. Todos esses participantes subalternos não encontram seu apoio e seus chefes naturais na fração que representa esses interesses nas proporções mais formidáveis, que os representa em sua totalidade?" [13].

É necessário assinalar ainda um fato importante. O processo de constituição da hegemonia de uma classe ou fração difere, segundo essa hegemonia se assente sobre as outras classes e frações dominantes — bloco no poder —, ou sobre o conjunto de uma formação, aí incluídas, portanto, as classes dominadas. Esta diferença recorta a linha de demarcação dos lugares de dominação e de subordinação que as classes sociais ocupam numa formação. O interesse geral que a fração hegemônica representa frente às classes dominantes assenta-se, em última instância, no lugar de exploração que elas detêm no processo de produção. O interesse geral que esta fração representa frente ao conjunto da sociedade, portanto frente às classes dominadas, deriva da função ideológica da fração hegemônica. Entretanto, pôde-se constatar que a função de hegemonia no bloco no poder e a função de hegemonia frente às classes dominadas *em regra se concentram numa mesma classe ou fração.* Esta erige-se no lugar hegemônico do bloco no poder, constituindo-se politicamente em classe ou fração hegemônica do conjunto da sociedade. A propósito da República parlamentar e da hegemonia da aristocracia financeira no bloco no poder, Marx nos diz que ela era a única forma de Estado

[13] *Lt.*, p. 161.

"...na qual seu interesse geral de classe podia subordinar, ao mesmo tempo, as pretensões destas diferentes frações *e de todas as outras classes da sociedade*" [14].

Ou ainda:

"as antigas potestades sociais estavam *agrupadas, congregadas, ajustadas, e encontravam um apoio inesperado na grande massa da nação*: os camponeses e os pequeno-burgueses..." [15].

Marx também nos dá toda uma série de análises concretas que mostram o processo de constituição da burguesia financeira em fração hegemônica, tanto do bloco no poder, quanto do conjunto da sociedade.

Contudo, esta *concentração* da dupla função de hegemonia numa classe ou fração, inscrita no jogo das instituições do Estado capitalista, não é senão uma regra geral cuja realização depende da conjuntura das forças sociais. Constatar-se-ão também as possibilidades de decalagem, de dissociação e de deslocamento dessas funções de hegemonia em classes ou frações diferentes — uma representando a fração hegemônica do conjunto da sociedade, a outra, a fração hegemônica, específica, do bloco no poder — o que tem conseqüências capitais ao nível político.

Bloco no poder — alianças — classes-apoio

O conceito de bloco no poder distingue-se do de *aliança* [16]. Este último também implica uma *unidade* e uma *contradição* dos interesses das classes ou frações de classes aliadas. A distinção refere-se:

1) À *natureza dessa contradição* segundo a "forma" do Estado capitalista no interior de um estádio. No caso do bloco no poder, *em correspondência a uma forma de Estado e a um estádio particular*, pode-se decifrar um *limiar* a partir do qual se distinguem claramente as contradições entre as classes e frações que o compõem das contradições existentes entre estas e as outras classes ou frações aliadas. A aliança pode funcionar entre as classes ou frações do bloco no poder, ou entre uma destas, de um lado, e uma outra classe ou fração, de outro: um caso

---

[14] *Br.*, p. 315.

[15] *Br.*, p. 228.

[16] Sobre o conceito de aliança, ver também LINHART. (La NEP. Quelques caractéristiques de la transition soviétique.) Assinalo aqui que Lenin, assim como Mao, freqüentemente realça os limites do conceito de aliança, procurando apagar sua marca em conceitos específicos, tal como o de *frente unida*. Se não me reiro às suas análises, é porque elas concernem à ditadura do proletariado e à transição do capitalismo ao socialismo, e não podem ser diretamente aplicadas à formação capitalista. Contudo, a necessidade, em que se encontraram, de empregar o conceito de *frente unida*, sem a marca do de aliança, legitima meu recurso ao conceito de bloco no poder.

freqüente dessa aliança é, por exemplo, a relação da pequena burguesia com o bloco no poder.

2) A natureza das contradições entre os membros do bloco no poder e entre os membros da aliança determina igualmente o *caráter diferencial de sua unidade*: em regra, a aliança só funciona num nível determinado do campo da luta das classes e, freqüentemente, combina-se com uma luta intensa nos outros níveis. Uma aliança política do bloco no poder com a pequena burguesia, por exemplo, combina-se, freqüentemente, com uma luta econômica intensa contra esta; ou, ainda, uma aliança econômica com ela se combina com uma luta política intensa contra a sua representação política [17]. Ao contrário, no caso do bloco no poder, constata-se uma *extensão relativa da unidade* — portanto, sacrifícios mútuos — em todos os níveis da luta de classe: unidade econômica, unidade política e, ademais, freqüentemente, unidade ideológica. Por certo, isso não impede as contradições entre os membros do bloco no poder: simplesmente, constata-se uma homogeneidade relativa de suas relações em todos os níveis.

Aliás, essas diferenças são claras no caso de um transtorno essencial das relações de força ou da dissolução do bloco no poder, de um lado, e da aliança, de outro: no quadro do bloco no poder, esses fenômenos, *em geral, correspondem a uma transformação da forma de Estado.* A esse respeito, Marx nos mostra as transformações do bloco no poder da República parlamentar em sua relação com a ascensão de Luís Bonaparte [18]. Ao contrário, no quadro das alianças, esses fenômenos não correspondem a uma transformação da forma do Estado: a este respeito, Marx nos mostra a dissolução da aliança com a pequena burguesia — passando esta do estatuto de *aliada* ao estatuto de *satélite* —, ocorrida no final do primeiro período da República parlamentar, e que, de modo algum, levou a uma substituição desta forma de Estado por uma outra mas, neste caso preciso, a uma transformação da forma de regime [19].

Tampouco dever-se-ia confundir a distinção entre bloco no poder e aliança com uma distinção de duração *cronológica* — longa, curta — que, de certo modo, faria do bloco no poder uma aliança a longo prazo. De fato, pode-se ver alianças de classes que persistem às transformações do bloco no poder: exemplo característico, a aliança *permanente* na Alemanha entre a pequena burguesia — aliada — e a burguesia financeira — bloco no poder — dirigida contra a burguesia industrial — bloco no poder — sobre a qual Engels já chamava a atenção em *Revolução e contra-revolução na Alemanha.*

---

[17] *Lt.*, p. 93.

[18] *Br.*, p. 316 et seqs.

[19] *Lt.*, p. 93. *Br.*, p. 250.

Assim, ao se tentar generalizar estas observações, pode-se ver que a configuração típica, característica de um bloco no poder que corresponde a uma forma de Estado em um estádio, depende da combinação de três fatores importantes: *1*) da classe ou fração que nele detém concretamente a hegemonia; *2*) das classes ou frações que dele participam; *3*) das formas que esta hegemonia reveste; em outras palavras, da natureza das contradições e da relação concreta de forças no bloco no poder. Um deslocamento do índice de hegemonia do bloco de uma classe, ou fração, para uma outra; uma modificação importante da sua composição — afastamento ou inserção de uma classe ou fração; um deslocamento da contradição principal ou do aspecto principal da contradição das classes, entre o bloco no poder, de um lado, e as outras classes e frações, de outro, ou no interior mesmo do bloco no poder, podem corresponder, segundo o efeito concreto de sua *combinação*, a uma transformação da forma de Estado. É evidente que a *configuração típica* de um bloco no poder determinado depende da conjuntura, isto é, da *combinação concreta* dos fatores assinalados; em todo caso, ela nos oferece um quadro de decifração das relações de classe típicas de um *estádio* de uma formação determinada, ao marcar os *limites* desta tipicidade. No interior dos limites colocados por este estádio, constata-se uma série de variações das relações de classe, das modificações do bloco no poder, que, contudo, não colocam em causa sua configuração típica e a forma de Estado correspondente.

Assim, essa complexidade do bloco no poder pode permitir situar melhor a sua relação com a aliança. Com efeito, sua configuração típica, que corresponde a uma forma de Estado, permite uma série de *variações* que se manifestam, entre outras, nos *deslocamentos do limiar* de demarcação da aliança e do bloco no poder, nos limites mesmos da sua configuração típica. Segundo esses deslocamentos, uma classe aliada pode, por exemplo, transpor este limiar e fazer parte do bloco no poder, ou, ao contrário, um membro do bloco no poder pode mudar de estatuto e se tornar uma classe ou fração aliada. Quando os deslocamentos deste limiar se situam nos limites mencionados, em regra não acarretam uma transformação da forma de Estado. Ao contrário, quando esses deslocamentos são devidos a uma transformação *combinada* dos fatores do bloco no poder, acarretam tal transformação.

*

Estes conceitos de bloco no poder e de aliança completam-se, em Marx — sempre no que concerne às variações nos limites de uma forma de Estado e de um bloco no poder de um estádio determinado — com um outro conceito, que recobre uma categoria particular de relações entre

as classes do bloco no poder e outras classes: trata-se das classes sobre as quais se "apóia" uma forma do Estado capitalista. Casos típicos dessas *classes-apoio*: os camponeses parcelares, no marco do bonapartismo; a pequena burguesia, no final do primeiro período da República parlamentar; o lumpemproletariado do bonapartismo.

O apoio distingue-se do bloco no poder, e da aliança, pela natureza das contradições entre, de um lado, o bloco no poder e as classes aliadas, e, do outro, as classes-apoio e, por conseqüência, pela natureza da unidade entre, de um lado, o bloco no poder e as classes aliadas e, do outro, as classes-apoio. Pode-se caracterizar o estatuto particular das classes ou frações de classes-apoio, dizendo:

1) Que, em geral, seu suporte a uma dominação de classe determinada não está fundado em *nenhum sacrifício político real* dos interesses do bloco no poder e das classes aliadas em seu favor. Esse suporte, indispensável a essa dominação de classe, está fundado, em primeiro lugar, num processo de *ilusões ideológicas*. A demonstração é realizada por Marx no caso dos camponeses parcelares, cujo suporte, indispensável ao Estado bonapartista, funda-se em todo um contexto ideológico assentado na "tradição" e nas origens de Luís Bonaparte. O Estado bonapartista, apoiando-se nesses camponeses, não toma, de fato, qualquer medida politicamente apreciável em favor de seus próprios interesses. Limita-se a tomar certas medidas da ordem do *compromisso* para continuar a alimentar a ilusão ideológica que está na base desse suporte político.

2) Que o suporte particular das classes-apoio se deve *ao temor, fundado ou imaginário, do poder da classe operária*. Neste caso, certamente, o suporte não se funda nem em uma comunidade de interesses a partir de sacrifícios mútuos reais, nem em uma ilusão ideológica concernente a esse sacrifício, mas no fator político da luta da classe operária. Esse fator, elemento essencial, ademais, da unidade do bloco no poder, ou das alianças de dominação de classe, torna-se, no caso das classes-apoio, o fator *exclusivo* de seu suporte a classes que, eventualmente, prejudicam seus interesses, mas num grau menor, real ou suposto, do que o teria feito a classe operária. A ilusão ideológica não se baseia, neste caso, principalmente, na atitude do Estado ou das classes dominantes, mas na atitude, a seu respeito, do proletariado. Caso típico: o estatuto, em certas conjunturas, da pequena burguesia.

Esses fatores do suporte das classes-apoio, e a natureza das contradições que as separam das classes do bloco no poder e das classes aliadas, influem na natureza de sua unidade com estas. Em regra, esta unidade não se manifesta nas relações imediatas de classe, *mas passa pela intermediação do Estado*. A relação das classes-apoio com o bloco no poder e com as classes aliadas manifesta-se menos como relação de unidade política de classe do que como apoio a uma forma determinada de Estado. A ilusão ideológica, capital no caso das classes-apoio, reveste a

forma política particular do *fetichismo do poder* de que falava Lenin: crença num Estado acima da luta das classes e que poderia servir aos seus interesses contra os do bloco no poder e os das classes aliadas, no primeiro caso; crença em um Estado-guardião do *status quo*, barreira à conquista do poder pela classe operária, no segundo. Nestes dois casos, a ocultação ideológica particular da natureza e da função do Estado, assim como de seu papel de mediador entre as classes-apoio, de um lado, e o bloco no poder e as classes aliadas, do outro, devem-se também, ademais, *ao grau de subdeterminação política característica das classes-apoio*, à sua incapacidade de se constituir em uma organização política autônoma, dado seu lugar particular no processo de produção. Sua organização política passa pela mediação direta do Estado, e esse é o caso clássico dos camponeses parcelares e, freqüentemente, da pequena burguesia. Em outras palavras, a clivagem entre o bloco no poder e a aliança, de um lado, e o apoio, do outro, manifesta-se, também, na incapacidade de organização política autônoma das classes-apoio. Assim, Marx observava, a propósito das classes da pequena produção, que

> "... dificilmente conseguindo representar-se a si mesmas, deixam-se representar por outras, devendo seus representantes aparecer-lhes, ao mesmo tempo, como seus senhores, como um poderio governamental absoluto que as protege contra as outras classes, e que, de cima, lhes envia a chuva e o bom tempo".

*

Assim, pode-se constatar, entre as classes e frações do bloco no poder, as classes e frações aliadas, e as classes e frações-apoio, toda uma série de relações *complexas*, segundo a conjuntura concreta. As modificações das alianças e dos apoios não correspondem, porém, em regra, a uma modificação da forma do Estado no marco da periodização em estádios, senão quando se combinam com modificações dos fatores constitutivos da configuração do bloco no poder.

7. O SUBCONJUNTO IDEOLÓGICO PEQUENO-BURGUÊS E A POSIÇÃO POLÍTICA DA PEQUENA BURGUESIA *

A determinação estrutural da *nova pequena burguesia* na divisão social do trabalho tem efeitos convergentes na ideologia de seus agentes, o que influi diretamente sobre suas posições políticas de classe. Apressamo-nos em dizer que esses efeitos divergem segundo as frações da nova pequena burguesia, frações que essa determinação permite delimitar segundo suas transformações atuais: o que não impede que se possa destacar um *fundo comum* desses efeitos ideológicos, característico do conjunto da nova pequena burguesia. Enfim, esses efeitos ideológicos na nova pequena burguesia apresentam um notável parentesco com os que a própria determinação de classe da *pequena burguesia tradicional* tem sobre esta última, justificando assim seu pertencimento a uma mesma classe: a pequena burguesia.

I

É necessário expor, de início, algumas diretrizes no exame da ideologia pequeno-burguesa. De fato, a pequena burguesia, dado seu lugar na determinação de classe de uma formação capitalista, não tem posição política de classe autônoma a longo prazo. As duas classes fundamentais são a burguesia e o proletariado: assim, no sentido forte de ideologias de classe, só existem as duas classes fundamentais politicamente opostas até o fim. Ou seja, só existem, como conjuntos com coerência própria e relativa sistematicidade, a ideologia burguesa dominante e a ideologia ligada à classe operária.

---

* Reproduzido de POULANTZAS, N. Le sous-ensemble idéologique petit-bourgeois et la position politique de la petite-bourgeoisie. In: —. *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Paris, Seuil, 1974. p. 307-20. Trad. Por Heloísa R. Fernandes.

Por isso, só se pode falar, quanto à pequena burguesia, de um *subconjunto ideológico pequeno-burguês*. No contexto da luta ideológica de classe (as diversas ideologias não existindo "em si" num campo fechado da "ideologia em geral"), este subconjunto é constituído pelos efeitos da ideologia burguesa (dominante) sobre as aspirações próprias dos agentes pequeno-burgueses relativas à sua determinação específica de classe. Certamente, os efeitos da ideologia burguesa (sem isso ela não seria dominante) também se exercem na classe operária. Mas aí, entrando em choque com as práticas da classe que está no cerne da exploração capitalista, revestem formas diferentes das do caso da pequena burguesia: sob os próprios efeitos da ideologia burguesa na classe operária, sempre rompe o que Lenin chamava "instinto de classe", e que nada mais é que o constante ressurgimento, nas práticas, de uma determinação da classe que sofre, na fábrica e na produção material, a extração da mais-valia [1].

Nesta torção-adaptação da ideologia burguesa às aspirações próprias da pequena burguesia, esta insere "elementos" ideológicos *específicos*, que derivam de sua própria determinação de classe: também explorada e dominada pelo capital, mas de modo totalmente distinto da exploração e dominação sofridas pela classe operária.

Mais ainda: numa formação capitalista existe, simultaneamente, uma ideologia ligada à classe operária. Como assinalava Lenin, a própria ideologia dominante (a "cultura" de uma formação capitalista) comporta, em seu discurso, "elementos" que derivam desta ideologia: o que pode chegar a adquirir as formas indicadas por Marx, no *Manifesto*, de um "socialismo burguês", ou mesmo, no início do capitalismo, e para as classes dos grandes proprietários de terra "feudais", de um "socialismo feudal". No caso da pequena burguesia, essa situação, bem entendido, é diferente: também classe explorada e dominada, para ela essa situação se expressa no fato de sua ideologia comportar — em estreita articulação com os elementos próprios a esta exploração e dominação particular — elementos próprios à ideologia operária, estando esta *presente* efetivamente no subconjunto ideológico pequeno-burguês de modo diversamente mais direto e importante que no caso da ideologia dominante. Esta presença da ideologia operária no subconjunto ideológico pequeno-burguês cumpre funções particulares, pois corresponde à polarização efetiva da pequena burguesia.

O que indica duas coisas:

1) De um lado, que esta presença da ideologia operária no subconjunto ideológico pequeno-burguês sempre tende a ser dominada *simulta-*

[1] Este papel particular da ideologia burguesa na constituição do subconjunto ideológico pequeno-burguês permite compreender um fato decisivo, que adquire toda sua importância atualmente: *toda crise ideológica da burguesia repercute diretamente no seio da pequena burguesia* e, assim, influi diretamente nas suas posições de classe.

neamente pelos elementos ideológicos especificamente pequeno-burgueses *e* pela ideologia burguesa, constitutivamente presente, também ela, no subconjunto ideológico pequeno-burguês. *Em outras palavras, o subconjunto ideológico pequeno-burguês é um terreno de luta e um campo de batalha particular entre as ideologias burguesa e operária, mas com a intervenção própria dos elementos especificamente pequeno-burgueses.* Esse terreno de luta não está *vago*: é um terreno desde já circunscrito pela ideologia burguesa e pelos elementos ideológicos pequeno-burgueses. Persistindo na metáfora militar, as conquistas e avanços da ideologia operária numa formação capitalista, para adquirirem uma importância decisiva *nesse terreno*, não deixam de ser constantemente revestidas por esses elementos pequeno-burgueses. Em termos mais simples, mesmo quando setores pequeno-burgueses adotam posições da classe operária, fazem-no, freqüentemente, revestindo-os com as suas próprias práticas ideológicas. Mas isso é feito de forma desigual pois, do mesmo modo como esse terreno não está vago, também não é um terreno *uniforme*, graças aos fracionamentos/polarização que atravessam a pequena burguesia em sua determinação de classe: o que, portanto, não exclui que porções inteiras da pequena burguesia não apenas adotem posições de classe da classe operária, como, mais ainda, possam colocar-se no próprio terreno da ideologia operária. Este é, especialmente, um dos papéis das organizações revolucionárias da classe operária.

2) Mas tudo isso indica, por outro lado, que também os elementos ideológicos específicos da pequena burguesia podem ter efeitos *sobre a ideologia da classe operária*, e isso graças à determinação própria de classe da pequena burguesia, de modo distinto ao dos efeitos específicos da ideologia burguesa. Está aí mesmo o perigo que espreita, permanentemente, a classe operária: pode assumir a forma de uma convergência amalgamada desses elementos e da ideologia operária, especialmente na figura do *socialismo pequeno-burguês* no interior da classe operária, mas sabe-se que também revestiu, no passado, a forma do *anarcossindicalismo* e do *sindicalismo revolucionário.*

Assim, nas análises que se seguem, convém manter em mira essas observações. De fato, elas derivam de pressupostos importantes. As diversas ideologias e subconjuntos ideológicos só existem constitutivamente em uma luta ideológica de classe, e devem ser considerados, não sob a forma de conjuntos conceituais constituídos, mas, principalmente, em sua materialização em práticas de classe [2]. É a partir desses princípios que

[2] ALTHUSSER, L. Idéologie et appareils idéologiques d'État. *La Pensée.* jun. 1970. Sabe-se que está aí o erro de base das diversas "pesquisas sociológicas" que tentam apreender a "consciência" das diversas classes sociais ou frações de classe a partir de "perguntas" e "respostas" de seus agentes, cujos exemplos são tão abundantes. Sobre este tema, ver as justas observações de VIDAL, D. *Essai sur l'idéologie.* Paris, Éd. Anthropos, 1971.

se pode considerar a questão dos efeitos de uma sobre a outra. Não se trata de conjuntos *preconstituídos* que agiriam "depois" sobre os "outros" pelos *relés-intermediários*, conforme a imagem simplista de uma série de elos ideológicos "veiculando" para os outros suas interações, em suma, de uma cadeia de "influências". *A própria concepção de "veículos-relés" (de "influências recíprocas") na constituição do campo ideológico é fundamentalmente falsa*: a luta ideológica está *presente* como tal *na* constituição de toda ideologia de classe, isto é, *em seu próprio interior*. É o caso particularmente do conjunto ideológico pequeno-burguês, que não é nem um "relé", nem uma correia de transmissão na "influência" da ideologia burguesa sobre a classe operária. Se intervém nesses efeitos, é porque ele próprio é o lugar de uma co-presença particular da ideologia burguesa, da ideologia operária e dos elementos ideológicos pequeno-burgueses.

II

Considerando, portanto, a determinação de classe da *nova pequena burguesia*, revelam-se nela os seguintes traços ideológicos principais:

a) Um aspecto ideológico anticapitalista mas com fortes tendências para ilusões reformistas. A exploração desta nova pequena burguesia é vivida principalmente sob a forma do salário, enquanto a estrutura do modo de produção capitalista e o papel da propriedade — mas também da posse — dos meios de produção na exploração permanecem freqüentemente ocultos (salariado não-produtivo). As reivindicações estão associadas, essencialmente, à questão dos rendimentos, concentrando-se, com freqüência, numa *redistribuição das rendas* por intermédio de uma "justiça social" e de uma política fiscal "igualitária", base constantemente recorrente do socialismo pequeno-burguês. Embora contrários à "riqueza excessiva", os agentes pequeno-burgueses estão, por outro lado, freqüentemente apegados à manutenção de hierarquias salariais, se bem que insistindo na necessidade de uma "racionalização" mais justa. Encontra-se aqui o temor permanente da proletarização, temor que se expressa em resistências contra uma transformação revolucionária da sociedade, graças à insegurança vivida ao nível dos salários e sob a forma do fetichismo monetário. Isso acoplado ao isolamento próprio desses agentes na concorrência do mercado de trabalho capitalista e nas suas próprias condições de trabalho — agentes não afetados pela socialização do processo de trabalho (e, portanto, pela *solidariedade* de classe) própria à classe operária diretamente engajada na produção — dá lugar às *formas corporativas* particulares da luta sindical: esse isolamento concorrencial está na base de um processo ideológico complexo que assume a figura do *individualismo pequeno-burguês*.

b) Um aspecto de contestação das relações políticas e ideológicas às quais esses agentes estão submetidos, que tende fortemente não para a

subversão dessas relações, mas para seu remanejamento pela "participação". Reivindicações, em relação ao capital, para assumir uma parcela maior de "responsabilidade" nos "poderes de decisão" e para uma "requalificação", por seu "justo valor", de seu trabalho intelectual: o que, em geral, não chega a questionar a própria divisão trabalho intelectual/trabalho manual em suas relações com a classe operária. Muito pelo contrário, freqüentemente se expressa em reivindicações por uma "racionalização" da sociedade que permitiria ao "trabalho intelectual" expandir-se plenamente sem os "entraves" do lucro; em suma, sob a forma de um "tecnocratismo de esquerda". Em especial, para só citar um exemplo, sabe-se da forma ambígua que as reivindicações da "autogestão" assumem em certos conjuntos pequeno-burgueses (técnicos, por exemplo), reivindicações que significam, para eles, apoderar-se, sob uma forma nova, do lugar da burguesia, enquanto, para a classe operária, elas significam o controle operário. Reivindicações que assumem, assim, a forma de uma fixação nos modos de "organização", de exigências de "descentralização" do processo de decisão, de remanejamento do quadro "autoritário" do trabalho, etc., mas sem questionamento mais profundo. A luta antiautoritária que aqui se desenvolve, sob a forma de revoltas contra a burocratização e a parcelarização do trabalho intelectual, está longe de atingir a dimensão e o conteúdo da luta anti-hierárquica operária. Aliás, os agentes pequeno-burgueses estão fortemente apegados a uma hierarquia, certamente "remanejada", tanto nas suas relações internas, quanto nas suas relações com a classe operária.

Desnecessário assinalar, enfim, que este aspecto não é geral, nem constante para o conjunto da nova pequena burguesia. O aspecto paralelo de uma submissão e internalização dos "valores morais", da "ordem", da "disciplina", da "autoridade", da "hierarquia legítima", da direção, etc. pode, com freqüência, estar presente nos conjuntos submetidos à divisão social do trabalho que se assinalou e que, ao contestar suas condições de existência e ao fornecer apreciáveis bases de apoio aos governos socialdemocratas, oferecem, simultaneamente, uma base igualmente considerável à famosa maioria silenciosa.

c) Um aspecto ideológico de uma transformação de sua condição, ligada não a uma mudança revolucionária da sociedade, *mas ao mito das vias de passagem.* Temerosa de cair na proletarização, atraída pela ascensão à burguesia, freqüentemente a nova pequena burguesia aspira à "promoção", à "carreira", à "ascensão social"; em suma, a se tornar burguesia (notem-se os aspectos ideológicos do *mimetismo burguês*) através da ascensão "individual" dos "melhores" e dos "mais capazes": novamente encontra-se o individualismo pequeno-burguês. Para essa nova pequena burguesia, tudo isso se concentra, em particular, no aparelho escolar, dado o papel que este desempenha frente a ela. Crença, portanto, na "cultura neutra" e no aparelho escolar como corredor de circulação

e como degrau para a promoção e a ascensão dos "melhores" à condição burguesa, ou, em todo caso, a uma condição superior na própria hierarquia do trabalho intelectual. Logo, reivindicações por uma "democratização" dos aparelhos, para que ofereçam uma "igualdade de oportunidades" aos "indivíduos" mais aptos à participação no "renovamento das elites", sem questionar a própria estrutura do poder político: a concepção elitista da sociedade, sob a forma da "meritocracia", está estreitamente articulada às aspirações de justiça social da pequena burguesia. Essa atitude não se limita apenas ao aparelho escolar: pode estender-se, em graus desiguais, segundo as formações sociais, ao conjunto dos aparelhos de Estado (às vezes, é o caso do próprio exército) concebidos como degraus de promoção de seus agentes subalternos e intermediários, com freqüência procedentes do seio da pequena burguesia. Pode-se traduzir essa atitude da pequena burguesia dizendo que, para ela, *não se destroem as escadas pelas quais se imagina poder subir.*

d) Um aspecto ideológico desse "fetichismo do poder" do qual falava Lenin, e que concerne, desta vez, à atitude frente ao poder político do Estado. Graças à situação dessa pequena burguesia como classe *intermediária*, polarizada entre a burguesia e a classe operária, graças também ao isolamento de seus agentes (individualismo pequeno-burguês), ela tem uma forte tendência a considerar o Estado como uma força neutra em si, cujo papel seria realizar uma *arbitragem* entre as classes sociais existentes. A dominação de classe que ela sofre por parte da burguesia, através do Estado, freqüentemente é percebida como uma deformação "técnica" do Estado, remanejável por uma "democratização" que o tornaria adequado à sua verdadeira natureza: reivindicações fixadas na "humanização" e na "racionalização" da "administração", contra o "centralismo tecnocrático" do Estado, etc., que não revelam a natureza mesma do poder político.

Mas há mais: é necessário considerar, de um lado, essa situação intermediária e o individualismo pequeno-burguês que condicionam a impossibilidade de a pequena burguesia se organizar, a longo prazo, em um partido político próprio e autônomo; e, de outro lado:

1) a situação da pequena burguesia frente ao trabalho intelectual e o fato de o próprio aparelho de Estado, que consagra a divisão trabalho intelectual-trabalho manual, estar situado do lado do trabalho intelectual;

2) o fato de a organização estatal representar a consagração da hierarquia e da autoridade burocratizada à qual está submetida ampla parcela dos agentes pequeno-burgueses;

3) enfim, o papel dos aparelhos de Estado na distribuição-qualificação dos agentes pequeno-burgueses.

Freqüentemente, esses fatos determinam uma atitude complexa de *identificação* da pequena burguesia com um Estado que ela considera como sendo de direito *seu* Estado e *seu* representante e organizador político legítimo. Sabe-se que durante muito tempo, na França, isso se expressou no jacobinismo republicano de esquerda, que está longe de haver desaparecido. O papel do Estado como aparelho de dominação de classe é vivido como "perversão" de um Estado do qual seria necessário "restaurar a autoridade", "democratizando-o", isto é, abrindo-o à pequena burguesia, fazendo-o respeitar o "interesse geral", ficando entendido que o "interesse geral" corresponde ao seu como classe intermediária, mediadora entre a burguesia e o proletariado; é aqui que se encontra uma tendência à concepção do "*Estado corporativo*", forma degradada do famoso *socialismo de Estado.* Ao que seria necessário acrescentar que esse aspecto ideológico é particularmente evidente nos escalões pequeno-burgueses dos *funcionários*, eles próprios diretamente submetidos a essa ideologia interna que marca o Estado como aparelho: o aspecto ideológico do Estado neutro e representante do interesse geral grassa particularmente aqui, enquanto elemento essencial da ideologia interna dos aparelhos de Estado.

Sabe-se que esses aspectos ideológicos assumem, com freqüência, a forma de reivindicações de um "socialismo" através do "Estado do bem-estar" (o "Estado social"), regulador e corretor das "desigualdades sociais". Mas sabe-se também que, paralelamente, elas podem articular-se a certos aspectos do "Estado forte" sob a forma do *cesarismo social*: o que, no passado, se expressou na relação específica dos diversos fascismos e bonapartismos com amplos setores desta nova pequena burguesia.

e) Mas esses aspectos conjugam-se, ainda, a formas particulares da *revolta* desses agentes pequeno-burgueses contra suas condições de existência, formas ligadas, elas também, às suas determinações de classe. A questão é ampla e alcança o problema das posições de classe: só me deterei para indicar que as suas violentas explosões de revolta revestem, às vezes, formas de "*jacqueries* pequeno-burguesas" [3], ligadas ao individualismo pequeno-burguês: culto da violência enquanto tal, aliada ao desprezo pela questão da organização; reações globalmente antiestatais talhando diretamente, por aí, as formas do "anarquismo pequeno-burguês", etc. Revoltas características de situações nas quais esses agentes, privados de projeto político autônomo a longo prazo, e não tendo incorporado as posições da classe operária, agem de modo simetricamente oposto às atitudes que os determinavam anteriormente, através, portanto, de uma revolta ainda determinada, por oposição, pela ideologia burguesa. Sabe-se que aí está o núcleo do "ultra-esquerdismo pequeno-burguês".

[3] Vide nota 6, à p. 107.

III

Passemos agora à *pequena burguesia tradicional.* Esta, embora ocupando nas relações econômicas um lugar diferente do da nova pequena burguesia, caracteriza-se, contudo, ao nível ideológico e a despeito das diferenças indubitáveis, por traços análogos aos daquela. Isso porque as relações econômicas próprias ao lugar da pequena burguesia tradicional situam-na, também, e por traços específicos, numa *polarização* frente à burguesia e à classe operária. Essa comunidade de efeitos ideológicos se traduz em analogias das posições desses dois conjuntos, afetados pela polarização de classe.

Portanto, pode-se sustentar que esses dois conjuntos derivam da mesma classe: a pequena burguesia. *Mas com a condição de esclarecer, logo a seguir, que a pequena burguesia não é uma classe como as duas classes fundamentais da formação social capitalista — a burguesia e o proletariado — e, sobretudo, não apresenta a unidade que as caracteriza.* A pequena burguesia tradicional (pequenos comerciantes, artesãos) não é semelhante à nova pequena burguesia da mesma maneira, por exemplo, que o capital bancário o é ao capital industrial, no caso da burguesia. Persistem heterogeneidades nas relações econômicas dos conjuntos pequeno-burgueses. Se a pequena burguesia tradicional e a nova pequena burguesia podem ser consideradas como derivando de uma mesma classe, é porque as classes sociais só podem ser determinadas na luta das classes, e porque esses conjuntos estão polarizados precisamente frente à burguesia e ao proletariado [4].

No caso da pequena burguesia tradicional, esses efeitos ideológicos que derivam, no essencial, da forma de produção mercantil simples, foram amplamente estudados por Marx, Engels e Lenin. Neste caso, devem-se ao fato de que, ao nível econômico, a pequena produção e a pequena propriedade: *1*) *distinguem-se*, ao mesmo tempo, da burguesia (elas não fazem parte do capital *tout court* e são progressivamente esma-

[4] Trata-se, especialmente, da tese que eu havia defendido e tentado demonstrar em *Fascisme et dictature* [Paris, Maspero, 1970], embora, provavelmente, de modo muito abrupto, pois não fazia parte do objeto essencial de minhas análises. Contudo, ela sempre me pareceu fundamentalmente correta. Assinalo que, depois, a mesma tese foi defendida, não obstante os vieses, por Baudelot e Establet: "A pequena burguesia [...] é composta de camadas sociais heterogêneas herdadas de modos de produção anteriores [...] e de camadas novas produzidas pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista [...] A unidade dessas diferentes camadas ao nível da instância econômica é feita de negações (nem burguesas, nem proletárias); essa unidade não é apenas a de um resíduo que a teoria teria dificuldade em integrar: ela repousa em contradições objetivas nas condições materiais de existência de cada pequeno-burguês. O cimento de sua unidade situa-se ao nível ideológico e e expressa-se na formação de compromissos constantemente renovados, embora idênticos em sua estrutura, entre a ideologia burguesa e a ideologia proletária". (*L'école capitaliste en France.* Paris, Maspero, 1971. p. 169, nota 28.)

gadas por ele) e da classe operária (seus agentes são proprietários dos meios de produção e dos bens de comércio e, embora trabalhadores diretos, não executam, o que é importante para o artesanato, trabalho produtivo capitalista — mais-valia); 2) *aproximam-se*, ao mesmo tempo, da burguesia (propriedade, à qual se agarram ferozmente) e da classe operária (eles próprios são trabalhadores diretos)[5]. Esta polarização, ao nível ideológico, tem freqüentemente os seguintes efeitos:

a) Um aspecto ideológico anticapitalista do *status quo*: contra a "riqueza excessiva" e as "grandes fortunas", mas, com freqüência, temor de uma transformação revolucionária da sociedade, pois esse conjunto agarra-se ferozmente à sua (pequena) propriedade e teme sua proletarização. Reivindicações fortes contra os monopólios — esta pequena burguesia que vai sendo progressivamente esmagada e eliminada pelo capitalismo monopolista — mas, freqüentemente, sob a forma de um retrocesso à "igualdade das oportunidades" de uma "concorrência justa", como a fantasmagoria desta pequena burguesia os apresenta em seu passado no estádio do capitalismo concorrencial. Freqüentemente, esta pequena burguesia deseja mudanças sem modificar o sistema: revelam-se, também aqui, a aspiração a uma "participação" na "distribuição" do poder político, sob a forma de um Estado corporativo, e as resistências características quanto à transformação radical desse poder.

b) Um aspecto ideológico fortemente ligado não à transformação radical da sociedade, mas ao mito das vias de passagem: mito articulado no isolamento econômico desses agentes pequeno-burgueses no domínio da concorrência, que também dá lugar ao individualismo pequeno-burguês. Medo de cair na proletarização, atração pela ascensão à burguesia: esses agentes pequeno-burgueses também aspiram tornar-se burgueses, pela ascensão "individual" (tornando-se pequenos empresários) dos "melhores" e dos "mais capazes". Este aspecto assume, com freqüência, também aqui, formas elitistas de uma renovação das "elites", de uma substituição da burguesia, "que não cumpre seu papel", pela pequena burguesia, e isso através de uma "democratização" da sociedade capitalista.

c) Um aspecto ideológico do fetichismo do poder. Graças ao seu isolamento econômico (individualismo pequeno-burguês) e à sua distinção da burguesia e da classe operária, crença no Estado neutro acima das classes: esta pequena burguesia espera que este Estado, devidamente "democratizado", traga-lhe "de cima" a chuva e o bom tempo; em suma, que detenha seu declínio, o que não exclui pressões virulentas contra o

[5] Observemos aqui, ainda que incidentalmente, que o papel da divisão trabalho intelectual/trabalho manual é secundário na determinação de classe desses agentes pois, precisamente, derivando da forma de produção mercantil simples, eles não estão diretamente submetidos, em suas relações com a burguesia e com a classe operária, a essa divisão sob sua forma *especificamente capitalista* (caso patente do artesanato).

Estado. Mais ainda: o isolamento pequeno-burguês, conjugado à incapacidade geral desta pequena burguesia de se organizar em um partido próprio e autônomo, o fato de ela também considerar os aparelhos de Estado (a administração, o exército, a polícia) como vias de passagem para o topo, freqüentemente dão lugar a uma estadolatria. Nesse caso, também esta pequena burguesia identifica-se com o Estado, cuja neutralidade se reuniria à sua, e se concebe como uma classe neutra entre a burguesia e o proletariado, pilar, portanto, de um Estado que seria "seu" Estado: ela sempre aspira à "arbitragem" social. Este Estado aparece então como o "organizador" político direto desta pequena burguesia, através desses ramos e aparelhos. Sendo, com freqüência, um dos pilares da ordem "democrática republicana" e, também, uma peça essencial de um "jacobinismo" de esquerda, isto é, de um socialismo pequeno-burguês, ela tem proporcionado, igualmente, um apoio de massa aos diversos bonapartismos e fascismos.

d) Aliás, esta atitude complexa da pequena burguesia tradicional frente ao Estado deve-se igualmente à ideologia que lhe é inculcada pelos aparelhos ideológicos de Estado: neste aspecto, o papel principal cabe aqui não tanto ao aparelho escolar (trabalho intelectual), mas a este aparelho específico que é *a família*: o que se deve ao papel da *exploração familiar* na forma de existência econômica desses agentes. *Para esta pequena burguesia*, esse é um dos lugares mais seguros de inculcação da ideologia burguesa, graças ao papel decisivo de resistência a uma transformação radical das relações sociais desempenhado pela família, mas particularmente eficaz para esses agentes que, assim, reúnem-se à nova pequena burguesia no binômio *família-escola.*

e) Enfim, um último elemento, suficientemente conhecido para que não se insista nele: as formas de revolta violenta que, em conjunturas determinadas, caracterizam esta pequena burguesia — dado que ela está privada de uma posição política autônoma de classe a longo prazo e desde que não tenha adotado posições da classe operária — freqüentemente são as das "*jacqueries* pequeno-burguesas", marcadas pelo "anarquismo" próprio ao individualismo pequeno-burguês.

IV

Essa comunidade de efeitos ideológicos para o conjunto da pequena burguesia é traduzida no plano das *posições de classe.*

De fato, a pequena burguesia não tem posição política de classe própria e autônoma a longo prazo. Muito simplesmente, isto quer dizer que, numa formação social capitalista, só existem a via burguesa e a via proletária (a via socialista): não há "terceira via", contrariamente às diversas concepções da "classe média". As duas classes fundamentais

são a burguesia e a classe operária: em especial, não pode existir "modo de produção pequeno-burguês". O que, entre outras coisas, faz com que a pequena burguesia *nunca tenha sido, em lugar algum, a classe politicamente dominante.* O que, às vezes, tem-se apresentado é:

1) que, em conjunturas e regimes determinados, ela tem detido o simples lugar de *classe reinante* [6], encobrindo a dominação política e a hegemonia da burguesia. Foi o caso especialmente no primeiro período dos fascismos, mas também, ainda atualmente, em certas ditaduras militares e bonapartistas de países dependentes, seja sob a forma "progressista", encobrindo, neste caso, a dominação política de certos setores da burguesia com veleidades "nacionais" (Peru, por exemplo, ou, no passado, o populismo peronista), seja sob a forma "reacionária", encobrindo, aqui, a dominação política da burguesia *compradora* (Brasil, por exemplo). Mas o caso também tem-se apresentado, sob outras formas, nos países europeus: basta mencionar a forma do início da III República na França ou, ainda atualmente, certos regimes socialdemocratas;

2) que ela tem conseguido desalojar, por meio de certos regimes e crises particulares, uma ampla parcela da antiga burguesia e, por processos econômico-políticos complexos, tem conseguido tomar seu lugar (caso do Egito de Nasser, por exemplo), ou, mesmo, substituir-se, principalmente sob a forma de *burguesia de Estado*, à burguesia colonial estrangeira (é o caso de certos países africanos): mas, nesses casos, ela é classe politicamente dominante precisamente enquanto burguesia (burguesia cujo lugar ocupou), e não mais enquanto pequena burguesia.

Retornemos ao nosso problema: o fato de a pequena-burguesia não ter posição política de classe autônoma a longo prazo *significa* que as suas posições de classe só podem situar-se na relação de força burguesia/ /classe operária, e reunir-se assim (jogar *a favor* ou *contra*) seja às posições de classe da burguesia, seja às da classe operária.

Certamente, isso ocorre *de modo complexo*: primeiro porque, não obstante, em conjunturas determinadas, e a curto prazo, a pequena burguesia pode intervir na cena política como *força social autêntica*, com um *peso próprio* e de um modo *relativamente autônomo*: elemento essencial que, com freqüência, escapou à análise marxista e à prática dos partidos comunistas na época da III Internacional. Mas, mesmo nesses casos muito raros (pois implicam o fato *excepcional* de uma organização

[6] Nesse mesmo livro Poulantzas afirma que: "Por classe ou fração *reinante* entendo a classe ou fração da qual, em geral, originam-se os membros do pessoal político e do 'ápice' dos aparelhos de Estado e que, por intermédio de suas organizações próprias, ocupam o proscênio político. Como Marx mostrou, a classe ou fração reinante pode ser diferente da classe ou fração hegemônica, aquela cujos interesses o Estado serve por excelência. Analisei estas questões no *Pouvoir politique et classes sociales.* [Paris, Maspero, 1968.]" Citação de POULANTZAS, N. *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*, cit., p. 161, nota n.º 1. (N. da T.)

da pequena burguesia em um *partido pequeno-burguês específico*), essa posição conjuntural relativamente autônoma, situada na perspectiva histórica a mais longo prazo, joga, também ela, seja pela burguesia, seja pela classe operária. Essa complexidade também se deve ao fato de que, freqüentemente, quando as posições pequeno-burguesas se unem às de uma ou outra classe fundamental, isso ocorre indiretamente: acima de tudo, é o caso quando essas posições se unem à posição de classe burguesa. O processo só raramente toma a forma de uma aliança burguesia/ /pequena burguesia direta, explícita e declarada, pois tal aliança é, de fato, extremamente contraditória e explosiva, mas se realiza por intermédio de um *apoio* particular oferecido pela pequena burguesia ao *Estado*, que ela considera como "seu" Estado. Enfim, é igualmente o caso, sob uma forma diferente, quando essas posições se unem à posição de classe proletária: fazem-no continuando a estar marcadas pelos aspectos ideológicos pequeno-burgueses.

Essa *polarização da posição de classe* da pequena burguesia, devida à sua polarização na determinação estrutural da divisão social do trabalho (classe intermediária), é traduzida no conhecido fato da sua *instabilidade política*, e da sua "*oscilação*" ou "*balanceamento*" de uma posição de classe burguesa para uma posição de classe proletária. Freqüentemente, esses conjuntos pequeno-burgueses podem "balancear", segundo as conjunturas, e às vezes em lapsos de tempo muito breves, de uma posição de classe proletária para uma posição de classe burguesa, e vice-versa (basta lembrar aqui o processo recente, na França, em maio e julho de 1968). Entendendo-se que este termo "oscilação" não deve ser tomado no sentido de um traço de *natureza* ou de *essência* da pequena burguesia, mas como remetendo à sua situação na luta das classes. Essa oscilação não é um *salto livre*, mas depende dos limites colocados pelos estádios e fases do capitalismo e pelas conjunturas que os marcam.

[...]

8. O ESTADO E AS LUTAS POPULARES *

As divisões internas do Estado, o funcionamento concreto de sua autonomia e o estabelecimento de sua política através das fissuras que o marcam não se reduzem às contradições entre as classes e frações do bloco no poder: *dependem também, e sobretudo, do papel do Estado frente às classes dominadas.* Os aparelhos de Estado consagram e reproduzem a hegemonia, estabelecendo um jogo (variável) de compromissos provisórios entre o bloco no poder e certas classes dominadas. Os aparelhos de Estado organizam-unificam o bloco no poder, desorganizando--dividindo, permanentemente, as classes dominadas, polarizando-as em torno do bloco no poder e mantendo em curto-circuito suas organizações políticas próprias. A autonomia relativa do Estado frente a esta ou aquela fração do bloco no poder também é necessária à organização da hegemonia — a longo prazo e em conjunto — do bloco no poder frente às classes dominadas, e isso, freqüentemente, impondo ao bloco no poder, a tal ou qual de suas frações, os compromissos materiais indispensáveis a esta hegemonia.

Mas esse papel do Estado frente às classes dominadas, do mesmo modo que seu papel em relação ao bloco no poder, não deriva de sua racionalidade intrínseca como entidade "exterior" às classes dominadas. Ele também está inscrito na estrutura organizacional do Estado, como condensação material de uma relação de forças entre classes. O Estado não concentra apenas a relação de forças entre frações do bloco no poder, *mas também a relação de forças entre este e as classes dominadas.*

---

* Reproduzido de POULANTZAS, N. L'État et les luttes populaires. In: —. *L'État, le pouvoir, le socialisme.* Paris, PUF, 1978. p. 154-9. Trad. por Heloísa R. Fernandes.

Embora as análises precedentes que concernem à relação do Estado com as classes dominantes pareçam facilmente aceitáveis, em geral e na grande maioria dos casos, tendemos a considerar que, frente às classes dominadas, o Estado constitui um bloco monolítico que lhes é imposto de fora, e sobre o qual, além do mais, estas só obtêm resultados assaltando-o e cercando-o do exterior, como uma fortaleza que lhes permanece impermeável e isolada. As contradições entre classes dominantes e classes dominadas subsistiriam como contradições entre o Estado e as massas populares exteriores ao Estado. Assim, as contradições internas do Estado não seriam devidas senão às contradições entre classes e frações dominantes, a luta das classes dominadas não podendo ser uma luta presente no Estado, mas consistindo, simplesmente, em pressões sobre o Estado. De fato, as lutas populares atravessam o Estado de lado a lado, e isso não se realiza penetrando de fora uma entidade intrínseca. Se as lutas políticas que visam ao Estado atravessam seus aparelhos, é porque essas lutas já estão inscritas na trama do Estado, desenhando sua configuração estratégica. Seguramente, *as lutas populares e, mais geralmente, os poderes, ultrapassam de muito o Estado*: mas, *na medida em que* são (e as que são) propriamente políticas, não lhe são realmente exteriores. Rigorosamente falando, se as lutas populares estão inscritas no Estado, não é porque elas se esgotam numa inclusão em um Estado-Moloch [1] totalizante, mas, antes, porque é o Estado que se banha nas lutas que constantemente o submergem. Entendendo-se, entretanto, que mesmo as lutas (e não apenas as de classe) que ultrapassam o Estado não estão, por isso, "acima do poder", mas sempre estão inscritas nos aparelhos de poder que as materializam, e que, também elas, condensam uma relação de forças (as fábricas-empresas; em certa medida, a família, etc.). Em razão do complexo encadeamento do Estado com o conjunto de dispositivos do poder, essas mesmas lutas sempre têm efeitos, agora "à distância", *no* Estado.

Assim, a composição material do Estado e sua conexão com as relações de produção, sua organização hierárquico-burocrática, reprodução em seu seio da divisão social do trabalho, traduzem a presença específica, em sua estrutura, das classes dominadas e de sua luta. Não têm o objetivo simples de afrontar, face a face, as classes dominadas, mas o de manter e reproduzir a relação dominação-subordinação no interior do Estado: o inimigo de classe sempre está no Estado. A precisa configuração do conjunto dos aparelhos de Estado, a organização deste ou daquele aparelho ou ramo de um Estado concreto (exército, justiça,

[1] *Moloch*: Deus dos amonitas. Poulantzas faz aqui alusão à concepção que diviniza o Estado, imputando-lhe uma onipresença no que diz respeito ao conjunto das relações sociais. (N. da T.)

administração, escola, igreja, etc.) dependem não só da relação de forças interna ao bloco no poder, mas também da relação de forças entre este e as massas populares — portanto, do papel que eles devem cumprir frente às classes dominadas. É o que explica a organização diferencial do exército, da polícia, da igreja, nos diversos Estados, e o que, assim, dá conta da história de cada um; história que também é a marca impressa em sua composição pelas lutas populares.

Ainda mais que o Estado, trabalhando pela organização da hegemonia — portanto, pela divisão e desorganização das massas populares — erige algumas delas, principalmente a pequena burguesia e as classes populares do campo, em verdadeiras classes-apoio do bloco no poder e coloca em curto-circuito sua aliança com a classe operária. Essas alianças-compromissos, essa relação de forças encarnam-se na composição deste ou daquele aparelho de Estado que cumpre, por excelência, essa função. O aparelho escolar na França, por exemplo, não pode ser compreendido sem esta relação, concentrada nele, da burguesia com a pequena burguesia; o exército, sem a relação da burguesia com as classes populares do campo. Enfim, se este ou aquele aparelho assume o papel dominante no seio do Estado (partidos políticos, parlamento, executivo, administração, exército) não é apenas porque ele concentra o poder da fração hegemônica, mas também, e ao mesmo tempo, porque ele consegue cristalizar o papel político-ideológico do Estado frente às classes dominadas. Em termos mais gerais, as divisões e contradições internas do Estado, entre seus diversos ramos e aparelhos, no interior de cada um deles, no pessoal do Estado, também se devem à existência das lutas populares no Estado.

Ora, a existência das classes populares não se materializa no seio do Estado do mesmo modo que a das classes e frações dominantes, *mas de modo específico.*

As classes e frações dominantes existem no Estado por intermédio de aparelhos ou ramos que — certamente sob a unidade do poder de Estado da fração hegemônica — não deixam de cristalizar um poder próprio a estas classes e frações. Não é através de aparelhos que concentram um *poder próprio* às classes dominadas que estas existem no Estado mas, no essencial, existem sob forma de focos de oposição ao poder das classes dominantes. Seria falso concluir — deslize com graves conseqüências políticas — que a presença das classes populares no Estado significaria que elas ali detêm — ou que, a longo prazo, poderiam deter — poder, *sem transformação radical deste Estado.* As contradições internas do Estado não implicam — como pensam, sobretudo, alguns comunistas italianos [2] — uma "natureza contraditória" do Estado, no

[2] Basta assinalar o artigo de GRUPPI, L. Sur le rapport démocratie-socialisme. *Dialectiques*. n. 17, fev. 1977. Ao leitor francês, deixo mencionado que as posições sobre esta questão, no seio do PCI, desde P. Ingrao e G. Vacca até U. Cerroni,

sentido de que ele apresentaria, atualmente, uma situação real de *duplo poder em seu próprio seio*: o poder dominante da burguesia e o poder das massas populares. Se é impossível este poder das classes populares no seio de um Estado capitalista não modificado, isso não se deve apenas à unidade do poder de Estado das classes dominantes — que deslocam o centro do poder real de um aparelho para outro assim que a relação de forças no seio de um deles pareça oscilar para o lado das massas — mas também à composição material do Estado. Essa composição consiste em mecanismos internos de reprodução da relação dominantes-subordinados: ela contém em seu seio a presença das classes dominadas, mas precisamente como classes dominadas. Mesmo no caso de uma mudança da relação de forças e de modificação do poder de Estado em favor das classes populares, a mais ou menos longo prazo, o Estado tende a restabelecer, às vezes sob nova forma, a relação de forças em favor da burguesia. E o remédio para isso não poderia ser simplesmente, como se diz com freqüência, o "assédio" dos aparelhos de Estado pelas massas populares, como se, enfim, se tratasse de elas penetrarem algo que, até ali, realmente lhes permanecesse externo, modificando-o pela mera virtude da sua súbita presença no interior da fortaleza. As classes populares sempre estão presentes no Estado, sem que jamais tenham ocasionado qualquer mudança no núcleo duro deste Estado. A ação das massas populares no seio do Estado é a condição necessária, mas não suficiente, de sua transformação.

Se as lutas populares estão constitutivamente presentes nas divisões do Estado, sob as formas mais ou menos diretas da contradição classes dominantes-classes dominadas, elas também estão presentes sob uma forma *mediatizada*: esta concerne ao impacto das lutas populares nas contradições entre as próprias classes e frações dominantes. As contradições entre bloco no poder e classes dominadas intervêm diretamente nas contradições no seio do bloco no poder. Para mencionar um único exemplo, a queda tendencial da taxa de lucro, elemento primordial de divisão no seio da classe capitalista (principalmente na medida em que uma contratendência a esta queda consiste na desvalorização de certas frações do capital), não é, afinal, senão a expressão da luta das classes dominadas contra a exploração.

As diversas frações do capital (capital monopolista, capital não-monopolista, capital industrial, bancário ou comercial) não têm sempre as mesmas contradições com as classes populares (ou com esta ou aquela, dentre elas), e suas atitudes políticas para com elas não são sempre

---

A. Reichlin e G. Amendola, divergem sensivelmente. Sobre estes pontos, cf. as entrevistas concedidas por alguns dirigentes do PCI a H. Weber, em seu recente livro, *Parti Communiste Italien: aux Sources de l'Euro-Communisme*, 1977, e a edição especial da revista *Dialectiques*: *L'Italie et Nous*, n. 18-19, 1977.

idênticas. As diferenças de tática — ou, mesmo, de estratégia política — numa conjuntura dada, ou a mais longo prazo, face às massas populares *são um dos fatores primordiais de divisão no seio do próprio bloco no poder*. Isso pode ser verificado em toda a história do capitalismo, e basta remeter às diferentes políticas seguidas, diante dos mesmos problemas, pelos diferentes Estados. Embora seja verdade que exista um acordo de base entre as classes e frações dominantes quanto à manutenção e à reprodução da dominação e da exploração de classe, seria falso acreditar num acordo sobre uma política unívoca, a todo momento, face às massas populares. É igualmente falso acreditar que os volteios da política burguesa se reduzam aqui a uma mera questão de periodização histórica, como se, segundo os diversos períodos e conjunturas, a burguesia se alinhasse em bloco a tal ou qual solução política. As contradições no seio do bloco no poder são permanentes: concernem tanto aos problemas relativamente secundários, quanto às grandes opções políticas, aqui incluídas as próprias formas de Estado a serem instauradas face às massas populares, as escolhas entre formas de Estado de exceção (de guerra aberta às massas populares: fascismos, ditaduras militares, bonapartismos) e formas de "democracia parlamentar", ou entre estas últimas (por exemplo, regimes de direita clássica ou regimes socialdemocratas). Também nesses casos a burguesia não adere em bloco, e univocamente, a tal ou qual solução (fascismo ou democracia parlamentar, regime de direita clássica ou socialdemocracia).

Tanto mais que, agora em sentido inverso, as diversas frações do bloco no poder freqüentemente procuram assegurar-se, por políticas várias, segundo suas próprias contradições com as massas populares, do apoio destas contra as outras frações do bloco, isto é, procuram utilizá-las nas suas relações de forças com as outras frações desse bloco, tanto para impor as soluções que lhes sejam mais vantajosas, quanto para resistir com maior eficácia às soluções que lhes são desvantajosas relativamente às outras frações: compromisso do capital monopolista com certas parcelas da classe operária ou com a nova pequena burguesia (as camadas médias assalariadas) contra o capital não-monopolista; compromisso deste último com a classe operária ou com a pequena burguesia tradicional (comerciantes, artesãos) contra o capital monopolista. Fatos que se condensam, todos, nas divisões e contradições internas do Estado, entre seus diversos ramos, redes e aparelhos, e no seio de cada um deles.

Em resumo, as lutas populares estão inscritas na materialidade institucional do Estado, ainda que não se esgotem nela; materialidade que traz a marca dessas lutas surdas e multiformes. As lutas políticas que visam ao Estado não estão — como, em termos mais gerais, não está qualquer luta face aos aparelhos de poder — em posição de exterioridade ao Estado, mas derivam da sua configuração estratégica: o Estado, como ocorre com qualquer dispositivo de poder, é a condensação material de uma *relação*.

9. AS PERSPECTIVAS POLÍTICAS *

Assim, pode-se tentar retirar algumas conclusões. E começarei pelo primeiro ponto importante: é forçoso constatar que, até aqui, e nos países europeus, para mencionar apenas estes, a polarização das posições de classe dessas frações pequeno-burguesas não encobre a polarização objetiva que, conjugada às transformações atuais, marca sua determinação de classe. Em outras palavras, ainda não se constata a materialização de uma aliança de parcelas importantes dessas frações com a classe operária quanto a objetivos precisos de uma revolução socialista: o que é evidente, desde que não se confunda o processo revolucionário com os diversos governos socialdemocratas.

A questão é decisiva, principalmente na França, e de fato concerne, *acima de tudo, à nova pequena burguesia.* Por mais que se repitam, como sortilégios, os dogmas da "privilegiada" aliança operários-camponeses, os fatos aí estão, e é necessário enfrentá-los: de um lado, trata-se de setores destinados a se ampliar ainda consideravelmente nos países capitalistas desenvolvidos e a ter um papel muito importante na reprodução das relações sociais — portanto, também na sua revolucionarização; de outro, as classes populares agrárias, particularmente o pequeno campesinato parcelar, estão fatalmente condenadas, no conjunto dos países europeus avançados, e em graus certamente desiguais, a uma diminuição rápida tanto no número de seus agentes, quanto no seu peso social: nos últimos anos, a França forneceu o mais característico exemplo de um ritmo prodigiosamente rápido dessa diminuição.

---

* Reproduzido de POULANTZAS, N. Conclusion: les perspectives politiques. In: —. *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui.* Paris, Seuil, 1974. p. 355-9. Trad. por Heloísa R. Fernandes.

Ousaria afirmar, sob pena de ser acusado de heresia, *que aí se encontra uma oportunidade histórica de revolução socialista, muito particularmente na França.* Com efeito, ainda é necessário evocar o fenômeno evidente que tem marcado a história das lutas de classes na França: o campesinato francês, nele incluído o pequeno campesinato parcelar, foi um dos principais baluartes da ordem burguesa, e um dos principais obstáculos à revolução socialista em um país marcado pela excepcional e exemplar combatividade da classe operária. O mérito histórico (para ela) da burguesia francesa foi o de ter sabido, através de uma série de compromissos importantes, apoiar-se na pequena propriedade camponesa, cujo apoio — em inflexões decisivas da luta das classes — quase nunca lhe faltou. Dos dois Bonapartes à Comuna, à crise decorrente da Primeira Guerra Mundial, à Frente Popular e ao gaullismo, a lista seria longa. Por outro lado, a derrota histórica das direções da classe operária foi a de não ter conseguido, ou podido, forjar e cimentar, na França, uma aliança revolucionária operários-camponeses, exceto, provavelmente, com uma parte do pequeno campesinato, durante a Segunda Guerra Mundial e a Resistência. De qualquer modo, não se trata aqui de estabelecer responsabilidades, mas de constatar os fatos. O pequeno campesinato francês pagou caro, e não terminou de pagar, seu apoio à burguesia contra a classe operária: mas a classe operária também tem pago. Certamente, há razões para pensar que o que resta dessa pequena burguesia conseguirá adquirir consciência de seus verdadeiros interesses de classe, ainda que sua atitude, ao longo precisamente do processo de sua eliminação precipitada nos últimos anos, mostre que o peso do passado, com poucas exceções, ainda se abate sobre ela. Mas, embora essa aliança permaneça sempre *muito importante*, pode-se dizer que, de certa forma, os dados já estão lançados. A este respeito, o horizonte já não é dado tanto pelo próprio campesinato parcelar como classe agrária, mas pelos filhos dos camponeses que, expulsos da terra, trabalham nas fábricas e nas cidades, como "camponeses trabalhadores".

Portanto, o desenvolvimento maciço do salariado das cidades e da nova pequena burguesia, articulado à polarização proletária objetiva de suas frações, que abrangem a grande maioria desses assalariados, constitui a nova oportunidade histórica da revolução socialista na França. Não que a burguesia francesa não tenha tentado, e por muito tempo tenha conseguido, apoiar-se também na pequena burguesia urbana: entre outros, há o testemunho do fenômeno do jacobinismo-radicalismo. Mas essas tentativas têm sido coroadas de êxito sobretudo no que concerne à pequena burguesia tradicional, o que faz parte do fenômeno geral do apoio, de longa duração, da burguesia francesa à pequena produção e à pequena propriedade. O apoio que ela se assegurou junto à nova pequena burguesia, e que sempre foi relativamente limitado, tem-se traduzido de

modo específico: precisamente sob a forma do radicalismo republicano, com a nova pequena burguesia francesa quase não tendo sido atingida pelos movimentos de massa fascistas, como aconteceu em alguns países capitalistas avançados.

Ora, no processo atual do capitalismo monopolista, as próprias bases objetivas desse apoio estão minadas, e o estão de modo radical para as mencionadas frações da nova pequena burguesia — precisamente as que apresentam um desenvolvimento importante. Está aí uma causa fundamental da crise hegemônica larvada que afeta a burguesia francesa (aliás, não apenas ela), atualmente, e que pode ter efeitos decisivos.

Essa crise pode traduzir-se numa aliança da classe operária com essas frações da nova pequena burguesia em um *processo prolongado*, isto é, ininterrupto e por etapas, de revolução socialista: *o que claramente significa que ela não terá necessariamente esses efeitos.* É preciso desembaraçar-se de uma vez por todas tais ilusões que, ao longo de sua história, têm freqüentemente engabelado o movimento revolucionário, e segundo as quais uma polarização proletária objetiva da determinação de classe necessariamente só poderia levar, ao final, a uma polarização das posições de classe.

Chega-se, assim, à segunda fase da questão: essa polarização da nova pequena burguesia em direção às posições de classe proletárias depende, em certo sentido, da relação de força entre a burguesia e a classe operária. Uma das características da "oscilação" própria à pequena burguesia é ela estar polarizada — na relação estratégica das *duas principais forças* das formações capitalistas — em direção à burguesia e ao proletariado, e ter maior tendência a adotar as posições de classe proletárias quando a própria classe operária é mais forte na sua relação com a burguesia. Mas o cerne do problema está em que, precisamente, a própria relação de forças entre a burguesia e a classe operária só pode ser radicalmente modificada *gradativamente* ao estabelecimento das alianças da classe operária com as outras classes e frações de classe populares — *portanto, gradativamente à unificação do "povo" contra a burguesia.*

O que nos leva a uma segunda constatação: essa polarização da nova pequena burguesia em direção às posições de classe proletárias depende, no essencial, da estratégia da classe operária e de suas organizações de luta de classe, com relação a ela. Com efeito, a pequena burguesia não tem posição de classe autônoma a longo prazo e em geral não pode ter, como a história demonstra, organizações políticas próprias: raramente existiram partidos políticos pequeno-burgueses em sentido rigoroso, isto é, partidos que, efetivamente, a longo prazo e de modo dominante, representam os interesses específicos da pequena burguesia. Ao contrário, encontram-se, com maior freqüência, partidos burgueses com clientela pequeno-burguesa (mas também operária), ou seja, partidos que repre-

sentam, de modo predominante, interesses burgueses, mas que sabem manejar o apoio da pequena burguesia.

Esses elementos são de grande importância. De fato, a polarização da pequena burguesia na direção das posições de classe proletárias depende da *representação*, e não simplesmente da "assunção do encargo" — como um peso que deve ser arrastado —, da pequena burguesia pelas próprias organizações de luta de classe do operariado. Assim, essa polarização depende, no essencial, da *estratégia* dessas organizações, unificando o povo no *processo* da luta das classes e das alianças, sob a *hegemonia* da classe operária: portanto, ela depende da direção da classe operária na aliança popular.

Trata-se efetivamente de um processo ininterrupto e por etapas: não se trata do "grande dia" em que a classe operária provocaria sozinha, esperando que, *neste preciso momento*, a pequena burguesia, no melhor dos casos, balançaria para o seu lado e, no pior, seria neutralizada. O que implica que essas frações pequeno-burguesas não devem ser consideradas *naturalmente e por essência imutáveis*, podendo ser conquistadas para a causa da classe operária, sob a forma simples de "compromissos" e "concessões".

Isso significa, de um lado, que a unidade popular sob a hegemonia da classe operária só pode estar fundada na *diferença de classe* das classes e frações que fazem parte da aliança: essa unificação é contemporânea à solução, por etapas, das "*contradições no seio do povo*". Mas, de outro lado, trata-se exatamente de um *processo* de unificação e de um processo de estabelecimento da hegemonia da classe operária no seio dessas classes e frações, *estas últimas sendo elas próprias transformadas* nas lutas que, por etapas, marcam esse processo, colocando-se assim nas posições de classe do operariado. Essas *próprias* posições só são constituídas gradativamente ao estabelecimento dessa aliança e dessa hegemonia, e não por meras concessões, em sentido próprio, da classe operária aos seus aliados *tomados tais como são*, mas pelo estabelecimento de objetivos que, nas lutas ininterruptas e por etapas, sob sua direção, podem transformá-los, *considerando-se* sua própria determinação de classe e a polarização específica que os marca.

Tenho consciência do caráter indicativo e conciso dessas observações: mas elas apenas visam situar o verdadeiro problema, sem contudo pretender apresentar uma resposta à questão: o que e como fazer? Além de não caber a mim fornecer a resposta a esta questão que está no centro do debate atual sobre a estratégia revolucionária, também não foi o objetivo deste texto. Com efeito, teria sido necessário empreender, entre outros, um estudo, sob este aspecto, da história e das experiências do movimento operário e revolucionário internacional, das suas organizações, das concepções, e dos seus desvios, sobre as questões do processo revolu-

cionário, da organização (partido-sindicatos), das alianças, etc. — enfim, cercar mais de perto o sentido e os fundamentos da ideologia e das correntes socialdemocratas. Neste texto, meu objetivo foi contribuir para o *conhecimento* mais preciso desses aliados, de suas *determinações objetivas* e das lutas que se travam atualmente, tentando, sucessivamente, retirar ensinamentos e prevenir contra certas concepções teórico-políticas atuais. Estou convencido de que está na hora de fazer avançar esses precisos conhecimentos e pesquisas, por árduo que seja o caminho. Sem esses conhecimentos, as diversas estratégias elaboradas arriscam-se, no melhor dos casos, a permanecer letra morta; no pior, a conduzir a graves derrotas.

10. RUMO A UM SOCIALISMO DEMOCRÁTICO *

Foram indicadas as implicações políticas das análises relativas à transição para um socialismo democrático. Limito-me agora a repassar rapidamente o eixo central dessas implicações, retendo a relação entre socialismo e democracia apenas no que se refere à questão das transformações do Estado.

Socialismo e democracia, via democrática para o socialismo: hoje esta questão se coloca a partir de duas experiências históricas que, de qualquer modo, funcionam como anteparos, como exemplo de dois riscos a evitar: o exemplo socialdemocrata tradicional, tal como se verifica em numerosos países europeus, e o exemplo dos países do Leste, ditos do "socialismo real". Malgrado tudo que distingue esses dois exemplos históricos, malgrado tudo que opõe a socialdemocracia e o stalinismo como correntes teórico-políticas, eles apresentam uma conivência de fundo: o *estadismo* e a profunda desconfiança para com as iniciativas das massas populares, ou seja, a suspeição para com as exigências democráticas. E, hoje, na França apraz falar de duas tradições do movimento operário e popular: da estadista e jacobina, de Lenin, e a da Revolução de Outubro à III Internacional e ao movimento comunista; e da autogestão e da democracia direta na base. Para realizar o socialismo democrático, seria necessário romper com a primeira e situar-se na segunda.

Colocar a questão dessa maneira é um tanto sumário. Há, de fato, duas tradições, mas elas não estão recobertas pelas correntes identificadas.

---

* Reproduzido de POULANTZAS, N. Vers un socialisme démocratique. In: —. *L'État, le pouvoir, le socialisme*. Paris, PUF, 1978. p. 277-95. Trad. por Heloísa R. Fernandes.

Mais ainda, é um profundo erro acreditar que basta situar-se na corrente da autogestão, ou de democracia direta na base, para com isso evitar o estadismo.

Portanto, ainda uma vez e acima de tudo, é necessário voltar a Lenin e à Revolução de Outubro. Certamente, o stalinismo e o modelo para uma transição ao socialismo legado pela III Internacional distinguem-se do pensamento e da ação de Lenin, mas não são um simples desvio. Germes do stalinismo estiveram bastante presentes em Lenin, e não apenas em razão das particularidades da situação histórica enfrentada por Lenin (a Rússia e o Estado czarista): o erro da III Internacional não foi simplesmente o de ter pretendido, ao desviá-lo, universalizar um modelo de transição ao socialismo que, em sua pureza original, teria sido conveniente à situação concreta da Rússia czarista. Enfim, esses germes não podem ser encontrados no próprio Marx. Lenin foi o primeiro a ter de resolver as questões da transição ao socialismo e do desaparecimento do Estado, sobre as quais Marx só deixou algumas indicações muito vagas, todas, aliás, no sentido de uma estreita relação entre socialismo e democracia.

Mas, então, o que se passou exatamente com a Revolução de Outubro a propósito do desaparecimento do Estado? Um problema parece essencial aqui: não é o único relativo aos germes da III Internacional em Lenin, mas comanda os outros. Há uma linha principal a atravessar as análises e a prática de Lenin: o Estado deve ser destruído em bloco por uma luta frontal numa situação de *duplo poder*, e deve ter seu lugar tomado-substituído pelo segundo poder, os Sovietes, poder que já não seria propriamente um Estado, pois já seria um Estado em desaparecimento. Qual é o sentido leninista dessa destruição do Estado burguês? As instituições da democracia representativa e as liberdades políticas freqüentemente são reduzidas, em Lenin (o que jamais foi o caso de Marx), a uma pura e simples emanação da burguesia: democracia representativa = democracia burguesa = ditadura da burguesia. Elas devem ser totalmente erradicadas e substituídas apenas pela democracia direta na base, com mandato imperativo e revogável; em suma, pela verdadeira democracia proletária (os Sovietes).

Sou extremamente esquemático, mas propositadamente: a linha principal de Lenin não era originalmente algum estadismo autoritário qualquer. Digo isso não para assumir a defesa de Lenin, mas para indicar o simplismo de uma concepção que oculta o verdadeiro problema e que, no que se passou na Rússia soviética, vê o resultado de um leninismo centralizador que, como tal, impediu o desenvolvimento da democracia direta na base; de um leninismo que carregava em si o esmagamento da revolta dos marinheiros de Kronstadt, do mesmo modo como as nuvens carregam a tempestade. Queira-se ou não, face à corrente socialdemocrata, ao seu parlamentarismo e ao seu terror pânico ao conselhismo, a linha principal de Lenin foi, originalmente, a de uma substituição radical da

democracia dita formal pela democracia dita real, da democracia representativa exclusivamente pela democracia direta dita conselhista (na época, ainda não se empregava o termo autogestão). O que me leva a colocar a verdadeira questão: não teria sido antes essa própria situação, essa linha mesma (substituição radical da democracia representativa exclusivamente pela democracia direta na base), o principal fator do que se passou na União Soviética, ainda em vida de Lenin, e que deu lugar ao Lenin centralizador e estadista, tal como se conhece na posteridade?

Digo que coloco a questão: ela já havia sido posta na época e recebera uma resposta que, agora, parece dramaticamente premonitória. Foi o caso de Rosa Luxemburgo, aquela que Lenin dizia ser uma águia da revolução. Da águia ela também tinha a visão. A primeira crítica justa e fundamental à revolução bolchevista e a Lenin foi a de Rosa Luxemburgo. Crítica decisiva porque não procede da socialdemocracia (que nem mesmo queria ouvir falar de democracia direta e de conselhismo), mas dessa militante convicta da democracia conselhista, pela qual deu sua vida, executada quando do esmagamento dos conselhos operários na Alemanha pela socialdemocracia. Ora, o que Rosa reprova em Lenin não é sua negligência ou seu desprezo pela democracia direta na base, *mas exatamente o contrário*: ou seja, que ele se apoiou *exclusivamente* nesta última (exclusivamente porque, para Rosa, a democracia conselhista é sempre essencial), eliminando pura e simplesmente a democracia representativa, principalmente quando da dissolução da Assembléia Constituinte, eleita sob o governo bolchevista, em benefício apenas dos Sovietes. É necessário reler *A revolução russa*, do qual cito uma única passagem:

> "Ao negar os corpos representativos surgidos das eleições populares gerais, Lenin e Trotsky instalaram os Sovietes como a única representação autêntica das próprias massas trabalhadoras. Mas, com a sufocação da vida política em todo o país, a vida dos próprios Sovietes não poderá livrar-se de uma ampla paralisia. Sem eleições gerais, ilimitada liberdade de imprensa e de reunião, livre luta das diversas opiniões, extingue-se a vida de toda instituição política e só triunfa a burocracia" [1].

Sem dúvida, esta não é a única questão sobre Lenin: a concepção do partido no *Que fazer?*, a concepção da teoria trazida do "exterior" à classe operária pelos revolucionários profissionais, e dispenso o resto, desempenham um papel importante no que ocorreu depois. Mas a questão fundamental é aquela colocada por Rosa Luxemburgo: mais que as posições de Lenin sobre uma série de outros problemas, até mesmo mais que as particularidades históricas próprias à Rússia, o que se seguiu, em vida

[1] Poulantzas não fornece a indicação bibliográfica. Esse trecho citado, com pequena diferença de tradução, pode ser encontrado, por exemplo, em LUXEMBURGO, Rosa. *A revolução russa*. Lisboa, Ulmeiro, 1975. p. 58.

de Lenin, mas sobretudo depois (partido único, burocratização do partido, confusão entre o partido e o Estado, estadismo, fim dos próprios Sovietes, etc.) já estava inscrito nessa situação que Rosa Luxemburgo criticava.

Seja como for, vejamos brevemente o "modelo" revolucionário legado pela III Internacional sobre o qual, entrementes, o stalinismo teve seus próprios efeitos. É a mesma posição a respeito da democracia representativa, e a ela acrescentam-se, agora, o estadismo e o desprezo pela democracia direta na base; em suma, a distorção do sentido de toda a problemática conselhista. Modelo totalmente marcado pela concepção instrumental do Estado.

O Estado capitalista é sempre considerado como mero objeto ou instrumento manipulável à vontade pela burguesia, da qual ele é a emanação: não se o considera atravessado por contradições internas. As lutas das massas populares em sua oposição à burguesia, como não seriam um dos fatores de constituição desse Estado (no caso, as instituições da democracia representativa), não poderia atravessá-lo; o Estado é apreendido como bloco monolítico sem fissuras. As contradições de classe estariam situadas entre o Estado e as massas populares exteriores ao Estado. E isso até o momento de uma crise de duplo poder, até o instante em que esse Estado é, de fato, desmantelado em razão da centralização sobre um plano nacional de poderes paralelos, que se tornam o poder real (os Sovietes). Assim:

a) A luta das massas populares pelo poder de Estado não poderia ser, no essencial, senão uma luta frontal, de movimento ou de cerco, mas exterior ao Estado-fortaleza, visando principalmente à criação da situação de duplo poder.

b) Se é fácil identificar essa concepção com uma estratégia de assalto do tipo "Dia D", isto é, voltada para um momento pontual (insurreição, greve política geral, etc.), não é menos evidente que falta aqui a visão estratégica de um *processo* de transição ao socialismo, isto é, de uma longa *démarche* na qual as massas agiriam para conquistar o poder e transformar os aparelhos de Estado. Isto só poderia ter lugar com a situação de duplo poder, situação muito precária de equilíbrio de forças (Estado-burguesia/Sovietes-classe operária) e que, por definição, não poderia perdurar. A própria "situação revolucionária" é reduzida a uma crise do Estado que só poderia ser uma crise de desmoronamento do Estado.

c) Considera-se que esse Estado detém poder próprio, um poder-substância quantificável que se trata de lhe arrancar. "Tomar" o poder de Estado significa ocupar, no lapso de tempo do duplo poder, as peças do Estado-instrumento, controlar as cúpulas dos aparelhos, estar nos postos de comando da maquinaria estatal e manipular as engrenagens

essenciais de seus dispositivos *visando* a sua substituição pelo segundo poder-Sovietes. Uma cidadela só pode ser conquistada quando são tomadas as trincheiras, as muralhas e as casamatas da sua estrutura instrumental por ocasião de uma situação (duplo poder) que a desmantele em nome de alguma outra coisa (Sovietes): considera-se que esta alguma outra coisa (o segundo poder) se situa em um lugar radicalmente fora do Estado, aquém deste campo de trincheiras. A marca constante dessa concepção é o ceticismo permanente quanto às possibilidades de intervenção das massas populares no seio mesmo do Estado.

d) Nesse contexto, qual a forma assumida pelo problema da transformação do aparelho de Estado numa transição ao socialismo? Em primeiro lugar, é necessário tomar o poder de Estado e, uma vez capturado o palácio, demolir em bloco o conjunto do aparelho de Estado, substituindo-o pelo segundo poder (Sovietes), constituído em Estado de tipo novo.

Embora persista aqui a desconfiança fundamental com relação às instituições da democracia representativa e às liberdades políticas (criações-instrumento da burguesia), entrementes sobrevieram modificações quanto à própria concepção dos Sovietes. Não é mais a democracia direta na base que deve substituir a democracia burguesa, mas são os Sovietes que devem substituir em bloco o Estado burguês. De tal forma que este não é o anti-Estado, mas o *Estado paralelo* calcado no modelo instrumental do Estado existente, um Estado proletário porque seria controlado-ocupado de cima pelo partido revolucionário "único", partido que funciona, ele próprio, sobre o modelo do Estado. A desconfiança com relação às possibilidades de intervenção das massas populares no seio do Estado burguês tornou-se, propriamente, desconfiança para com o movimento popular na base. A isso se chama reforçar o Estado-Sovietes para melhor poder fazê-lo desaparecer um dia... *Nasceu o estadismo stalinista.*

Pode-se ver agora a estreita conivência do estadista stalinista com o estadismo da socialdemocracia tradicional. Também ela se caracteriza pela desconfiança fundamental para com a democracia direta na base e para com as iniciativas populares. Também para ela, a relação das massas populares com o Estado é uma relação de exterioridade, Estado que possui poder e constitui uma essência. É o Estado-sujeito, detentor de uma racionalidade intrínseca, encarnada pelas elites políticas e pelos únicos mecanismos da democracia representativa. Ocupa-se este Estado substituindo suas cúpulas por uma elite esclarecida de esquerda e conduzindo com rigor alguns corretivos ao funcionamento das instituições, entendido que, assim, este Estado trará de cima o socialismo às massas populares: *eis aí o estadismo tecnoburocrático dos "experts".*

Estadolatria stalinista, estadolatria socialdemocrata: diga-se, com justiça, uma das tradições do movimento popular. Mas, acreditar que se

possa libertar dela com a outra tradição — a da democracia direta na base, ou o movimento de autogestão, apenas — quase seria muito belo para ser verdade: não se pode esquecer precisamente do caso de Lenin e dos germes do estadismo contidos na experiência conselhista original. No fundo, é necessário libertar-se do seguinte dilema: ou manter o Estado existente, aferrar-se apenas à democracia representativa, aportando-lhe modificações secundárias, o que leva ao estadismo socialdemocrata e ao parlamentarismo dito liberal; ou aferrar-se apenas à democracia direta na base, ou movimento de autogestão, o que, a mais ou menos longo prazo, conduz, inelutavelmente, a um despotismo estadista ou a uma ditadura dos "experts". *Como entender uma transformação radical do Estado que articule a ampliação e o aprofundamento das instituições da democracia representativa e das liberdades* (que foram também uma conquista das massas populares) *com o desdobramento das formas de democracia direta na base e com a proliferação dos núcleos de autogestão, eis o problema essencial de uma via democrática ao socialismo e de um socialismo democrático.*

Problema que a noção de ditadura do proletariado não só não colocou, como terminou ocultando. Direi simplesmente que, para Marx, a ditadura do proletariado era uma noção estratégica em estado prático, funcionando, no máximo, como painel indicador. Ela remetia à natureza de classe do Estado, à necessidade de sua transformação com vistas à transição ao socialismo e ao processo de desaparecimento do Estado. Embora aquilo a que ela remetia permaneça sempre real, essa noção teve, a seguir, a função histórica precisa de ocultar o problema fundamental: precisamente o da articulação entre uma democracia representativa transformada e a democracia direta da base. Para mim, estas são as verdadeiras razões que justificam seu abandono e não apenas porque essa noção tenha terminado por se identificar com o totalitarismo stalinista. Mesmo quando possui sentidos diferentes, ela sempre manteve a função histórica em questão: foi o caso de Lenin nos primórdios da Revolução de Outubro e, mais próximo de nós, foi o caso também do próprio Gramsci. Certamente, não poderiam ser colocadas em dúvida as consideráveis contribuições teórico-políticas de Gramsci, e sabe-se das distâncias que assumiu com relação à experiência stalinista. O que não impede que também ele (ainda que, atualmente, o puxe para a direita e para a esquerda) não tenha podido colocar o problema em toda sua amplitude. No essencial, suas famosas análises relativas às diferenças entre a guerra de movimento (a dos bolchevistas na Rússia) e a guerra de posições são entendidas como aplicação da estratégia-modelo leninista a "situações concretas diferentes", as do Ocidente. O que leva, malgrado suas notáveis intuições, a toda uma série de bloqueios que não cabe discutir aqui.

Eis aí, portanto, o problema básico de um socialismo democrático: ele não concerne somente aos países ditos desenvolvidos, no sentido de

se tratar de um modelo estratégico adaptado apenas à situação desses países. Já não se trata de construir "modelos", em qualquer sentido que seja. Na medida em que se trata apenas de sinalizações, de direções a seguir, retirando as lições do passado — enfim, de evitar armadilhas, por não se desejar chegar às situações conhecidas — esse problema concerne a qualquer transição ao socialismo, mesmo que esta se apresente de forma consideravelmente diferente segundo os diversos países. Sabe-se agora: não pode haver, segundo os diversos países, ora um socialismo democrático, ora outro. É certo que as situações concretas são diversas; não há dúvida de que as estratégias devem ser adaptadas às particularidades dos diversos países, mas não pode haver socialismo senão democrático.

Quanto a esse socialismo, quanto à via democrática ao socialismo, a situação atual na Europa apresenta certas particularidades: concernem, simultaneamente, às novas relações sociais, à forma de Estado que aí se instaura, à singularidade da crise do Estado. Para certos países europeus, provavelmente pela primeira vez na história mundial, essas particularidades constituem, igualmente, oportunidades e possibilidades de sucesso da experiência de um socialismo democrático, de uma articulação bem-sucedida entre uma democracia representativa transformada e a democracia direta na base. O que implica uma nova estratégia, seja quanto à tomada do poder de Estado pelas massas populares e suas organizações, seja, ao mesmo tempo, quanto às transformações do Estado: o que se designa com a expressão via democrática ao socialismo.

O Estado não é, hoje menos que nunca, uma torre de marfim isolada das massas populares. Suas lutas atravessam permanentemente o Estado, mesmo quando se trata de aparelhos nos quais as massas não estão fisicamente presentes. A situação de duplo poder, a da luta frontal concentrada num momento preciso, não é a única a permitir uma ação das massas populares no Estado. A via democrática ao socialismo é um longo processo no decorrer do qual a luta das massas populares não visa à criação de um efetivo duplo poder, paralelo e exterior ao Estado, mas incide sobre as contradições internas do Estado. Certamente, a tomada do poder sempre supõe uma crise do Estado (a que existe hoje em certos países europeus), mas essa crise, que acentua precisamente as contradições internas do Estado, não se reduz a uma crise de desmoronamento do Estado. Tomar ou conquistar o poder de Estado não poderia significar simplesmente tomar posse das peças da maquinaria estatal, visando a sua substituição em nome do segundo poder. O poder não é uma substância quantificável detida pelo Estado e que seria preciso arrancar-lhe. O poder consiste em uma série de relações entre as diversas classes sociais, concentradas por excelência no Estado, poder que é constituído pela condensação de uma relação de forças entre as classes. O Estado não é nem uma coisa-instrumento que se possa apossar; nem uma fortaleza, onde se penetra com cavalos-de-pau; nem uma caixa-forte que se arrebente por arrombamento: ele é o centro de exercício do poder político.

Tomar o poder de Estado significa que se tenha desdobrado uma tal luta de massa que ela modifica a relação de forças interna aos aparelhos de Estado, os quais, eles próprios, são o campo estratégico das lutas políticas. Enquanto, para a estratégia do tipo duplo poder, a modificação decisiva da relação de forças não se trava no interior do Estado mas entre o Estado e o segundo poder — esse anti-Estado que se supõe situado radicalmente fora do Estado —, entre o Estado e as massas supostas como exteriores ao Estado. Esse longo processo de tomada do poder numa via democrática ao socialismo consiste, no essencial, em desdobrar, reforçar, coordenar e dirigir os centros de resistência difusos de que as massas sempre dispõem no seio das redes estatais; em criar e desenvolver novos centros, de tal modo que se tornem, no terreno estratégico que é o Estado, os centros efetivos do poder real. Não se trata, portanto, de uma simples alternativa entre guerra frontal de movimento e guerra de posições, pois, no sentido gramsciano, esta última sempre consiste num cerco ao Estado-cidadela fortificada.

Eis que surge a questão: rendemo-nos *portanto* ao reformismo tradicional? Para responder, é necessário ver muito bem como a questão do reformismo foi colocada pela III Internacional. Para ela, é reformista qualquer estratégia que se distinga da do duplo poder. A única ruptura radical quanto à tomada do poder de Estado, a única ruptura significativa que permite escapar ao reformismo, é a ruptura entre o Estado (mero instrumento da burguesia, externo às massas) e seu suposto exterior absoluto, o segundo poder (as massas/Sovietes). O que, diga-se de passagem, não impediu, *muito pelo contrário*, um reformismo específico à III Internacional, devido precisamente à concepção instrumental do Estado. Açambarcam-se peças destacáveis da maquinaria estatal e erguem-se bastiães insulares *à espera* da situação de duplo poder. Progressivamente, aliás, a situação de duplo poder vai-se esvaindo: resta apenas o Estado-instrumento que se conquista peça por peça, ou que se ocupa em seus postos de comando. Ora, o reformismo é um perigo sempre latente: ele não é um vício intrínseco a toda estratégia que escape àquela do duplo poder, mesmo que, no caso de uma via democrática ao socialismo, o critério do reformismo não seja tão incisivo quanto na estratégia do duplo poder, e mesmo que, inútil negar, os riscos de socialdemocratização sejam maiores. Seja como for, modificar a relação de forças interna ao Estado não significa reformas sucessivas numa progressividade contínua, conquista peça por peça de uma maquinaria estatal, ou mera ocupação dos postos e cúpulas governamentais. Significa muito exatamente uma "*démarche*" *de rupturas efetivas* cujo ponto culminante — e forçosamente existirá um — reside na inclinação da relação de forças em favor das massas populares no terreno estratégico do Estado.

Essa via democrática ao socialismo não significa, portanto, mera via parlamentar ou eleitoral. Aguardar a maioria eleitoral (no parla-

mento ou no cargo presidencial) não poderia ser senão um momento, por importante que seja: aliás, ele não é, forçosamente, o ponto culminante das rupturas no seio do Estado. A modificação da relação de forças no seio do Estado concerne ao conjunto de seus aparelhos e de seus dispositivos: não concerne apenas ao parlamento ou, como se repete em profusão hoje, aos aparelhos ideológicos de Estado, que se considera deterem, doravante, o papel determinante no Estado "atual". Esse processo se estende, igualmente, em primeiro lugar, aos aparelhos repressivos de Estado, os que detêm o monopólio da violência física legítima: o exército e a polícia, principalmente. Mas, tanto como não se deveria esquecer o papel próprio desses aparelhos (o que freqüentemente ocorre em certas versões da via democrática ao socialismo, fundadas, em geral, numa má interpretação de algumas teses de Gramsci), também não se deveria acreditar que a estratégia de uma modificação da relação de forças interna ao Estado só seria válida para os aparelhos ideológicos, e que os aparelhos repressivos (porque estes estariam realmente fechados às lutas populares) só poderiam ser tomados frontalmente, do exterior: em suma, não se trata de acumular duas estratégias, mantendo para os aparelhos repressivos a estratégia do duplo poder. É evidente que a modificação interna da relação de forças nos aparelhos repressivos suscita problemas particulares e, por conseqüência, temíveis: mas, como o caso de Portugal deixou claramente manifesto, esses próprios aparelhos são atravessados pelas lutas das massas populares.

Ademais, no que concerne à via democrática ao socialismo, a alternativa real, em oposição a uma estratégia frontal do tipo duplo poder, é a de uma luta das massas populares que vise à modificação da relação de forças no seio do Estado. Essa alternativa não é, como freqüentemente se considera, a de uma "luta interna" aos aparelhos de Estado, isto é, fisicamente investida e inserida em seu espaço material, opondo-se a uma luta à distância, fisicamente exterior a esses aparelhos. Em primeiro lugar, porque uma luta à distância dos aparelhos de Estado sempre tem efeitos em seu interior: ela está sempre aí, ainda que seja de forma refratada e por pessoas interpostas. Em seguida, e sobretudo, porque uma luta à distância dos aparelhos de Estado, além ou aquém dos limites do espaço físico traçado pelos lugares institucionais, sempre é necessária, e em todos os casos, pois reflete a autonomia da luta e das organizações das massas populares. Não se trata apenas de inserir-se nas instituições estatais (parlamento, Conselho econômico e social, instâncias de "decisão", etc.) para simplesmente utilizar com bons propósitos seus recursos próprios. Mais ainda: as lutas populares sempre devem manifestar-se também pelo desenvolvimento de movimentos e pela proliferação de dispositivos de democracia direta na base e de núcleos de autogestão.

O que remete à questão das transformações do Estado, mas também — não se deve esquecer — àquela, fundamental, do poder de Estado e,

em termos mais gerais, do poder. A questão *quem* está no poder e *para que fazer* não pode ficar alheia a essas lutas de autogestão ou de democracia direta. Ora, para que contribuam para modificar as relações de poder, essas lutas e movimentos não deveriam tender a uma centralização num segundo poder, lugar suposto como absolutamente exterior ao Estado, mas à modificação das relações de força no próprio terreno do Estado. Por serem políticas, mesmo que não se situem dentro do espaço físico do Estado, essas lutas e movimentos não estão fora do Estado: de qualquer forma, sempre se situam em seu campo estratégico. Essa é, portanto, a alternativa real, e não aquela, simples, de uma "luta interna" em oposição a uma "luta externa". Numa via democrática para o socialismo, essas duas formas de luta devem ser combinadas. "Integrar-se" ou não aos aparelhos de Estado; fazer ou não o jogo do poder não se reduz à escolha entre uma luta externa e uma luta interna. Aliás, essa integração não é a conseqüência necessária de uma estratégia que vise a modificações no terreno do Estado, como se uma luta política pudesse situar-se num exterior absoluto em relação ao Estado.

Essa estratégia de tomada do poder remete diretamente à questão das transformações do Estado numa via democrática ao socialismo. Só uma articulação entre duas *démarches* — a da transformação da democracia representativa e a do desenvolvimento das formas de democracia direta na base, ou movimento de autogestão — pode evitar o estadismo autoritário. Mas essa articulação coloca problemas novos.

Na estratégia do duplo poder — a da substituição pura e simples do aparelho de Estado pelo aparelho conselhista — a questão da tomada do poder é considerada como uma *preliminar* à sua destruição-substituição. No fundo, não se trata de uma transformação do aparelho de Estado: primeiro, toma-se o poder de Estado e, então, coloca-se um outro no lugar.

Doravante, não é disso que se trata: se tomar o poder de Estado significa modificar a relação de forças no interior mesmo do Estado, o que remete a um processo longo, isso também implica que a tomada do poder envolve uma transformação concomitante de seus aparelhos. O que é tanto mais verdade porque o Estado detém uma materialidade própria: uma modificação da relação de forças no interior do Estado não é suficiente para transformar essa materialidade, mas essa própria relação de forças só pode cristalizar-se no interior do Estado à medida que se transformam seus aparelhos. Abandonar uma estratégia de duplo poder não significa negligenciar a questão da materialidade própria do Estado como aparelho especial, mas colocá-la de modo diferente.

Foi esse o propósito do emprego, neste texto, da expressão *transformação radical* do aparelho de Estado numa transição ao socialismo democrático. Certamente, essa expressão permanece indicativa, mas me parece

boa para designar uma direção geral que, ouso dizer, tem como balizas dois sentidos interditados.

O primeiro: transformação radical do aparelho de Estado numa via democrática ao socialismo significa que, doravante, não poderia tratar-se do que tem sido tradicionalmente designado como *quebra* ou *destruição* desse aparelho. O termo *quebra*, também ele um termo indicativo em Marx, historicamente terminou por designar algo muito preciso: a erradicação de qualquer forma de democracia representativa e das liberdades ditas formais, em nome, exclusivamente, da democracia direta na base e das liberdades ditas reais. É necessário tomar partido: se a via democrática ao socialismo e o socialismo democrático também significam pluralismo político (dos partidos) e ideológico; reconhecimento do papel do sufrágio universal, extensão e aprofundamento de todas as liberdades políticas, inclusive para os adversários, etc., já não se pode empregar o termo quebra ou destruição do aparelho de Estado, salvo como mero jogo de palavras. Trata-se, de todo modo, e através de todas as suas transformações, de uma certa permanência e continuidade das instituições da democracia representativa: continuidade não no sentido de uma sobrevivência deplorável que se suporta enquanto não se pode fazer de modo diverso, mas no sentido de uma condição necessária ao socialismo democrático.

O segundo sentido interditado: o termo transformação radical designa, simultaneamente, a direção e os meios das modificações do aparelho de Estado. Não poderia tratar-se nem de readaptações secundárias (segundo um neoliberalismo do *Estado de direito* restaurado), nem de modificações vindas principalmente de cima (segundo um socialdemocratismo tradicional ou um estadismo liberalizado): não poderia tratar-se de uma transformação estadista do aparelho de Estado. *Uma transformação do aparelho de Estado que vá no sentido do desaparecimento do Estado* só pode apoiar-se numa ampla intervenção das massas populares no Estado, certamente através de suas representações sindicais e políticas, mas também pelo desenvolvimento de suas iniciativas próprias no seio mesmo do Estado. *Démarche* também aqui por etapas, mas que não poderia limitar-se a uma mera democratização do Estado. Seja como for, as transformações necessárias do Estado devem ser entendidas neste sentido, quer se trate do parlamento, das liberdades, do papel dos partidos, da democratização dos próprios aparelhos sindicais e políticos de esquerda, ou da descentralização.

Tudo isso deve ser acompanhado pelo desenvolvimento de novas formas de democracia direta na base e pela proliferação de redes e núcleos de autogestão. A mera transformação do aparelho de Estado e o mero desenvolvimento da democracia representativa não poderiam escapar ao estadismo. Mas há também o outro lado da questão: o deslocamento,

unilateral e unívoco, do centro de gravidade para o movimento de autogestão também não poderia evitar, em prazo mais ou menos breve, o estadismo tecnoburocrático e o confisco autoritário do poder pelos "experts". E isso de duas formas: em primeiro lugar, pela sua centralização em segundo poder e por sua pura e simples substituição aos mecanismos da democracia representativa. Mas também de uma outra forma, preconizada com muita freqüência atualmente: o único meio de evitar o estadismo seria situar-se fora do Estado; negligenciar sua própria transformação; no essencial, deixar o Estado (este mal radical e eterno) tal como é, e, sem chegar ao duplo poder, simplesmente barrá-lo do exterior com os "contrapoderes" de autogestão na base; em suma, colocar o Estado em quarentena e deter a propagação da doença isolando seu *foco*.

Atualmente, isso se formula de várias maneiras: em primeiro lugar, na linguagem neotecnoburocrática, aquela de um Estado mantido em razão da complexidade das tarefas de uma sociedade "pós-industrial", gerida pelos "experts" de esquerda e controlada simplesmente pelos dispositivos de autogestão. No limite, todo tecnocrata de esquerda teria um comissário da democracia direta em seu flanco, o que não parece atemorizar muito os diversos "experts" (ver sua súbita paixão pela autogestão) pois eles sabem muito bem ao que se apegar neste caso: as massas propõem, o Estado dispõe... O que também é formulado na linguagem neolibertária: aquela de um poder disperso, espedaçado e pulverizado numa pluralidade infinita de micropoderes exteriores ao Estado, os únicos a merecer que se lhes dedique atenção, caso se queira evitar o estadismo (guerrilha contra o Estado). Nos dois casos, o resultado é o mesmo: deixa-se intocado o Estado-Leviatã, negligenciam-se as necessárias transformações do Estado, sem as quais o movimento de democracia direta está destinado ao fracasso. Mais ainda: chega-se a excluir a intervenção do movimento de autogestão nas próprias transformações do Estado e a acantonar as duas *démarches* num simples paralelismo. Por exemplo, como estabelecer uma relação orgânica entre as comissões de cidadãos e as assembléias eleitas por sufrágio universal, elas próprias transformadas em função dessa relação?

Em conclusão: não se trata, propriamente falando, de realizar a "síntese" das duas tradições do movimento popular, a estadista e a de autogestão, que se necessitaria encadear. Trata-se de situar-se numa *perspectiva global de desaparecimento do Estado*, perspectiva que comporta *dois* processos articulados: a transformação do Estado e o desenvolvimento da democracia direta na base. A desarticulação dessas duas *démarches* deu lugar a uma cisão, cujos resultados são conhecidos.

Essa via, a única que pode levar ao socialismo democrático, também tem seu reverso: dois perigos espreitam-na.

Em primeiro lugar, um velho perigo, muito conhecido, mas que aqui se apresenta de modo acentuado: a *reação do adversário* — no caso, a burguesia. Face a esse perigo, a atitude clássica da estratégia de duplo poder foi, precisamente, a da destruição do aparelho de Estado. Atitude que, no caso que também nos concerne, em certo sentido, permanece sempre válida: não é possível contentar-se com modificações secundárias do aparelho de Estado; é necessário realizar rupturas profundas. Mas ela só é válida em certo sentido: como já não se trata de uma destruição do aparelho de Estado e da sua substituição pelo segundo poder, mas da sua transformação num longo processo — que não seria senão o desenvolvimento e a extensão das liberdades e da democracia representativa —, este amplia as possibilidades do adversário, seja para boicotar uma experiência de socialismo democrático, seja para intervir brutalmente a fim de lhe impor um término. Certamente, a via democrática ao socialismo não será uma mera passagem pacífica.

Não é possível afrontar esse perigo senão apoiando-se ativamente num amplo movimento popular. Claramente falando: de qualquer modo, e ao contrário da estratégia "vanguardista" do duplo poder, a realização dessa via e dos objetivos próprios que ela comporta, a articulação das duas *démarches* visando evitar o estadismo e o impasse socialdemocrata supõem o apoio decisivo e contínuo de um movimento de massa fundado em amplas alianças populares. Se não existir esse movimento amplo e ativo (a revolução ativa, dizia Gramsci, opondo-a à revolução passiva), se a esquerda não conseguir suscitá-lo, nada poderá impedir a socialdemocratização dessa experiência: os diversos programas, por mais radicais que sejam, não alteram substancialmente a questão. Esse amplo movimento popular é uma garantia face à reação do adversário, ainda que não seja suficiente e sempre deva estar conjugado às transformações radicais do Estado. Essa é a dupla lição que se pode retirar do Chile: o término da experiência de Allende não se deve apenas à ausência dessas transformações, mas também a que, inscrita nessa ausência, a intervenção da burguesia tornou-se possível graças à ruptura das alianças entre as classes populares (principalmente classe operária-pequena burguesia), o que já então rompera o *élan* em favor da Unidade Popular. Para que a esquerda consiga suscitar esse amplo movimento, é necessário que disponha dos meios e, principalmente, que assuma as novas reivindicações populares nessas frentes que, às vezes, temos chamado, injustamente, de "frentes secundárias" (lutas das mulheres, lutas pelo "meio ambiente", etc.).

A segunda questão concerne às *formas de articulação* dos dois processos: o das transformações do Estado e da democracia representativa, e o da democracia direta e do movimento de autogestão. Problema novo desde que não se trata de uma supressão de um em nome do outro, seja pela eliminação pura e simples de um dos dois, seja pela integração de um no outro (dos núcleos de au ogestão nas instituições da democracia

representativa, por exemplo), o que leva ao mesmo resultado. Problema novo, portanto, desde que já não se trata de uma assimilação dos dois processos. Como evitar ser levado apenas ao paralelismo e justaposição dos dois, em que cada um segue seu mero e próprio movimento? Em quais domínios, a propósito de quais decisões, em qual momento, um deve ter precedência sobre o outro (as assembléias representativas ou os centros de democracia direta, o parlamento ou as comissões de fábrica, os conselhos municipais ou as comissões de cidadãos, etc.)? Como prever a regulação de seus conflitos, até certo ponto inevitáveis, sem caminhar, lenta mas seguramente, para uma situação, efetiva ou larvada, precisamente de *duplo poder*?

Situação de duplo poder que, dessa vez, referir-se-ia a dois poderes de esquerda (governo de esquerda e poderes regulares organizados em segundo poder). Sabe-se também, agora, e é uma das lições que se pode tirar do caso de Portugal: uma situação de duplo poder, mesmo entre dois poderes de esquerda, não se parece em nada com um jogo de poderes e de contrapoderes que se equilibrariam mutuamente para o maior bem do socialismo e da democracia. Essa situação conduz rapidamente a uma oposição aberta entre os dois, com riscos de eliminação de um em favor do outro. Num caso, temos a socialdemocratização (o caso de Portugal); no outro (eliminação da democracia representativa) temos não o desaparecimento do Estado e o triunfo da democracia direta, mas, a mais ou menos longo prazo, uma ditadura autoritária de tipo novo. Nos dois casos, no final das contas, sempre o Estado sairá ganhando. Mas, bem entendido, há fortes possibilidades de, antes mesmo de se chegar a uma situação, efetiva ou larvada, de duplo poder, ocorrer aquilo que Portugal justamente evitou: a reação fascistizante e brutal da burguesia pois, esteja-se certo, ela sempre se mantém participante da questão. Uma oposição aberta entre esses dois poderes, após uma primeira fase de real paralisia do Estado, corre o forte risco de ser resolvida por um terceiro ladrão, a burguesia, por encenações que nem é necessário imaginar. Disse terceiro ladrão mas, como se terá decifrado, em todos esses casos (intervenção fascistizante, socialdemocratização ou ditadura autoritária dos "experts" sob as ruínas da democracia direta), com o decorrer do tempo, seja sob uma forma, seja sob outra, o ladrão é sempre o mesmo: a burguesia.

A solução e a resposta para tudo isso? As indicações que expus ao longo deste texto, os numerosos trabalhos, pesquisas e discussões que estão em curso um pouco por toda parte na Europa, as experiências parciais que se conduzem atualmente (regionais, municipais, de autogestão) não são uma solução-receita, pois a resposta a essas questões ainda não existe. Tampouco existe como modelo teoricamente garantido nos textos sagrados dos clássicos, quaisquer que sejam. E até o presente a história

não nos forneceu experiência vitoriosa de via democrática ao socialismo: em compensação, nos deu exemplos negativos a evitar e erros a meditar, o que não é desprezível. Certamente, sempre é possível argumentar — bem entendido, em nome do realismo (o da ditadura do proletariado, ou o dos outros, dos neoliberais bem pensantes) — que, se esse socialismo democrático ainda não existiu em lugar algum, é porque ele é impossível. Talvez: já não temos a fé milenarista fundada em algumas leis de bronze de uma revolução democrática e socialista inevitável, nem o apoio de uma pátria do socialismo democrático. Mas uma coisa é segura: o socialismo será democrático ou não será socialismo. Mais ainda, ser otimista quanto à via democrática ao socialismo não nos fará considerá-la como uma via majestosa, fácil e sem riscos. Riscos existem mas, de certo modo, estão em outro lugar: no limite, os riscos são de que nos coloquemos a caminho dos campos e dos massacres como suas vítimas predestinadas. Risco por risco, respondo que, de todo modo, mais vale isso do que massacrar os outros para, afinal, nós mesmos acabarmos sob o cutelo de um Comitê de Saúde público ou de algum Ditador do proletariado.

Riscos do socialismo democrático que, seguramente, só poderão ser evitados de uma única forma: manter-se tranqüilo e andar na linha sob os auspícios e a palmatória da democracia liberal avançada. Mas essa é uma outra história...

ÍNDICE ANALÍTICO E ONOMÁSTICO

aliança(s), 102, 103, 108, 117, 121, 125, 129-31, 148, 154
  burguesia/aristocracia, 120
  burguesia/pequena burguesia, 26, 27, 145
  no poder, 116
  popular, 24-7, 39, 103, 154
alienação, 20, 44
Allende, 168
Althusser, Louis, 7, 8, 10, 31, 32, 34, 38, 79, 136
Amendola, G., 149
anarcossindicalismo, 104, 136
Anderson, P., 127
antistalinismo stalinista, 8, 9
aparelho(s), 93, 94, 107, 122, 139, 147, 150
  escolar, 138
  estatal, 120, 121
  ideológicos, 70, 76, 78, 120, 121
    de Estado, 78, 79, 82, 83, 85, 143, 164
  repressivo(s), 76, 78, 120, 121
    de Estado, 79, 82, 83, 164
aristocracia, 111, 116, 118, 125, 127, 128
  operária, 105, 108, 119
artesanato, 106, 108, 142
autogestão, 30, 87, 97, 138, 156-8, 161, 164-9

Baudelot, 141
bloco, histórico, 114, 115
  no poder, 59, 60, 66, 68, 70, 71, 73, 116, 118, 123-8, 130-3, 146, 148-50
  fração do, 128, 129, 133, 150
  fração hegemônica do, 129
Boccara, P., 66, 67
Bonaparte, Luís, 116, 130, 132
bonapartismo, 107, 112, 140, 143, 150
Bourbon, 124, 126
burguesia, 23-9, 33, 38, 39, 51, 68-70, 74, 76, 81-3, 97, 102, 103, 105, 106, 108-12, 114-6, 118, 119, 126, 127, 129, 130, 134, 138-45, 148-50, 152, 153, 157, 159, 160, 163, 168, 169
burocracia, 108, 110-2, 119, 158

camadas, intermediárias, 103, 114
  sociais, 104, 105, 108-10, 122
campesinato, 23, 97, 103, 115, 151, 152
capital, 17, 19, 28, 33, 36, 37, 39, 46, 51, 63, 64, 66, 71, 73, 74, 105, 109, 110, 113, 116, 117, 121, 127, 135, 138, 141
  acumulação do, 47, 63, 73
  de Estado, 66, 67
  frações do, 149
  monopolista, 30, 68, 70, 71, 118, 149, 150
  produção e circulação do, 65
capitalismo, 8, 16, 20, 22, 23, 27-30, 33, 36, 38, 62-4, 71-4, 76, 82, 108, 116, 120, 127, 129, 135, 142, 145, 150
  monopolista, 24-7, 63, 72, 75, 102, 103, 107, 116-8, 121, 142, 153
  rentista, 97
Cardoso, F. H., 18, 19
Cardoso, M. L., 18, 19
Castoriadis, C., 87
categoria social, 108-14, 119, 122
Cerroni, Umberto, 43, 55, 148
CFDT (Confédération Française Démocratique du Travail), 22, 87, 95
CGT (Confédération Générale des Travailleurs), 22, 100, 113
ciência, 7, 8, 15, 99, 111, 115, 122

da História, 7
marxista, 43
política, 10, 11, 15, 54, 93, 127
classe(s), ação direta das, 124
adscrição de, 104, 108, 110-4, 119
aliadas, 131-3
v.tb. aliança
assalariada, 106
burguesa, 51, 55, 110, 113, 126, 128, 145
capitalista, 149
consciência de, 57, 104, 136
contradições de, 18, 70, 71, 75, 123, 131, 146, 147, 149, 159
determinações de, 23, 106, 134-7, 140, 142, 151
distintas, 126
dominação de, 85, 93, 132, 140, 150
dominada(s), 20, 21, 28, 29, 57, 77, 80, 82, 128, 135, 146-9
dominante(s), 17, 20, 21, 28, 29, 55, 56, 60, 69, 76, 77, 80-2, 115, 116, 121, 128, 132, 148, 150
explorada, 102
exploradora, 102
fração(ões) de, 12, 21, 23, 24, 28, 68, 70, 77, 81, 85, 89, 93, 108-10, 116, 120, 121, 124, 126, 127, 129, 131, 132, 134, 136
fundamentais na França atual, 102
identidade de, 37, 38
interesse de, 152
intermediária, 103
média, 37, 114, 143
operária, 21-9, 33, 36, 38, 39, 56, 57, 74, 88, 98-100, 102-6, 108, 109, 111-5, 117, 132-40, 142-5, 148, 150-4, 158, 159, 168
organização de, 104, 106, 112, 115, 155, 164
ou fração reinante, 118-20, 144
poder de, 84, 85, 87, 88, 92, 93, 121
posições de, 143, 144, 151, 153
práticas de, 17, 18, 21, 25, 51, 54, 85, 105, 135, 136
v.tb. luta de classes
proletária, 145, 153, 154
relações de, 16, 20, 26, 28, 92, 131, 132, 146
social(is), 16-20, 22-5, 36-8, 42, 45, 49, 50, 52, 69, 77, 78, 81, 85, 95-7, 101-3, 108-10, 112, 121, 122, 126-8, 139, 141, 144
sociedade de, 16
classe-apoio, 121, 129, 132, 133
Classwell, 93
Clastres, Pierre, 91, 92
comunistas, 9, 148
concorrência, 12, 29, 44, 50, 107, 142
corpo docente, 112, 113
crise, econômica, 72-4
ideológica, 74, 76, 114
política, 72-5, 114
Croce, 56

Dacca, G., 148
Dahl, 93
De Gaulle, 81
Deleuze, G., 85, 93
democracia, 29, 30, 117, 156, 157, 169, 170
burguesa, 160
conselhista, 158
direta na base, 30, 87, 156-62, 164-9
parlamentar, 150
proletária, 157
representativa, 30, 157-61, 165-9
determinações, abstratas, 15, 21
concretas, 29
econômicas, 16, 17, 23, 28, 47
estruturais, 25
objetivas, 155
políticas e ideológicas, 23
síntese das, 19
supra-estruturais, 24
dialética, 35
direita, 113
ditaduras militares, 144, 150
v.tb. Estado, formas de
dogmatismo, 7, 8, 61
dominação, econômica, 116
e exploração, relações de, 20
política, 17, 117, 128
Dupeux, G., 127

economia, 72
economicismo, 9, 10, 12, 15-7, 19, 28, 84
efeito de isolamento, 25, 26, 49, 50, 52-5, 57, 59
empirismo, 55
Engels, F., 18, 20, 22, 34, 49, 90, 91, 95, 112, 123-5, 127, 130, 141
esquerda, 9, 61, 113, 160, 166-9
Establet, 141
estadismo, 84, 87, 89, 156, 157, 159, 161, 165-8
stalinista, 160
tecnoburocrático, 161, 167

Estado, 17, 20, 21, 28, 30, 42, 51, 58, 64, 69, 71-4, 77, 78, 81-94, 97, 111, 116, 124, 128, 132, 133, 139, 140, 144-6, 148, 150, 159-63, 167, 169
burguês, 17, 19, 34, 74, 79, 157, 160
corporativo, 140, 142
crise do, 71-4, 159
de classe, 29, 42, 92
de direito, 16, 42, 166
desaparecimento do, 157, 161, 166, 167, 169
e a economia, 61-3, 65, 69
e História, 89
e luta de classes, 20, 40, 47, 52
estruturas do, 120
forma(s) de, 116, 118, 121, 123-5, 128-31, 133, 150, 162
neutro, 111, 142
operário, 88, 120
poder de, 71, 85, 97, 111, 125, 128, 149, 159, 160, 162-5
popular de classe, 16, 29, 42
popular-nacional de classe, 52, 56
proletário, 160
transformação do, 30, 156, 161, 162, 164, 165, 167, 168
Estado capitalista, 11, 13, 15, 16, 19, 28-31, 42-4, 46, 48-53, 55, 56, 59-61, 65, 67-9, 75, 79, 85, 121, 123, 124, 128, 129, 132, 149, 159
autonomia do, 11, 13, 15, 16, 19-21, 28, 29, 54
especificidade do, 11-3, 21
superestrutura do, 47
teoria marxista do, 9, 10, 47
estrutura(s), capitalista, 17
econômica, 11, 17, 18, 20, 28, 46, 94
ideológica, 17, 18, 20
jurídicas e ideológicas, 49
política, 17, 18, 20, 46, 49
social, 17, 18, 20-2, 25
Etzioni, 93

fascismo, 80, 112, 118, 140, 143, 144, 150
v.tb. Estado, formas de
Fernandes, Florestan, 31
Feuerbach, 55
filosofia, 7, 33, 35, 89
forças, produtivas, 64, 65, 84, 99, 101
sociais, 112, 126, 127, 129, 144
forma(s), de parceria, 102
de produção, 101, 102
de propriedade privada, 11, 12, 29
de regime, 116, 121, 124, 130
sociais, 13
formação social, 17, 20, 21, 57, 63, 67, 74, 92, 95, 101-3, 126, 139
capitalista, 11, 50, 141, 143, 153
v.tb. capitalismo
Foucault, M., 85, 89, 93
fração(ões), autônomas, 126
burguesa dominante, 117
hegemônica, 116-22, 126-9, 144, 148
v.tb. hegemonia
dominantes, 60, 125, 128, 148
pequeno-burguesas, 103, 154
v.tb. classes, frações de
Friedmann, 104

Garaudy, 114
gaullismo, 116, 152
Glucksmann, André, 89, 94
Gramsci, 18, 22, 30, 49, 56, 58, 59, 68, 79, 99, 113-5, 161, 164, 168
Gruppi, L., 148

Hegel, 43, 44, 54, 55, 69, 90
hegemonia, 59, 68-70, 80, 83, 85, 116, 118, 119, 123, 124, 127-9, 131, 144, 146, 148, 154
conceito de, 56, 57, 59, 126
História, 34, 148, 169
sujeito da, 17, 18, 57, 90
historicismo, 9, 16, 17, 19, 56-8, 90, 91

ideologia(s), 8, 17, 47, 59, 65, 78, 81, 82, 105, 110-2, 114, 115, 122, 134-6, 140, 143, 155
burguesa, 135-7, 140, 141, 143
dominante, 85, 134, 135
operária, 135, 136
proletária, 141
iluminismo, 88
imperialismo, 54, 67, 109
v.tb. capitalismo monopolista
individualismo pequeno-burguês, 107, 137-40, 142, 143
indivíduo, autonomização do, 11, 12, 29
nu, 44-6
infra-estrutura, 8, 10, 12, 20, 91
capitalista, 15, 25
e supra-estrutura, 10-2, 15-7
Ingrao, P., 148
intelectuais, 108, 110, 111, 113, 114
Internacional, III, 84, 105, 115, 144, 156, 157, 159, 163

jacqueries pequeno-burguesas, 107, 140, 143

Labriola, 56
Lefebvre, H., 43, 54
Lefort, C., 87
Lenin, 18, 20, 22, 30, 49, 56, 57, 63, 95, 97, 99, 101, 102, 105, 112, 120, 124, 129, 133, 135, 139, 141, 156-9, 161
Lévy, Bernard-Henri, 89, 92
Linhart, 129
Luís Felipe, 124, 126, 127
Lukács, 57
lumpemproletariado, 132
luta(s), de classes, 16, 18-22, 25, 26, 29, 31, 32, 36, 44, 48-54, 59, 62, 63, 66, 67, 75, 80, 84, 85, 87-90, 92, 93, 98, 111, 121-3, 127, 130, 132, 133, 141, 145, 153, 154
econômica, 20, 25, 26, 50, 51, 56, 130
ideológica de classe, 20, 26, 136, 137
política, 20, 26, 50, 53, 54, 56, 124, 130, 163
populares, 147-50, 164
Luxemburgo, Rosa, 158, 159

Macciochi, Maria Antonietta, 80, 113, 115
mais-valia, 18, 28, 36, 62, 66, 67, 73, 80, 85, 98-101, 104, 107, 135, 142
Mao Tse-tung, 109, 129
Maquiavel, 58
Marcellin, 113
Marcuse, Herbert, 43, 111
Marx, Karl, 12-22, 28, 30, 34, 35, 37, 39, 43-5, 48-51, 53-5, 57, 63, 89, 90, 94, 95, 98-100, 106, 111, 112, 116, 118, 122-7, 129-33, 141, 144, 157, 161, 166
marxismo, 7, 8, 10, 15, 19, 21, 22, 27, 32-5, 37, 49, 55, 57, 84, 85, 87-9, 91, 92, 95, 108-10, 115, 122
massas populares, 148, 149, 159, 162
materialismo histórico, 8, 17, 18
mercado, 12, 49, 88
mercadoria, 12-4, 48, 98, 99, 107
Merton, 93
método dialético, 121
modo(s) de produção, 8, 11, 17, 45, 47, 48, 50, 62, 64, 90, 101, 102
capitalista, 10-5, 20, 22, 23, 26, 27, 43-6, 49, 50, 52, 57, 59, 62, 93, 98, 101, 102, 108, 137, 141
dominante, 101, 102, 126
escravista, 101, 102
feudal, 101
monarquia constitucional, 124-7
movimento(s), comunista, 156
operário, 8, 38, 87, 154, 156
políticos, 27
MPC, **ver** modo de produção capitalista

Nairn, T., 127
Nasser, 144
nazismo, 121
Nicolaus, Martin, 27

operário(s), 51, 98
e capitalistas, 49, 50
qualificado, 104, 105, 114

Paggi, L., 57
países, capitalistas, 105, 110
desenvolvidos, 27, 151, 153
colonizados, 109
parlamentarismo, 161
Parsons, 93
Partido(s), Comunista(s), 108, 113-5
da URSS, 8
Francês, 22, 24, 68, 100
Italiano, 114, 148, 149
Ocidentais, 8, 9, 32, 38
e Sindicato(s), 105
v.tb. classe, organização de
Socialista Francês, 22
pensamento político na França, 93
pequena burguesia, 23-7, 32, 36-9, 102, 106-8, 110-5, 117-9, 121, 130, 132-6, 139-41, 143-5, 148, 152-4
nova, 23-7, 74, 102, 107, 137, 138, 140, 141, 143, 150, 151-3
tradicional, 23, 24, 102, 106, 108, 134, 143, 150, 152
pesquisas sociológicas, erro de base das, 135
poder, 69, 76, 78, 80-2, 84, 85, 89, 91-3, 120, 121, 128, 150, 159, 162, 163, 165, 167
duplo, 157, 159, 160, 162-5, 167-9
monopólio do, 124-6
político, 51, 77, 79, 88, 91, 92, 117, 121, 139, 142, 162
relações de, 86-90, 92-4, 120, 121, 165
segundo, 160, 162, 163, 165, 167

tomada de, 162, 163, 165
Poder-Estado, 89
polarização, fenômeno de, 103
objetiva proletária, 24-7
política, reformista, 28
stalinista, 8, 9
Pompidou, Georges, 113, 119
populismo peronista, 144
Poulantzas, Nicos, 7-19, 21-5, 27-9, 31-3, 39, 40, 61, 77, 84, 95, 104, 109, 114, 123, 127, 134, 144, 146, 151, 156, 158
Prado Jr., Caio, 109
prática(s), de classe, **ver** classes, práticas de
econômicas, 77
política(s), 55, 56, 59, 77, 84, 104, 123, 124
sociais, 17-20, 23, 25, 26, 77, 96
teórica, 35
processo, de abstração, 11-4, 29
de circulação, 21
de consumo, 14
de distribuição, 14
de igualização, 11-4, 29
de troca, 11, 12, 14, 15, 29
de valorização, 13, 14
eleitoral, 24
histórico, 122
produção, agentes da, 16, 17, 19, 25, 29, 42-7, 49, 50, 52, 96
feudal, modo de, 45-7, 98
meios de, 43, 46-8, 50, 85, 96-8, 107, 137, 142
mercantil, forma de, 141, 142
modo de, **ver** modo de produção
processo de, 25, 64, 84, 95, 96, 98--100, 128, 133
produtor(es) direto(s), 45-8, 96-8
proletariado, 25, 26, 33, 38, 51, 55, 102, 103, 111, 112, 116, 129, 132, 134, 140, 143, 153
ditadura do, 38, 161, 170
Proudhon, 37

Rancière, J., 94
real social, 88
reducionismo, econômico, 9, 10, 16
reformismo, 105, 163
Reichlin, A., 149
relação(ões), de classe, 49, 50, 96
de exploração, 28, 29, 33, 36, 96, 128
de força(s), 147-50, 153, 162-4
de produção, 17-20, 22, 30, 44, 46, 47, 49, 51, 53, 54, 62, 64, 65-7, 77, 79, 84, 85, 87-91, 93, 94, 96, 98, 100, 101, 106
capitalistas, 13, 15, 43-5, 50, 63, 64
de troca, 49
econômicas, 9, 19, 52, 141
feudais, 58
jurídicas, 47
sociais, 14, 17-9, 25, 48-50, 53-5, 59, 148, 151, 162
repressão, 78-81, 120
República Parlamentar, 124, 125, 127, 128, 130, 132
restauração, 124, 126, 127
revolução, 107, 115
cultural, 112
francesa, 29
social, 37
socialista, 27, 30, 39, 151-3
Roosevelt, 118
Rossi, Mario, 43, 55
Rubel, M., 43, 54

salariato, 100, 152
salário, 27, 106, 107, 137
Silveira, P., 18
sindicalismo revolucionário, 136
sistema jurídico moderno, 16, 42
socialdemocracia, 9, 61, 64, 69, 105, 150, 158, 160
socialismo, 27, 29, 32, 38, 39, 63, 76, 82, 87, 92, 97, 129, 140, 156, 157, 159-62, 169, 170
burguês, 135
democrático, 30, 39, 161, 162, 165-8, 170
estadista, 88
feudal, 135
pequeno-burguês, 136, 137, 143
real, 94, 156
via democrática ao, 30, 156, 161-6, 168, 170
socialistas, 9, 22, 29
sociedade(s), 12, 19, 36, 58, 101-3, 120
burguesa, 15, 29, 30, 33, 34, 39
capitalista, 101, 102, 114, 116, 142
civil, 20, 43, 44, 46, 47, 53, 58, 69
e Estado, separação entre, 11, 29, 43, 44, 46, 53-5, 57, 58
transformação da, 19, 137, 142
sociologia, 69, 72, 93
sovietes, 157-60, 163
Stalin, 103, 115

stalinismo, 8, 9, 156, 157, 159
subconjunto ideológico pequeno-burguês, 134-6
v.tb. ideologia
supra-estrutura, 8, 10, 11, 20, 43, 47, 48, 52, 91, 95, 96, 101, 123

técnico, 101, 104, 114, 138
teoria marxista, 8, 10, 84, 95, 108
Texier, J., 57
Togliatti, P., 57
totalitarismo estatal, 89
Touraine, Alain, 31, 104, 111
trabalhador(es), 96, 97, 107, 142
assalariado(s), 17
não-produtivo(s), 24, 102, 107, 108
livre, 12, 43, 45
produtivo, 98-100, 103
trabalho, 19, 63, 72, 91, 98, 99, 101, 107, 142
abstrato, 12
assalariado, 13, 14, 17-9
concreto, 12, 13
divisão do, 19, 23, 64, 65, 67, 77, 78, 85, 87, 88, 92, 96, 101, 104, 134, 138, 147
força de, 12, 14, 28, 47, 65, 67, 106, 107
processo de, 11-5, 29, 48, 49, 53, 85, 99, 100, 101, 104
socialização do, 47, 48, 137
transição do feudalismo ao capitalismo, 58, 79, 101
trotskistas, 9, 22
Trotsky, 111, 158

valor(es), 48
de troca, 12, 14, 29
de uso, 12, 13
teoria do, 12
universais de liberdade e igualdade formais abstratos, 11, 12, 14-6, 20, 29
Vidal, D., 136
Volpe, Galvano Della, 43, 54, 55

Weber, Max, 69, 85, 94, 149

Zenteno, R. B., 18, 95

Impresso por
W. Roth & Cia. Ltda.

24. **MALTHUS**
Tamás Szmrecsányi

25. **MANNHEIM**
Marialice M. Foracchi

26. **CAIO PRADO JR.**
Francisco Iglésias

27. **MARIÁTEGUI**
Manoel L. Bellotto e
Anna Maria M. Corrêa

28. **DEUTSCHER**
Juarez Brandão Lopes

29. **STALIN**
José Paulo Netto

30. **MAO TSE-TUNG**
Eder Sader

31. **MARX** (Economia)
Paul Singer

32. **MELANIE KLEIN**
Fábio A. Herrmann e
Amazonas A. Lima

33. **CELSO FURTADO**
Francisco de Oliveira

34. **SIMMEL**
Evaristo de Moraes Filho

35. **SARMIENTO**
León Pomer

36. **MARX-ENGELS** (História)
Florestan Fernandes

37. **ROGER BASTIDE**
Maria Isaura P. de Queiroz

38. **EDMUND LEACH**
Roberto Da Matta

39. **PIERRE BOURDIEU**
Renato Ortiz

40. **BOLÍVAR**
Manoel L. Bellotto e
Anna Maria M. Corrêa

41. **KELLER**
Rachel Rodrigues Kerbauy

42. **HO CHI MINH**
Marta Elena Alvarez

43. **PARETO**
José Albertino Rodrigues

44. **QUESNAY**
Rolf Kuntz

45. **EUCLIDES DA CUNHA**
Walnice Nogueira Galvão

46. **MAX. SORRE**
Januário Francisco Megale

47. **POULANTZAS**
Paulo Silveira

4027

GRANDES CIENTISTAS SOCIAIS

Textos básicos de Ciências Sociais, selecionados com a supervisão geral do Prof. Florestan Fernandes. Abrangendo sete disciplinas fundamentais da ciência social — Sociologia, História, Economia, Psicologia, Política, Antropologia e Geografia — a coleção apresenta os autores modernos e contemporâneos de maior destaque mundial, focalizados através de introdução crítica e biobibliográfica, assinada por especialistas da universidade brasileira. A essa introdução crítica segue-se uma coletânea dos textos mais representativos de cada autor.

POULANTZAS

(1936-1979). Nasceu na Grécia e radicou-se na França a partir da década de 60. Destacou-se, juntamente com outros intelectuais franceses — dentre os quais Louis Althusser e Étienne Balibar —, pelas investigações realizadas no campo do marxismo que, até aquele momento, passava por um longo período de hibernação.

Para esta coletânea, o Prof. Paulo Silveira selecionou textos que se relacionam com a principal contribuição de Poulantzas: sobre a natureza e a crise atual do Estado capitalista e sobre as classes sociais e as lutas de classe.